



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

THOMAS BRUNO OLIVEIRA

**IMPRESANDO O FEIO E DANDO PASSAGEM AO BELO:
A SEGUNDA GRANDE TRANSFORMAÇÃO URBANA DE
CAMPINA GRANDE-PB (1970-1980)**

OUTUBRO DE 2014

THOMAS BRUNO OLIVEIRA

**IMPRESANDO O FEIO E DANDO PASSAGEM AO BELO: A
SEGUNDA GRANDE TRANSFORMAÇÃO URBANA DE
CAMPINA GRANDE-PB (1970-1980)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Campina Grande, Linha de Pesquisa: Cultura e Cidades, como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

ORIENTADORA: Dra. Keila Queiroz e Silva.

OUTUBRO DE 2014

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

O482m

BANCA EXAMINADORA

**IMPRESANDO O FEIO E DANDO PASSAGEM AO BELO: A
SEGUNDA GRANDE TRANSFORMAÇÃO URBANA DE
CAMPINA GRANDE-PB (1970-1980)**

Aprovado em: 23/ Outubro/ 2014

Profa Dra. Keila Queiroz e Silva – (UFCG)
Orientadora

Prof. Dr. Luciano Mendonça de Lima - (UFCG)
Examinador interno

Prof. Dr. Juvandi de Souza Santoa - (UFCG)
Examinador externo

Prof^ª. Dr^ª. Patrícia Cristina de Aragão Araújo – (UEPB)
Examinadora externa - suplente

Prof. Dra. Elisabeth Christina de Andrade Lima – (UFCG)
Examinadora interna - Suplente

DEDICATÓRIA

AGRADECIMENTOS

RESUMO

O nosso percurso historiográfico deu passagem a uma narrativa histórica com ênfase nas experiências horizontais dos populares urbanos de Campina Grande. Cartografamos o processo de materialização da segunda grande transformação urbana de Campina Grande ocorrida entre as décadas de 1970 e 1980, denunciando as tramas políticas autoritárias que deram uma fisionomia desumanizante e absolutamente elitista a esta nova geometria urbana. Inspirados pela metodologia da História a contrapelo benjaminiana, adentramos o universo simbólico dos moradores da Rua São Joaquim, penetrando em suas memórias subterrâneas que deram visibilidade a um patrimônio cultural popular riquíssimo, mas que foi destruído pela razão tecnocrática burguesa campinense. Dialogamos também com Certeau (1994), Nibert Elias e John Scotson (2000) e Moreira (2012) de modo a ancorar a abordagem discutida neste trabalho, discutindo os conceitos de sujeitos ordinários viabilizado por Certeau e estabelecidos e outsiders do Elias e Scotson e de gentrificação em Moreira. Elegemos como abordagem metodológica a História Oral em associação com o método indiciário de Ginzburg (2011), onde buscamos um contraponto entre a memória coletiva popular e a memória coletiva institucional (BOSI, 2004), sob a perspectiva de perceber o olhar institucional e tecnocrático dos estabelecidos e o olhar dos narradores da cidade, os outsiders (ELIAS, 2000). Essa travessia historiográfica denunciou o autoritarismo do Plano de Desenvolvimento Local Integrado – PDLI, uma vez que desenhou uma cidade para os campinenses estabelecidos, destruindo as experiências urbanas que desfocavam o ideário de ordem, higiene e embelezamento dos “donos da cidade”.

Palavras-chave: Transformação Urbana, São Joaquim, História a Contrapelo, Outsiders, Sujeito Ordinário.

ABSTRACT

Our historiographical path gave way to a historical narrative with emphasis on horizontal experiences of urban popular of Campina Grande. Cartografamos the process of materialization of second great urban transformation of Campina Grande occurred between the 1970s and 1980s, denouncing the authoritarian political plots which gave a dehumanizing and absolutely elitist to this new urban geometry physiognomy. Inspired by the methodology of history Benjamin sharp contrast, we enter the symbolic universe of the residents of San Joaquin Street, penetrating their subterranean memories that gave visibility to a popular rich cultural heritage, but was destroyed by Campinense bourgeois technocratic reason. Also dialogued with Certeau (1994), Norbert Elias and John Scotson (2000) and Moreira (2012) in order to anchor the approach discussed in this paper, discussing the concepts of ordinary individuals made possible by Certeau and established and outsiders of Elias and Scotson and gentrification Moreira. Elected as a methodological approach to Oral History in association with the evidentiary method Ginzgurg (2011), where we seek a counterpoint between the popular collective memory and collective institutional memory (Bosi, 2004), from the perspective of realizing the institutional and technocratic gaze of established and the look of the narrators of the city, outsiders (Elias, 2000). This historiographical crossing denounced the authoritarianism of the Integrated Local Development Plan - PDLI once designed a city for established campinenses, destroying urban experiences desfocavam the ideals of order, cleanliness and beautification of the "owners of the city."

Keywords: urban transformation, São Joaquim, history against the grain, outsiders, ordinary subject.

LISTA DE TABELAS

TABELA I	Situação Financeira De Campina Grande Em 1973	72
TABELA II	Divisões de estudos da COMDECA para elaboração do Plano de Erradicação de Favelas	121
TABELA III	Número de habitantes pesquisados em cada área a ser erradicada	128
TABELA IV	Dados do Plano de Ação Comunitária	128
TABELA V	Síntese dos principais fatores que impõem a alternativa erradicação sobre a alternativa Urbanização “In situ”.	136
TABELA VI	Moradores da Rua São Joaquim sem profissão e emprego	169
TABELA VII	Condição de construção das paredes de casas na Rua São Joaquim	176

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO I	Período de mandato do executivo campinense de 1964 a 1973	78
------------------	---	----

ÍNDICE DE FIGURAS

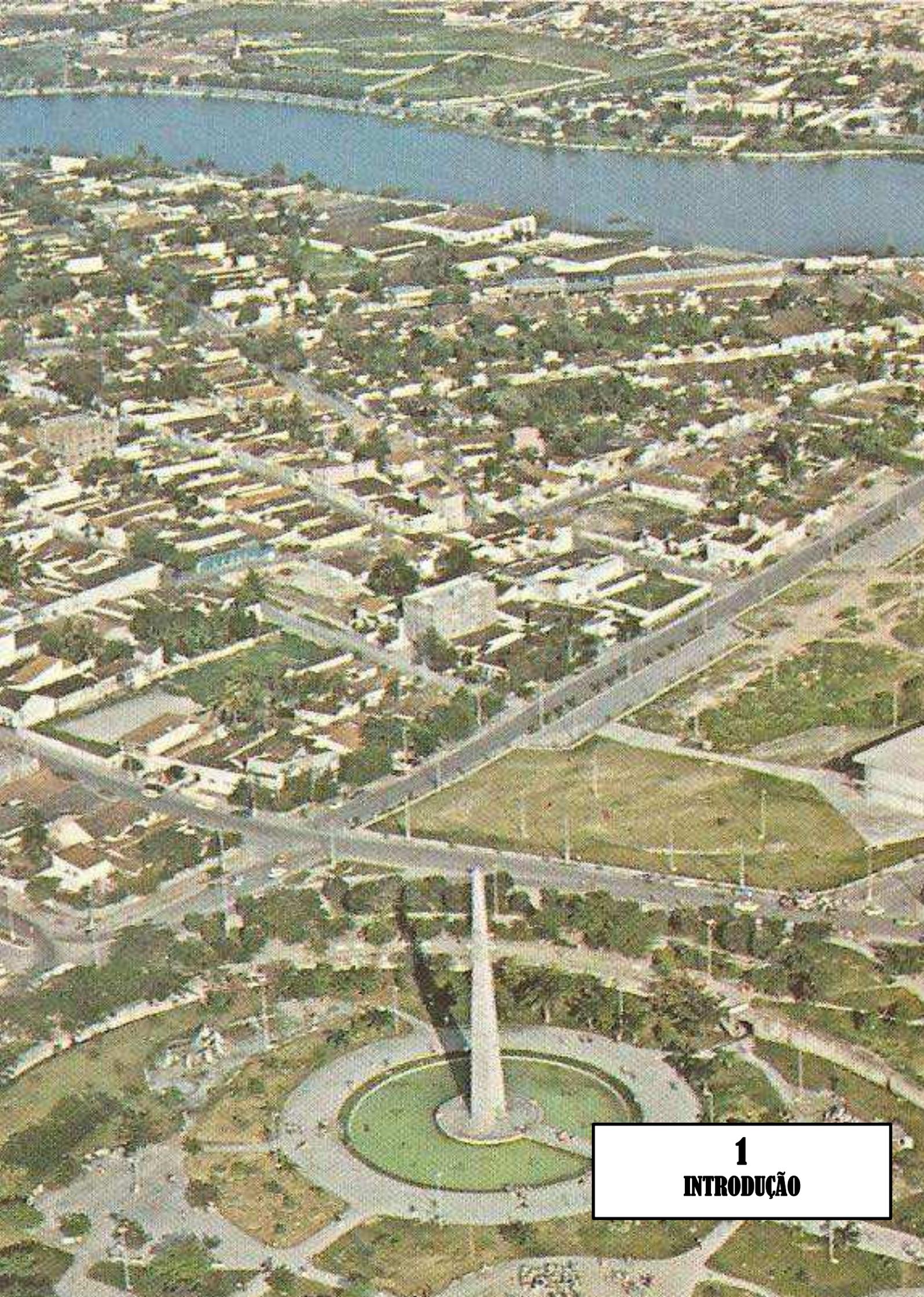
Figura 1	Retrato do alto do Edifício Lucas flagrando um panorama sul em 07 de outubro de 2000. Observa-se no canto inferior esquerdo o Cine Capitólio ainda com telhado e uma porção do Açude Velho que atualmente é tomado por edifícios.	17
Figura 2	Retrato do desmonte da chaminé-bueiro a partir da Rua Miguel Couto em agosto de 2010. O desmanche da chaminé-bueiro da Empresa Caranguejo foi só o início de uma intensa mudança deste cenário. Atualmente, além da chaminé e da edificação não mais existirem, se ergue rapidamente o segundo arranha-céu de três que serão construídos no lugar.	19
Figura 3	Mercado de Baltazar Luna e Feira livre defronte ao Mercado de Alexandrino Cavalcante, na atual Rua Maciel Pinheiro (Montagem).	40
Figura 4	Foto do largo da Matriz, captada do alto da Igreja Nossa Senhora da Conceição.	41
Figura 5	Mapa de Campina Grande em 1918.	42
Figura 6	Rua Irineu Jóffily em 1930	43
Figura 7	Planta baixa da área central de Campina Grande. Década de 1950	44
Figura 8	Flagrante do corredor onde está localizada a GRAFIL	70
Figura 9	Evolução Orçamentária da PMCG	71
Figura 10	Capa do PDLI	74
Figura 11	Habitação & Favela	83
Figura 12	Mapa da Evolução Urbana de Campina Grande	87
Figura 13	Grande área para fins recreativos criada no PDLI	94
Figura 14	Desfile em homenagem a Argemiro de Figueiredo, espetacularização política em agradecimento ao abastecimento da água – 09 de março de 1939	98
Figura 15	Passagem entre o Centro e o bairro de São José, ao fundo (à esquerda) temos o Cine São José (construção com telhado mais alto).	101
Figura 16	Em primeiro plano vemos a rua 13 de maio (do pé da foto até a curva logo abaixo, onde inicia o balde do Açude Novo), a rua Lino Gomes, o Açude ainda com água e os inúmeros Coqueiros de Zé Rodrigues.	102
Figura 17	Acima vemos uma panorâmica da cidade do início da década de 1960. Abaixo reproduzimos uma imagem de atual de satélite do Google Earth em ângulo aproximado a foto histórica.	104
Figura 18	Campina está aberta ao crime, ressalta o Jornal da Paraíba	108
Figura 19	Matéria publicitária da Prefeitura Municipal de Campina Grande no jornal ‘O Momento’ de João Pessoa, publicação semanal de 8 a 14 de janeiro de 1974.	111
Figura 20	Mapa das favelas de Campina Grande em 1984.	114
Figura 21	Folha de rosto do Projeto	119

Figura 22	Programa de Erradicação de Favelas (modificado pelo autor)	124
Figura 23	Área Urbanizada 1, o destino dos moradores da Rua São Joaquim.	125
Figura 24	Módulo Comunitário da Área Urbanizada 1, o destino dos moradores da Rua São Joaquim	127
Figura 25	Módulo Comunitário da Área Urbanizada 1, o destino dos moradores da Rua São Joaquim	130
Figura 26	Montagem feita a partir de uma foto aérea da década de 1960 do bairro da Prata e São José.	132
Figura 27	Boleto de pagamento de IPTU e parte da Planta da cidade de Campina Grande de 1956.	138
Figura 28	Planta baixa da Rua São Joaquim (adaptada)	143
Figura 29	Açude Novo	153
Figura 30	A bodega do Sítio São João, período junino de 2014	159
Figura 31	Rua João Pessoa e seus armazéns no ano de 1957.	164
Figura 32	Paisagem, Rua Lino Gomes, o balde do Açude Novo em direção à Rua Treze de Maio.	167
Figura 33	Altar e parede de casa com imagens de santos.	171
Figura 34	Desenho esquemático a partir da planta da Rua São Joaquim e arredores (feito pelo autor).	175
Figura 35	Fundos de uma casa de taipa em uma das áreas a serem erradicadas	178
Figura 36	Menina e senhora na frente de uma casa de taipa.	179
Figura 37	Montagem da planta da Rua São Joaquim na imagem de satélite de seu lugar aproximado.	184
Figura 38	Festa de confraternização na casa de “Seu Miranda”.	189
Figura 39	Escudo do Gremio Esporte Clube e do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense	191
Figura 40	Captura do frame do segundo 0:49 do vídeo ‘Obras do Açude Novo nos anos 60’ filmado por José Cacho.	193
Figura 41	Captura do frame do segundo 0:32 do vídeo ‘Obras do Açude Novo nos anos 60’ filmado por José Cacho.	195
Figura 42	O time do Gremio Esporte Clube no Bacião	200
Figura 43	O time do Gremio Esporte Clube no Bacião com o placar ao fundo.	203
Figura 44	O time do Gremio Esporte Clube no Bacião.	204
Figura 45	Samba entre amigos.	210
Figura 46	Confraternização	211

LISTA DE SIGLAS

SUMÁRIO

Resumo	
Abstract	
Lista de Tabelas	
Lista de Gráficos	
Índice de figuras	
Lista de siglas	
1- INTRODUÇÃO	15
2 – A CIDADE DOS ESTABELECIDOS: CULTURA POLÍTICA E PROJETOS DE URBANIZAÇÃO	31
2.1 – Transformações urbanas em Campina Grande	34
2.1.1 – Primeira grande transformação urbana	36
2.1.1.2 - Símbolo da primeira grande reforma: a grande avenida.	41
2.1.2 – Campina Grande entre duas grandes transformações urbanas: em busca de uma fisionomia cosmopolita	48
2.1.3 – Ensaando um planejamento: Campina Grande desenhada pelos donos da razão tecnocrática burguesa.	55
2.1.4 – A emergência de um planejamento e o PDLI.	64
2.1.5 - Afinal, o que foi o PDLI?	74
2.1.6 – Segunda Grande Transformação Urbana	82
3 – O ENOBRECIMENTO E O EMPOBRECIMENTO URBANO, FACES PARADOXAIS DE UMA CIDADE A SER "CURADA"	90
3.1 - Um dos porquês da exclusão: área para fins recreativos.	93
3.2 – Açude Novo: de açude à área de lazer e civismo	95
3.3 – Exclusão social e territorial em Campina Grande: moradores <i>versus</i> Plano de Erradicação de Favelas	105
3.3.1 – O Plano de Erradicação de Favelas	117
4 – QUANDO A RUA ERA NOSSA: A Rua São Joaquim	143
4.1. As experiências do trabalho no cotidiano dos moradores de São Joaquim	149
4.2. Divertimento, Sociabilidades e religiosidades dos moradores da Rua São Joaquim.	171
5 Considerações finais	212
6 Referências	216



1
INTRODUÇÃO

Os historiadores são como surdos, respondem perguntas que ninguém lhes fez.

Tolstoi

A cidade de Campina Grande, localizada na porção paraibana do planalto da Borborema, é cantada e decantada como Rainha da Borborema, Capital do Trabalho, Capital do Interior do Nordeste, cidade que deveria ser a capital do Estado, lugar onde tudo é **grande** (adjetivo que aliás compõe seu nome) e floresce. Esta cidade é nosso alvo de análises das mais variadas, desde sempre. O desenvolver de seus vários aspectos sempre nos chamou a atenção, mesmo em tenra idade, e o lugar social de Historiador hoje fala mais alto, porém, nem sempre foi assim! Buscar compreender uma série de contradições existentes e essas visões idealizadas do passado desta cidade, que como nossa terra natal nos instiga a um elo de pertencimento e afeição, não foi tão fácil.

Sempre agimos como um atento observador, nos deixamos levar pelas histórias que sempre ouvimos sobre a cidade, pelas imagens que, ainda muito criança, se formavam na retina. Em nossa casa, rua, vizinhança, bairro. Quer seja nos caminhos que conduziria à escola como caminhante bem como na carona dos transportes coletivos, a paisagem de Campina era observada, muito do que se via era contemplado: a feirinha do bairro de Bodocongó, o Parque do Açude Novo com seus escorregos, o mercado central, o centro da cidade, os bairros vizinhos, a Rodoviária com aquele seu mirante da cidade, etc.

Diante disso, nos consideramos privilegiados por conhecer desde a infância a Feira de Campina Grande, o Centro da cidade e outros recantos escondidos que tivemos a oportunidade de palmilhar, por muitas vezes condicionado pelo transporte público que não se satisfazia em nos levar para casa antes de dar voltas e mais voltas por toda a cidade. O terminal da Vila Castelo Branco, na zona leste, como era longe! E a cidade ia cada vez mais nos atraindo e seduzindo por seus mistérios, suas edificações, suas ruas, suas praças, suas cores e, sobretudo, seus personagens.

Localizamos esta experiência a partir do ano de 1992, quando passamos a colaborar com o trabalho da mercearia familiar. As compras no mercado central vinham recheadas de experiências únicas, as cores, os cheiros, as relações, sempre muito intensas; passar pelo centro e ver aquela imensa movimentação de pessoas, quando em nossa inocência questionávamos: para onde iam todos aqueles transeuntes?

Para evitar fazer como o Juca – que queria “um muro no meio do caminho”¹, para romper a monotonia de uma rua “tão igualzinha todos os dias” – o mínimo de rompimento do cotidiano nos fascinava, assim como o Marcovaldo, personagem do Ítalo Calvino, sempre atento a:

[...] uma folha amarelada num ramo, uma pena que se deixasse prender numa telha, não lhe escapavam nunca: não havia mosca no dorso de um cavalo, buraco de cupim numa mesa, casca de figo se desfazendo na calçada que Marcovaldo não observasse e comentasse, descobrindo as mudanças da estação (CALVINO, 1994. p. 7)

Além do cenário, os tipos populares sempre nos chamaram uma atenção em especial como também aqueles contadores de história que sabiam narrar muitos dos acontecimentos ocorridos na cidade. Dois de nossos vizinhos, além de nosso pai, nos recheavam de histórias sobre Campina Grande, em muitas delas, sempre exaltavam com ufanismo esta cidade que mais parecia ser “o centro do universo” (deles eram sim com toda certeza!).

Estes narradores nos instigaram a saber cada vez mais sobre o passado da cidade, só que este olhar para a Campina Grande nos acompanhou perfazendo o campo do fascínio sendo um dispositivo para a exaltação desses sentimentos ufanos. Tanto é que na 8ª série vivíamos a afirmar e delimitar um sonho: escrever um livro sobre Campina Grande.

Dois anos após, em 2000, já no científico, visitamos alguns pontos da cidade para fotografar. A intenção, à época com 15 anos, era fazer uma exposição no Colégio Alfredo Dantas² sobre Campina Grande em outubro de 2000, em comemoração ao aniversário de 136 anos da cidade. Com máquina em mãos e um caro filme de 36 poses, fomos a vários lugares: Estação Velha, Açude Novo, Açude Velho, alto do Serrotão, inclusive em uma espécie de castelo existente no bairro dos Cuités, muito distante, e que rompia o verde daquele agreste e só era visível de um determinado lugar nas proximidades da atual Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

¹ Texto que li em minha 5ª série no livro de ‘Comunicação e Expressão’.

² Escola que estudamos todo o atual Ensino Médio.

Infelizmente o filme queimou, ou melhor, com pouca habilidade com a objetiva, acionamos algum botão que o prendeu e só a primeira fotografia foi possível ser revelada (Figura 1). A partir da segunda imagem, todas as fotos foram batidas na mesma posição do filme, ficando uma sobrepondo a seguinte.



Figura 1 – Retrato do alto do Edifício Lucas flagrando um panorama sul em 07 de outubro de 2000. Observa-se no canto inferior esquerdo o Cine Capitólio ainda com telhado e uma porção do Açude Velho que atualmente é tomado por edifícios.

Fonte: Acervo de Thomas Bruno Oliveira.

O tempo carregou de criticidade a lente que me possibilitava enxergar a cidade com todo aquele ufanismo e o estopim para esta virada na nossa história de vida foi, de maneira marcante, o ingresso no curso de Licenciatura Plena em História. Ainda na adolescência, vimos com revolta a destruição do prédio da Sociedade Beneficente dos Artistas - SBA³, que foi demolido em um feriado de carnaval. Passávamos (meu Pai e eu) pelo lugar, na Avenida Getúlio Vargas, e comentávamos sobre a beleza desse prédio. Atônitos, sem entender porque demolir algo tão bonito e com arquitetura tão antiga.

³ Cf. Memória Destruída: Prédio da Sociedade Beneficente dos Artistas. Disponível em: http://cgretalhos.blogspot.com.br/2011/04/memoria-destruida-predio-da-sociedade.html#.UlBzRaVOz_Hs

Já crescido, um de nossos maiores divertimentos era (e continua sendo) o ato de caminhar pelo centro da cidade. Passos vagos, passos perdidos. Certamente, os processos do caminhar podem reportar-se em mapas urbanos de maneira a transcrever-lhes os traços e as trajetórias (CERTEAU, 2008. p.176), conduzindo a observação de vitrines, calçadas... Só se deixa então captar um resíduo colocado no não-tempo de uma superfície de projeção (Idem).

Caminhando pela cidade, no início de agosto de 2010, em passos lentos, nos dirigíamos para um sebo de livros na Rua Miguel Couto, defronte a loja de veículos Cavesa. Contornando com o olhar a arquitetura das edificações, visualizamos um sem número de andaimes ao lado da chaminé-bueiro da Fábrica de aguardente Caranguejo. A curiosidade nos faz aproximar daquela silenciosa movimentação, constatamos que ela estava sendo desmontada (Figura 2), desmanchada. Operários desfaziam aquele gigante mutilando seu corpo, retirando-lhe os tijolos, desfigurando àquela imagem já tão conhecida por mim.

Essa adulteração na imagem da cidade é na realidade uma depredação ao Patrimônio Histórico de Campina Grande, que aliás não é o mesmo há bastante tempo. A chaminé-bueiro demolida testemunhava a primeira etapa da industrialização da cidade, hoje só existe mais duas: uma orna o Parque da Criança (construído no lugar onde foi o Curtume São José, o Curtume “dos Mota”) e a outra, em outrora pertencente à SANBRA⁴, junto a uma caixa-d’água, são os últimos resquícios da antiga fábrica algodoeira.

Prédios demolidos, monumentos destruídos e diversos momentos da história da cidade que estão sendo perdidos para sempre. Não é de hoje que professores e intelectuais denunciam a lástima que vem consumindo o patrimônio de nossa cidade, até nossas Universidades por vezes são tomadas por discussões sobre o prejuízo inestimável que, ano após ano, vêm engolindo o passado, a história e a memória campinense sem que haja uma ação preventiva ou punitiva para os responsáveis.

⁴ Sociedade Algodoeira do Nordeste do Brasil



Figura 2 – Retrato do desmonte da chaminé-bueiro a partir da Rua Miguel Couto em agosto de 2010. O desmanche da chaminé-bueiro da Empresa Caranguejo foi só o início de uma intensa mudança deste cenário. Atualmente, além da chaminé e da edificação não mais existirem, se ergue rapidamente o segundo arranha-céu de três que serão construídos no lugar.

Fonte: Acervo de Thomas Bruno Oliveira.

Nos últimos anos, perdemos alguns prédios em estilo Neoclássico, *Art Déco*, etc no centro, principalmente na Rua Irineu Jóffily (a antiga rua da Estação); perdemos o prédio da antiga SAMIC⁵ (próximo ao Açude Velho, por muito tempo residência da família Rique) que foi totalmente demolido, existindo em seu lugar apenas um amontoado de escombros; a vila operária da empresa têxtil de Bodocongó, e o antigo matadouro público, em Bodocongó, que também foram demolidos, isso sem mencionar outras várias edificações e monumentos que desapareceram em épocas de veraneio, quando a cidade está com parte de sua população em deleite no litoral ou no interior do Estado.

Temos acompanhado o definhamento dos antigos armazéns da Estação Velha, sem teto, sem janelas e até as dobradiças vem sendo roubadas, um lugar centenário que abrigou, em outrora, a riqueza da cidade na época do ‘ouro branco’ (o algodão) e que nesse período citado refugiava consumidores de entorpecentes⁶. O Cine São José,

⁵ Hospital infantil de referência no compartimento da Borborema

⁶ Realizamos uma denúncia no Ministério Público Federal sobre o desmanche da Chaminé-bueiro e a provável destruição do prédio da Caranguejo, ocasionando a imposição de um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC à empreiteira que realizou o ato. Como atitude compensatória, além de uma multa, foi

cinema popular⁷ de Campina que evoca a memória de um interessante período da cidade, também estava irreconhecível em 2010. O Cine Capitólio, outro famoso cinema da cidade, até o seu piso de lajotas cerâmicas já se perdeu, desconhecendo o seu paradeiro. Tudo isso ocorrendo velozmente após a oficial delimitação do Centro Histórico pelo Conselho de Proteção dos Bens Históricos (CONPEC) do IPHAEP, com publicação em diário oficial no dia 29 de junho de 2004 onde decreta:

Fica homologada a Deliberação nº 0025/2003 do Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais - **CONPEC**, de 04 de setembro de 2003, declaratória da Delimitação do Centro Histórico Inicial da cidade de Campina Grande, deste Estado, indicativo das áreas de Preservação Rigorosa compreendida pelo seguinte perímetro: Ruas Barão do Abiaí, Peregrino de Carvalho, Antônio Sá, Vila Nova da Rainha, [...] e Venâncio Neiva, **ficando estas áreas sob a jurisdição do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba - IPHAEP**. (PARAÍBA, Diário Oficial de 29 de junho de 2004, grifo nosso).

Mesmo após o oficial tombamento, Campina Grande com suas diversas universidades e associações, não consegue frear este processo de “desenvolvimento” que impera e desfigura o seu Centro Histórico. Os órgãos de defesa do patrimônio não dão conta de tamanha perda e vagam inertes em meio a uma intensa destruição.

A Prefeitura Municipal tem tentado dar uma efetividade ao Conselho do Patrimônio Histórico. Hoje está ligada a recém criada Secretaria de Cultura e tem se reunido sistematicamente, sobretudo por via de uma subcomissão de Patrimônio Histórico da Comissão do Sesquicentenário de Campina Grande⁸ e sua última ação foi publicar uma nota de repúdio à PMCG pela construção do Monumento ao

imposto que os galpões centenários da Estação Velha fossem restaurados, o que ocorreu a partir de 2012, sob o acompanhamento do Instituto Histórico de Campina Grande que, segundo o pronunciamento do então Chefe de Gabinete da Prefeitura Municipal de Campina Grande – PMCG Hermano Nepomuceno na noite de instalação do sodalício em 26 de março de 2012, estava sendo cedido para ser sede do IHCG, que acompanhou atentamente as obras de restaure através de sua diretoria formada pela Presidente Maria Ida Steinmuller e a Vice-Presidente Juciene Ricarte Apolinário.

⁷ Restaurado e transformado num centro cultural multiuso na gestão do então Governador Ricardo Vieira Coutinho e aberto ao público no dia 1º de julho de 2014.

⁸ Criada pela Prefeitura Municipal de Campina Grande no intuito de coligir esforços e organizar os eventos comemorativos do Sesquicentenário da cidade. A Comissão foi subdividida em subcomissões, uma delas é a já citada ‘Patrimônio Histórico’, chefiada por Giovana Aquino, Diretoria de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural – DPHAC – vinculada à Secretaria de Cultura.

Sesquicentenário nas margens do Açude Velho, contrariando o tombamento daquele sítio histórico.

Estas transformações na cidade nos inquietaram a tal ponto que passamos a publicizar em colunas de jornal e internet as modificações diárias ocorridas no perímetro urbano desta cidade. Fruto destas publicações nasceu o projeto pessoal “Notas urbanas de Campina Grande”, espaço em que pontuamos o desenrolar do que ocorre na urbe e sobretudo, o falecimento de grande parte de seus bens patrimoniais.

Em consequência destas pesquisas, começamos a indagar a gênese histórica de tais modificações urbanas e resolvemos recortar o período que denominamos de segunda etapa de modernização como parte crescente das transformações urbanas sofrida por Campina em fins do século XX, desembocando em práticas rotineiras nas décadas iniciais do século XXI.

Desta forma, nos deparamos com as ações do Projeto CURA (Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada), que visava fornecer recursos financeiros para programas de governos que objetivassem adequar o Processo de Urbanização às diretrizes locais de desenvolvimento e, antes dele, o PDLI (Plano de Desenvolvimento Local Integrado) que visava planejar ações integradas a serem implementadas em consonância com o Plano Nacional de Desenvolvimento.

Partimos então para uma investigação sobre o que foram estes projetos e como eles modificaram a cidade, chegamos então a um intenso processo urbanizador nas décadas de 1970-80 que, em nossa opinião, deu os atuais contornos à cidade de Campina Grande e passamos, então, a buscar subsídios para estudar a época. Fomos a pessoas longevas que pudessem nos narrar a cidade dessa época e chegamos a indícios fortes desta mudança radical nesse traçado da cidade a partir do mencionado recorte temporal.

Histórias de prostíbulos na feira central e centro da cidade, a Rua São Joaquim, os projetos pastorais na “favelinha” da Av. Canal, um personagem anônimo que criou escolas de samba e times de futebol, um “tal” de “Nêgo Roberto”, artífice em costurar bolas e uma espécie de líder da Rua São Joaquim... Já passamos a querer entender o que foi a Rua (favela?) São Joaquim, porque não existe mais? Buscamos uma palavra “institucional” e conversamos com um ex-Prefeito da época, falando de suas obras vultuosas e “humanizadoras” da cidade.

Fomos investigando os fios e os rastros (GINSBURG, 2011) de um processo, de um período que tem em sua marca a transformação urbana, e, portanto, seguimos.

Em arquivos, descobrimos uma série de documentos, sejam eles decretos oficiais, plantas de projetos, desapropriações, planos de execução, etc. alguns jornais do período já haviam sido pesquisados, além dos contatos pessoais com pessoas ligadas a dois dos três ex-prefeitos que governaram a cidade à época. Um deles, Ronaldo José da Cunha Lima⁹, esteve com sua saúde muito comprometida, chegando a falecer sem que fosse possível uma conversa, uma entrevista. Seguro de que tinha condições de desempenhar um trabalho de valia, me submeti ao exame de mestrado para que me fossem dadas melhores e maiores condições de pesquisa, à luz de postulados apropriados, para exercer este trabalho historiográfico.

Ao analisar as possibilidades de ingressar em uma pós-graduação, observamos diversas linhas de trabalho que consubstanciavam as últimas produções e nos chamou atenção a proposta da Linha Cultura e Cidades, que integra a área de concentração História, Cultura e Sociedade do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Campina Grande, onde:

[...] os participantes investigam a cidade a partir de diferentes aspectos, tais como: o cotidiano, [...] as **reformas urbanas** e as tramas político-econômicas que as acompanham, às quais, na esteira das mudanças que provocam, tanto ferem interesses de grupos quanto geram novas sensibilidades/sociabilidades na vida cotidiana, razão pela qual se dão como **práticas geradoras de tensões e conflitos** (PPGH UFCG, grifos nossos).

Resolvemos então nos submeter à seleção para integrar esta Linha de Pesquisa, entendendo a cidade como um espaço de sociabilidades, mas também de **conflitos**, apesar da multiplicidade de olhares existentes como “Cidade do progresso e civilização para certos olhares, cidade do capital e dos conflitos sociais para uns, cidade do espetáculo para outros, e ainda cidade disciplinar” (SOUSA, 2006. p. 11).

⁹ Ronaldo José da Cunha Lima foi um político paraibano, tendo em sua história política Campina Grande como “palco principal”. Aos 23 anos ingressou na vida pública quando foi eleito vereador. Foram quase 50 anos de carreira política até a renúncia do mandato de deputado federal em 2007, último cargo público que exerceu.

Resolvemos trabalhar a Rua São Joaquim, tratada intencionalmente pela edilidade como “Favela São Joaquim”. Muitos foram os motivos, dentre eles, o acesso que tivemos a uma família (a família Leite), que se envolveu e nos ajudou a conhecer as histórias da Rua São Joaquim, possibilitando também conhecer outros antigos moradores desta Rua. Decidimos, portanto, trabalhar especificamente este lugar, ou melhor, como e os porquês desta comunidade formada por 324 pessoas em 76 residências não ter entrado no hall do projeto de desenvolvimento urbano implantado na cidade pela municipalidade.

Buscamos assim trabalhar o processo de exclusão urbanística (MARICATO, 2011) da Rua São Joaquim a partir dos projetos de urbanização vivenciados em Campina Grande. Para tanto, Certeau (1994), Nibert Elias e John Scotson (2000) e Walter Benjamin (2012) são os fios condutores que dão ancoragem a abordagem discutida neste trabalho.

Entendemos que a referida rua foi vítima de um processo de *gentrification*, que consiste na destruição e ressignificação de espaços no seio da cidade onde os seus habitantes são “expulsos” em nome de uma nova perspectiva de ocupação (MOREIRA, 2012). Esses habitantes são exatamente os moradores da Rua São Joaquim, a que a imposição de um projeto embelezante ocasionou a sua expulsão.

Em virtude disso, fizemos uma história à contrapelo deste processo de transformação urbana, discutindo alguns conceitos como o de sujeitos ordinários viabilizado por Certeau e estabelecidos e outsiders do Elias e Scotson, de onde esses autores permitem-nos o entendimento de como se configurou a construção da identidade social substanciada via o estabelecimento cotidiano dos conflitos sociais e as tramas políticas entre os populares e o governo municipal entendendo que “um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado (outsider) é excluído” (ELIAS, 2000, p. 23), situação que verificamos na gentrificação advinda de um processo de metamorfose urbana ocasionada por um desejo disciplinarizador (BOSI, 2004).

Para nós, exclusão vai ser “ligada à existência de um contexto de referência, do qual se é ou se está excluído. Dele fazem parte cinco sistemas sociais básicos: social, econômico, institucional, territorial e simbólico” (COSTA, 1998).

Tornam-se relevantes também os aportes da memória, visto que buscamos nos relatos de populares e pessoas pertencentes à estrutura administrativa municipal da época elementos para entender o processo urbanístico que Campina Grande passou entre os anos delimitados nessa pesquisa. Através destes atores sociais, é possível verificar como se processou o trabalho e a recepção popular desses elementos modernizadores implementados pelo Governo do Município, buscando uma memória coletiva subterrânea (POLLAK, 1989) para ser possível escovar uma história a contrapelo (BENJAMIN, 2012) desta segunda grande transformação urbana da cidade. Assim o trato da memória se torna elemento primaz na condução analítica do período ensejado para esta pesquisa.

A cidade é, sobretudo, um lugar de acontecimentos do cotidiano dos sujeitos que dela partilham, seja os pertencentes à elite ou aqueles que se enquadram nas camadas ditas populares. Para a cidade voltamos nosso olhar como forma de perceber como as mudanças são apreendidas pelos seus habitantes e como estes atores sociais se relacionam com tais movimentos cotidianos da urbe. Partir dessa perspectiva nos fez buscar subsídios teóricos no campo do saber da chamada História Social da Cultura, que conforme nos possibilita Sandra Pesavento, vê a cidade não mais só como um *locus*, seja da realização; da produção ou da ação social, mas, sobretudo como um problema e um objeto de reflexão (PESAVENTO, 2005. p. 77).

Procurando contemplar os objetivos de nossa pesquisa, em articulação com as proposituras teóricas e metodológicas, elegemos como abordagem metodológica a História Oral em associação com o método indiciário de Ginzburg (2011), onde buscamos um contraponto entre a memória coletiva popular e a memória coletiva institucional (BOSI, 2004), sob a perspectiva de perceber o olhar institucional e tecnocrático dos estabelecidos e o olhar dos narradores da cidade, os outsiders (ELIAS e SCOTSON, 2000). As vivências dos estabelecidos e dos outsiders nos deram subsídios para poder entender as transformações urbanísticas que levou Campina Grande a “limpar” de sua área central comunidades pobres, possibilitando reconstruir uma experiência social anterior ao projeto de urbanização, possibilitando acessar a sociabilidade dos moradores bem como, através de uma cultura política (BERSTEIN, 1998), compreender o trato dado pela edilidade para com os menos abastados da Campina Grande de outrora.

A memória destas pessoas foi a pedra de toque para compreendermos o processo modernizador que a cidade sofreu nas décadas de 1970-80 (LE GOFF, 1990). O trato com a memória se torna de primaz importância para nosso trabalho, pois foram os relatos orais de memória dos pesquisados que iluminaram o nosso estudo, preenchendo as lacunas que os documentos escritos não nos deixaram apreender e que os registros dos fatos através de suas lembranças captadas na memória podem nos possibilitar informações aprofundadas.

A memória coletiva institucional (BOSI, 2004) se apropria do projeto urbanizador cidadão, onde o símbolo maior vai ser a urbanização do Açude Novo, consubstanciando em uma "memória dominante" que passa a ser disseminada para a posteridade. Muito do que é expresso atualmente sobre o determinado período é sempre enfatizando as obras modernizantes, a abertura de vias, a criação de parques, demarcando as ideias dominantes no desenvolvimento urbano municipal, tornando-as do senso comum.

Por outro lado, a memória subterrânea é a memória que foi suprimida pelo poder da edilidade quando da gentrificação a que foi levada a área de vivência dos outsiders, visto que ao modificar e modelar o Açude Novo, a Rua São Joaquim, que é o lugar de moradia de pessoas simples e menos abastadas econômica e socialmente, é vítima do processo de silenciamento, prática da elite dominante.

O trabalho do pesquisador com a memória permite que, no ato da entrevista, o seu/sua entrevistado/a faça um exercício de rememoração, despertando a subjetivação, e estas lembranças adquirem um *status* significativo na pesquisa com oralidade, visto que, os atores sociais viajam por temporalidades indistintas de suas vidas, buscando no tempo informações que vão ampliar o leque de possibilidades da pesquisa, conforme indica Le Goff (1990). Trabalhos que buscam recuperar palavras de outras épocas apontam uma preocupação com o registro histórico. As entrevistas foram com pessoas longevas; para tanto, utilizamos a metodologia de história oral, sugerida por Alberti (2004) e Ecléa Bosi (2004) no sentido de captar a substância social da memória.

Ao recorrermos à memória mediada pela oralidade, tomamos como referência Michel Pollak (1989), que nos possibilita pensarmos a memória como um registro desordenado fragmentário que nos fala de uma temporalidade passada, assim destaca:

[...] uma história de vida, colhida por meio da entrevista oral, esse resumo condensado de uma história social individual, é também suscetível de ser representada de inúmeras maneiras em função do contexto no qual é relatada (POLLAK, 1989, p. 13).

Conforme Pollak (1989), a memória coletiva oculta os silenciamentos, os interditos, esquecimentos e tensões que se escondem entre as frestas da aparente solidez da memória coletiva e/ou grupal.

Desta forma, os caminhos da memória, articulados com outras fontes, nos possibilitaram trilhar por Campina Grande na segunda metade do século XX na busca de compreender como as transformações urbanas sofridas por essa cidade em meados das décadas de 1970-80 vitimou uma comunidade e provocou uma morte identitária local.

Assim, além do trato com a oralidade, esta proposta de pesquisa repousa também no método indiciário, pois os documentos fornecem vestígios, indícios, sinais e pistas para, assim, elaborarmos a nossa leitura analítica do documento, pois este nos fala através das entrelinhas, no que não está dito formalmente e cabe ao pesquisador, ao perscrutá-lo, entender a sua linguagem como aponta Ginzburg (2011).

Nos inspiramos em Cabral Filho (2009), ao investigarmos em imagens institucionais e de *studios photographicos* da cidade até que ponto as imagens sobre Campina Grande vão avaliar

o ideário de progresso e desenvolvimento tão difundido por uma elite intelectualizada local que, a partir dos canais de comunicação mais comuns elaboraram efusivos discursos que dotavam a cidade de dimensões quase europeias (p. 16).

Além da bibliografia pleiteada para análise, e os relatos orais captados, também utilizamos documentos oficiais como decretos, plantas de projetos, processos de desapropriações, planos de execução, além de jornais que circulam na cidade que permitem investigar o nosso objetivo, obtendo informações valiosas sobre este processo urbano.

Desta forma, estruturamos nosso trabalho em três (03) capítulos, distribuídos da seguinte maneira:

No Capítulo I, com o título: ‘A cidade dos estabelecidos: cultura política e projetos de urbanização’, localizamos a cidade de Campina Grande, evidenciando as duas grandes transformações urbanas ocorridas na cidade bem como os ensaios de planejamento da cidade e sua concretização com o Plano de Desenvolvimento Local Integrado, o PDLI.

Fizemos um passeio pelas grandes transformações urbanas de Campina Grande ocorridas no século XX. A primeira delas foi formatada pelos Prefeitos Vergniaud Borborema Wanderley e Bento Figueiredo¹⁰, sob a influência advinda de um modelo de cidade que representa o “espírito de modernidade”, este estilo de cidade moderna que surgiu nas grandes reformas ocorridas nos principais centros europeus em meados do século XIX. Paris, Londres, Viena, Berlim, Frankfurt e Madri são exemplos de cidades que vão passar por um processo de expansão e (re)estruturação urbana onde “esquecer o passado” vai estar entre os principais objetivos através de um esquadramento de seu território. No Brasil, haverá uma conexão deste ideal em algumas cidades ,principalmente no Rio de Janeiro, com a República Velha, o passado imperial deverá ser esquecido, reformas urbanas vão estabelecer este contato com o que é da ordem do dia, do hoje, do que vai ser visto como moderno.

Dando subsídios para o leitor compreender o crescimento urbano da cidade, chegaremos ao que denominaremos de Segunda Grande Transformação Urbana, exatamente iniciada no início da década de 1970 indo até meados da década seguinte, momento em que Campina Grande exibirá seus contornos atuais, seu espraiamento (SANTOS, 2009) para a periferia vai ser evidente e isso por conta de alguns projetos políticos, sobretudo pelo Plano de Desenvolvimento Local Integrado, dentro de um Plano Nacional de Desenvolvimento, o PND, gestado pelo Governo Federal durante o período ditatorial militar.

No segundo capítulo, denominado de ‘Imprensando o feio e dando passagem ao belo: conflitos materiais e simbólicos na Segunda Grande Reforma’, discutimos as

¹⁰ Apesar de Vergniaud Borborema Wanderley ter papel marcante neste plano de reforma urbana, Bento Figueiredo ocupou o cargo de Prefeito no início deste processo e, por motivos de saúde, não continuou no cargo, ficando Vergniaud – seu Secretário de Administração – no executivo campinense

práticas utilizadas na Segunda Grande Reforma urbana, como o Plano de Desenvolvimento Local Integrado norteou as ações urbanísticas na cidade e as formas inventivas de resistência a esta gentrificação. Para tanto, localizamos nossa análise no Açude Novo, que vai ser o símbolo maior deste movimento. O Açude Novo vai ser o espaço público que vai sofrer a maior transformação no que se refere ao urbanismo nesta segunda grande transformação urbana: “a construção do Parque Evaldo Cruz representa um marco na cidade dado o grau da intervenção no ambiente urbano e a sociabilidade de lazer representada na área central da cidade” (CARVALHO, 2011. p. 182).

Para tanto, vamos entender como o Plano de Erradicação de Favelas de Campina Grande vai justificar a forma como os cidadãos da Rua São Joaquim vão ser representados e desclassificados e como é justificada pela edilidade a sua extinção.

No terceiro capítulo, intitulado de ‘Quando a rua nossa: a São Joaquim’, vamos trazer as narrativas dos sujeitos da Rua São Joaquim, é o momento em que as memórias se farão presentes de maneira mais contundente. Como moravam, se divertiam, trabalhavam, como foi importante a criação do time de futebol Grêmio Esporte Clube e da Escola de Samba Gremistas Futebol e Samba como elos de afetividade entre os moradores. O viver em uma concepção de bairro (MAYOL, 2011) como também de comunidade (BAUMAM, 2003), tudo isso antes da rua ser excluída daquele projeto de urbanização. Vemos o cotidiano deste grupo de moradores entendendo a partir deles a transformação urbana ocorrida em tempos idos, nos dedicamos a uma história dos vencidos, uma transformação urbana, uma cidade à contrapelo (BENJAMIM, 2012) demonstrando a pulverização dos laços de sociabilidade imposta pelo poder estabelecido.

Desta forma, rememorar a experiência de moradores em seus construtos históricos é reaver a memória coletiva social transpassada pelo contexto histórico em que esses sujeitos estavam inseridos.

O eixo de nosso trabalho não é cronológico e sim temático, uma vez que não nos propomos a construir uma narrativa vertical da cidade, portanto a sequência dos capítulos não é linear. Afim de dar ênfase a valorização dessas memórias subterrâneas, do olhar dos “vencidos”, trouxemos o cotidiano e o universo dos populares da Rua São Joaquim no último capítulo.

Perceber as mudanças citadinas pelo olhar dos “vencidos” se torna um primor visto o grande desafio posto ao historiador contemporâneo de intercalar o cultural e o social, percebendo-os indissociavelmente (PROST, 1998).



2
**A CIDADE DOS ESTABELECIDOS: CULTURA
POLÍTICA E PROJETOS DE URBANIZAÇÃO**

LEI: que os
Certifico do presente
Art. 10. — Fica autorizado o Prefeito Municipal de Campina Grande, a contratar com o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo — SERFHAU —, a conta do FIPLAN, um empréstimo até o montante de Cr\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil cruzeiros) para o financiamento de elaboração dos seguintes Projetos:

- I — Projeto de Urbanização da Avenida Canal;
- II — Projeto de Urbanização do pátio da Estação Velha e Museu do Algodão;
- III — Projeto de Recuperação e Reforma do Teatro Municipal;
- IV — Projeto de Urbanização do Açude Novo;

IA — Projeto de Urbanização do Açude Novo;

Quando, no alto das montanhas de Machu Picchu, pisamos nas pedras da cidade, uma emoção forte se apodera de nós. Essa estranha sensação anuncia do deserto as sete portas da muralha de Jerusalém. Quem, do avião, vê São Paulo que se avizinha, perde a respiração ao perceber-se perto das centenas de torres de concreto e luzes da cidade. Que fenômeno é este capaz de se fazer sentir no corpo de quem dele se aproxima? (ROLNIK, 2012).

Campina Grande possui dois marcos no que se refere ao planejamento urbano. Um deles é o período entre 1930 e 1945, momento em que a cidade vai ter seus contornos modificados a partir de um decreto, o Decreto 51¹¹ que dá plenos poderes ao prefeito em exercício (posto em prática por Vergniaud Borborema Wanderley¹²) para desapropriar, abrir ruas, demolir edificações, ocasionando uma **grande transformação urbana**, um significativo reordenamento espacial que se configura como a primeira experiência de reforma urbana de Campina Grande (SOUSA, 2003) o primeiro imposto na cidade por sua gestão. O projeto é baseado nas ideias do urbanista Nestor Figueiredo¹³.

Este período passou a ser considerado como “A” reforma¹⁴ urbana de Campina Grande e, por conseguinte, estudado e mencionado por muitos historiadores e arquitetos que, em nosso entendimento, dão uma impressão que só neste período houve uma grande transformação urbana na cidade. Realmente é um período importantíssimo no que se refere a uma história do urbanismo em Campina Grande, no entanto, este momento não foi o único!

Elencamos como segundo marco urbanístico de Campina Grande o período entre o ano de 1969 e início da década de 1980, momento em que a cidade vive uma segunda grande transformação urbana, através da criação e implementação (mesmo que em

¹¹ Publicado no dia 13 de março de 1936, “este decreto do prefeito Antônio Pereira Diniz foi encontrado em arquivo de Cristino Pimentel e não há referências sobre a fonte provavelmente foi publicado em O Rebate” (SOUSA, 2003. p. 87).

¹² Prefeito de Campina Grande nomeado por duas vezes, entre 18 de dezembro de 1935 e 1º de março de 1938 e de 20 de agosto de 1940 a 1º de março de 1945.

¹³ Quem melhor aborda esta reforma urbana é o Prof. Fábio Gutemberg Sousa em sua dissertação: Cartografias e Imagens da Cidade: Campina Grande – 1920-1945 (2001).

¹⁴ Preferimos aqui utilizar o termo ‘Transformação urbana’ se referindo a uma metamorfose física e social de uma cidade de maneira mais ligada a um plano urbanístico no sentido de mudanças estéticas e higiênico/sanitárias marcada por uma imposição autoritária.

parte) do Plano de Desenvolvimento Local Integrado com seus desdobramentos. É digno de menção, o fato de que no início da década de 1960, há uma iniciativa de planejamento urbano, ocorrida na administração do Prefeito Severino Bezerra Cabral¹⁵, a época foi elaborado um *Plano Diretor Físico* de Campina Grande, porém, não ultrapassou a fase de diagnósticos¹⁶.

Assim, é também intuito nosso delimitar o que seria esse segundo marco urbano de Campina Grande, esta segunda grande transformação urbana que deu os contornos que atualmente vemos na cidade e quando falamos em contornos, se faz necessário enfatizar que uma série de espaços vão ser criados e outros destruídos, permitindo um entendimento do que se planeja e do que se executa no traçado urbano da cidade através da cultura política de seus gestores, ansiosos por deixar marcas, feitos memoráveis, identidades, vitimando com isso populares, sujeitos ordinários (CERTEAU, 1994) que vão ser empurrados para uma – cada vez mais crescente – periferia, em um espraiamento (SANTOS, 2009) do tecido urbano da cidade.

Para tanto, lançamos mão do conceito oriundo da geografia, a gentrificação, para designar este processo de destruição e ressignificação de espaços no seio da cidade onde os seus habitantes são “expulsos” em nome de uma nova perspectiva de ocupação. *gentrification*, termo acadêmico usualmente traduzido para o português como “gentrificação”, se refere a um processo de enobrecimento do espaço urbano a partir da renovação dos elementos que compõem o espaço tais como construções, parques, praças, comércio, equipamentos de diversão, cultura, arte etc. Ocorre, geralmente, nas áreas centrais das cidades que apresentam maior grau de degradação dessa parcela do espaço urbano, tendo, conseqüentemente, construções abandonadas, invasões, cortiços etc. aglomerando população de baixa renda (MOREIRA, 2012).

Segundo (SAVAGE e WARD, 1993 apud MENDES, 2008), para que haja gentrificação no espaço urbano, tem de se dar uma coincidência de quatro processos: i) uma reorganização da geografia social da cidade, com substituição, nas áreas centrais da cidade, de um grupo social por outro de estatuto mais elevado; ii) um reagrupamento espacial de indivíduos com estilos de vida e características culturais similares; iii) uma

¹⁵ Severino Bezerra Cabral foi Prefeito em Campina Grande durante o período de 30 de novembro de 1959 à 30 de novembro de 1963.

¹⁶ CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. **Diretrizes para Campina Grande: Diagnóstico e Proposições**. Campina Grande: PMCG/COPLAN, 1983 (p.19).

transformação do ambiente construído e da paisagem urbana, com a criação de novos serviços e uma requalificação residencial que prevê importantes melhorias arquitectónicas; iv) por último, uma mudança da ordem fundiária, que, na maioria dos casos, determina a elevação dos valores fundiários e um aumento da quota das habitações em propriedade.

Marca da segunda grande transformação urbanística de Campina Grande, a gentrificação se consubstancia como prática absorvendo pelo menos três desses elementos citados, já que áreas populares vão ser extintas devido a um programa municipal denominado de Programa de Erradicação de Favelas de Campina Grande.

1.1 – Transformações urbanas em Campina Grande

Nas primeiras décadas do século XX, Campina Grande vai sofrer forte influência advinda de um modelo de cidade que representa o “espírito de modernidade”, este estilo de cidade moderna surge nas grandes reformas ocorridas nos principais centros europeus em meados do século XIX. Paris, Londres, Viena, Berlim, Frankfurt e Madri são exemplos de urbes que vão passar por um processo de expansão e (re)estruturação urbana onde o “esquecer o passado” vai estar entre os principais objetivos através de um esquadrinhamento de seu território.

Na Europa, tenta-se utilizar a reforma urbana como elemento para o esquecimento do passado absolutista. No Brasil, as reformas ocorridas em fins do século XIX e primeiras décadas do século XX vão ter, também, a intenção de esquecer um passado colonial¹⁷, transformando os centros urbanos brasileiros em cidades ditas modernas:

¹⁷ Reforma de Pereira Passos no Rio de Janeiro (1902-1906), dentre outras “no âmbito do “urbanismo higienista”, inspirado no Plano Hausmann, implementado em Paris no final do século XIX” (BASSUL, 2005. p.37).

Duas questões básicas parecem justificar os investimentos públicos destinados às reformas implantadas a partir do final do séc. XIX: a primeira estaria relacionada aos aspectos simbólicos que envolveriam a negação de um passado colonial, monárquico e escravista e a consolidação de uma paisagem moderna, que representasse o *status* republicano. A segunda estaria fundamentada nas necessidades técnicas de implantação de uma política sanitária capaz de combater a precariedade das condições higiênicas encontradas em determinadas formas de habitação e trabalho. (CALDEIRA, 2007. p.125)

Assim, compreendemos as incipientes mudanças ocorridas nas cidades brasileiras, ainda no século XIX, como caudatárias dos discursos e das novas questões levantadas na sociedade por higienistas e sanitaristas [...] e às necessidades de adequá-lo às exigências do capitalismo em expansão (SOUSA, 2003. p. 63).

Além do mais, entendemos nessa relação de forças entre a edilidade e os populares, relação que ocorre entre os estabelecidos e os outsiders, onde o grupo estabelecido estigmatiza o outro, lhe dando qualidade inferior como justificativa para a sua extinção, em nosso caso, a exclusão da área central da cidade. Nesta relação:

Era fácil perceber, nesse contexto, que a possibilidade de um grupo afixar em outro um rótulo de inferioridade humana e fazê-lo prevalecer era função de uma figuração específica que os dois grupos formavam entre si. Em outras palavras, na pesquisa fazia-se necessária uma abordagem figuracional. Atualmente, há uma tendência a discutir o problema da estigmatização social como se ele fosse uma simples questão de pessoas que demonstram, individualmente, um desprezo acentuado por outras pessoas como indivíduos. Um modo conhecido de conceituar esse tipo de observação é classificá-la como preconceito (ELIAS e SCOTSON, 2000. p. 23).

Esta estigmatização é ocasionada no processo de urbanização a partir da segunda grande transformação urbana da cidade no momento em que se justifica a retirada da comunidade São Joaquim das proximidades do centro da cidade por, dentre outras coisas, abrigar famílias pobres, com “patologia social” como ter relações promíscuas (COMDECA, 1972) dentre outras justificativas que denigrem e tentam simplesmente apresentar uma condição de inferioridade. Para tanto, a comunidade vai ser enquadrada como favela, mesmo que este conceito entre em contradição com as páginas dos jornais e com os depoimentos de moradores externos à rua que desautorizam este enquadramento.

Este processo urbanístico é marcado pelos interesses dos estabelecidos de Campina Grande¹⁸ à custa da negação material e simbólica das necessidades, dos sonhos e dos interesses dos outsiders, destruindo seus laços de sociabilidade e suas identidades locais.

1.1.1 – Primeira grande transformação urbana

A primeira experiência de transformação urbana de Campina Grande é influenciada por este cenário existente em fins do século XIX e vai ocorrer no início do século XX, sobretudo na década de 1930 onde a cidade “vai entrar no Plano de Urbanização das grandes cidades brasileiras”, segundo o relato do urbanista Nestor Figueiredo¹⁹ (em visita à cidade em fevereiro de 1933) a convite do interventor estadual Gratuliano de Brito e do Argemiro de Figueiredo, então secretário do Interior e Segurança Pública da Paraíba (SOUSA, 2003).

O Plano Diretor de Nestor Figueiredo possui uma concepção de urbanismo baseados puramente na estética e no sanitarismo, pois foi sob a égide do embelezamento que nasceu o planejamento urbano brasileiro (VILLAÇA, 1999. p. 193). Ruas vão ser alargadas e corrigidas, avenidas são abertas.

O imaginário campinense mudou algumas vezes; mas, nas décadas de 1930, 1940, foi totalmente alterado pelos recortes da modernização, quando o pensamento urbanístico local foi fortemente marcado pela filosofia positivista que associava o progresso à noção de beleza, higiene, salubridade no tempo linear que corria como o vento para

¹⁸ Segundo o conceito de estabelecidos e outsiders de Nobeit Elias e John Scotson (2000), os estabelecidos de Campina Grande seriam os governantes, que estariam em favor dos interesses das camadas abastadas da cidade.

¹⁹ Nestor Figueiredo também desenvolveu um projeto expansionista na capital Parahyba do Norte, hoje João Pessoa, entre as décadas de 1940 e 1950, estimulando os proprietários ao parcelamento de suas propriedades, fenômeno que tomou grandes proporções em áreas mais distantes da região central, como as áreas dos atuais bairros de Cabo Branco, Manaíra, Tambaú, Cristo Redentor e Mangabeira (CASTRO, 2006). Suas ações na Paraíba e em Pernambuco (Recife), o tornava referência, em termos de planejamento urbano, para os letrados nordestinos (SOUSA, 2003. p. 62).

chegar ao futuro [...] A cidade não escapou aos recortes da modernização: o novo passou a representar o avanço, o progresso, o já existente, o atraso, o provincianismo. (AMORIM, 2000. p.141)

É justamente embebido destes valores e imersa numa seara comercial algodoeira – surtindo em uma grande concentração de riqueza – que Campina Grande vai experimentar estas mudanças em sua área central, modificações de cunho estético, higiênico e sanitário que segundo Sousa (2003) são influenciadas pelo **ideário de civilização e progresso** comum (àquela época) em países europeus.

Campina Grande vai desfrutar de um destaque econômico em decorrência do beneficiamento e comercialização do algodão. Esta experiência é imortalizada pelas ações do Prefeito Vergniaud Borborema Wanderley, que promoveu uma reforma significativa no traçado urbano do centro de Campina, abrindo a Avenida Marechal Floriano Vieira Peixoto²⁰ (ainda a maior da cidade, um emblema da primeira grande reforma), relocando a Igreja do Rosário e o Cemitério Velho²¹ das Boninas, alinhando e alargando ruas (encerrando becos), ou seja, promovendo uma profunda transformação nas ruas centrais imbuído de um intrínseco ideal estético higiênico/sanitarista (SOUSA, 2003). Assim, Vergniaud Wanderley fala, indagado sobre o que motivou a Revolução²² Urbana de Campina Grande:

Foi o desejo de ver a cidade deixar de ser um burgo pobre, para se transformar na primeira comunidade do interior do Norte do País. Por isso, enfrentei as resistências com obstinação e energia, não dando ouvido às ameaças e resistência por parte daqueles que se julgavam prejudicados. Fiz cumprir uma Lei existente e não aplicada anteriormente. Sobre o gabarito dos prédios do Centro da cidade, desapropriei, comprei, botei e prendi, a tal ponto que me chamavam de violento, mas diz Sorel, o homem da teoria da violência, e que só

²⁰ Trecho da antiga delegacia de polícia (hoje Supermercado Bompreço) com destino leste até as proximidades do Açude Novo. Sua segunda expansão, dando os seus contornos atuais, se dá no momento denominado por nós de Segunda Grande Reforma Urbana, em meados da década de 1970.

²¹ O Cemitério Velho localizava-se na região da atual Boninas, à Rua João Félix Araújo (com parte de suas covas no atual estacionamento do Banco Bradesco), foi construído em 1857 e em 1899 já estava totalmente cheio. Com a construção do cemitério Nossa Senhora do Carmo, o do Monte Santo, a área do Cemitério Velho foi posta em hasta pública em 1º de abril de 1931, sendo construído em seu lugar oficinas e garagens (ALMEIDA, 1962).

²² Esse foi o termo que Vergniaud Wanderley usou à época e em entrevista ao jornalista Ronaldo Dinoá reforçou a ideia, acompanhada pelo referido jornalista. Como já afirmamos, preferimos por utilizar o termo Transformação Urbana devido às especificidades existentes neste processo em Campina Grande. De toda maneira, foi a primeira experiência da cidade com o urbanismo.

conheço por leitura: “Sou um homem do Direito que em si mesmo encerra a idéia de força, sem a qual no dizer de Hering, transformar-se-ia na importância da Lei” (DINOÁ, 1993, p. 206).

O seu intuito era tornar Campina Grande mais “civilizada, moderna, com ares do progresso”, seu acompanhamento das obras era contínuo e ocorria em diversos ambientes, seja em um boteco, bares, canteiros de obras, em cafés e assim por diante (SOUSA, 2003). De toda maneira, esta primeira grande transformação urbana da cidade não pode ser vista senão como a busca de uma solução para os “interesses e soluções específicos das elites” (VILLAÇA, 2010), dos estabelecidos (ELIAS e SCOTSON, 2000), que vivenciavam um momento de extraordinário crescimento da cidade, tanto que o intuito de Wanderley era tornar Campina Grande a capital do estado:

Ao fazer a reforma [...] eu vislumbrei a hipótese de Campina tornar-se até mesmo a Capital do nosso Estado, por isso mesmo, iniciei uma reforma urbanística que apesar das dificuldades da época, foi dada a um bom termo posso assim dizer, porque as bases, as preliminares, as coordenadas do grande desenvolvimento foram traçadas naquela época por mim²³

Pensou Vergniaud que, Campina possuindo mais divisas econômicas que a Capital do Estado, seria justo que ela tomasse o *status* de João Pessoa. A população era maior, a arrecadação de impostos também, além do comércio, beneficiamento do algodão e na pecuária; Josué Sylvestre nos lembra que:

[...] àquela época [...] a pujança econômica de Campina vinha da sua área rural. Eram muitas as fazendas existentes no território campinense proporcionando a existência de um rebanho bovino que era o maior do Estado (29.555 cabeças). Também ficava em 1º lugar na quantidade de suínos (9.100 cabeças) e eqüinos (7.694 animais) (SYLVESTRE, 1993. p. 31).

“Homem determinado”, como diria Ronaldo Dinoá²⁴, Vergniaud Wanderley dá este depoimento, publicado no jornal Diário da Borborema, curiosamente no ano de 1979, momento em que Vergniaud, depois de 24 anos morando no Rio de Janeiro (desde quando fixou-se como Senador da República), retorna à cidade para o reencontro

²³ Diário da Borborema, “Eu queria Campina sendo a capital”. 08 de julho de 1979.

²⁴ DINOÁ, Ronaldo. **Campina Grande: ontem e hoje**. Campina Grande: Gráfica Marcone, 2004.

com familiares e amigos. É justamente em um período em que Campina Grande vive um novo movimento em sua estética urbana, sua segunda grande transformação urbana que o ex-Prefeito – eivado de ousadia – se coloca como agente responsável inclusive pelo desdobramento que culmina com o período de 1970, afirmando que “as bases, preliminares, as coordenadas do grande desenvolvimento foram traçadas naquela época” por ele:

[...] encontrei Campina em pleno desenvolvimento, suas belas avenidas, as ruas plenas de comércio intenso, fazendo jus ao seu nome, e desde a minha época era conhecida com (sic) à Capital do Nordeste, de forma que, eu só tenho de me orgulhar daqueles passos, daquelas medidas que tomei, fazendo com que aquela um pouco desenvolvida da época, se tornasse hoje essa verdadeira Capital do Centro do Nordeste Brasileiro (Idem).

No entanto, esta modernização implementada por Wanderley foi à custa da remodelação de parte do antigo traçado do perímetro central, ocasionando a desfiguração do Patrimônio Histórico da Cidade, as edificações que remontavam a época colonial deram espaço ao moderno Art déco²⁵, no caso de Campina, o Art déco sertanejo²⁶. Neste processo, uma verdadeira teatralização do poder político foi configurada com o famoso bota abaixo que vitimou não só os populares, como também integrantes da elite campinense²⁷. “Os senhores do algodão tinham tanto dinheiro que resolveram fazer uma nova cidade, demolia, construía ao seu bel prazer”, afirmou o ativista cultural Walter Tavares²⁸.

É fundamental esclarecer que apesar da destruição do patrimônio arquitetônico existente, o senso de preservação do patrimônio histórico, as cartas patrimoniais e a legislação protetiva ainda não existiam, condição em que tornava as construções históricas das cidades ainda mais vulneráveis, ao sabor de uma cultura política

²⁵ Art Déco é o termo atual para definir o estilo formalizado na Exposição Internacional de Artes Decorativas e Industriais Modernas realizada em Paris em 1925, a partir de quando se expande por cidades de todos os continentes urbanizados. [...] A principal característica do estilo Art Déco é a explícita geometrização dos volumes e dos temas decorativos, sejam figurativos ou abstratos (ROSSI e SOUZA, 2002).

²⁶ Conceito desenvolvido pela designer Lia Mônica Rossi e pelo desenhista industrial José Marconi Bezerra de Souza para o Art-déco sem ferro e bronze e com a ausência de arranha-céus (ROSSI e SOUZA, 2002).

²⁷ Famílias abastadas que ocupavam residências em lotes pretendidos pelo projeto de urbanização da edibilidade

²⁸ Entrevista concedida no dia 04 de março de 2014.

(BERSTEIN, 1998) cujo seu repertório se baseia em ações novas em detrimento a tudo que representava o poder da oposição política, inclusive travestindo práticas antigas por inovadoras. No entanto, a ausência de conteúdo ideológico marcava as elites políticas do período. Sobre estes grupos, Eliete Gurjão faz a seguinte caracterização:

Suas diferenciações referiam-se aos choques de interesses, aos conflitos internos que contrapunham as duas correntes fazendo com que elas permanentemente se engalfinhassem. As lutas entre as duas facções políticas locais eram tão frequentes, que já faziam parte do cotidiano da cidade e suas manifestações variavam desde a **localização da feira** a episódios marcados pela violência (GURJÃO, 2000. p. 29) Grifo nosso.

Exemplo clássico de práticas dessa cultura política é o caso da localização da feira de Campina Grande que mudava de endereço ao sabor do grupo político que se encontrava no poder. Ora se realizava ao lado do mercado de cereais de Baltazar Gomes Pereira Luna (representando a burguesia rural)²⁹, no Largo da Matriz³⁰, ora se realizava na Praça Epitácio Pessoa, ao lado do comércio de Alexandrino Cavalcante, componente da chamada burguesia urbana. Surgindo a denominação de Mercado Novo e Mercado Velho.



Figura 3 – Mercado de Baltazar Luna e Feira livre defronte ao Mercado de Alexandrino Cavalcante, na atual Rua Maciel Pinheiro (Montagem).

Fonte: Acervo José Edmilson Rodrigues e Retalhos Históricos de Campina Grande.

²⁹ *Burguesia rural* era formada por membros do partido liberal, formado por descendentes das famílias antigas, grandes proprietários rurais, figuras de projeção local (GURJÃO, 2000). Em oposição, existia a *burguesia urbana*, formada por comerciantes vindos de fora, que integraram o partido conservador. Cf. CÂMARA, Epaminondas. **Os alicerces de Campina Grande**: esboço histórico-social do povo e da vida (1697 – 1864). Campina Grande: Livraria Moderna, 1943.

³⁰ Prédio construído no lote em que foi construído posteriormente o Grupo Solon de Lucena e que funcionou posteriormente a reitoria da URNe, ao lado do prédio do Grande Hotel, hoje Secretaria de Finanças e Administração da Prefeitura Municipal de Campina Grande.

1.1.1.2 - Símbolo da primeira grande reforma: a grande avenida.



Figura 4 – Foto do largo da Matriz, captada do alto da Igreja Nossa Senhora da Conceição.

Fonte: Museu Histórico de Campina Grande

A Avenida Marechal Floriano Peixoto foi exatamente o pontapé inicial e o balizador desta primeira grande transformação urbana. A cidade que havia sido emancipada em 1864 cresceu ao redor de sua igreja Matriz e é exatamente esta a rua que irá se tornar a sua maior avenida³¹. Em um mapa anterior à primeira grande reforma urbana (ver Figura 2), observam-se os contornos³² do centro urbano e sua área periférica.

³¹ Largo da Matriz, depois denominada de Rua do Progresso, até ser construída a Avenida Marechal Floriano Vieira Peixoto, abreviada em seguida para Av. Floriano Peixoto.

³² No mapa observe o caminho das águas pluviais existente na cidade, o riacho das Piabas e o trecho onde será construído a atual Avenida Canal, o caminho das águas da Prata e atual Bela Vista, o açude existente nas proximidades da atual feira da Prata o deságue com destino ao Açude Novo e em seguida Açude Velho.

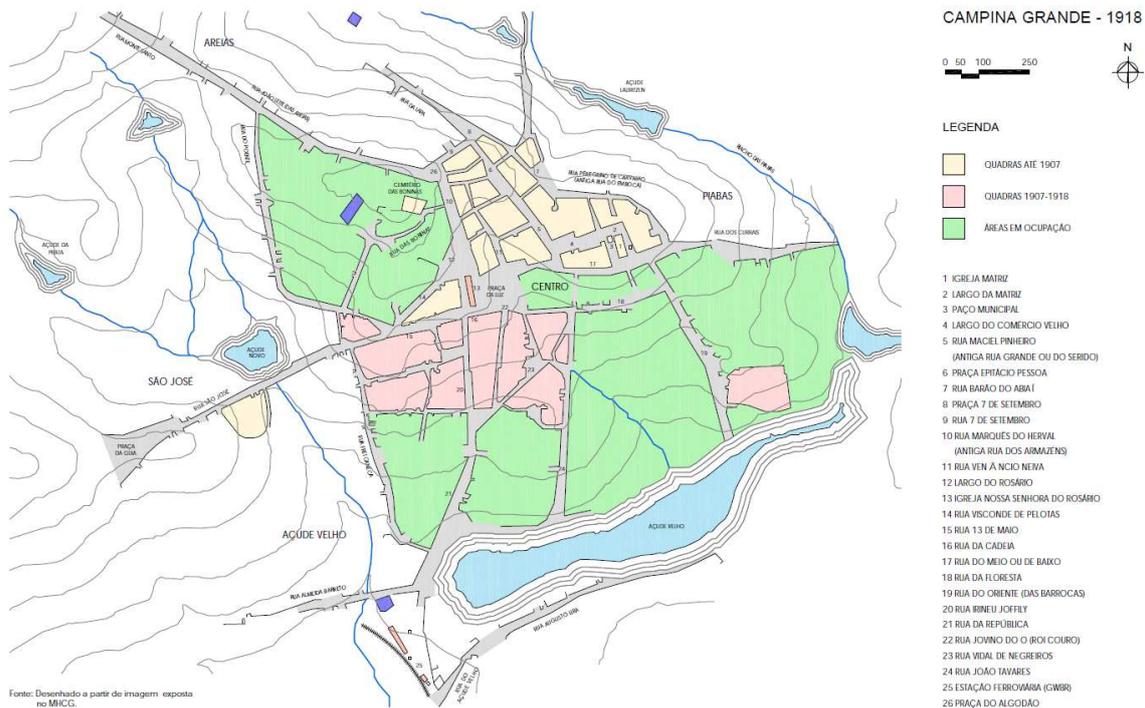


Figura 5 – Mapa de Campina Grande em 1918.

Fonte: QUEIROZ, 2008

Até este momento, a cidade vai ter um crescimento lento, “similar ao de uma formação de coral” (BRESCIANI, 1985). Até que a gestão pública resolve delimitar o que é zona urbana, o que é subúrbio, zona rural e os distritos. Isso ocorreu em 1938, através do Decreto Nº 21, assinado pelo Prefeito Bento Figueiredo³³. Nada diferente do que Epaminondas Câmara (1947) denomina como parte central da cidade (QUEIROZ, 2008) já para as décadas de 1910 e 1920. A cidade que vemos no mapa acima é formada por ruas de formas irregulares, as quadras não possuem um formato padrão, evidenciando um crescimento de maneira espontânea e nuclear.

O largo da Matriz é a porção central e a Igreja de Nossa Senhora da Conceição está “olhando” para a maioria dos lares, as que escapam de seu olhar direto, não podem negligenciar a sua referência geográfica. Construída em um alto, suas torres são vistas de qualquer lugar da urbe, como que com o intuito de abençoá-la, e porque não vigiá-la.

³³ Prefeito nomeado por duas oportunidades, de 12 de setembro de 1935 a 18 de dezembro do mesmo ano e de 04 de janeiro de 1938 a 20 de agosto de 1940, era irmão do também político Argemiro de Figueiredo.

Nesse espontâneo crescimento em desalinhamento de construções e de diferentes níveis topográficos e alinhamentos diversos – sem base cartográfica³⁴ –, não raro se vê na cidade do início do século ruas com larguras diferentes e calçadas sem qualquer padrão, como podemos observar na fotografia a seguir:



Figura 6 – Rua Irineu Joffily em 1930.

Fonte: MHCG.

É possível observar o desnível de calçadas, os barrancos e a criação de ravinas pelas águas pluviais (que, inclusive, é o caminho natural também dos esgotos residenciais), é de se imaginar a dificuldade existente de locomoção em períodos chuvosos, lembremos que após a chegada do automóvel em Campina Grande, nas décadas que seguem 1920 e 1930, haverá um incremento de veículos nas ruas da cidade e essas mesmas ruas passam a ser disputadas por carros³⁵, pedestres e animais.

São essas ruas que vão ser atingidas pelo projeto de urbanização de Vergniaud Wanderley. O alinhamento de ruas centrais e a demolição de prédios vão marcar a primeira grande reforma urbana. As ruas e quadras tomam como ponto de equilíbrio a

³⁴ PDLI, p. 139.

³⁵ Sobre a chegada do automóvel em Campina Grande em 1914, conferir a matéria: no Jornal da Paraíba

grande Avenida. Todos os prédios e lotes existentes em seu percurso foram desapropriados e demolidos, a grande avenida de Campina Grande vai ser criada e o parâmetro adotado pelo gestor para este alinhamento foi a famosa avenida Rio Branco, um dos pontos mais conhecidos da então capital do país, a cidade do Rio de Janeiro.

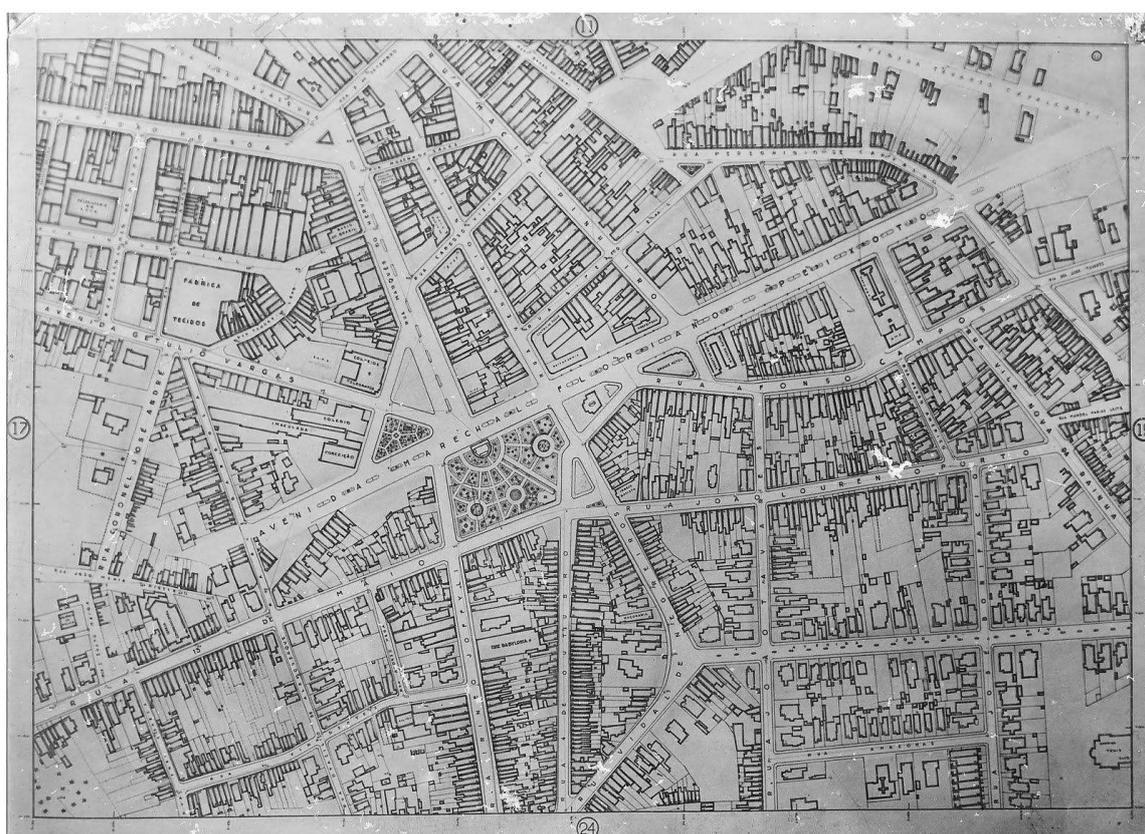


Figura 7 – Planta baixa da área central de Campina Grande. Década de 1950.
Fonte: Retalhos Históricos de Campina Grande.

Tudo isso foi possível através de um projeto resolutivo aprovado na Câmara Municipal, o Decreto 51, concedendo ao Prefeito a autorização para desapropriação e demolição de prédios situados no trecho de prosseguimento da avenida Floriano Peixoto, segundo o decreto: “Considerando que a Praça Floriano Peixoto (ex-praça Municipal e ex-Largo da Matriz), aliás a principal da cidade, constitui um verdadeiro mostrengo ao embelezamento e alinhamento que os preceitos do urbanismo impõe”³⁶. Uma rua desalinhada e torta que precisava ser endireitada.

³⁶ Trecho da justificativa do Decreto 51.

O decreto, da época do Prefeito Antônio Pereira Diniz, só foi efetivado por Vergniaud Wanderley³⁷. Ao observar a planta baixa acima e comparando com o mapa anterior, é possível enxergar o realinhamento de ruas, o posicionamento das quadras e a extinção de becos. A grande avenida está em destaque na porção central do mapa e corta todo o centro urbano indo ao encontro do Açude Novo. Ela é a principal criação desta grande reforma urbana e como marca simbólica é batizada com o nome do primeiro vice-presidente e segundo Presidente da República Federativa do Brasil, o Marechal Floriano Vieira Peixoto.

A escolha do nome sugere uma espécie de resposta dada por Vergniaud Wanderley às famílias potentadas da cidade que se sentiram prejudicadas com a reforma urbana, pois o Marechal, no exercício do cargo de Presidente, foi reconhecido por sua visão de república não identificada com as forças economicamente dominantes, entrando em verdadeiro choque contra a ideia de “república dos fazendeiros”. Pois bem, esta parcela da elite campinense foi despejada da área central da cidade e teve que ocupar setores (à época) periféricos³⁸, criticando bastante uma reforma ditatorial, que impôs valores baixos nos imóveis e forçou os inquilinos a saírem deles, conforme podemos notar em entrevista dada por Vergniaud Wanderley a Ronaldo Dinoá:

[...] pavimentei dezenas de ruas (...) remodelei o centro da cidade, acabando as vielas, impondo um certo tipo de construção (...) a desapropriação da casa de Pedro do Egito foi a única que levei a Juízo (...) apesar disto, logo que foi pagar a desapropriação em juízo, houve um incidente, porque, não esperando pelo recurso ao Tribunal, que o mesmo tinha direito, **mandei** derrubar, na calada da noite, o referido prédio. De outra feita, um morador de uma pequena casa que atravancava a rua Tiradentes e que já estava paga ao proprietário, mandei que um caminhão abalasse a sua estrutura com uma forte marcha ré, para que o referido morador se atemorizasse com o próximo desabamento. De outra feita, na rua Cardoso Vieira, um barbeiro também obstinado opôs resistência a um prédio também já pago pela Prefeitura. Na hora da demolição mandou que um cliente

³⁷ Chamado por Ronaldo Dinoá de “Prefeito RAF”: “porque, hoje, uma rua estava de pé; amanhã, não mais existia e dava lugar a uma nova artéria”, ainda afirmando que foi: “o maior prefeito que já passou pela Prefeitura de Campina Grande. A ele a cidade deve o que é hoje, em termos de urbanização” (1993. p. 203). Detalhe é que Ronaldo Dinoá é primo segundo de Vergniaud Borborema Wanderley.

³⁸ Uma área que ocupada por estes potentados foi a margem direita do Açude Velho, a atual Vila Borguesa e suas cercanias. Se faz visível as mansões existentes atualmente em ruas como a Desembargador Trindade, construções da época e que atualmente estão fazendo parte de uma outra metamorfose urbana da cidade (no início do século XXI), que é a sua verticalização, pois em muitos destes lotes estão sendo construídos edifícios de muitos andares.

sentasse na cadeira para fazer a barba. Quando este cliente viu os pedaços de telha caindo em seu redor, saiu em disparada, sendo vaiado pelo povo que sempre prestigiava esses atos (DINOÁ, 1993. p. 207. Grifo nosso)

Percebe-se pela fala do alcaide o rigor de seus atos e como se utiliza da população de forma astuciosa para apoiá-lo em suas investidas. As vaias que ouvia soavam como uma confirmação de que seus atos eram corretos e justos, no entanto, não se sabe se a vaia era em chacota ao pobre despejado ou contra o ato da imposição de sua saída.

A escolha do nome para a grande avenida também traduz uma das marcas simbólicas dessa transformação urbana que é o esquecimento, o nome do Marechal representa a república, em detrimento ao passado colonial que também deixará de estar expresso no casario central, nos prédios, em logradouros, lugares de sociabilidade que deixarão de existir. Com o realinhamento, edificações são demolidas e outras são reconstruídas sob um novo estilo arquitetônico, o Art Déco, que é também uma marca simbólica em favor do esquecimento do passado e a exaltação de uma nova cidade, um novo futuro, um novo caminho.

Além do mais, um importante equipamento cultural de divertimento da elite campinense, o Cine Capitólio, vai mudar suas feições e passará a ser utilizado de uma maneira diferente. Ele deixa de estar situado com a frente para a rua 13 de maio e, conseqüentemente passa a ter novo endereço, sua entrada vai ser localizada na recém criada avenida Floriano Peixoto, voltada para o centro da cidade (e não mais de costas!) e em sua frente e lateral são construídas duas praças, a praça do Rotary Club International e a Clementino Gomes Procópio³⁹.

Sobre esta primeira grande transformação urbana, Léa Amorim comenta sobre as demolições:

³⁹ A propósito, se faz oportuno mencionar uma questão interessante sobre a praça Clementino Gomes Procópio que está exibida na planta baixa da década de 1950 (Figura 4). Nota-se que a área está esquadrihada de maneira que não desenharam inicialmente o Cine Capitólio. Deste, só existe um contorno visivelmente realizado depois da confecção do desenho. Qual a intencionalidade para tal feito? Ato intencional ou descuido? Como nem ao menos sabemos a autoria da planta, tal investigação ficará para uma próxima investida historiográfica.

Ao rasgar a Praça da Matriz de ponta a ponta, a modernização do prefeito foi bastante dolorosa: destruiu o Paço Municipal, anexo à Igreja, prédio secular cuja pedra fundamental fora lançada em idos de 1877, em terreno do patrimônio de Nossa Senhora da Conceição. O Paço Municipal serviu de Câmara Municipal e, ali, durante certo tempo, funcionou o Gabinete de Leitura 7 de Setembro [...] feriu sensibilidade, expulsou pobres das ruas, obrigou ricos à aceitação do progresso, desapropriou impiedosamente casas seculares. Recuou, avançou, levantou calçadas, mudou fachadas. O progresso estava acima de tudo e de todos (AMORIM, 2000. p. 143-144).

E ainda afirma, a respeito da destruição de marcos da memória cidadina, em tom de crítica, entende essas transformações como nefastas ao patrimônio da cidade:

Por várias décadas, os poderes constituídos demoliram o patrimônio histórico de Campina Grande, para a construção do que consideravam “moderno”. A cidade transformou-se em urbe progressista, com espaços racionalizados, com tudo “novo”. Toda a roupagem nova, considerada bela, foi vestida em cima dos escombros da memória. O turbilhão do progresso desmemorizou a “Rainha da Borborema”. Os defensores, os batalhadores, os memorialistas, foram tachados de conservadores. As falas sensíveis, as emoções vividas, as resistências ultimadas, ficaram no ostracismo (AMORIM, 2000. p. 163).

Comentando sobre a transformação, o ativista cultural Walter Tavares é enfático: “foi o maior crime cometido contra Campina Grande. Mas agora o art déco nos dá a última oportunidade de ter um estilo arquitetônico definido”⁴⁰. A fala de Tavares é emblemática porque demonstra uma percepção do patrimônio da cidade que ficará impregnado nas mentes e corações de intelectuais e do senso comum da cidade. O imposto art déco passa a ser o estilo (único?) que resta para o apego de gerações seguintes, é o *corpus* arquitetônico que irá compor o Centro Histórico da cidade que será delimitado⁴¹ décadas depois. É desta forma que se entende que “[...] nunca houve

⁴⁰ Afirmação feita em uma entrevista do caderno de Turismo do jornal ‘Folha de São Paulo’ no dia 02 de junho de 2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/turismo/noticias/ult338u2730.shtml>. Acesso em 02 de julho de 2014.

⁴¹ O Centro Histórico de Campina Grande é uma área deliberada em 2003 e delimitada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP) em 28 de junho de 2004, compreendendo um cinturão englobando ruas e praças centrais da cidade. Para conhecer sua fronteira, basta caminharmos pela cidade, percorrendo o seguinte itinerário: iniciando na esquina da rua Vila Nova da Rainha, antigo Sítio das Barrocas, onde foram edificadas as primeiras construções da então Vila, nas costas da igreja Matriz, seguimos por esta rua, entrando à direita na rua João Lourenço Porto, depois à

um documento da cultura que não fosse simultaneamente um documento da barbárie” (BENJAMIM, 2012. p. 245) e Campina Grande vai passar por este momento político conturbado e polêmico e herdar um patrimônio para se defender e venerar: o conjunto em Art déco. Talvez seja este processo o estopim para as transformações sucessivas que irão ocorrer nas décadas seguintes sem o respeito ao que se deixou como patrimônio histórico, seria Campina Grande, portanto, uma cidade que não sabe viver com suas historicidades, não possui suas várias marcas históricas (CERTEAU, 1994).

1.1.2 – Campina Grande entre duas grandes transformações urbanas: em busca de uma fisionomia cosmopolita

Nas décadas seguintes, a primeira transformação urbana (anos 1950), Campina Grande tem seu ritmo de crescimento sem qualquer organização ou planejamento institucional, caminhando ao sabor do poderio econômico deixado pelo “ouro branco” e aos auspícios das conjunturas estaduais e nacionais que pudessem favorecer os estabelecidos da cidade. Com relação ao seu crescimento urbano, não havia uma diretriz, um plano diretor que pudesse conduzir o crescimento da cidade. Sua expansão se viu vulnerável à mera especulação imobiliária, numa expansão espraiada (SANTOS, 1993).

Em fins da década de 1950, enquanto no âmbito nacional, surgem os primeiros ensaios de planejamento urbano *stricto sensu*, baseados em um plano diretor (VILLAÇA, 2010. p. 177), Campina Grande vai procurar “desesperadamente um novo

esquerda na rua Dr. João Tavares, em seguida à direita indo ao encontro da Praça Cel. Antônio Pessoa, contornando-a e seguido direto até o encontro com a rua Rui Barbosa, subindo a direita, cruzando a Av. Floriano Peixoto e passando pela Av. Getúlio Vargas, seguindo pela rua Miguel Barreto, percorrendo parte da Rua João Pessoa, contornando a Praça João Rique, indo pela Maciel Pinheiro, encontrando a Barão do Abiaí, em seguida indo pela rua Peregrino de Carvalho até encontrar a rua Afonso Campos, finalizando a caminhada de onde partimos, na esquina da rua Vila Nova da Rainha (OLIVEIRA e SANTOS, 2010. p. 66).

lugar para si, uma nova maneira de estar no mundo” (AGRA DO Ó, 2006. p. 17), se no restante do país, observa-se a migração do campo para a cidade, Campina Grande não poderia estar portada de outra forma. O futuro deveria ser almejado com foco no sucesso, no otimismo – principalmente por parte de seus letrados – visando um aspecto econômico para alavancar sua economia e retomar o crescimento, a saída foi: a industrialização.

Vejam os o que é estampado no jornal Diário da Borborema⁴² do período: “Campina Grande está vivendo uma fase em que a industrialização se impõe como único instrumento de sua sobrevivência” (DB, 14 de março de 1959, p. 07), palavras que devem ser muito bem analisadas, já que o referido jornal era “influenciado pelos empresários, banqueiros e industriais nas décadas de 1960 em diante, o jornal deixava claro a sua posição enquanto meio de comunicação influente em Campina Grande” (FERNANDES, 2011. p. 14).

Desta forma, o município deveria seguir a conjuntura nacional, deixando de ser um mero centro de comércio de produtos agrícolas e passando a incorporar o nacional-desenvolvimentismo idealizado no governo do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956 a 1961). Duas importantes obras estruturantes apoiaram este pretensão desenvolvimento campinense: a energia elétrica vinda de Paulo Afonso⁴³ e o abastecimento de água a partir do Açude Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa, popularmente conhecido como Açude de Boqueirão⁴⁴.

Com a instituição da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE em 15 de dezembro de 1959⁴⁵ o Nordeste vai ser “integrado ao

⁴² Jornal diário publicado e impresso em Campina Grande criado em 1957 por Assis Chateaubriand Bandeira de Melo e vinculado ao Grupo Diários Associados. Em 2008, segundo dados do Grupo D.A., sua circulação no Estado era dividida desta maneira: 14% Sertão Paraibano, 12% Litoral, 74% Cariri e Brejo, com leitura majoritária masculina (57% homens, 43% mulheres) (Portal Diários Associados, 2014)

⁴³ Através da Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF, a 10 de junho de 1956, sendo a edilidade concessionária da sua distribuição. (MELO, 1984. p. 17)

⁴⁴ Também chamado de Açude Boqueirão de Cabaceiras, foi construído na barra do rio Paraíba, entrando em operação no ano de 1957, está localizado no atual município de Boqueirão, cobrindo uma área de 2.680 há, acumulando um volume de 535.680.000 m³ (DNOCS, 2014).

⁴⁵ Ideia originada no Encontro da Confederação de Bispos do Brasil – CNBB Nordeste 2, em Campina Grande, que “ao sediar o I Encontro dos Bispos do Nordeste, ocorrido de 21 a 28 de maio de 1956, em que a discussão acerca do crescimento diferenciado em regiões foi o principal ponto de pauta, tornou-se peça chave da nova política de desenvolvimento” (LIMA, 2012. p. 98).

desenvolvimento” do país. É desta maneira que esta instituição é apresentada em seu portal oficial na internet:

A criação da SUDENE em 15/12/1959 representou uma das conquistas mais importantes do povo brasileiro, na história recente de nosso país, porque deu início a uma nova era, marcada pela incorporação progressiva da Região Nordeste e, logo em seguida, da Amazônia, ao processo de desenvolvimento nacional conduzido pelo governo federal, que até àquela data se concentrava nos estreitos limites das Regiões Sudeste e Sul.

A principal força motriz dessa conquista foi a **conscientização e mobilização da sociedade brasileira**, conduzida sob a liderança legítima de suas forças sociais e políticas mais representativas, quanto à situação de abandono secular em que se encontrava a Região, em relação às políticas nacionais de promoção do desenvolvimento, o que vinha resultando no seu atraso crescente, diante dos avanços realizados nas áreas mais desenvolvidas do País.

Graças ao perfil democrático e a visão estratégica de estadista do Presidente Juscelino Kubitschek, associados aos profundos conhecimentos científicos de Celso Furtado, o maior economista brasileiro de todos os tempos, as ideias inovadoras surgidas nesse autêntico processo de mobilização social puderam ser aproveitadas, após devidamente avaliadas e aperfeiçoadas, para a instituição da SUDENE pela Lei nº 3692 de 15/12/1959. Foi decisiva a contribuição ofertada no documento intitulado “Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste”, construída sob o comando de Celso Furtado à frente do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste - GTDN, que originou os quatro sucessivos Planos Diretores que balizaram a ação desenvolvimentista da SUDENE iniciada na década de 1960 (Grifos nossos).

Com a criação desta instituição e a descrição acima, o poder público central já assume que a região atingida não é desenvolvida, creditando o atraso ao abandono secular. Partilhando desta política pública, Campina Grande vai buscar investimentos importantes, o que vai conduzi-la a tomar atitudes que possam subsidiar este aporte financeiro prometido pela SUDENE e para tanto, ela se prepara institucionalmente. São criados órgãos que possam subsidiar tal empreendimento: a “Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico (COMUDE); em 1958, juntamente com a inauguração da adutora do Açude de Boqueirão, cria-se a companhia de saneamento e esgoto (SANESA)” (LIMA, 2012. p.43) estas autarquias são exemplos deste mister.

Ventos sopram em direção à cidade de Campina Grande que, para alguns de seus intelectuais, adentra aos anos 60 do século passado como sendo a cidade que, no quadro urbano nordestino, “é um fenômeno que impressiona profundamente aqueles que se

interessam, de alguma maneira, pelo estudo do fato urbano no Brasil” (CARDOSO, 1963. p.415), a afirmação, porém, não é de um filho da terra e sim de uma geógrafa sulista, Maria Francisca Thereza C. Cardoso, que chefiou uma excursão-pesquisa, através da secção regional do Nordeste da Divisão de Geografia do IBGE, para Campina Grande, cujo fruto de sua investigação foi o texto ‘Campina Grande e sua função como Capital Regional’⁴⁶. O presente estudo é categórico quando afirma que:

Ao se analisar cada uma de suas funções verifica-se que [Campina Grande] funciona como verdadeira **capital regional**, pois tôdas elas repercutem sensivelmente em ampla área sertaneja e são muitas as aglomerações urbanas, próximas ou não, **que dependem de Campina Grande total ou parcialmente**. Mas é graças à sua extraordinária atividade comercial e à posição que ocupa no quadro geral das exportações do Nordeste que Campina Grande pode ser considerada, a rigor, como a capital econômica, não só da Paraíba, mas de uma área mais extensa, que ultrapassa, de muito, os limites estaduais (Idem, p. 423. Grifos nossos).

O estudo passou a ser um dos mais influentes instrumentos que sustentaram um ideal de desenvolvimento e de enorme pujança da cidade além de ser uma análise com bases científicas que vai justificar esta condição. Esse fenômeno foi defendido pelos seus mais destacados intelectuais⁴⁷ e consolidou no senso comum destes. Esta condição balizou mais um ingrediente desta cultura política (BERSTEIN, 1998) que é defender o ideal de que a cidade possui uma eterna vocação para o sucesso, foi assim com o algodão, é assim com o comércio e será assim com a indústria. O texto de Cardoso vem dizer tudo aquilo que se esperava para uma cidade que buscava uma fisionomia cosmopolita.

É interessante pensar que já na década anterior, Campina Grande era descrita por seus letrados como uma cidade que se tornava cada dia mais importante e próspera: “Parecia então que era o *destino* deste município do interior paraibano desenvolver-se

⁴⁶ O presente trabalho resulta de uma pesquisa efetuada na cidade de Campina Grande, em julho de 1962, como parte de um plano de estudos urbanos programados pela Secção Regional Nordeste da Divisão de Geografia (CARDOSO, 1963. p. 415). Para fundamentar o trabalho, Cardoso produziu uma série de cartogramas entrecruzando dados econômicos, sociais e políticos, que demonstram a influência de Campina Grande além fronteira da Paraíba.

⁴⁷ Principalmente nas páginas dos jornais Diário da Borborema e Jornal da Paraíba, intelectuais como Stênio Lopes, Epitácio Soares, dentre outros.

indefinidamente e que cumpria aos campinenses apenas inserir-se nesse movimento” (AGRA do Ó, 2006).

A expressão visionária de um *desenvolvimento sem limites* para Campina Grande possui raízes longínquas e teve no sucesso do *boom* algodoeiro (1860 a 1940) um arquétipo desta cultura política, momento em que a cidade se consolida pela condição de ponta de trilho ocupada por exatas cinco décadas (ARANHA, 2006), impulsionando o desenvolvimento do comércio de uma maneira geral, os caminhões que chegavam carregados de algodão à Campina Grande não voltavam vazios, suprimentos de todos os tipos recheavam os caminhões em seu retorno, consolidando naquele momento uma condição de polo distribuidor que o texto de Cardoso vem cristalizar⁴⁸.

Há quem possa ir mais longe, buscando certo determinismo geográfico para a cidade que estaria em posição estratégica no interior dos estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Ceará, sendo inclusive comparada a cidade de São Paulo em atuação intensa de desempenho em âmbito regional. A Campina Grande da década de 1960 foi dita da seguinte maneira:

À semelhança de São Paulo que do planalto paulista domina no campo econômico todo o sul e parte do sudeste e centro-oeste do país, Campina Grande, embora em menores proporções, do alto da Borborema irradia sua atuação por extensa área do sertão, contrastando, assim, com a grande maioria dos centros urbanos nordestinos, que vivem apenas em função da área rural de sua comuna [...] É a posição geográfica das duas cidades que responde ao “porquê” dessa atuação tão intensa que ambas desempenham (CARDOSO, 1963. p.415).

Comparar Campina Grande à capital paulista é elevar a cidade a um patamar grandioso no âmbito nacional, um discurso que pode ter consequências perigosas, pois além da atração de empresas, há o afluxo desmedido de contingentes populacionais que resolvem tentar a sorte no município, “na ilusão de melhores condições de vida”

⁴⁸ Aranha faz uma elucubração interessante a respeito desta condição de ponta de trilho: “Mas fico imaginando qual teria sido o papel da estrada de ferro em Campina Grande caso tivesse se concretizado o ramal de Mulungu conforme projetado. Teria a cidade adquirido a importância de grande entreposto algodoeiro, assumindo a condição de empório comercial da fibra? Teria surgido na cidade uma elite tantos lucros auferiu com o comércio exportador de algodão? (ARANHA, 2006. p. 239)

(MELO, 1985. p. 39) ao mesmo tempo em que “deve ter levado os remanescentes letrados dos anos 1930-1940 ao júbilo” (SOUSA, 2006. p. 184).

O discurso que aqui mencionamos como *determinismo geográfico para um município polo*⁴⁹ é utilizado desde fins do século XIX e é sempre requeitado, aproveitando-se de notabilidades adquiridas ao longo dos tempos e as necessidades prementes: cidade do algodão (ouro-branco), cidade do comércio e da educação e no século XXI como cidade da tecnologia e educação, sempre elencando seu posicionamento geográfico com relação aos principais centros econômicos nordestinos.

Talvez tenha sido Irineu Jóffily quem primeiro tenha sugerido a condição de polo regional quando afirma que “são estes os dois pontos que lhe dão primazia sobre as outras localidades da Província: – comércio de trânsito ativo e população superior” (JÓFFILY, 1977, p. 391) e novamente o discurso vem à tona com a pesquisa de Thereza Cardoso, nesta Campina Grande é colocada como o maior empório comercial da região depois de Recife-PE, ocupando “entre **todas** as cidades brasileiras posição privilegiada quanto a seu comércio, onde o setor atacadista ocupa quase meio por cento do pessoal empregado no atacado do país” (CARDOSO, 1963. p.416. grifo nosso).

É exatamente assim que a cidade é “vendida”, principalmente para o sudeste do país. Campanhas e propagandas são intensificadas na atração de indústrias e dentre as vantagens oferecidas por Campina Grande, está em primeiro lugar: “a) Situação privilegiada no interior do Nordeste, com relativa equidistância dos núcleos econômicos mais vivos da Região” (LIMA, 2012. p. 48).

Em julho de 1962, o comércio e a indústria campinense são responsáveis por 43% da arrecadação estadual de impostos (CARDOSO, 1963), algo notável para uma cidade que não é capital e está localizada no interior. É ainda observável que:

⁴⁹ “Praticamente todos os trabalhos escritos sobre Campina Grande utilizam-se da sua posição geográfica privilegiada para justificar seu crescimento e desenvolvimento. A cidade localiza-se no Agreste da Borborema, área central do Estado, elo entre litoral, cariri e sertão”. (SOUSA, 2006. p. 184). Se observarmos o mapa político da Paraíba, a cidade de Campina Grande não está no centro das regiões, não ocupa a porção central, o coração do Estado. Tal condição seria mais apropriada a municípios como São João do Cariri ou Taperoá. O que ela pode ser considerada é que está em um posicionamento central entre regiões de interesse econômico e político determinado na época da chegada do trem, a saber: a capital (e poucas vilas próximas), o brejo de Areia (polarizando as vilas mais próximas) e um gigantesco sertão (Cariri, Curimataú, Seridó e Sertão), com expressão econômica intimamente ligada aos currais de gado. Haja vista que as rodovias federais que cortam o Estado acompanharam esta dinâmica e quem se desloca do Cariri ou Curimataú para o Seridó e Sertão tem que necessariamente ir até a região de Campina Grande, ou então “cortar” caminho por dentro em estradas vicinais de péssimas condições.

A relevância econômica de Campina Grande no contexto do Estado da Paraíba revela-se também no fato de ser a cidade a sede da FIEP – Federação das Indústrias do Estado da Paraíba, do SESI – Serviço Social da Indústria, do SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, do CNPA – Centro Nacional de Pesquisa do Algodão, da Bolsa de Mercadorias do Estado da Paraíba e sede de 12 dos 16 sindicatos patronais do Estado (SILVA, 1987, p. 53)

Para somar um aspecto a esse estado de coisas, é a partir da década de 1960 que são criadas duas Universidades na cidade, a Universidade Federal da Paraíba – UFPB (Campus II) e a Fundação Regional do Nordeste – FURNE, paralelamente, a rede escolar de Campina Grande é incrementada neste período com a inauguração de várias escolas.

Tudo isso vai fazer com que Campina Grande possua uma efetiva atração regional de migração da zona rural cada vez mais crescente, desviando os migrantes dos auspícios da seca, em direção aos centros urbanos, sobretudo àqueles mais “desenvolvidos” e de possibilidades de prosperidade eminente. Este contingente populacional vem em busca de emprego e oportunidades (MELO, 1985) e, em sua maioria, continua na vida miserável em que vivia. Mesmo Campina Grande sendo um ponto de captação desta migração, a partir dela, o êxodo para o sudeste ainda foi significativo, uma das contradições deste desenvolvimento campinense. Segundo os estudos do jornalista Eptácio Soares:

[...] dados da Delegacia de Polícia de Campina Grande, que realizou o controle dos veículos que trafegavam para o Centro-Sul, foi registrado que de 02 de fevereiro a 18 de dezembro de 1956, embarcaram 5.612 homens para o Sudeste, dentre eles, 4.772 homens tinham entre 20 a 26 anos de idade, sendo 4.315 agricultores e 457 sem profissão definida. (OLIVEIRA, 2005, p. 54)

Para a classe política, o eminente desenvolvimento de Campina Grande deveria abarcar outras perspectivas, problemas de várias ordens surgiam e mereciam uma solução:

Num editorial de janeiro de 1959 o Diário da Borborema chegava a dizer que entre todos os problemas da cidade, dois se sobressaíam: *o crescimento desordenado e sem planos dos bairros e o alargamento da terra arrasada ao redor da cidade, por conta dos loteamentos* (AGRA DO Ó, 2006, p.46, Grifos do autor)

A cidade dava alguns passos no crescimento de sua malha urbana e havia a necessidade de um planejamento urbano que disciplinasse o seu crescimento, talvez a observância dessa questão, tenha sido originada por consequência do loteamento de uma grande área incólume de seu perímetro urbano, bem próximo do núcleo antigo da cidade, surgindo, assim, o bairro da Prata em 1962, que já contava com a igreja em devoção a Nossa Senhora do Rosário desde 1940, a mesma que foi retirada do centro da cidade para dar lugar à grande avenida de Vergniaud Wanderley, além de algumas poucas residências e sobretudo fazendas⁵⁰.

1.1.3 – Ensaando um planejamento: Campina Grande desenhada pelos donos da razão tecnocrática burguesa.

Após a transformação urbana das décadas de 1930 e 1940, vai ser no início da década de 1960 a próxima iniciativa de planejamento urbano, ocorrida na administração do Prefeito Severino Bezerra Cabral⁵¹, momento em que foi elaborado um Plano Diretor Físico de Campina Grande, não ultrapassando a fase de diagnósticos⁵².

⁵⁰ Para se ter ideia, a residência de Alvino Pimentel, localizada a um ponto médio da Avenida Getúlio Vargas (vizinho ao Cine Avenida, de costas para Avenida Rio Branco), na época da construção do Mosteiro de Santa Clara (em 1950) (UCHÔA, 1964), era considerada como fazenda, a Fazenda de Alvino Pimentel.

⁵¹ Severino Bezerra Cabral foi Prefeito em Campina Grande durante o período de 30 de novembro de 1959 à 30 de novembro de 1963.

⁵² CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. **Diretrizes para Campina Grande: Diagnóstico e Proposições**. Campina Grande: PMCG/COPLAN, 1983 (p.19).

A equipe responsável por esse estudo chegou a produzir um diagnóstico [...] foram feitos, ainda, projetos referentes à urbanização do Açude Velho e Açude Novo⁵³, destacando-se, entre outras obras, a construção do Teatro Municipal Severino Cabral. Contudo, esse projeto não chegou a ser concretizado (SÁ, 2000. p.184).

São raras as informações acerca deste planejamento. No entanto, consta no currículo do arquiteto e urbanista Hélio Modesto como ‘Trabalhos Realizados’ a feitura de: “**1960 – Ante-projeto do Plano de Urbanização da Cidade de Campina Grande – Campina Grande – Paraíba**” (GPI, 1969. Grifo nosso)⁵⁴ é provável que este Plano de Urbanização seja o mesmo mencionado em CAMPINA GRANDE (1983) e Sá (2000). Almeida (1962), ao comentar sobre o “Açude Nôvo”, afirma: “Aproveitado no traçado de um plano de urbanização da área, aguarda a sua realização para se tornar o centro de uma das partes mais belas e aprazíveis da cidade” (p. 121), confirmando a existência deste plano de urbanização, não prestando maiores informações.

Há a informação de que Newton Vieira Rique, Prefeito entre 1963 e 1964, teria trazido um arquiteto e urbanista para projetar o que deveria ser feito no Açude Novo, não tenho maiores informações sobre o assunto:

Newton Rique que, **tendo trazido de fora um arquiteto e urbanista para projetar** o que deveria ser feito com o local até então ocupado pelo Açude Novo, esvaziou o local que beirava o muro do Mosteiro Santa Clara, e chegava a tornar intransitável, quando acumulava mais água a rua D. Pedro II. Quando o Prefeito Williams Arruda assumiu a prefeitura encontrou aquele terreno, que era o balde do Açude Novo, cheio de mato e resíduos de esgotos domésticos. Ele fez construir um valado circular (OLIVEIRA e RODRIGUES, 2012)⁵⁵.

Uma cidade que se buscava planejar, estabelecer critérios de ocupação e vivência, uma cidade desenvolvida em gabinetes, uma cidade que se deseja e que se

⁵³ Uma nota no Jornal da Paraíba nos dá ciência deste plano: “o início e conclusão do parque e urbanização do Açude Novo, obra projetada em 1963 e ainda não iniciada, com reais prejuízos para o aspecto urbanístico daquela área” (Jornal da Paraíba, 28 de outubro de 1971).

⁵⁴ E para o ano de 1962, ano que consta em CAMPINA GRANDE (1983) e SÁ (2000) este planejamento urbano, o Hélio Modesto realizava: “1962 – Plano Diretor da Cidade e Município de Fortaleza, Fortaleza, Ceará” (GPI, 1969).

⁵⁵ OLIVEIRA, Thomas Bruno; RODRIGUES, José Edmilson. Planejamento e urbanização em Campina Grande: notas históricas. In: portal Ancomarcio.com, disponível em <http://www.ancomarcio.com/colunas/thomas/1246> . Acesso em 12 de setembro de 2012.

quer. O planejamento urbano vem ser colocado como um elemento, nesta construção histórica⁵⁶ que é a cidade, não esquecendo-a como lugar – por excelência – onde a vida social efetivamente acontece (PESAVENTO, 2002) e o que se planeja não é necessariamente o que se concretiza, os interesses dos estabelecidos se consubstanciam como as vicissitudes dos outsiders.

A partir da década de 1960, uma explosão urbana vai tomar conta **das cidades brasileiras**. Em consequência, um grande número de camponeses sem perspectivas no campo, vai ser atraído para os conglomerados urbanos. Nas cidades, estes trabalhadores rurais vão ocupar as áreas periféricas. Favelas, mocambos e cortiços surgem e os seus ocupantes são exatamente os migrantes que com muito pouco ou quase nenhuma perspectiva, vivem de forma marginal.

Assim, a urbanização foi intensificada pela industrialização ocorrida no pós-guerra, concentrando o parque industrial no eixo sul-sudeste, o que gerou uma intensa migração interna e com isso a formação das metrópoles e de suas periferias, implicando numa elevada concentração geográfica de atividades e população (SANTOS, 2009. p. 87).

Campina Grande torna-se uma vítima desta centralização autoritária (SILVA JÚNIOR, 2009):

Dois elementos são fundamentais para confirmar a tendência na qual Campina Grande viu-se envolvida com a força de atração populacional. O primeiro, apesar da crise, seria o processo de industrialização e de desconcentração industrial na direção do Nordeste, e o segundo, a intensificação do processo de urbanização apoiado pelo governo federal, ainda mais na realidade local, em que dramatizadas periodicamente pela incapacidade de convivência com as secas, as populações regionalmente circunvizinhas, sob influência de forças centrípetas, vão acorrer para Campina Grande em busca de melhores possibilidades de vida (p. 21-22).

Estas forças centrípetas são visíveis a partir da análise do crescimento de Campina Grande e das cidades vizinhas, Campina passa por uma reestruturação

⁵⁶ PESAVENTO, S. J. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. In: **Revista Brasileira de História**. ANPUH. São Paulo, vol.27, nº 53, jan.-jun, 2007. P.11-23.

migratória própria de cidades de porte médio (SILVA JÚNIOR, 2009), no que Geraldo Serra em sua obra ‘Urbanização e Centralismo Autoritário’ denominou de *autoritarismo centralizatório* (SERRA, 1991).

Em 1962 foi criado o Conselho Federal de Habitação (Decreto Nº 1281/1962) com a atribuição de ‘orientar e promover a política de habitação do governo mediante um planejamento nacional, visando particularmente a habitação destinada às classes menos favorecidas’. Ainda em março de 1946, foi criada a Fundação Casa Popular, no que foi a primeira iniciativa do Estado no âmbito nacional na área de habitação popular. Seu objetivo principal foi conceder moradia às famílias de baixa-renda, no entanto, não deu conta das demandas existentes em todo o País.

Amparado na ideologia da ‘Segurança Nacional’ no pós 1964, é instituído o Plano Nacional de Habitação – PNH, através da Lei Nº 4380/64, de 21 de agosto de 1964, criando o Banco Nacional de Habitação – BNH, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo – SERFHAU⁵⁷ e instituiu a correção monetária nos contratos imobiliários. Para Villaça, o SERFHAU “pretendeu (sem conseguir) estimular o planejamento urbano no Brasil, pois quis estimular os planos individuais de cada cidade” (2010, p. 172).

Ao implantar o Sistema Financeiro de Habitação – SFH, com a criação do BNH e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo – SBPE, podemos afirmar que a política pública habitacional ganha um caráter nacional. Eram duas as fontes de recursos do SFH: **a)** a arrecadação do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos, ou seja, o conjunto da captação das letras imobiliárias e cadernetas de poupança; **b)** o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, as contribuições compulsórias dos trabalhadores empregados no setor formal da economia.

Destacamos que o SFH foi um sistema constituído com agentes financeiros e promotores, públicos e privados, credenciados e com regras para aplicação do volume significativo de recursos existentes. Houve o estabelecimento de fontes estáveis e retornáveis de recursos: o FGTS financiava a habitação popular e saneamento básico e o SBPE destinado à habitação para classe média.

O BNH era o órgão central do SFH, controlador do SBPE e gestor do FGTS. Foi o principal agente da política habitacional do governo militar de 1964 até 1986, ano de

⁵⁷ Órgão ligado ao Ministério do Interior.

sua extinção. Funcionou como um banco central dos agentes financeiros, garantindo os créditos e depósitos dos financiamentos do setor imobiliário. O SBPE englobava todas as instituições financeiras públicas e privadas, orientadas para a captação de poupança (PAZ e TABOADA, 2010).

O BNH caracterizou-se pela gestão centralizada e autoritária, própria da estratégia dos governos da era militar. Realizou projetos uniformizados e padronizados em todo o País, em torno de 4,3 milhões de unidades, sem considerar as diferenças regionais (geográficas e culturais) e priorizou as camadas médias da população. Fomentou a indústria da construção civil e ampliou as frentes de trabalho das empreiteiras⁵⁸. É neste contexto que surgem os Planos de Desenvolvimento Local Integrado – PDLI.

Do ponto de vista do atendimento à população de baixa renda, algumas iniciativas foram desenhadas pelo próprio BNH, para responder à questão do acesso à terra e à moradia. Em 1973, foi instituído o Plano Nacional de Habitação Popular – PLANHAP, que implementou programas como o Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados – PROFILURB; Programa de Financiamento da Construção, Aquisição ou Melhoria da Habitação de Interesse Social – FICAM; Projeto João de Barro – Programa Nacional de Autoconstrução; Programa de **Erradicação** da Sub-habitação – PROMORAR, cujo público-alvo eram famílias com rendimentos de até cinco salários mínimos mensais (PAZ e TABOADA, 2010).

Em 1965, o BNH vai atuar timidamente em Campina Grande (e em outras cidades da Paraíba) através da Companhia de Habitação – COHAB⁵⁹. Campina é contemplada com 300 moradias populares, distribuídas em bairros e a construção de três conjuntos habitacionais: Vila Sandra Cavalcante, Vila Castelo Branco e a Vila Jardim Paulistano (OLIVEIRA, 2005. p.72 e 73). Apesar desta iniciativa, as ações do BNH ficam estanques na cidade durante o restante da década de 1960.

No ano de 1963, a gestão municipal de Campina Grande criou o Fundo Municipal de Industrialização de Campina Grande – FUMINGRA, fundo cujos recursos

⁵⁸ É neste período que empreiteiras brasileiras vão ter crescimento absurdo ao ponto de passar a chefiar obras em outros países, favorecidos possivelmente por negociatas nesta confusão entre o público e o privado.

⁵⁹ Implantada em 1965 na gestão do prefeito Williams de Souza Arruda (1964 a 1969), destacou-se por sua organização.

seriam destinados a atender financiamento para implantação e/ou ampliação de industriais. O FUMINGRA era administrado pela Companhia de Industrialização de Campina Grande – CINGRA⁶⁰ e dias após é criado através do Decreto Nº 3.491 de 31 de dezembro de 1963 o Distrito Industrial de Campina Grande, reunindo as condições necessárias para o estabelecimento de diversas unidades fabris. A criação deste distrito, aliás é – segundo os estudos de Doralice Sátyro Maia (2010) – a primeira expansão periférica da cidade de Campina Grande conduzida efetivamente pelo Estado.

Em termos econômicos, este tão propalado empório comercial vai viver seu apogeu de seu desenvolvimento no início da década de 1960, graças ao bom andamento do projeto de industrialização municipal (LIMA, 2012). No entanto, a cidade vai sofrer um duro golpe com o governo autoritário, isso porque no ano de 1965 houve uma reforma do sistema tributário brasileiro que foi responsável pela concentração de recursos financeiros destinados à modernização da estrutura administrativa, produtiva e de serviços nas capitais estaduais, além de uma consequente sensível redução no Fundo de Participação dos Municípios – FPM,

Campina Grande, apesar de contar com 200 mil habitantes, passou a receber a cota de apenas um milhão de cruzeiros, enquanto o município de João Pessoa, capital do Estado, com uma população de 130 mil habitantes, teve sua cota elevada para quatro milhões de cruzeiros anuais (GURJÃO, 1998. p. 127).

Esta condição impôs a Campina Grande uma crise atingindo gradativamente várias atividades produtivas. É neste momento em que, a partir de incentivos financeiros possíveis pela condição estabelecida, a capital João Pessoa vai atrair uma série de indústrias, passando a ter em seus domínios um expressivo parque industrial (*Op cit.*, p.126-134) e aos poucos suplantando Campina Grande economicamente e em habitantes. Para o historiador Damião de Lima:

⁶⁰ O Projeto de Lei que autorizou a criação da CINGRA no município foi encaminhado pelo então prefeito Newton Rique – um grande incentivador da industrialização – para a Câmara de Vereadores no dia 13 de dezembro de 1963. A Companhia estava vinculada diretamente ao município, que tinha participação de 51% das ações. A Cingra tinha o objetivo de promover medidas desenvolvimentistas no agenciamento de investimentos industriais de outras fontes para o município. (FERNANDES, 2011)

[...] o final dos anos 60 e início dos anos 70 marcam a arrancada do município de João Pessoa, rumo ao desenvolvimento. Por outro lado, marcam, também, a crise econômica, política e financeira do município de Campina Grande (2012, p.131).

Mudou-se a lógica do repasse de recursos do governo federal, que centralizou de maneira rigorosa este mister nas capitais e as cidades “de porte médio”⁶¹ teriam, a partir de então, que encontrar maneiras inventivas de atrair e/ou buscar os preciosos investimentos federais tão necessários para a sobrevivência da cidade cujo contingente populacional não parava de crescer.

Campina Grande estava colocada no cenário estadual como a cidade mais populosa e com o número de habitantes cada vez mais crescente devido à expressiva migração de sua própria área rural, de municípios do interior da Paraíba e de outros estados da região nordeste, num movimento de concentração progressiva e acentuada da população em núcleos urbanos semelhante ao que vai ocorrer no país a partir da crise mundial de 1929, empurrando grandes contingentes populacionais de desempregados em direção às cidades (CHAFFUN, 1996. p.18-19) e que vai se intensificar a partir de 1964, ano do golpe político-miliar, onde os investimentos na melhoria da infraestrutura nacional, especialmente os sistemas de energia, transporte e comunicação, vão facilitar a circulação de bens e pessoas, acelerando a migração rural-urbana, que se combinava com elevadas taxas de crescimento demográfico.

No período desenvolvimentista⁶², a população brasileira passou a se concentrar de maneira maciça em cidades e cidades cada vez maiores, conformando um perfil metropolitano no processo de urbanização (BASSUL, 2005. p. 35).

Campina Grande emergenciava uma saída para ampliar sua capacidade de endividamento, a busca por mais empréstimos. A saída para a busca de maiores possibilidades de financiamentos são os projetos, é a organização municipal no sentido de estudar e elencar prioridades, de se vislumbrar perspectivas a partir da gestão de seu território e sua população que vai ser responsável por uma mudança na sua fisionomia econômica e estética.

⁶¹ Nomenclatura dada pelo governo federal às cidades de expressão, com exceção das capitais, em alguns programas de investimento.

⁶² Período político de inspiração de um desenvolvimento para o país, compreendido entre os anos de 1946 e 1964.

No seio da dinâmica de transformação espacial da cidade através dos projetos e ações dos estabelecidos, os outsiders também são atores deste processo. Com o crescimento desordenado da cidade e a falta de planejamentos que contemple a vida da população em um acompanhamento sistemático do governo municipal, outros atores entram neste cenário e Campina Grande vai ensejar a primeira experiência de movimento comunitário de todo o estado da Paraíba, com aporte nas ações da Faculdade de Serviço Social:

Desta forma, o crescimento desordenado da cidade, a sua colocação política e econômica conclamava a necessidade de construir um projeto que desse respostas a população que estava inserida em uma problemática social, ou melhor, a proposta desenvolvimentista a qual Campina estava inserida exigia resolutividade por parte do governo municipal das tensões presentes na sociedade campinense [...] É, desta forma, que no ano de 1957 se institui a Faculdade de Serviço Social, de caráter privado, mantida pela Associação de São Vicente de Paula Província do Norte, tendo sede em fortaleza no Ceará que tem uma ordem religiosa sob sua tutela na cidade de Campina Grande (OLIVEIRA, 2012. p. 72).

A partir das irmãs religiosas de São Vicente de Paula, serão tutelados sociedades de amigos de bairro, inspiradas em experiências existentes em outras realidades não só no Brasil, mas em países latino americanos.

Estas demonstram um panorama de organização destes outsiders, que em bairros periféricos começam a se organizar e cobrar das autoridades problemas estruturais e porque não um direito à cidade.

A Faculdade de Serviço Social, sob a direção desta Irmã⁶³, desenvolveu trabalhos junto aos populares, bem como promoveu

⁶³ Filha de Esdras Beleza e Maria das Dores de Moura Beleza. Chegou em Campina Grande como Religiosa Filha da Caridade de São Vicente de Paulo, no ano de 1958. Estudou em Fortaleza, no Colégio Imaculada Conceição das Filhas da Caridade e logo em seguida na Faculdade de Farmácia do Ceará, onde também fez o curso de Serviço Social dando assistência ao colégio no qual havia estudado (Imaculada Conceição). Fez o seu Mestrado e Doutorado em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Foi transferida para Campina Grande em 1958 com o objetivo de assumir a Direção do Curso de Serviço Social. Em 1971, recebeu uma bolsa da Embaixada Francesa no Brasil para estudar no Instituto Internacional de Pesquisa e de Formação para o Desenvolvimento. O curso de Serviço Social da Universidade Regional do Nordeste, fundado em outubro de 1957 por Irmã Zuleide Porto, Edvaldo Souza do Ó, Luiza Erundina e mantida pelas Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo da qual foi a primeira

algumas formas de associativismo como, por exemplo, as Sociedades de Amigos de Bairro – SABs; a União Campinense de Equipes Sociais – UCES e os Clubes de Mães (OLIVEIRA, 2012. p. 75).

Estas agremiações terão em seu início de existência uma característica eminentemente reivindicatória sem maior atuação e dimensão política, e as cobranças de melhorias de infra-estrutura eram tidas como bandeira de luta. Os jornais da cidade noticiavam algumas de suas ações, como podemos verificar Na edição do dia 19 de julho de 1973 do Jornal da Paraíba:

JOSÉ PINHEIRO HOJE: Na Sociedade de Amigos do Bairro de José Pinheiro, hoje à noite, haverá reunião de assembleia geral, com a presença do sr. Evaldo Cruz, quando os mais angustiados problemas do bairro serão apresentados ao chefe do Executivo para encaminhamentos de soluções, atendendo, assim, às reivindicações daquela comunidade⁶⁴.

A visibilidade das SAB's vai chamar a atenção dos atores políticos, tramas outras são costuradas e este movimento comunitário vai se consolidar como elemento de luta, não estando imune ao sabor da política local e no período ditatorial tentou-se buscar um controle do movimento a partir de elementos infiltrados: “[...] dentro do movimento a presença de autoridades políticas do governo sempre se fizeram presentes, o que aponta para uma ligação política de direita para afastar a todo custo a aproximação de partidos de esquerdas ou comunistas” (OLIVEIRA, 2012. p. 93)⁶⁵.

1.1.4 – A emergência de um planejamento e o PDLI

Diretora. Dirigiu A “Associação das Filhas de Maria de Campina Grande por 06 anos. Em 1964 Irmã Ângela estava junto na criação da União Campinense de Equipes Sociais – UCES, de caráter comunitário e popular que logo em seguida veio consolidar os movimentos sociais de Campina Grande. Se fez presente junto as “Sociedades de Amigos de Bairro” inicialmente no bairro de José Pinheiro. Presente na criação dos “Clubes de Mães”, em meados de 1965.

⁶⁴ SAB do Jeremias aniversaria no domingo e prefeito houve hoje problemas de José Pinheiro. Jornal da Paraíba, 19 de julho de 1973.

⁶⁵ Para entender este processo, conferir:

Campina Grande adentra a década de 1970 tendo como gestor um interventor. Em tempos de interventoria federal, assume a Prefeitura de Campina Grande o General de Brigada⁶⁶ Manoel Paz de Lima, natural de Catolé do Rocha, interior da Paraíba. Na mesma semana em que assumiu⁶⁷ o cargo, inicia uma série de correspondências com personagens do alto escalão governamental do país e empresários, utilizando-se de amizades e influência em busca de parcerias:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Senhoria que assumi dia 14 do corrente a Interventoria Federal do Município de Campina Grande-PB. Estou empenhado em estabelecer contatos com o grupo liderado por Vossa Senhoria propondo-me ratificar termos de contrato para implantação de indústria neste município bem como oferecer todo o apoio possível a esse empreendimento. Aguardo sua visita logo que seja possível. Saudações, General Paz e Lima, Interventor, 25 de maio de 1969 (LIMA, 1969).⁶⁸

O telegrama foi endereçado a Arthur Shimidt, principal responsável pela indústria ‘Porcelana Real’. Esta fábrica de porcelana, que já estava prevista sua instalação em Campina Grande:

[...] caiu com que em ponto morto [...] circulando insinuações na cidade de que a empresa, apesar dos contatos já mantidos por seus responsáveis com as autoridades campinenses o ano passado, estaria por se instalar em outros pontos do Nordeste.⁶⁹

⁶⁶ Cf. Diário Oficial da União de sexta-feira, 18 de julho de 1969, p.04

⁶⁷ É digno de nota a série de matérias e notas publicadas em jornais de todo o país a respeito, a saber: “Intervenção no Município de Campina Grande” (O Globo); “Costa e Silva já nomeou o general Paes de Lima Interventor de Campina” (Jornal do Commercio); “Intervenção” (Correio da Manhã); “General Pais é interventor em C. Grande” (Jornal do Brasil); Gen. Paes de Lima é o interventor de Campina Grande (Correio da Paraíba); “Nomeado interventor de Campina Grande o general Paes de Lima” (Diário de Pernambuco), todas as manchetes referentes ao dia 12 de abril de 1969 em jornais editados fora da Paraíba, com exceção do Correio da Paraíba. Nos dias que se seguem, inúmeras matérias continuam sendo publicadas em jornais como o Diário da Manhã, A Voz do Vale, e matérias longas com fotografias em jornais como o Diário de Pernambuco, inclusive publicando a saudação de vereadores do Recife ao Interventor campinense, que havia sido Secretário de Segurança em terras pernambucanas.

⁶⁸ Telegrama do General Manoel Paz de Lima ao Sr. Arthur Schimidt (Avenida Capitão João, 1815, Mauá – São Paulo) (Livro de Telegramas, APMCG). Cópia do Telegrama consta na sessão Anexos.

⁶⁹ Diário da Borborema, “General quer Porcelana em Campina”, 27 de maio de 1969.

Era oportuna da parte do gestor Paz de Lima a tentativa de fomentar a indústria em Campina Grande – que estava em declínio – reativando contatos e utilizando de sua influência e prestígio junto ao governo militar, entrando em uma corrida de municípios do Nordeste para a atração de empresas.

Também por telegrama, Paz de Lima se comunica com o Dr. Rubens Costa, Presidente do BNN (Fortaleza-CE), pedindo encarecidamente que o prezado amigo examinasse com sensibilidade o pleito para implantação de uma unidade fabril em Campina Grande junto ao Sr. Heinz Hebert Muller, diretor de artefatos metalúrgicos da Muller Nordeste⁷⁰. Sobre a vinda da empresa para Campina Grande, o Diário da Borborema, publica reportagem exaltando o feito:

Reafirmando tudo o que temos dito a respeito da evolução Industrial e Comercial de Campina Grande, apresentamos hoje, ao nosso povo, informações colhidas pela nossa equipe junto ao senhor João Venancio Duarte Barros, Contador e Procurador de ARTEFATOS METALÚRGICOS MULLER – NORDESTE S.A.

Essa indústria, pioneira no Norte e Nordeste, representa a evolução de experiência e capitais acumulados em idênticas atividades pela empresa líder do projeto – METALURGICAS HEBERT MULLER S.A. de Porto Alegre.

Acompanhando a evolução do mercado consumidor do Norte Nordeste, e confiantes no desenvolvimento da Região, os dirigentes da Metalúrgica Hebert Muller S.A., resolveram instalar em Campina Grande, uma indústria destinada a produzir artefatos metalúrgicos esmaltado, para o que constam na área com uma série de fatores favoráveis, contribuindo assim, para o fortalecimento de nossa terra.

Por ser uma indústria de alta absorção de mão-de-obra, a diferenciação salarial, associada às elevadas tarifas rodoviárias, agirá no sentido de conferir grandes vantagens econômicas e financeiras sobre os concorrentes todos eles localizados fora da região⁷¹

Vemos que o telegrama é de data posterior a matéria, isso demonstra duas coisas, a primeira é a postura do Diário da Borborema, nitidamente ligado a empresários banqueiros e industriais (FERNANDES, 2011) buscando trazer notícias alvissareiras, trazendo para a opinião pública algo que não estava de todo concretizado. Pelo tom do

⁷⁰ Telegrama enviado pelo General Manoel Paz de Lima em 19 de junho de 1969.

⁷¹ Diário da Borborema, 22 de maio de 1969.

início da notícia “Reafirmando tudo o que temos dito a respeito da evolução Industrial e Comercial de Campina Grande, apresentamos hoje, ao nosso povo” vemos a intencionalidade de um jornal comprometido com a exaltação de um progresso, mesmo que ainda não seja confirmada sua instalação na cidade, conforme o pedido encarecido do Interventor apelando para a sensibilidade do empresário para a implantação da unidade fabril⁷² no mês seguinte ao divulgado na imprensa.

Paz de Lima demonstra certa intimidade com os ministérios e com o gabinete da presidência. Prova disso é que em 03 de setembro de 1969, envia telegrama ao Ministro da Justiça Luiz Antônio da Gama onde se solidariza com a enfermidade que acometeu o Presidente Costa e Silva, afirmando ainda que o município “reina em perfeita ordem e paz” e que em nome dele e do povo campinense expressa votos de pronto restabelecimento deste eminente homem público⁷³.

Apesar de seus esforços, sua gestão é morna e sem expressão, não conseguindo sucesso em seus pleitos. Em seu período, angariou inimizades e uma série de problemas. Com poucos recursos nos cofres, toma medidas radicais, cobrando rispidamente o Imposto Predial e/ou Territorial Urbano, ameaçando “cobrança pelos meios legais” caso a população não atendesse ao prazo de vinte dias para a quitação dos débitos⁷⁴, de outro lado, incita empresários, através da portaria N°07/69 da Secretaria de Serviços Urbanos, proibindo: “aos Senhores proprietários de estabelecimentos industriais ou comerciais, que utilizam lenha como combustível, a permanência do referido material por prazo superior a **2 (duas) horas**”⁷⁵, ameaçando o confisco da mercadoria, se desdobrando para o movimento de carga e descarga de mercadorias.

Ainda em sua gestão, outros atos foram consolidando sua administração negativamente para a opinião pública, como o aumento das passagens dos transportes coletivos. Em uma refrega publicada pelo Diário da Borborema, com o sr. Manoel

⁷² No Diário Oficial de 08 de setembro de 1972, é aprovada a portaria interministerial N°73 de 26 de julho de 1972 em que os Ministros de Estado do Interior, da Fazenda e do Planejamento e Coordenação Geral reconhecem para a prioridade do desenvolvimento da região a isenção de impostos e taxas federais à empresa Muller Nordeste S.A. Atualmente, existe a empresa ‘Indústria de Produtos Metalúrgicos do Nordeste S/A, em uma rua chamada Hebert Muller, no Distrito Industrial de Campina Grande.

⁷³ Telegrama enviado em 03 de setembro de 1969. É também enviado um telegrama direto ao presidente com o mesmo teor.

⁷⁴ Diário da Borborema, “PMCG, Secretaria da Fazenda, COMUNICAÇÃO”, 23 de maio de 1969.

⁷⁵ Diário da Borborema, “PMCG, Secretaria de Serviços Urbanos, Portaria N°07/69”, 03 de junho de 1969.

Farias, Vice Presidente da União Campinense das Equipes Sociais – UCES⁷⁶, o Interventor afirma que o aumento foi absolutamente legal e inclusive desautoriza o Vice Presidente de falar em nome da UCES: “Refutando declarações do sr. Manoel Farias Vice-Presidente da União Campinense de Equipes Sociais (UCES) e destacando não reconhecer nele autoridade para criticar atos da Interventoria Federal, o General Paz de Lima [...] prestou diversos esclarecimentos”⁷⁷.

Criticado e questionado pela Câmara Municipal de Campina Grande, principalmente por opositores como os edis Ary Rodrigues e Argemiro de Figueiredo Filho, passou pelo constrangimento de ter a recusa de aprovações de projetos⁷⁸. Há inclusive, por omissão da SUNAB, a majoração de gêneros alimentícios, até mesmo o preço do pão, levando populares a protestar de várias formas, como podemos perceber nesta nota oficial:

O Gen. Manoel Paz de Lima, Interventor Federal de Campina Grande, tendo tomado conhecimento de que na manhã de hoje em uma das artérias da cidade se achava afixado um cartaz com dizeres atentatórios à sua autoridade de Interventor Federal, solicitou às autoridades militares e policiais a imediata instauração de inquérito para apurar a responsabilidade pela ocorrência.

A Interventoria considera esse fato capitulável nas disposições legais que definem os crimes contra a Segurança Nacional, razão por que envidará todos os esforços no sentido de que sejam punidos os responsáveis⁷⁹.

O que será que estava escrito neste cartaz de tão indecoroso para desencadear reação tão desproporcional? Atentar contra a segurança nacional? Informações colhidas a partir de um de nossos entrevistados acerca da interventoria de Paz de Lima dão conta de que o General possuía personalidade forte, dura, pouco flexível e pouco interessado pela cidade:

⁷⁶ O que é a UCES Liélia?

⁷⁷ Diário da Borborema, “Interventor afirma: Aumento das passagens foi perfeitamente legal”, 01 de março de 1970.

⁷⁸ O Norte, “Câmara Municipal de Campina se recusa a aprovar Paz de Lima”, 28 de abril de 1970.

⁷⁹ Diário da Borborema, “PMCG: Nota Oficial da Interventoria”, 14 de Abril de 1970.

Este cidadão não é digno de honraria nenhuma, uma pessoa dura, que quebrou a Prefeitura e quando saiu disse que odiava a Prefeitura e também odiava nossa cidade. Uma pessoa que não fez nada pra nossa terra, pro nosso povo. Ainda disse não dever satisfações a seu ninguém⁸⁰.

Certo mesmo é que o General saiu do cargo, após 14 meses de mandato, por conta própria, devido a problemas de ingerência em sua gestão, conforme telegrama enviado ao Presidente General Emilio Garrastazu Medice:

Razões de ordem particular me impedem de continuar à frente da Interventoria de Campina Grande. Não posso permitir ingerências na minha orientação administrativa sempre voltada aos legítimos interesses da comunidade, observados os princípios revolucionários de austeridade e honradez. Coerente com meu passado de homem probo, zeloso de meu patrimônio moral e consciente da responsabilidade de meu posto, solicito minha exoneração das funções de Interventor Federal deste município⁸¹.

O que terá levado o General Paz de Lima ao pedido de exoneração? Seria a crise enfrentada pelo município o motivo maior de sua saída, pela dificuldade de governar? Enquanto nitidamente o município apresentava dificuldades financeiras e de gestão, não tendo a mesma desenvoltura do início da década de 1960, quando atraiu uma série de indústrias e viveu seu apogeu econômico industrial (LIMA, 2012), sua imagem era vendida além fronteiras estaduais com pompa e brilhantismo, vejamos um texto publicado em página inteira no Jornal do Comércio:

Até 1964, Campina Grande era apenas o maior centro comercial da Paraíba. Após aquele ano, ganhou um impulso diferente que modificou o rumo da sua história. Tornou-se o maior parque fabril do Estado e hoje, seis anos depois, é considerado polo de desenvolvimento por isso. Antes não existia tantas fábricas e tantos estabelecimentos comerciais em Campina Grande, que crescia sem faculdades e atraía somente pelo movimento comercial e as atividades agrícolas. O município trabalhava arduamente para ampliar sua liderança na região, mas ingressara nos anos 60 sem transformações de vulto.

⁸⁰ Entrevista do Sr. José Edmilson Pereira Rodrigues concedida em 25 de janeiro de 2013.

⁸¹ Telegrama enviado ao Presidente em 19 de Abril de 1970. Cópia na sessão Anexos.

Em 1964, porém, eis que começou a apresentar infra-estruturas surpreendentes e agora, transcorridos apenas seis anos, ingressa na década de 1970 com 351 indústrias, 1.022 estabelecimentos comerciais, 22 bancos, 10 escolas superiores, uma universidade [...] E a cada ano, o município vai sendo mais adaptado à realidade da Revolução Brasileira, ganhando novos rumos no desenvolvimento. Na administração Paz de Lima, por exemplo, recebeu impulsos decisivos através da Reforma Administrativa, Reforma do Ensino, criação do Conselho de Desenvolvimento, do **Plano Diretor do Município**, novo código tributário [...] Já o Conselho de Desenvolvimento – CONDECA, foi criado para fomentar o processo de desenvolvimento integrado.⁸²

A matéria publicada no Caderno Especial do jornal em Recife certamente foi paga, ela exibe uma página inteira dividida em duas colunas verticais, na primeira, há fotografias do Presidente da República e o texto “Sudene é a experiência que pegou bem” e, ao lado, a matéria sobre Campina Grande, com uma foto aérea que exibe os edifícios existentes no centro da cidade. Estaria Campina tendo sua experiência vendida como um produto da “revolução” que deu certo, aos auspícios da atividade da SUDENE? A página principal deste caderno de jornal dá a entender exatamente isso. Chamamos atenção para o Plano Diretor do Município e para COMDECA, elementos que vão balizar as gestões municipais nos próximos anos.

Percebemos as contradições do governo militar expressas a partir do exemplo de nossa cidade e como pode-se enxergar a cidade sobre diversas lentes. A cidade real e imaginária. Curiosamente neste período, enquanto Campina é vendida como uma experiência que deu certo, é descoberta uma “fábrica de dinheiro” na cidade, desbaratada pela Polícia Federal. A Gráfica Industrial Ltda (GRAFIL), localizada no edifício “Prata”, na rua Simeão Leal foi invadida e foram presos o seu proprietário, o sr. Valquirio Barbosa, além “dos seguintes elementos Antônio Careca, Milton Periquito, Deoclécio e Nilton de tal”⁸³. A fotografia ilustra a matéria em destaque:

⁸² Jornal do Commercio, “Campina Grande projetada para um novo amanhã”, Caderno Especial, 31 de março de 1970. Grifo nosso.

⁸³ Diário da Borborema, “Polícia Federal investiga: Fábrica de dinheiro em Campina”, 25 de março de 1970.



Figura 8 – Flagrante do corredor onde está localizada a GRAFIL.

Fonte: Diário da Borborema, 25 de março de 1970.

Apesar da investigação estar sendo desempenhada pela Polícia Federal, uma patrulha do Exército é quem faz a abordagem do flagrante na “fábrica de dinheiro”.

Na foto, quatro soldados posam para o retrato do jornal, que com exclusividade cobrem o assunto. Não se sabe se esta foto é antes ou depois da abordagem, mas provavelmente é posterior e a pose certamente foi a pedido do fotógrafo – “vou tirar um retrato de vocês” – e naquele momento, os objetivos se distanciaram completamente do motivo por qual eles estavam sendo fotografados, pois segundo Robert Frank: “Há uma coisa que o fotógrafo precisa abrigar, a humanidade do momento” (SONTAG, 2004. p. 139).

O primeiro da fila, inibido, mais próximo da objetiva, põe a arma em riste e mira o olhar no infinito, passando um ar de que a missão fora cumprida, ao mesmo tempo que demonstra força, ampliando seu raio corporal com a envergadura do rifle. Os dois que estão lado a lado, no meio do grupo, miram o olhar no fotógrafo, um deles segura a arma junto ao corpo, como a estar tocando um violão, numa atitude menos hostil. O

último da fila reproduz a pose “oficial” dos soldados, com a arma inclinada, compondo a cena de mais uma atuação do Exército brasileiro nos duros anos de 1970.

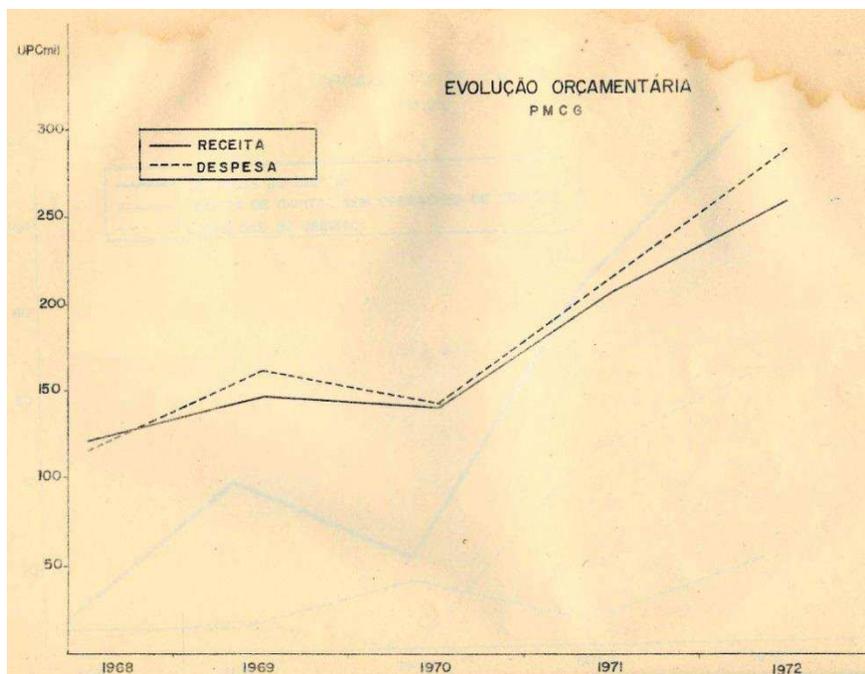


Figura 9 – Evolução Orçamentária da PMCG.

Fonte: CRUZ, 1973. Anexo da pág.16

Ainda sobre a matéria do *Jornal do Comércio*, vimos um velho discurso acompanhar o imaginário da cidade, e nos governos que se seguem, o determinismo geográfico vai estar ainda em voga. Durante a década de 1970, Campina Grande vai buscar se estabelecer no cenário estadual e na investida como uma estratégia para aumentar a capacidade de endividamento do município, o poder municipal tenta reabilitar o velho discurso de uma cidade-polo regional, de centro do compartimento da Borborema e impô-lo como justificativa para garantir uma quantidade maior de divisas do governo federal, como vemos na explanação realizada pelo Prefeito Evaldo Cavalcanti da Cruz à comitiva do Vice-Presidente da República, Almirante Augusto Rademaker, quando de sua visita a cidade em 31 de agosto de 1973⁸⁴.

⁸⁴ A visita do vice-Presidente da República, o Almirante Augusto Rademaker (que contou com a presença do Governador do Estado da Paraíba Ernani Ayres Sátyro), marca a terceira passagem da presidência da república por Campina Grande durante o período de governo dos militares. A primeira vez foi em 1967 quando no dia primeiro de maio o Marechal Humberto Castelo Branco enviou a tradicional mensagem

[...] há um aspecto interessante, que talvez diferencie Campina Grande da grande maioria dos municípios brasileiros: é que ela está exatamente encravada entre as três principais regiões do Estado [...] este compartimento da Borborema abrange cinquenta e cinco municípios que, em sua grande maioria, vivem em função de Campina Grande. Daí principalmente a importância de nosso município na economia paraibana⁸⁵.

O velho discurso é utilizado como principal ferramenta para a sensibilização do governo federal para a cessão e garantia de empréstimos, pois:

[...] um município como o de Campina Grande, polarizador de inúmeros outros municípios, para investir tem que realizar empréstimos, porque, na reforma do sistema tributário brasileiro, de 1965, muitas das rendas dos municípios foram retiradas. O Município ficou com uma parcela desta renda apenas, mas os encargos permaneceram. Se se tratasse de um município que não tivesse **encargos com outros municípios**, talvez a **situação não fosse tão grave**⁸⁶ (Grifo nosso).

Estão entre os encargos, os custos de todos os serviços prestados aos moradores de outros municípios, como os atendimentos ambulatoriais e o ensino público, para citar como exemplo. Na oportunidade são exibidos alguns gráficos, como podemos ver a seguir a evolução orçamentária da cidade:

Observando atentamente o gráfico da Figura 9, percebemos a disparidade cada vez mais crescente entre a receita e a despesa da Prefeitura Municipal em favor da despesa e é exatamente neste sentido que a condição de influência (sobretudo econômica) de Campina Grande em sua região é exaltada por repetidas vezes no discurso do Prefeito para que este quadro seja invertido. Vejamos a situação financeira de Campina Grande encontrada pelo Prefeito Evaldo Cruz em 1973:

aos trabalhadores do país. A segunda oportunidade foi na inauguração da indústria Wallig do Nordeste S.A. no ano de 1968.

⁸⁵ Explicação realizada pelo Prefeito Municipal de Campina Grande, Prof. Evaldo Cavalcanti da Cruz, à comitiva do Vice Presidente da República, Augusto Rademaker, no auditório do INPS, no dia 31 de Agosto de 1973. Edição taquigrafada e revista.

⁸⁶ Explicação realizada pelo Prefeito Municipal de Campina Grande, Prof. Evaldo Cavalcanti da Cruz, à comitiva do Vice Presidente da República, Augusto Rademaker, no auditório do INPS, no dia 31 de Agosto de 1973. Edição taquigrafada e revista.

TABELA I
SITUAÇÃO FINANCEIRA DE CAMPINA GRANDE EM 1973.

ENDIVIDAMENTO	VALORES
Dívidas do exercício de 1971	Cr\$ 89.273,48
Dívidas do exercício de 1972	Cr\$ 354.964,42
Empréstimos:	
Banco do Nordeste (II Adutora)	Cr\$ 2.500.000,00
Banco Industrial (Asfalto)	Cr\$ 2.250.000,00
Banco do Brasil (PASEP)	Cr\$ 250.000,00
Banco do Brasil (SERFHAU – PDLI)	Cr\$ 1.255.000,00
Previdência Social (INPS e FGTS)	Cr\$ 683.113,36
Petrobrás (asfalto)	Cr\$ 490.000,00
Outros	Cr\$ 691.019,70
TOTAL	Cr\$ 8.432.370,96

Fonte: PDLI - COMDECA, 1973.

Preocupado com estas dívidas, o Prefeito toma atitudes bastante contestáveis para a grande maioria da população, como o aumento de impostos, sobretudo o IPTU:

O prefeito Evaldo Cruz, na noite de hoje e através da televisão em cadeia com as emissoras locais, vai fazer o esperado pronunciamento sobre o imposto predial que, infelizmente, subiu astronomicamente, pondo em polvorosa os contribuintes [...] Mas, para argumentar, basta lembrar que a tônica da campanha do sr Cruz, nos palanques, foi exatamente a de não elevar o imposto predial e outros impostos. Não sabemos se o que foi jurado em publico, ontem, será cumprido, hoje. O poder traz em si algo que geralmente oblitera a mente do chefe.⁸⁷

Essa é a marca da cultura política vivenciada na cidade, o prometido e não cumprido, a promessa e seu esquecimento.

Sabia bem o Prefeito que com o golpe político-militar, a política de desenvolvimento urbano passou a ser subordinada às exigências de uma racionalidade econômica e o planejamento de viés tecnocrático instrumentaliza esse panorama. É estabelecido um plano nacional de desenvolvimento e os municípios deveriam se adequar a esta nova situação.

1.1.5 - Afinal, o que foi o PDLI?

⁸⁷ Jornal da Paraíba, “Nas mãos do Prefeito”, 13 de fevereiro de 1973.

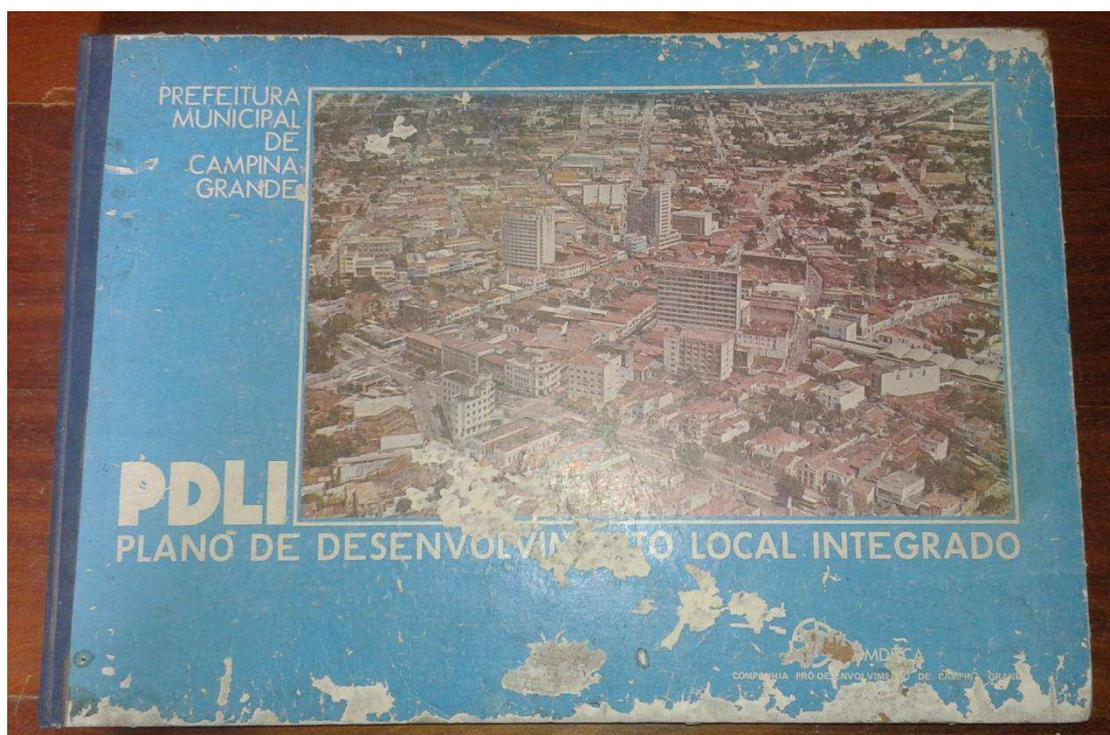


Figura 10 – Capa do PDLI.

Fonte: COMDECA, 1973.

Visando planejar ações integradas a serem implementadas a partir de sua gestão, em consonância com o Plano Nacional de Desenvolvimento e a política de desenvolvimento do SERFHAU, o Interventor General Manoel Paz de Lima dá início ao longo processo de construção do Plano de Desenvolvimento Local Integrado em 1969.

Pode-se afirmar que foi um processo longo porque ele vai ser iniciado e tem parecer favorável em 1969, na gestão do Paz de Lima, passará por uma série de estudos que irão compor seus projetos e em 1973 vai ser finalizado (na gestão de Luiz Motta Filho), passando por uma ampla revisão na gestão do Prefeito Evaldo Cruz até sua publicação e implantação em 1973.

Em 1975, o mesmo Evaldo Cruz vai implantar o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI⁸⁸ que, diferente do PDLI e seus projetos

⁸⁸ Este foi confundido por Carvalho (2011) com o PDLI. Conferir a tese “Discursos e imagens da cidade: o processo de requalificação urbana de Campina Grande-PB (1970-2000).”

desmembrados, tem caráter apenas diretivo para o disciplinamento e ordenamento da cidade.

Os jornais e pesquisas realizadas até o momento⁸⁹ dão conta de que o Plano de Desenvolvimento Local Integrado – PDLI de Campina Grande foi elaborado na gestão do Interventor Federal Luiz Motta Filho⁹⁰. No entanto, a gênese de sua elaboração decorreu do ofício circular N° 279/69 de 25 de agosto de 1969 onde o Interventor Federal Paz de Lima abre concorrência para a elaboração do PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE CAMPINA GRANDE, recebendo o alcaide, a partir de então, proposta(s) de planejamento.

Uma delas, assinada por Mário A. Melo – Diretor Superintendente do Grupo de Planejamento Integrado Ltda (GPI) – apresentando projeto incluindo pesquisadores técnicos de renome nacional, inclusive com a participação do urbanista Hélio Modesto⁹¹, que realizou o “Ante-projeto do Plano de Urbanização da Cidade de Campina Grande – Campina Grande – Paraíba” (GPI, 1969) e provavelmente já conhecia a cidade.

No dia 29 de outubro de 1969, em resposta a um telegrama da Consultoria de Planejamento Alamedo, Paz de Lima esclarece: “Impossível a formulação de consulta em virtude de esgotado o prazo de apresentação para propostas de firmas consultadas. Saudações, General Manoel Paz de Lima Interventor Federal do Município de Campina Grande” (LIMA, 1969). Entende-se por esta resposta, embora não tivemos acesso ao telegrama da Consultoria Alamedo, que a referida empresa estava interessada no ofício circular para a elaboração do PDLI de Campina Grande. Quantas propostas foram recebidas pela Prefeitura de Campina Grande? Questão de difícil resposta. Quantas negociatas políticas devem ter havido, quantos acordos...

Há uma nota no jornal Diário da Borborema em que diz:

⁸⁹ GURJÃO (1998), SÁ (2000), OLIVEIRA (2005), CARVALHO (2011), FERNANDES (2011), LIMA (2012), Jornal da Paraíba, Diário da Borborema, etc.

⁹⁰ Que governou Campina Grande entre 15 de julho de 1970 a 31 de janeiro de 1973, o segundo e último interventor federal em Campina Grande.

⁹¹ Arquiteto do estado da Guanabara (1948 a 1967), consultor de Planejamento Urbano da Prefeitura Municipal de Curitiba – PR (1955 a 1957), professor universitário, etc.

O General Paz de Lima, em Dezembro de 1969, havia encaminhado expediente ao Superintendente do SERFHAU (Serviço Federal de Habitação e Urbanismo), com sede na Guanabara, manifestando o interesse de realizar em Campina Grande um plano de Desenvolvimento Integrado, através de financiamento junto àquele órgão.

Do Coordenador Regional em Recife, Sr. Paulo Gondim Vaz de Oliveira, o Interventor recebeu, no dia 25 próximo passado [25 de abril de 1970], o ofício SERFHAU CR Recife 47/70, comunicando que o financiamento pretendido havia recebido parecer favorável do Departamento de Operações e Contrôlo. Estabelecendo que se faz necessário a elaboração dos “Têrmos de Referência” para efetivação do financiamento, encarece aquela autoridade um entendimento pessoal com o Interventor ou com um seu representante [...] estávamos às portas de uma realização de alto nível para Campina Grande, inspirada sobretudo na ação planejada do Interventor. Caberá ao sucessor do General Paz de Lima a concretização do financiamento que já recebeu parecer favorável.

Como já afirmamos, a época em que ensejou a confecção do PDLI, a cidade vivia uma espécie de declínio econômico e a inventividade dos gestores campinenses se dava no sentido de buscar viabilidades econômicas para seus projetos. Por toda uma época, se planejou um crescimento e desenvolvimento para Campina Grande. Ainda antes do período de interventoria federal, os prefeitos Newton Vieira Rique⁹² e Williams de Souza Arruda⁹³ trouxeram ideias que viessem dinamizar determinados setores de Campina Grande. No entanto, estes projetos tiveram um grande empecilho: os poucos recursos existentes nos cofres municipais.

Desde os interventores, a partir de maio de 1969 que a administração não é dada como algo fácil. Os empréstimos são recorrentes e a situação se torna de difícil contorno. Tanto é que na apresentação do Plano Trienal, Evaldo Cavalcante da Cruz anunciou linhas gerais não apontando questões específicas. O editorial do Jornal da Paraíba referenda a atitude do alcaide:

Decidiu o Prefeito de Campina Grande, sr. Evaldo Cruz, anunciar o seu programa de obras prioritárias para 1973, deixando para ocasião mais favorável o anúncio das obras a executar no restante do período do seu mandato, que se prolongará até 1976 [...] Dizia outro dia o sr. João Agripino, com a experiência de ex governante de um Estado

⁹² Que governou a cidade entre 30 de novembro de 1963 e 15 de julho de 1964.

⁹³ Que governou a cidade entre 30 de novembro de 1964 e 31 de janeiro de 1969.

pobre, situado em região subdesenvolvida, que não se pode governar sem contrair empréstimos [...] Não será, pois, estranho que o Prefeito de Campina Grande esteja se preparando para, após o balanço das finanças do Município, ir bater também a porta dos estabelecimentos bancários [...] Todos estamos lembrados que o ex. Interventor Federal Luíz Motta Filho levou quase dois anos preparando-se para começar a administrar Campina Grande.⁹⁴

Neste estado de coisas, o Interventor Luiz Motta Filho⁹⁵ chegou a empenhar o Teatro Municipal – segundo o mesmo editorial – em um dos empréstimos pedidos em sua administração. Ainda em 1969 é criado o Fundo de Desenvolvimento de Campina Grande – FUNDEC, porém, sem dotação orçamentária, só passa a funcionar efetivamente em 1973:

Criado desde 1969, o Fundo de Desenvolvimento de Campina Grande (Fundec) continuava sem dotação orçamentária [...] Agora, o atual Prefeito toma a iniciativa de mesmo em meio a execução orçamentária de 1973 dotar o Fundec dos recursos indispensáveis. [...] O Governo da Interventoria Federal no período do engenheiro Luiz Motta Filho, aparentemente desinteressou-se da existência do Fundec, deixando-o inclusive sem a necessária regulamentação para efeito de sua aplicação prática. [...] No momento em que a Administração Municipal de Campina Grande volta suas vistas para a dotação de recursos o Fundec, sua regulamentação e aplicação prática, é oportuno ter os pés bem solidamente plantados no chão e não esquecer os bons exemplos que conduziram outras comunidades a superar sua antiga estagnação e, em pouco tempo alcançar índices surpreendentes de progresso.⁹⁶

Percebemos que a vulnerabilidade financeira do município possui uma relação intimamente ligada aos curtos períodos em que os prefeitos ou interventores passaram no cargo, isso sem considerar os motivos pelos quais tiveram suas gestões terminadas. Para se ter ideia, desde o golpe militar de 1964 até o início da gestão do Prefeito Evaldo Cruz (31 de janeiro de 1973), em menos de dez anos, seis gestores estiveram à frente da Prefeitura de Campina Grande, dando uma média de 14, 75 meses para cada Prefeito.

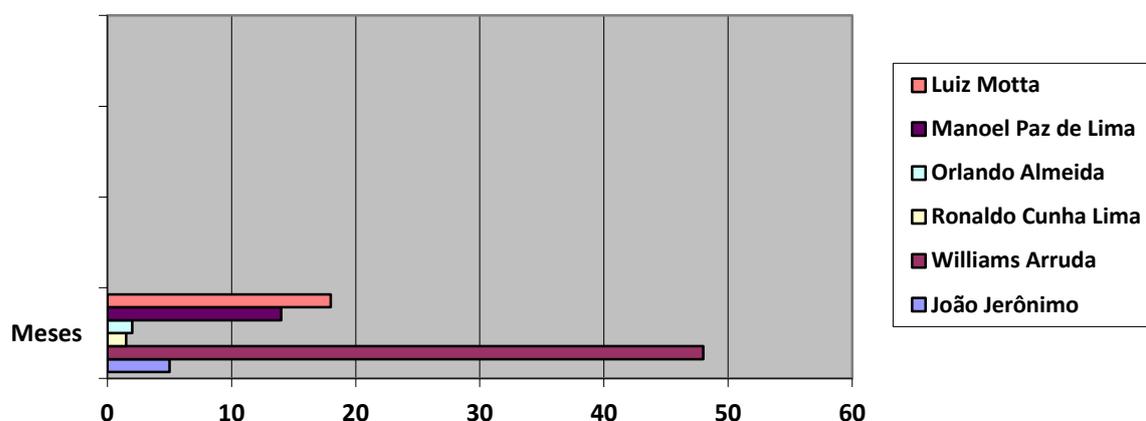
⁹⁴ Jornal da Paraíba, 24 de Abril de 1973. ‘Estratégia Segura’.

⁹⁵ Governou a cidade de 15 de julho de 1970 a 31 de janeiro de 1973.

⁹⁶ Jornal da Paraíba, ‘Manter os pés no chão’, 10 de Maio de 1973.

GRÁFICO I

Período de mandato do executivo campinense de 1964 a 1973.



Williams Arruda foi o único que passou um mandato inteiro de quatro anos. Se desconsiderarmos sua gestão para efeito de análise, a média de tempo de cargo dos gestores até 1973 é de 8,1 meses. Este tempo exíguo é desgastante para a máquina administrativa, nessa média de tempo são empossados novos secretários, diretores e gerentes, e cada equipe dessas vai ter contato com o organograma das secretarias (muitas vezes pela primeira vez), ao mesmo tempo em que devem agir às necessidades prementes da população, como a limpeza pública, por exemplo.

A equipe de trabalho que entra deve buscar conhecer a estrutura da edilidade para um melhor funcionamento da máquina e para tudo isso se faz necessário um tempo considerável. É de razoável entendimento que a mudança contínua em poucos meses de governo dificulta qualquer administração além de favorecer a improbidade e a corrupção.

Ainda na gestão do General Paz de Lima, temos a criação da COMDECA: Companhia Pró-Desenvolvimento de Campina Grande, que em seus documentos se define como:

[...] uma sociedade que tem por objetivo planejar e fomentar o desenvolvimento integrado do Município de Campina Grande, em harmonia com a política de ação do Governo Municipal e com os programas de desenvolvimento da União e do Estado da Paraíba, além

de administrar o Fundo de Desenvolvimento de Campina Grande, criado pela Lei Municipal Nº 419, de 13 de dezembro de 1969.⁹⁷

É o órgão que vai produzir, a partir de então, os projetos durante toda a década de 1970 e meados da década de 1980, desenhando e operando a segunda grande transformação urbana de Campina Grande.

O Prefeito Evaldo Cavalcanti da Cruz⁹⁸, que foi secretário durante gestões anteriores⁹⁹ à que foi prefeito, vai governar a cidade entre 1973 e 1977 com a oportunidade de possuir em suas mãos um plano organizado, o Plano de Desenvolvimento Local Integrado, gestado no período de interventoria:

Ao falar ontem à noite no auditório da Associação Comercial de Campina Grande, durante a abertura do Seminário sobre o Plano de Desenvolvimento Local Integrado do Município – PDLI, afirmou o prefeito eleito [25 dias antes de tomar posse] Evaldo Cruz que no decorrer de sua campanha política não havia feito planos para seu governo por saber que sua administração seria totalmente baseada na principal obra do interventor Luiz Motta Filho: o PDLI.

O sr. Evaldo Cruz disse ainda que se a Interventoria Federal nada tivesse feito por Campina Grande, bastaria o PDLI para consagra-la.

– “Na minha campanha eu senti que a administração municipal campinense já se encontrava com o diagnóstico com que eu irei trabalhar para a **cura** de certos problemas do município”¹⁰⁰ (Grifo nosso).

E antes que o elogio ao plano minimize algumas obras realizadas durante a interventoria de Luiz Motta Filho, o próprio, no mesmo seminário diz, segundo o Jornal da Paraíba: “Afirmou ter sido o planejamento a obra que considera de maior

⁹⁷ Release da COMDECA publicado em 1982. (Encadernado).

⁹⁸ Evaldo Cavalcante da Cruz foi eleito Prefeito em Campina Grande no ano de 1972, assumindo o cargo máximo do Executivo campinense em 31 de janeiro de 1973, ficando no cargo até a mesma data do ano de 1977, sucedendo-lhe o Prefeito Enivaldo Ribeiro.

⁹⁹ Em 1964, durante o governo de João Jerônimo da Costa, Evaldo Cavalcanti da Cruz foi “Secretário de Governo”, o que seria equivalente ao atual Chefe de Gabinete, dito pelos políticos como o secretário dos secretários, chefiando o Gabinete do Prefeito. Informação que consta na publicação ‘Resumo Histórico e Estatístico de Campina Grande: diga ao Brasil que Campina Grande é Centenária’ (1964, Assessoria de Imprensa da Prefeitura Municipal de Campina Grande).

¹⁰⁰ “Evaldo Cruz elogia o PDLI destacando-o a maior obra do governador Luiz Motta Filho”. Jornal da Paraíba, 05 de janeiro de 1973.

importância de seu governo”¹⁰¹ e que iria possibilitar, num futuro bem próximo, inúmeros convênios e dando início ao que denominamos de segunda grande transformação urbana de Campina Grande, que em seus primeiros anos testemunham outra mutação urbana substancial, dando os atuais contornos à Campina Grande. Este movimento urbano acompanha as mudanças ocorridas nas principais cidades brasileiras, sobretudo pelo crescimento populacional que por consequência ocasionava um desenvolvimento urbano desordenado, desenfreado e espraiado (SANTOS, 2009).

No início da década de 1970, o Governo ditatorial vai adequar o espaço urbano a uma política “progressista”, Campina Grande como as demais cidades brasileiras foi “presenteada” com as políticas desenvolvimentistas para de certo modo corresponder às expectativas da elite burguesa citadina bem como promover um beneficiamento social para “maquiar” o turbulento período político vivido.

Este “presente” é a criação de dispositivos para uma modernização urbana de cabresto¹⁰², planos trienais individuais são criados e intensamente fiscalizados pelo Governo, as cidades vão ser levadas a se integrarem a esta perspectiva através do SERFHAU, que vai levar aos municípios o Plano de Desenvolvimento Local Integrado – PDLI, dentro de um Plano Nacional de Desenvolvimento, o PND. Sobre a política de planejamento do PDLI, o de Campina Grande se destaca:

O representante do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo [SERFHAU], sr. Peter Shweir foi rápido em sua análise sobre o PDLI de Campina Grande e informou que o Serfhau tem a maior admiração e popularidade pelo nosso PDLI, “pelo seu conteúdo e o esforço da administração de Campina Grande ao dispensar os maiores empenhos para a mais rápida conclusão do projeto”.

Concluiu dizendo invejar o prefeito eleito Evaldo Cruz, “porque terá a **felicidade** de dirigir uma cidade com o planejamento nas mãos, coisa difícil para os anteriores”.

¹⁰¹ “Evaldo Cruz elogia o PDLI destacando-o a maior obra do governador Luiz Motta Filho”. Jornal da Paraíba, 05 de janeiro de 1973.

¹⁰² Entendemos como modernização urbana de cabresto os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) que foram impostos pelo estado autoritário militar. O SERFHAU vai acompanhar e balizar os planos locais e liberar verbas mediante rígidos critérios. Tal plano é essencialmente físico e marcado por obras de embelezamento e extinção de áreas irregulares.

A fala institucional do SERFHAU, através de seu representante, o sr. Peter Shweir foi emblemática. A intencionalidade de demonstrar que o PDLI de Campina Grande seria *um presente* é evidente, a cidade seria, portanto, um exemplo a ser seguido.

Já ocupando a gestão de Campina Grande, Evaldo Cruz resolve avaliar o PDLI, a respeito disso, o editorial do Jornal da Paraíba do dia 20 de março de 1973 traz o seguinte:

Em consequência, e como resultado dos primeiros exames procedidos no legislativo municipal, o atual Prefeito (Evaldo Cruz) determinou a retirada dos aludidos anteprojetos e ordenou uma revisão de todos os seus textos, com o fim de corrigir possíveis defeitos, inclusive de ordem redacional, devendo submetê-los outra vez a apreciação e aprovação da Câmara em próximos dias [...] As vantagens do debate prévio são óbvias: aperfeiçoam-se os planos com a inclusão de oportunas sugestões aparecidas ao longo do processo ou com a correção de arestas, pequenas coisas, que as vezes a juízo técnico parecem muito justificadas e atraentes e, no entanto, encontram embaraços de toda ordem a nível de aplicação¹⁰³.

Controvérsias e embaraços se tornaram perceptíveis na estrutura do Sistema Administrativo e no Plano Diretor Físico, confundido com o PDLI. O editorial do Jornal da Paraíba usa, inclusive, um exemplo inusitado, pois afirma que na própria União Soviética os “planos são submetidos a amplas discussões em vários níveis e categorias”, apesar de ser uma pátria da “planificação impositiva”. Ora, a época o Brasil – e por conseguinte Campina Grande – estava submetida a um regime autoritário, governada a partir de Atos Institucionais e para o exemplo mencionado, a ordem se inverte. É como se afirmassem que até onde o regime é impositivo, há discussão para planos, aqui deve haver também.

E em outro editorial, no dia 29 de abril do mesmo ano, o Jornal da Paraíba é mais contundente, afirmando que o PDLI seria um poder acima do Prefeito¹⁰⁴. Nestes primeiros momentos, o plano é discutido, adaptado e publicado em fins de 1973.

¹⁰³ Jornal da Paraíba, “Discussão prévia dos planos”, 20 de março de 1973.

¹⁰⁴ Jornal da Paraíba, “PDLI, um poder acima do Prefeito”, 29 de abril de 1973.

1.1.6 – Segunda Grande Transformação Urbana

Até o PDLI ser publicado conhecido integralmente, o Prefeito Evaldo Cruz já emitia projetos através da COMDECA para o Governo Federal, e também não deixava de demonstrar preocupação com a atual situação financeira do município:

O prefeito Evaldo Cruz, profundamente preocupado com as dívidas da Prefeitura, declarou que está estudando um reescalonamento das dívidas da edilidade para poder definir o teto de financiamento para recuperação dos conjuntos habitacionais da cidade, ligados ao BNH.

Tal plano, cujo estudo do projeto foi preparado pela Comdeca, inclui a pavimentação das vias de acesso para os conjuntos habitacionais e também a futura erradicação das favelas [...] Espera o prefeito Evaldo Cruz que tudo dê certo para que sua administração deixe alguns marcos de trabalho em benefício do povo.¹⁰⁵

A matéria é ilustrada pela seguinte imagem:



Figura 11 – Habitação & Favela.

Fonte: Jornal da Paraíba, 7 de julho de 1973.

¹⁰⁵ Jornal da Paraíba, “BNH dará 10 milhões a Campina” 7 de julho de 1973.

O título da Figura 6 traz um dos mais intensos capítulos do PDLI, que é o Plano de Erradicação de Favelas, que vamos estudar mais adiante.

A apresentação do PDLI é feita por Evaldo Cruz, nela, ele agradece especialmente a pessoa do Dr. Luiz Motta Filho, “que o idealizou e obteve os recursos técnico-financeiros necessários à sua realização” (COMDECA, 1973) não mencionando de maneira alguma o Paz de Lima, talvez pelo ranço negativo impregnado na opinião pública sobre a sua gestão. O Prefeito ainda afirma:

Dispondo agora do indispensável instrumento para a promoção do desenvolvimento do Município, cabe a Administração depositar sua irrestrita confiança na imprescindível colaboração da comunidade, para que os objetivos nele consubstanciados possam ser efetivamente atingidos (Idem).

O próprio Evaldo Cruz vai produzir um plano trienal e em 1975 sanciona a Lei Nº 176/75, Instituinto o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, trazendo 163 artigos. O Plano foi publicado como suplemento do Semanário Oficial Nº 574 de 31 de outubro de 1975 e traz em seus objetivos “disciplinar e ordenar o seu desenvolvimento físico, econômico, social e administrativo, de forma a propiciar o bem estar da comunidade”. Uma série de projetos vão ser desenvolvidos pela COMDECA:

Sistema Viário Urbano, Urbanização do Pátio da Velha Estação Ferroviária e o Plano de Erradicação de Favelas [...] cujo trabalho na elaboração do planejamento da cidade foi considerado competente pelos próprios órgãos financiadores. Tal fato repercutiu favoravelmente, atraindo a demanda de outros municípios, sendo a CONDECA(sic) contratada pelo SERFHAU para elaborar projetos de urbanização de Sousa e Cajazeiras” (GURJÃO, 1998).

Em fins da década de 1970, já na administração do Prefeito Enivaldo Ribeiro, Campina Grande vai ser agraciada por um programa do Governo Federal denominado CURA – Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada, tendo uma série de projetos aprovados de acordo com o PDDI local.

O Projeto CURA garantia recursos às médias e grandes cidades, no sentido de minimizar diversos problemas urbanos, estabelecendo a “ordem e o progresso” no momento do *Milagre brasileiro*¹⁰⁶ onde o crescimento econômico do país foi recorde:

Foi preocupando-se com esse crescimento acelerado e desordenado e ainda com a falta de equipamentos e serviços capazes de proporcionar bem-estar às populações, que o Banco Nacional de Habitação através do Programa CURA (Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada) traçou diretrizes visando fornecer recursos financeiros para programas de governos que objetivem adequar o Processo de Urbanização às diretrizes locais de desenvolvimento. (PROJETO CURA II, APMCG 1973).

O objetivo básico do Projeto CURA foi procurar, através de indução de investimentos, provocar, de forma acelerada, uma reativação da ocupação da terra urbana e, simultaneamente, a melhoria de serviços de apoio e equipamentos urbanos, resultando na elevação da arrecadação de impostos e taxas, com a otimização da utilização das infraestruturas e superestruturas implantadas (FEST, 2005). Segundo o BNH, a regulamentação do CURA estruturou-se de forma a facultar aos municípios a racionalização do uso do espaço urbano. Em tese, este era, pois, o programa de que várias cidades brasileiras necessitavam para recuperar áreas carentes de infraestrutura básica.

O Programa CURA (1973) é o resultado das políticas federais de desenvolvimento urbano durante o centralismo autoritário do regime militar. Após a década de 1960, o poder público estimulou a expansão urbana pela criação do BNH (1964), incentivando a formação de conjuntos habitacionais e linhas de financiamento a unidades residenciais isoladas. Na década de 1970, nas cidades de porte médio, a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano previa investimentos em áreas específicas, contribuindo para a segregação social em favor do capital imobiliário. A partir da década de 1970, a expansão urbana em direção ao sul de João Pessoa foi estimulada por investimentos públicos em acessibilidade, equipamentos urbanos e conjuntos habitacionais (LAVIERI e LAVIERI, 1999; MAIA, 2000).

¹⁰⁶ Falar sobre

Nas cidades, a sua execução só era possível graças a projetos definidos pelos municípios. No caso de Campina Grande, inicialmente no governo do Evaldo Cruz e em seguida na administração de Enivaldo Ribeiro, a COMDECA, que através de uma comissão permanente chefiada pelo arquiteto Renato Azevedo, desenvolveu uma série de projetos atendendo ao que o Poder Executivo achava de primeira necessidade para a cidade, quer seja conjuntos habitacionais, abertura e/ou pavimentação de ruas e avenidas ou construção de equipamentos públicos, foi assim com o Shopping Center Campina Grande, o Centro Cultural Lourdes Ramalho, parte da urbanização do Açude Novo, criação das Avenidas Canal e Dinamérica, pavimentação da Avenida Almirante Barroso, prolongamento da Avenida Pres. Floriano Peixoto e a interligação entre as duas últimas através da Avenida Dinamérica, os Centros de Bairro, equipamentos que tinham por objetivo agregar um pequeno mercado, sede de Sociedade de Amigos de Bairro, campo de futebol, posto de saúde, abertura da Marginal Leste, Avenida Vigário Calixto, etc.

O Projeto CURA (I, II e III) teve início em 1973 e durou até meados da década seguinte, abarcando em Campina Grande os governos dos Prefeitos Evaldo Cavalcanti da Cruz e Enivaldo Ribeiro principalmente¹⁰⁷ e Ronaldo José da Cunha Lima. Enivaldo informa as principais ações de cada etapa do CURA:

CURA I

O CURA I permitiu a implantação de dois equipamentos urbanos de maior significação, o Centro Cultural e o Centro Comercial (Shopping Center de Campina Grande) na sua área de incidência. Possibilitou ainda a pavimentação das seguintes Ruas e avenidas (pavimentação asfáltica): Almirante Barroso, Vigário Calixto, Rio de Janeiro, Pedro I, Paulo Frontin, Sebastião Donato, todo o contorno do Açude Velho, compreendendo as Ruas Almeida Barreto, João Moura, Siqueira Campos, Independência, Nilo Peçanha, Quebra-Quilos, Campos Sales e Fernandes Vieira, Moisés Raia, Santo Antônio, Marinheira Agra e Avenida Dinamérica, uma avenida em faixa dupla, com canteiro central, de 70 metros. Além disso essas vias tiveram trabalhos de drenagem e iluminação. Foram igualmente implantados os Centros de Bairro de Catolé e de Santa Rosa.

CURA II

¹⁰⁷ Entende-se que as forças políticas que ascendem em Campina Grande ou são simpáticas ao Governo Militar ou são ausentes de posições políticas, não incomodando o sistema estabelecido e restringindo suas ações a mera obediência às diretrizes traçadas por Brasília (LIMA, 2012. p. 196).

O CURA II compreende a pavimentação e drenagem das seguintes Ruas: conclusão da Floriano Peixoto, Marginal Leste, conclusão da Almeida Barreto, Osvaldo Cruz, José de Alencar e Projetada Um.

CURA III

Os projetos executivos do CURA III já prontos. Sua aprovação está assegurada. Nele são contemplados os trabalhos de pavimentação, em asfalto, das Ruas Apolônia Amorim, Manuel Tavares, Avenida das Nações e Nossa Senhora de Lourdes. E pavimentação em paralelepípedos das Ruas: Avenida Canal, Manoel Elias de Castro, José do Ó, Estilac Leal, Adalto Travassos de Moura, Presidente Roosevelt, Estelita Cruz, Agamenon Magalhães, Floriano Peixoto (no sentido oeste), Salvino de Oliveira Neto, Silva Jardim, Santa Cecília, Sindolfo Montenegro, continuação da Nossa Senhora de Lourdes, Félix Carolino, Projetada Um, Napoleão Laureano, Benedito Mota, Capitão Ademar Maia de Paiva, Conselheiro Paulo Aguiar Soares, Ordenez Trovão de Melo, Noberto Leal, Franklin Araújo, Monteiro Lobato, Paulo Araújo Soares, Vigário Virgínio, Manoel Elias de Araújo e Mauro Luna¹⁰⁸

O projeto urbanístico para a área CURA foi proposto tomando-se como base o processo de atualização do PDLI pela COMDECA, concluindo o Perfil do Município, levantamento sócio-econômico solicitado pelo SEPLAN-IPEA, através do CNPU e Sudene¹⁰⁹.

Para o historiador Damião de Lima, o período de governo de Enivaldo Ribeiro, devido a uma amizade com o Ministro Mário Andreazza, teve destaque pelo volume de investimento em Campina Grande, na aprovação de projetos, segundo ele favorecidos por esta amizade¹¹⁰.

¹⁰⁸ Informações colhidas no site biográfico: www.enivaldoribeiro.com. Acesso em 30 de maio de 2014.

¹⁰⁹ Idem.

¹¹⁰ Estando em Brasília, Enivaldo Ribeiro conversou com um amigo seu, da cidade de Patos, o Dr. Urquiza. Este era chefe de gabinete de Mário Andreazza e insistiu para Enivaldo conhece-lo: “Assim que tiver uma chance, te apresento a ele, gente boa demais e gosta de trabalhar...”, em determinado momento, entram à sala do Ministro Dr. Urquiza na companhia de Ribeiro. Após longa conversa e a mostra de projetos, nasceu esta amizade duradora. Informações de Enivaldo Ribeiro em entrevista concedida no dia 09 de junho de 2013.

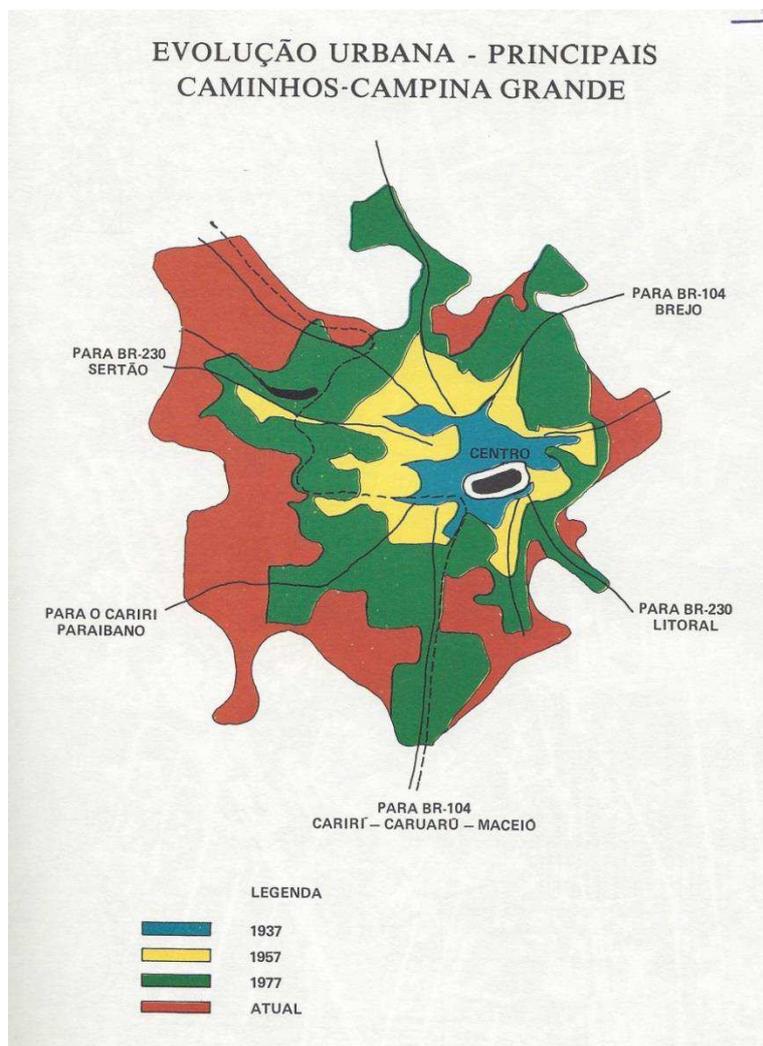


Figura 12 – Mapa da Evolução Urbana de Campina Grande.

Fonte: MELO, 1984. p. 21

Em linhas gerais, as cidades nos séculos XVIII e XIX provocaram uma renovação na vida social dos indivíduos que paulatinamente reinventavam suas ações e suas formas de viver. Era comum a agregação populacional nos centros urbanos, pois estes tinham um atrativo que eram as fábricas, as quais abrigavam grande número de trabalhadores e, desta forma, o crescimento era algo visivelmente oportuno. Para tanto, o deslocamento de importância do mundo rural para a cidade e a relação estabelecida dos indivíduos neste espaço trouxeram problemas de cunho existencial e de forma peculiar de moradia, de saúde pública, entre outros que provocaram mudanças culturais em hábitos, gostos e vida de milhões de pessoas, sendo assim, importantes fatores para a contingência populacional das cidades (BRESCIANNI, 1998).

Esta cidade, no caso Campina Grande, é afetada substancialmente por projetos disciplinadores que tem como foco o “desenvolvimento” urbano, mesmo que este imponha, fira, e mutile áreas de comunidades populares, levando-as até a inexistência.

Historiadores da arquitetura e do urbanismo, como Joseph Rykwert, denuncia, os resultados perversos de ações originariamente orientadas para melhorar as condições de vida nas cidades, ações baseadas em teorias cujos horizontes estavam fixados na idéia da “boa cidade” (BRESCIANI, 2009. p.23)

Em nome desta “boa cidade”, uma série de projetos são desenvolvidos em Campina Grande fazendo da década de 1970 até meados dos anos 1980 um período que podemos denominar de segunda grande etapa de urbanização da cidade ou segunda grande reforma urbana, momento em que novas avenidas rasgam a cidade e novos espaços de sociabilidade e institucionais são criados, dando à Campina seus atuais contornos (ver figura 7).

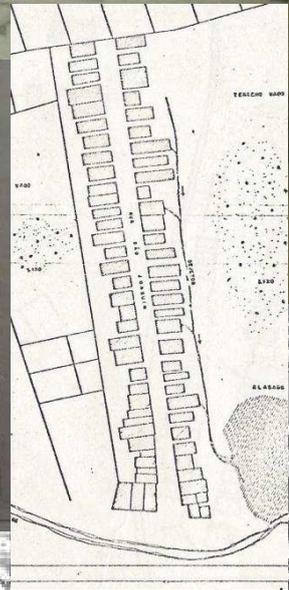
No mapa, podemos observar que as porções verde e vermelha fazem parte desta segunda grande transformação urbana, um espraiamento, crescimento para a periferia¹¹¹. A Segunda Grande Reforma Urbana de Campina Grande foi baseada em postulados que visavam à modernização e o embelezamento da cidade, sobretudo no plano físico-territorial, impondo obras de infraestrutura que em muitas vezes passavam por longe das necessidades e do bem estar da população. Apesar de, igualmente a primeira, esta segunda Revolução Urbana ser compreendida como um planejamento urbano *stricto sensu*, não há nesta a forte presença de questões estritamente sanitaristas, sua marca é uma diretriz da burocracia federal para o fomento de planos individuais locais, que é o que vai ocorrer no desenho desse planejamento urbano resultante do PDLI.

¹¹¹ Sendo a periferia o lugar onde moram os pobres (MAUTNER, 2010. p.253) se faz necessário entendermos determinadas exceções nesse contexto como os loteamentos de luxo (que ocupam por vezes as bordas da cidade) bem como os cortiços em áreas centrais da cidade.

ESTA CIDADE ABERTA
SABE O QUE QUER E
PARA ONDE VAI

 **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**
SECRETARIA DE FINANÇAS
TRIBUTOS IMOBILIÁRIOS

NOME DO PROPRIETÁRIO		SETOR QUADRA		INSCRIÇÃO	
		LOTE	VILA	L. SOTE	
CICERO DA SILVA		08	003	0482	0299
LOCALIZAÇÃO DA PROPRIEDADE		NÚMERO	APTO. S/CV	TIPO	EXERCÍCIO
JOAQUIM		SAC R	0021	0025	PRED 1973
ENDEREÇO DO PROPRIETÁRIO		NÚMERO	APTO. S/CV	VALOR VENAL	
				1.323	
VALOR DO IMPOSTO	T. S. U.	P. POBL.	TOTAL DO IMPOSTO	TOTAL COM DESCONTO	
9,00	1,80	4,80	15,60	14,70	



3

**O ENOBRECIMENTO E O EMPOBRECIMENTO URBANO, FACES PARADOXAIS DE
UMA CIDADE A SER "CURADA"**

A segunda grande transformação urbana de Campina Grande, período compreendido a partir das ações do PDLI até o Projeto CURA (I, II e III), teve no planejamento a sua cartilha, vimos que a confecção do PDLI teve grande importância no referendo ao aporte financeiro que a cidade recebeu durante quase toda a década de 1970 e a primeira metade da década de 1980.

Neste momento de regime autoritário, a recepção que a cidade teve das políticas nacionais é materializada justamente no período de interventoria, com a criação de uma entidade técnica para a feitura de projetos (a COMDECA) e o *passo inicial* para o plano local de desenvolvimento (inclusive alocando recursos financeiros) em consonância com as hostes federais, dados pelo General Paz de Lima e sua fase de estudos, projetos e desmembramentos, ocorridos na interventoria de Luiz Motta Filho.

Apesar de uma ampla revisão proposta pela gestão Evaldo Cruz, o PDLI não modifica o cerne e a concepção inicial da cidade desejada, realçamos o olhar para a descrição feita por Luiz Motta Filho em sua última apresentação de anteprojetos na Câmara Municipal. Ao apresentar uma série de normativas que deveriam ser criadas *a posteriori* Código de edificações, de obras, etc. ele elenca o primeiro e mais incisivo objetivo:

“controlar, disciplinar e estimular o desenvolvimento da “urbis” campinense para “transformá-la de agora em diante em uma cidade humana, sadia e consetanea (sic) com os padrões de cidades modernas e bem equacionadas, comparável com a idade tecnológica em que vive hoje o Brasil e o mundo”.¹¹²

Para o arquiteto e urbanista Jorge Wilhelm, o Brasil daquele momento pensou a cidade conforme Le Corbusier, havendo em sua concepção “maior rigor científico e um enfoque mais humano, isto é, um enfoque psicológico, econômico, antropológico e cultural” (WILHEIM, 1985. p. 69) nos estudos e definição da cidade cujo planejamento teria:

[...] por objetivo facilitar as condições de existência, realizar a saúde moral e física dos habitantes, favorecer a perpetuação da espécie

¹¹² Jornal da Paraíba, “Interventor na Câmara foi levar sua última mensagem”, 31 de janeiro de 1973.

oferecendo os equipamentos necessários a uma perfeita educação, proporcionar a alegria de viver e fazer aparecerem e se desenvolverem sentimentos sociais capazes de levar ao civismo, o civismo gerador de ação levará a comuna ao mais alto grau de consciência e de dignidade (LE CORBUSIER, 2000. p. 65-67).

Assim, o PDLI vai incorporar todos esses significados e vai balizar as ações governamentais. Porém, sua confecção não foi tão fácil, foi permeada por uma série de embates motivados por divergências nas concepções e modelos de cidade entre os técnicos, gestores, população, como também no que se refere à construção das propostas. Segundo o arquiteto Renato Azevedo¹¹³, houve uma espécie de “digestão intelectual” para a construção do PDLI, baseado numa metodologia participativa, incluindo a participação de segmentos da sociedade local através do Sistema de Ação Comunitária – SAC (criada pelo próprio SERFHAU) (Gurjão, 1998). No entanto,

Apesar dos esforços da equipe responsável pelo plano, a discussão com a comunidade não funcionou efetivamente. Após mais de um ano de reuniões com representações de entidades e diversas instituições públicas e privadas (Federação das Indústrias, Associação Comercial, SABS, diretorias de hospitais e de escolas, etc), o resultado foi decepcionante. Para o citado arquiteto, a origem do fracasso dessas reuniões [...] tratava-se, sobretudo de cooptar aliados, de mitigar os problemas já postos e aqueles que o plano viesse criar e não de consultar a comunidade para atender suas necessidades [...] jamais o plano pode ser um instrumento bruto. Mais importante que o plano é o processo (Idem. p. 128).

Apesar da equipe técnica se posicionar com uma visão mais ampla e democrática, em um projeto que atendesse a expectativa de todos, não era de interesse da gestão que o projeto fosse abrangente, culminando com uma exclusão urbanística de comunidades pobres através do **Plano de Erradicação de Favelas de Campina Grande**, que atuou na extinção de algumas favelas na cidade¹¹⁴.

¹¹³ Renato Aprígio Azevedo da Silva é arquiteto e acionista da COMDECA, possuindo em 1982, 100 ações (do total de 50.000), equivalendo a 0,2% do capital social da empresa. Foi Diretor Presidente na gestão de 1976 a 1977. Vale salientar que a Prefeitura Municipal era acionista majoritária, com 49.000 ações, totalizando 98% do capital (Release da COMDECA publicado em 1982. Encadernado).

¹¹⁴ Percebe-se que nem todas as favelas são erradicadas nem as maiores ou menores, o critério de escolha nos parece claro que foi nos espaços em que a edilidade interessava-se em transformar, paralelo a essa extinção, muitas outras existiam, com um sem número de problemas, mas que ficaram reclusas em um véu de esquecimento.

2.1 - Um dos porquês da exclusão: área para fins recreativos.

Um dos itens mais laboriosamente trabalhados do PDLI foi o item ‘Áreas para fins recreativos’, cuja intenção era de criar um “vasto parque densamente arborizado, integrado físico e esteticamente com o Sistema Viário proposto pela Av. Severino Cabral” (COMDECA, 1973. p.134). Este parque contava com nada menos que a integração de: Açude Novo, Açude Velho, Canal, Estádio Municipal e Cachoeira.

Recolhemos a informação com um de nossos entrevistados, que o urbanista Burle Max teria projetado para Campina Grande uma espécie de Central Parque¹¹⁵, em área que integraria o açude novo, os Coqueiros de José Rodrigues e o Açude Velho, em uma ampla área verde, o que não veio a acontecer. No PDLI, este projeto é muito mais ousado:

Compondo o conjunto de logradouros públicos mais importantes em potencial do centro urbano, encontramos a bacia do Açude Novo, Açude Velho, Av. Canal, Av. Severino Cabral e o Estádio Municipal que se prolonga pelo Canal até atingir o local denominado Cachoeira. Este conjunto de logradouros interligados especialmente através de ruas ou áreas públicas, atendendo através do planejamento para execuções a curto, médio e longo prazo, as solicitações atuais da comunidade no tocante a equipamentos urbanos de recreação, administração, cultura e arborização.

Objetiva-se com este projeto, preservar as condições naturais propostas na Carta de Atenas, quer seja o sol, o espaço, a vegetação, tudo aquilo indispensável ao ser humano¹¹⁶, notando a ausência de áreas verdes na cidade que proporcionassem essas condições naturais: “o percentual [de área verde] existente é de 0,48 m² p/hab., quando o percentual indicado pelo CIAM é de 16,00 m² p/hab” (p. 134). É também objetivo contemplar a resolução de outros problemas da cidade que também são elencados:

¹¹⁵ O entrevistado, Sr. Alexandre Borborema, afirmou que o ocorrido teria sido na época do Prefeito Vergniaud Borborema Wanderley, e aos moldes do Central Park em Nova Iorque, criado em 1857 com 341 hectares.

¹¹⁶ Carta de Atenas, Assembleia do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, novembro de 1933.

“[...] a fragilidade e formação do funcionamento dos organismos administrativos (a Prefeitura funciona atualmente em um edifício projetado para hotel), o desconforto da Câmara Municipal (mal localizada e sub-dimensionada a ausência de parques verdes e áreas para estacionamento, pôde-se partindo-se das proposições do Pré-Plano, indicar a **utilização mais coerente, humana e racional**, para este **conjunto de espaços** anteriormente citados. (pg. 134).

Seria então, no conjunto desses logradouros, permiti-los uma ocupação mais humana e racional. Para tanto, desconsidera-se todos os sujeitos que são diretamente afetados pelo projeto. Aqui está uma sonora diferença entre o que se reflete como “um espaço” (TUAN, 2013) a ser ocupado racionalmente pelos estabelecidos (ELIAS e SCOTSON, 2000) em detrimento “do lugar” em que os outsiders vivem, um lugar afetivo construído com a familiaridade. Para o melhor entendimento do projeto, Observemos a imagem:



Figura 13 – Grande área para fins recreativos criada no PDLI

Fonte: Imagem de Satélite do google maps (adaptado pelo autor).

Embora ambicioso, o projeto não foi inteiramente concluído. Foram formulados microprojetos e conforme o planejamento da COMDECA, venceriam etapas a curto, médio e longo prazos e os gestores que se seguiram desinteressaram-se, formulando

novos objetivos para as áreas. Efetivamente ocorreu uma intensa transformação da área do Açude Novo e o que hoje é o Parque do Povo, o antigo Coqueiros de José Rodrigues (sangradouro do Açude).

De início, era preciso “dar passagem” às obras propostas no PDLI, e o que se colocasse como empecilho, seria vencido. Na área do Açude Novo havia a Rua São Joaquim, que a partir do Decreto 57 de 26 de setembro de 1973, vê todas as suas casas serem desapropriadas.

2.2 – Açude Novo: de açude à área de lazer e civismo

O Açude Novo é o espaço público que vai sofrer a maior transformação no que se refere ao urbanismo nesta segunda grande transformação urbana: “a construção do Parque Evaldo Cruz representa um marco na cidade dado o grau da intervenção no ambiente urbano e a sociabilidade de lazer representada na área central da cidade” (CARVALHO, 2011. p. 182).

Sua urbanização estará marcada pela ideia de higienização e embelezamento da cidade, se antes havia um “vazio” urbano que não estava sendo ocupado pela municipalidade, com o projeto de urbanização proposto pelo PDLI, a área do Açude Novo será incorporada à lógica de uma cidade bela, aprazível, com opções de lazer e diversão em contraposição à uma cidade atrasada, com áreas sem infraestrutura, com terrenos cobertos pelo matagal, uma cidade “feia”. Além do mais, o Açude será uma ferramenta fundamental e emblemática para este novo modelo de cidade, uma cidade planejada através do processo de urbanização acelerada¹¹⁷. Onde o “nada” existia, houve o processo de urbanização e como “integração e posse”, até um marco zero fictício¹¹⁸ foi criado, que é o obelisco no centro do Parque do Açude Novo.

¹¹⁷ Ver: SERRA, Geraldo. **Urbanização e centralismo autoritário**. São Paulo: Nobel EDUSP, 1991.

¹¹⁸ O marco-zero de Campina Grande é nas proximidades da Catedral, próximo de onde estava a aldeia indígena e onde deu início a construção das primeiras casas.

Pensou-se em transformar o Açude Novo em uma praça, uma grande praça, que de acordo com SITTE (1992), representa o elemento fundamental da cidade, o lugar da vida pública, o centro cívico urbano, o espaço capaz de restituir a dimensão social da vida moderna (CALDEIRA, 2007. p. 207).

A urbanização do Açude resignifica este espaço urbano e é responsável pela exclusão urbanística (MARICATO, 2011) de comunidades populares que viviam em suas cercanias, tais como a comunidade instalada nos Coqueiros de Zé Rodrigues e a Rua São Joaquim, ambas compostas de um pequeno arruado de residências, sobretudo casebres habitados por uma população em risco social e de pobreza evidente.

Com este entendimento, vamos buscar as origens do Açude Novo e tentar entender a sua função para a cidade de Campina Grande ao longo de sua história.

A origem exata da construção do Açude Novo é incerta, segundo Elpídio de Almeida (1967), porém, sabe-se que foi construído depois de 1830 e recebia águas pluviais da porção mais alta a leste¹¹⁹ do centro urbano. Naturalmente sua construção se dá após a edificação do Açude Velho, dando uma conseqüente denominação ao outro¹²⁰. O tempo que separa os dois açudes é inferior a uma década, já que:

Em 1840 já estava a precisar de reparos, como atestam algumas leis provinciais. A de nº15, de 18 de novembro daquele ano, mandava consignar no orçamento a importância de oitocentos cruzeiros para consertos no referido açude. (ALMEIDA, 1962. p.117)

¹¹⁹ Nesta porção leste, existia algumas fontes hídricas, lagoas e cacimbas que eram divididas pelo atual alto da Bela Vista em duas calhas, uma a leste no vale do curso do Rio Bodocongó e outra a oeste deste alto, mais próximo do centro urbano, no lugar que hoje estão os bairros do Monte Santo e Bela Vista. Nas proximidades da atual Feira da Prata existia um olho d'água em uma cacimba devidamente cercada para o não acesso de pessoas sem autorização e animais, a "Cacimba da Viúva". O banho ali era proibido e a água "era bem limpinha, boa demais para beber" (João Bosco Leite, entrevista concedida em 07 de abril de 2013)

¹²⁰ Como deveria se chamar o Açude Velho antes do Açude Novo ter sido construído? Seria somente "Açude"? Como a construção dos dois não distam muitos anos, a denominação "Novo" foi marcante para a denominação do "Velho", antes, porém, existia uma denominação para o Velho anterior a construção do Novo, no entanto, não conseguimos resgatar a nomenclatura em nossa pesquisa.

Objetivava complementar o abastecimento d'água da então Vila Nova da Rainha, amalhando o líquido precioso para o uso cotidiano dos que ali iam se servir ou recebiam dali em suas residências transportadas pelos aguadeiros¹²¹.

É provável que a construção deste açude tenha se dado no momento em que houve a reforma da parede do Açude Velho através dos esforços do coronel Manoel Pereira de Araújo, gozando de grande prestígio com o Marquês de Sapucaí¹²²:

Foi Manoel Pereira quem arranhou com o Presidente da Província a verba necessária e contratou a reconstrução [do Açude Velho], que terminou em 1844. A barragem foi levantada ao poente, próximo à estação da Great Western. (GUIMARÃES, 2001. p. 13)

O Açude Novo vai possuir uma água potável, certamente mais limpa que as águas do Açude Velho (PINTO, 1977; ALMEIDA, 1962), talvez por esse motivo, o manancial foi por muitos anos, a partir do Código de Posturas de 1851, **protegido por uma cerca**, que recebia constante atenção da Câmara Municipal provendo “reparos no paredão e consertos na cerca que delimitava a área pertencente ao reservatório” (ALMEIDA, 1962. p. 120).

A segurança hídrica nunca foi o forte da Rainha da Borborema, o tema sempre foi tratado pelos governantes com preocupação. Além do mais, a cidade tinha uma forte carência no que se refere à água potável, "grande parte do povo bebia a água salobra de cacimbas do riacho Piabas" (JÓFFILY, 1977), além do mais, em relato de 1911¹²³, João Rodrigues Coriolano de Medeiros afirma que:

a falta de hygiene na séde, a pessima agua que os seus habitantes ingerem, têm desenvolvido na cidade lamentaveis epidemias, como a febre e a varíola hemorragica [...] Pena é que os poderes publicos não

¹²¹ “abastecimento feito por populares através de tração animal [...] os “aguadeiros” saíam a vender latas d’água de porta em porta (RODRIGUES e RIBEIRO, 2011)

¹²² O mineiro Cândido José de Araújo Viana ocupou diversos cargos, ascendendo a Senador em 1840 permanecendo até 1870. (informações do portal do Senado Federal na internet)

¹²³ O livro ‘Dicionario Chorographico do Estado da Parahyba’ foi escrito em 1911 e publicado pela Imprensa Official da Parahyba em 1914 com 112 páginas. Em 1950, o Departamento de Imprensa Nacional do Rio de Janeiro publica a sua segunda edição compondo uma coleção denominada de Enciclopédia Brasileira em uma série especial de dicionários estaduais. A segunda edição é revisada, ampliada e é composta por 271 páginas.

tenham cuidado do embelezamento e da hygiene da cidade que em annos seccos tem de abastecer-se de pessima agua, em fontes que lhe ficam a mais de 10kils. Ou das águas **pútridas** dos dois açudes próximos da urbs. (MEDEIROS, 1914. p.27-28)

Assim foram construídos o Açude Velho, o Açude Novo e com o crescimento da cidade, novas possibilidades foram pensadas. Em 1912 foram iniciadas as obras para a construção de um açude a oeste do Açude Novo, nas proximidades da antiga Serra da Catarina (ou Catirina), estes trabalhos não foram prósperos, só sendo retomados com a liderança de Cristiano Lauritzen, reiniciando as obras em 1915, sob a vigilância do engenheiro de minas Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa, pertencente aos quadros da Inspetoria de Obras Contra as Secas – IOCS¹²⁴ (GUIMARÃES, 2001. p. 20).



Figura 14 – Desfile em homenagem a Argemiro de Figueiredo, espetacularização política em agradecimento ao abastecimento da água – 09 de março de 1939

Fonte: Fotografia de Euclides Vilar. Acervo do autor.

¹²⁴ Criado sob o nome de Inspetoria de Obras Contra as Secas - IOCS através do Decreto 7.619 de 21 de outubro de 1909 editado pelo então Presidente Nilo Peçanha, foi o primeiro órgão a estudar a problemática do semiárido. O DNOCS recebeu ainda em 1919 (Decreto 13.687), o nome de Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas - IFOCS antes de assumir sua denominação atual, que lhe foi conferida em 1945 (Decreto-Lei 8.846, de 28/12/1945), vindo a ser transformado em autarquia federal, através da Lei n° 4229, de 01/06/1963. (Disponível em: http://www.dnocs.gov.br/php/comunicacao/registros.php?f_registro=2&) acesso em 05 de janeiro de 2014).

Dois anos após, o Açude de Bodocongó vai estar pronto e diante do crescimento da cidade, a insegurança hídrica vai estar longe de ser atenuada, É tanto que João Suassuna vai convocar o Engenheiro Baeta Neves para conceber o projeto de um reservatório no alto do Monte Santo para captar águas dos Açudes de Puxinanã e Grota Funda.

Em 1935 cria-se o Serviço de Água e Esgoto de Campina Grande¹²⁵, instituição que vai capitanear o abastecimento d'água do longínquo Açude de Vaca Brava, ação que vai ser efetuada na gestão estadual do Argemiro de Figueiredo, utilizando o feito como argumentos nos pleitos eleitorais até a última campanha de sua vida¹²⁶.

Um relato de Coriolano de Medeiros em 1950 vai dar-nos o entendimento de que este problema teria sido plenamente resolvido naquele período, falando sobre Açudes:

Conta o município avultado número de açudes de pequena capacidade. A sede está entre dois açudes de velha construção, de águas muito carregadas de sais. A quatro quilômetros da cidade está o Bodocongó, repêsa de 1.000.000 de metros cúbicos de capacidade (MEDEIROS, 1950. p. 64)

Esta afirmação é possível graças à natureza do relato que compõe um Dicionário Corográfico, um compêndio de informações tomando por base topônimos organizados em ordem alfabética. No mesmo verbete 'Campina Grande' em 1950, Medeiros **não** menciona dificuldade alguma relacionada à água no período, que é, inclusive, intermediário entre o abastecimento d'água por Vaca Brava e o posterior provimento de águas pelo Açude Epitácio Pessoa, diferentemente do mesmo verbete na edição de 1914.

¹²⁵ [...] o decreto estadual Nº 1.283 extinguiu a "Comissão de Saneamento" e criou a "Repartição de Saneamento de Campina Grande" (SILVA FILHO, 2005).

¹²⁶ É bem provável que o desfile exibido na Figura 9 tenha sido organizado pelo interventor em Campina Grande Bento Figueiredo, posto no cargo por seu irmão do Argemiro de Figueiredo, que por sua vez ocupara a Interventoria Estadual. Espetáculo pomposo e bem prestigiado pela população, nítida fatia do tempo (SONTAG, 2004. p.28), memorável para uma elite campinense, capturada pelo fotógrafo Euclides Vilar: "Esperava-se, à tarde do dia 9 de março, na Praça Clementino Procópio, 'a presença da massa das escolas, colégios, polícia, sociedades esportivas, etc... para exprimir, de público, o reconhecimento de Campina Grande pelo grande benefício com que a cumulou (sic) a administração Argemiro de Figueiredo'" (CABRAL FILHO, 2007. p.). Para compreender as tramas, os bastidores e o processo deste abastecimento d'água a partir de Vaca Brava, conferir a tese: "A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950)", do Prof. Severino Cabral Filho.

Com Vaca Brava, aí sim o abastecimento de água de Campina Grande vai ter uma sobrevida de pelo menos mais uma década.

Em 18 de janeiro de 1939 foi iniciado o serviço d'água e esgoto, com sete chafarizes e cerca de trinta instalações sanitárias em domicílios. No dia 28 de janeiro, o engenheiro Saturnino Brito deu por concluído seu trabalho, entregando ao Estado toda a obra construída por sua empresa (GUIMARÃES, 2001. p. 33)

Destes chafarizes e instalações domiciliares, praticamente todas vão ser instaladas estrategicamente nas proximidades de residências mais abastadas, seguindo uma lógica que não vai ser a da necessidade de toda a população e sim de benefício de residências escolhidas, restando às comunidades populares se ajustarem aos regatos existentes, sobretudo nas limpas águas do Açude Novo. Pelo menos, não existia mais interesse em beber àquelas águas, pois:

Com a inauguração do Serviço de Saneamento de Campina Grande, em 1939, realização do interventor Argemiro de Figueiredo, o maior benefício que poderia prestar à sua terra, **perdeu** o Açude Nôvo a sua finalidade, depois de um século de serventia pública. **Mas não se tornou inútil.** Aproveitado no traçado de um plano de urbanização da área, aguarda a sua realização para se tornar o centro de uma das partes mais belas e aprazíveis da cidade (ALMEIDA, 1962. p. 121).

A percepção do médico e ex-prefeito Elpídio de Almeida, ao escrever a sua 'História de Campina Grande' (1962), retrata o lugar social ocupado por sua família, cuja residência era localizada no centro da urbe, agraciada pela benesse do abastecimento a partir de Vaca Brava, no entanto, as comunidades mais afastadas, de natureza popular, vão continuar a beber das águas do Açude Novo, de Bodocongó e das cacimbas existentes.

É interessante pensar que, destituído – para elite – de sua função de provimento de água, a área do Açude Novo deveria ser urbanizada e resignificada para o usufruto e como área de lazer e bem estar para os cidadãos campinenses que iriam poder se deleitar em “uma das partes mais belas da cidade”, tornando-se útil, então, para os que já não mais bebiam suas águas.

Como já vimos, em 1960 houve a concepção de um *Plano de Urbanização da Cidade de Campina Grande* (feito pelo arquiteto e urbanista Hélio Modesto), que previa a urbanização da área do Açude Novo, mas este não saiu do papel. Certamente aquelas proteções que havia com cercas deixam de existir, já que não há mais a necessidade de proteger as límpidas águas de usuários indesejáveis. O poder público já não mais precisa rezar o Código de Posturas, não é mais necessário impedir o livre acesso do público ao líquido mais precioso, não há mais sentido. A ação esperada por essa elite campinense era outra, dever-se-ia a partir de então sangrá-lo, aterrará-lo e transformá-lo em um parque, uma praça, em um espaço de lazer e bem estar, dando “utilidade” e embelezando a área, que em suas condições naturais não oferecia um belo cartão de visitas.

O Açude Novo realmente é uma bela área em uma porção imediatamente próxima ao núcleo central da cidade. É uma região que está localizada entre o bairro de São José e o Centro de Campina Grande. Com exceção das idas e vindas dos moradores do mencionado bairro ao centro, aquele território foi deixando de pertencer aos moradores da área central – eles não bebem mais de suas águas! – delineava um limite, uma fronteira entre o centro da cidade e uma nascente periferia.



Figura 15 – Passagem entre o Centro e o bairro de São José, ao fundo (à esquerda) temos o Cine São José (construção com telhado mais alto).

Fonte: Foto: Coleção particular de Lêda Santos de Andrade.

A passagem entre o centro da cidade e o bairro de São José era (e ainda o é!) uma rua formada imediatamente acima do balde do Açude Novo, uma passagem que, no sentido centro-bairro, é composta de uma espécie de corredor entre os Coqueiros de José (Zé) Rodrigues à esquerda e o Açude à direita (ver figura 10). Nas proximidades do açude, existia a Rua São Joaquim, uma comunidade composta por famílias de baixa-renda, localizada “nas costas do São José”, ao norte da Rua Santa Clara, que é a rua principal do bairro de São José, onde se encontra o Cinema.

A Rua Santa Clara – hoje denominada de Lino Gomes – se encerra, ao poente em um largo onde vai ser construída a Igreja de Nossa Senhora da Guia¹²⁷, a partir das proximidades deste largo, no sentido norte, temos a Rua Siqueira Campos, uma das ruas mais importantes daquele setor, que segue em perpendicular cruzando as ruas e avenidas: João Machado, Rodrigues Alves, Cap. João Alves de Lira, Dom Pedro II, Rio Branco e Getúlio Vargas, até chegar à Rua João Pessoa. Sete quadras existentes nos dias de hoje, imediatamente nas proximidades do Açude Novo, não existiam. Esta área foi conservada – ao natural – até fins dos anos de 1950 como uma área “de cheia” que, primitivamente, poderia ser tomada pelas águas em um inverno caudaloso.

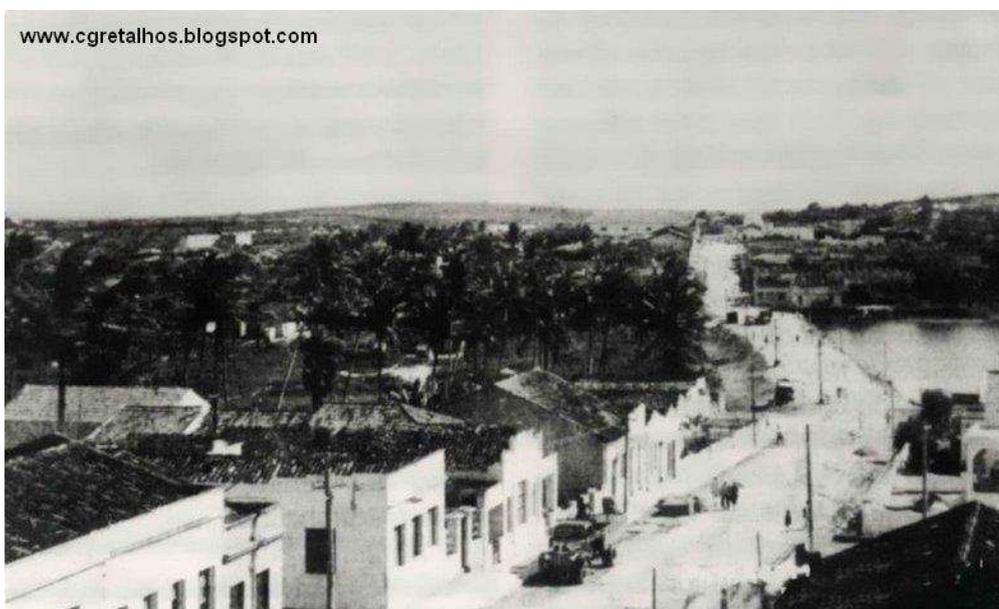


Figura 16 – Em primeiro plano vemos a rua 13 de maio (do pé da foto até a curva logo abaixo, onde inicia o balde do Açude Novo), a rua Lino Gomes, o Açude ainda com água e os inúmeros Coqueiros de Zé Rodrigues.

Fonte: RHCG

¹²⁷ Inaugurada no largo de São José no dia 18 de novembro de 1957, ligada a Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, construída pelo vigário Sales. Ver: CÂMARA, Epaminondas. **Datas Campinenses**. Campina Grande: Ed. Caravela, 1998.

Podemos afirmar que até o seu esvaziamento, o açude mais pertenceu ao bairro de São José do que ao bairro Centro. Por conta das condições naturais do ambiente, uma mata ciliar era proeminente no lugar.

O Açude Novo sangrava a sudoeste, em um terreno recheado de coqueiros, cujo proprietário era José Rodrigues, que passou a emprestar seu nome a toda extensão do que hoje é o Parque do Povo e a Rua Sebastião Donato. A sudeste (a partir do que conhecemos como a Pirâmide do Parque do Povo) havia uma comunidade com 63 casas onde viviam 255 pessoas, este lugar era simplesmente chamado de Coqueiros de Zé Rodrigues pela vizinhança, tornando-se endereço: “Tu moras onde? – Oxe, eu moro nos Coqueiros de Zé Rodrigues derna de quando nascí...¹²⁸”.

Percebemos que a área que compõe o Açude Novo – e seus arredores – estava nesta época desprovida de equipamentos públicos e de atenção da gestão pública, conforme relatou João Bosco Leite: “Não tinha coleta de lixo, não tinha nada. A prefeitura não fazia nada pela gente”¹²⁹, a visão era a de um matagal, ao seu redor, com exceção do balde do Açude, que como observamos nas figuras 10 e 11, é uma passagem larga, uma rua de acesso entre o centro da urbe e àquela periferia.

Algumas ruas que atualmente cercam o Açude Novo simplesmente não existiam, sobretudo no lado leste, cuja primeira era a Siqueira Campos. Provavelmente seja esse o motivo maior da área do Açude pertencer mais ao bairro de São José. O “Centro” só vai tomar para si a área do Açude Novo, após urbanizado. Logo após a sua urbanização, ele é incorporado como equipamento público de divertimento e lazer no centro, prova disso é a permanência deste ideal nos dias atuais, um exemplo representativo desta nossa afirmação é o endereço postal que a Câmara Municipal de Campina Grande – CMCG que exibe em seus documentos: “Rua Santa Clara, S/N – Campina Grande – PB, Cep: 58400-540”.¹³⁰

A CMCG está hoje localizada em um dos prédios que foram construídos precisamente no processo de urbanização do Açude Novo, na Rua Santa Clara, ocupando exatamente parte do que era a Rua (ou como queriam os governantes à época, a favela) São Joaquim, em um território que pode ser compreendido como integrante do

¹²⁸ Entrevista concedida pela Sra. Neusa em 30 de abril de 2013.

¹²⁹ Entrevista concedida em 07 de abril de 2013.

¹³⁰ Ver portal da CMCG na internet: <http://www.cmcampinagrande.pb.gov.br/>

bairro de São José, no entanto, o endereço suprime o item bairro, expondo a ideia de que o bairro é na verdade o Centro.

Para entender melhor a configuração espacial da área em estudo, vamos observar estas duas perspectivas:



Figura 17 – Acima vemos uma panorâmica da cidade do início da década de 1960. Abaixo reproduzimos uma imagem de atual de satélite do Google Earth em ângulo aproximado a foto histórica.
Fonte: RHCG e Google Earth respectivamente.

A Figura 17 nos possibilita entender a Campina Grande do início da década de 1960, seus inúmeros lotes vazios e ruas ainda inexistentes. A área do Açude Novo especificamente é rodeada por terrenos vazios, preservando um estágio primitivo em que suas águas ocupam significativa parcela de seus domínios. Fazendo um comparativo, entre as duas imagens, percebemos como a área natural do Açude é “ilhada”, o quanto é desprezada. É uma negação a este lugar natural onde os riachos despejam suas águas, nas franjas de árvores e matagais. As construções mais próximas são postas de costas para o Açude, como a desprezá-lo, não dar importância, não contemplar esta área.

A marcação em amarelo referencia o contorno do Parque do Açude Novo e expansão do Shopping Center, ontem e hoje, para um melhor entendimento das modificações ocorridas no lugar. A marcação em vermelho é a Rua São Joaquim ontem e a área ocupada pela Câmara Municipal hoje.

2.3 – Exclusão social e territorial em Campina Grande: moradores versus Plano de Erradicação de Favelas

O Açude Novo, o Açude Velho e Estação Velha serão alvos de um intenso processo de urbanização, dentre as ações, o Açude Velho vai ser dotado de um Parque Aquático Recreativo, contando inclusive com pedalinhas; na Estação Velha vai ser criado o Centro Turístico Integrado Cristiano Lauritzen (o primeiro do Estado) e o Açude Novo vai ser o espaço público que passará por uma modificação mais intensa. Não só o Açude como todo o seu entorno.

Para sua urbanização, o manancial passará a não mais existir, destino que também será o da Rua São Joaquim e do movimentado campo de futebol “o Bacião”, um dos mais conhecidos da cidade. Reflete-se aí o “desejo disciplinarizador da classe dominante, que imaginava para si um espaço socialmente higienizado, preenchido por

peças dóceis e afetas a normas e costumes em processo de instituição” (BOSI, 2004. p.54)

Neste processo, os populares não são ouvidos, os moradores comuns não possuem voz neste território de conflitos. Estes são estigmatizados em uma condição de preconceito social pelos estabelecidos¹³¹ cuja prática de exclusão e coesão são causadas como forma destes estabelecidos preservarem sua identidade, mantendo um *status quo*. “[...] um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado (outsider) é excluído” (ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 23).

É possível perceber como os poderes públicos estabelecidos elaboraram seus projetos de cidades e de modernidade. Como as elites produzem códigos e uma seleção de valores culturais para o viver no espaço urbano ‘moderno’. Apesar destes valores produzidos pelas elites não serem integralmente internalizados ou aceitos unanimemente pela massa, apesar das *artes do fazer e astúcias* dos populares (CERTEAU, 1994), projetos públicos de cidade possuem um alvo de atuação e beneficiamento e este está longe de ser as classes subalternas da sociedade.

O desenvolvimento do centro urbano de Campina Grande, nesta segunda grande transformação urbana, foi à custa de um intenso processo de erradicação e de exclusão, entendendo que “a noção de exclusão social surge (...) sobretudo, ligada à existência de um contexto de referência, do qual se é ou se está excluído. Dele fazem parte cinco sistemas sociais básicos: social, econômico, institucional, territorial e simbólico” (COSTA, 1998). Mais especificamente, a exclusão urbanística é aquela em que a cidade oficial ignora a presença de uma ocupação que se considera “ilegal” (MARICATO, 2011).

Neste processo de exclusão, os populares – que ocupam áreas desejadas pela elite cidadina em seu plano de urbanismo – são desterritorializados, são desprovidos da moradia e de seu sustento. É orquestrado um deslocamento para as zonas periféricas ou mesmo a pulverização destas comunidades, que é o que vai ocorrer com as comunidades da Rua São Joaquim e a comunidade existente nos Coqueiros de José Rodrigues¹³². A

¹³¹ De acordo com o conceito de estabelecidos e outsiders do Nibert Elias e John L. Scotson (2000).

¹³² Mais conhecido como Coqueiros de Zé Rodrigues, a área hoje pertence ao Parque do Povo e teve sua urbanização e exclusão dos populares na segunda metade da década de 1970, durante a gestão do Prefeito Enivaldo Ribeiro.

justificativa para tais ações está em sua maioria absorta no medo dos pobres, tido como perigosos, assim como vai ocorrer na “cidade febril” do Rio de Janeiro (CHALHOUB, 2011):

[...] a identificação das “classes pobres” como “classes perigosas” [...] Os higienistas alegavam que a promiscuidade presente nos cortiços era um perigo para a ordem pública e que tais habitações coletivas eram focos de irradiação das epidemias e fértil terreno para a propagação dos vícios (SOIHET, 1999. p.184).

No Brasil, a difusão do medo do caos e da desordem tem sempre servido para detonar estratégias de neutralização e disciplinamento planejado das massas empobrecidas (BATISTA, 2003. p. 21). Neste sentido, a preocupação com a reorganização do espaço urbano visava tão somente a uma funcionalidade da cidade em prol dos interesses das classes dominantes, processo de urbanização totalmente excludente que vai esquadrihar a cidade em ângulos retos, desalojando os populares, extinguindo favelas, cortiços, malocas e becos.

Em Campina Grande, encontramos rastros desta perspectiva de medo da sociedade sendo propagada pela imprensa, que possui um papel fundamental na formação de opinião de letrados da cidade. Tal fato se expressava mais profusamente nas páginas de jornal:

O índice de marginais que “fazem ponto” na Praça do Trabalho, vem prejudicando seriamente os moradores do Bairro de São José. Informam pessoas ali residentes que depois das 20 horas é impossível se passar naquele local temendo assalto ou outras agressões, por parte dos desocupados.¹³³

Quem eram esses desocupados? Entendemos por desocupados pessoas sem emprego? Os moradores da Rua São Joaquim, apesar de estarem nas fraldas da Praça do Trabalho, não eram muito frequentadores da Praça. Assim, atesta Luiz Gonzaga da Silva: “[...] o povo da São Joaquim não gostava muito da Praça do Trabalho não. Nem da igreja da Guia”. É cada vez mais corrente a menção de assaltos, agressões e tumultos e o Jornal da Paraíba se posiciona de maneira firme. Na edição do dia 13 de abril de

¹³³ Jornal da Paraíba, “Jornal dos Bairros – SÃO JOSÉ”, 1 de Fevereiro de 1976.

1975, vemos a violência ser potencializada na capa com a frase: “Cidade aberta ao crime”.



Figura 18 – Campina está aberta ao crime, ressalta o Jornal da Paraíba.
Fonte: Jornal da Paraíba, 13 de abril de 1975.

A legitimidade empírica para o arrocho de uma legislação por uma maquinaria de controle, legitimando a exclusão. Campina Grande vai possuir essa maquinaria simbólica, e a imprensa vibra com seu bom funcionamento:

Na manhã de ontem, na Delegacia de Investigações e Capturas, foi “festivamente” inaugurada a “piscina” da especializada para “alegria” dos marginais que agora terão local “adequado” para um banhozinho sempre que for necessário.

A piscina consta de um “tonel” normal com uma tampa e permanece sempre meio d’água. Nêle, são “tirados” os “serviços” daqueles que não gostam de “abrir o bico” quando solicitados pacientemente pelos homens de Batoré. Djalma de Zé dos Côcos e Nego João, foram os primeiros “privilegiados” pois foram escolhidos para cortarem a “fita simbólica” dando a “piscina” por inaugurada.¹³⁴

¹³⁴ Inaugurada “piscina” na Roubo e Furtos. Jornal da Paraíba, 05 de Fevereiro de 1976.

É evidente o sarcasmo travestido de moralidade na matéria: aqueles que não abrirem o bico, quando solicitados “pacientemente”. A “piscina” teve sua fita de inauguração cortada, enquanto o Prefeito inaugura obras pela cidade, resta aos estigmatizados e vítimas de preconceito de toda ordem inaugurarem um tonel de tortura por afogamento na delegacia. A seguir, mais uma matéria do Jornal da Paraíba, desta feita, o condenar da noite, “a noite era a grande cúmplice dos inimigos do homem” (BATISTA, p. 42):

Os delegados Ary Ribeiro e Joaquim Sinfrônio [...] comandaram pessoalmente uma gigantesca blitz policial por toda a cidade, das 20 até as 2 horas da manhã, desarmando, apreendendo armas, prendendo marginais e tomando outras medidas que visam beneficiar a população campinense, já bastante alarmada com a onda de crimes que está ocorrendo no município.

Por outro lado, os dois delegados, reunidos ontem, determinaram que os bares, cabarés, boites e outras casas de diversões, a partir de primeiro de maio próximo, só poderão funcionar até às 24 horas excetuando-se sábados e domingos, quando poderão estender o horário até às 2 horas da madrugada. [...] **As medidas** tomadas pelas autoridades policiais de Campina Grande, **são por demais elogiáveis** [...] Elas **visam, mais do que tudo, tranquilizar a população** e evitar o alto índice de criminalidade que ora se registra na cidade.¹³⁵

É como bem afirmou Vera Malagutti Batista:

[...] a grande política social da contemporaneidade neoliberal é a política penal. A qualquer diminuição de seu poder os meios de comunicação de massa se encarregam de difundir campanhas de lei e ordem que aterrorizam a população e aproveitam para se reequipar para os “novos tempos” (2003. p. 35).

Que novos tempos vividos por Djalma de Zé dos Côcos e Nego João! Tempos em que a tortura se fez declarada nas páginas de jornal com ares de grandeza. É época em que: “[...] não havia perseguição não, eles já iam nos hÔme certo, envolvido com a máfia dos comunista”, disse José de Arimatéia Lima¹³⁶, apesar de em momentos depois

¹³⁵ A partir de maio a cidade dormirá mais cedo. Jornal da Paraíba, 16 de Abril de 1975.

¹³⁶ Entrevista concedida em 12 de maio de 2013.

afirmar: “Se você tivesse na rua e o cel. Sinfrônio perguntasse pra onde você ia, tinha que dizer, ele ia deixar lá. Se tivesse mentindo, ia pro... [silêncio]”

Em Campina Grande, significativa parcela de seus habitantes era constituída por populares, muitos destes oriundos do processo de migração – atraídos pelo desenvolvimento da cidade e muito mais pela fama “desenvolvimentista” da “Capital do Trabalho” – sobretudo de pessoas do interior do Estado, que vieram a engrossar a população que tinham anseio de dias melhores, especialmente nas condições de vida e de trabalho (MELO, 1985). Desta forma, os novos moradores da cidade se aconchegavam no entorno do centro, constituindo moradia em bairros que viriam a ser periféricos, acentuando conseqüentemente problemas como habitação e a própria infraestrutura da cidade.

Estas comunidades são fruto de um problema recorrente em vários centros urbanos brasileiros que é a falta de moradia. Os desassistidos de residência se recolhem em casebres, malocas e cortiços sem nenhuma estrutura e compõem a periferia das cidades.

Iguais a tantas outras existentes no Nordeste brasileiro, as favelas de Campina Grande apresentam as mesmas características genéticas, o mesmo tipo humano, famílias paupérrimas originárias de áreas rurais, não se identificando na maioria a presença de delinquências [...] espelham a miséria e o abandono em que vive o homem menos favorecido, criando não só problema de ordem social, física, humana, como dos de poluição ambiental.¹³⁷

É esta exclusão urbanística e social que vai ser ocasionada pelo projeto de urbanização do PDLI, atentamos aqui especialmente para a Rua São Joaquim, que no seu processo de exclusão, vai ser pejorativamente denominada – pelos poderes públicos – de favela, sendo esta a condição para a sua erradicação¹³⁸ como podemos ver em uma matéria publicitária em um jornal da Capital do Estado:

¹³⁷ Programa de erradicação de favelas, PDLI, p. 2 (as favelas)

¹³⁸ Termo amplamente utilizado em meios jornalísticos e nos discursos oficiais.

20 JOÃO PESSOA, 8 a 14 de janeiro de 1974 o Momento

Certifico que os materiais e serviços
constituídos neste projeto foram
integrados ao orçamento da obra.
Em 14 de Janeiro de 1974
[Assinatura]

DUAS OBRAS HUMANIZADORAS

ÁÇUDE NOVO

Uma área de área verde por habitante, em Campina Grande, encontra-se entre os mais baixos do mundo: 0,48 m²/hab, contrastando violentamente com o índice recomendado pelos urbanistas, que é de 16,00 m²/hab.

Esta é a principal razão pela qual o atual Governo do Município situou como meta prioritária para o próximo triênio administrativo a implantação de um vigoroso programa de arborização e urbanização de espaços apropriados para recreação e lazer.

Dentre essas metas, duas têm especial importância para a humanização da paisagem urbana de Campina Grande: o Parque do Açude Novo e o Pátio da Estação Velha.

O Açude Novo acha-se localizado no centro geométrico da área urbana, oferecendo um vasto espaço físico que, urbanizado, se revestirá da maior significação devido a criação de parque recreativo e equipamentos culturais e ao processo de recuperação urbana imposto à cidade.

O projeto será implantado em duas etapas, com recursos do Banco do Nordeste do Brasil. A primeira, que inclui a urbanização propriamente dita do Açude Novo, abrangerá as seguintes obras:

- Monumento aos Índios Ariús, localizado dentro da bacia e situado exatamente sobre as coordenadas fixas que definirão o marco "0" da cidade. Construído em concreto armado, de forma piramidal, terá 30 metros de altura e base de 4 metros. Como efeito estético, um lago o circundará, objetivando

monumentalidade e beleza, com fonte sonora composto o conjunto.

- Equipamentos de recreação infantil, dando uma utilização nobre à área da bacia e criando uma frequência familiar e educativa, devido a presença do monumento, esculturas e museu de arte.
- Construção do Museu de Arte, que assume elevada importância dado o fato de que o atual Museu encontra-se localizado em edificação inadequada ao funcionamento. A instituição conta em seu acervo com quadros e outras obras plásticas de elevado valor. O Museu proposto, com área de 1.200 m², compatível com o seu acervo e atuação, deverá ser construído segundo técnica simples, material de fácil conservação e custo médio. Conterá, além do salão de exposição, auditório, atelier, laboratório, salas de aula e outros equipamentos indispensáveis ao seu funcionamento.
- Implantação de densa arborização exuberante ajardinamento, que obedecerá ao plano paisagístico já elaborado, visando triplicar o índice de área verde da cidade.

Na segunda etapa de urbanização, o espaço nobre gerado pelo Açude Novo e ofertado pela erradicação da Favela São Joaquim, surge a implantação do centro cívico, conjunto arquitetônico ladeado por vasta área arborizada e tendo à sua frente o magistoso espaço da bacia urbanizada. Serão edificadas as edificações da Prefeitura (despacho e assessorias) e da Câmara Municipal, ficando a depender de recursos das Secretarias.

PÁTIO DA ESTAÇÃO VELHA

A urbanização do Pátio da Estação Velha justifica-se pelo fato de ser esta a única área de transição histórica da cidade, conservando todas as características arquitetônicas do início do século, representada pela Estação de Passageiros, velhos armazéns, depósitos, chaminés, caixa d'água, etc.

Por se situar nas imediações do Açude Velho e dentro da área a ser urbanizada, o Pátio da Estação Velha não poderia ser deixado às margens do planejamento urbano ora em desenvolvimento, nem permitida a sua demolição, e, sim, ser integrado com a área vizinha, forjando um conjunto sócio-cultural de expressão.

No espaço formado entre velhos armazéns de algodão, Estação Ferroviária e depósitos, edifícios de arquitetura sóbria e séria, honesta, o pátio nos dá uma idéia e uma sensação de contato com o início do século, quando a explosão econômica e demográfica no Município se iniciava, acelerada pela chegada do trem.

Dentro do programa pré-estabelecido, a Velha Estação se transformará em Museu Histórico do Algodão e os velhos depósitos ao longo da via férrea em restaurante, artesanatos, exposições, instalações públicas de conforto e outros equipamentos. Essas velhas prédios representarão elementos de expressão cultural, comercial e turística.

As ruas foram definidas e traçadas para atenderem ao tráfego de ligação entre o centro da cidade e os bairros do Tambor e Distrito Industrial. A área em frente ao

bloco do Restaurante e comércio, isolada do tráfego e com acessos controlados, será destinada a estacionamento, exposições, festas folclóricas e recreação.

Uma grande calçada elevada, de 0,70 m em relação ao nível da rua, ligará o restaurante ao Museu, dando ampla plataforma de uso público. Sobre esta, serão distribuídos equipamentos de recreação e cultura, tendo um pequeno teatro ao ar livre com concha acústica, recreio infantil, exposição de cultura e uma velha locomotiva.

No pátio formado pela rua Cazuza Barreto, foi prevista uma praça dotada de vegetação rasteira, evitando o corte de perspectiva ofertada a quem penetra na área através do estreito da mesma rua, oriundo do Açude Velho.

No lado esquerdo desse pátio, uma faixa de arborização no meio-fio cobrirá parcialmente as edificações "descharacterizadas" ali existentes, sombreando a calçada que deverá ter quatro metros de largura. Neste lado, será instalada a instalação de bares e sorvetarias, com mesas nas calçadas ao ar livre.

A arborização predominante será a palmeira imperial, e oferecendo um ar de imponência e verticalidade ao conjunto.

Sem sombra de dúvida, o Parque do Açude Novo e o Pátio da Estação Velha transformarão a paisagem urbana de Campina Grande, estimulando não apenas o Poder Público como a própria iniciativa privada a novos empreendimentos, objetivando a humanização dos espaços vazios da cidade.



URBANIZAÇÃO DO PÁTIO DA ESTAÇÃO VELHA
CAMPINA GRANDE



MUSEU DE ARTE ANTE PROJETO - URBANIZAÇÃO DO ÁÇUDE NOVO
CAMPINA GRANDE

**Prefeitura
de Campina
Grande**

Governo EIVALDO CRUZ

Figura 19 – Matéria publicitária da Prefeitura Municipal de Campina Grande no jornal ‘O Momento’ de João Pessoa, publicação semanal de 8 a 14 de janeiro de 1974.

Vemos nesta peça publicitária o tamanho interesse na área “gerada” pelo Açude Novo. Implícita está a indesejada situação que se encontrava esta área da cidade, que

nas franjas do centro antigo, recolhia sua condição natural, água no açude, charcos existentes nas cercanias deste pequeno ribeiro e naturalmente os regatos que o nutriam.

O título da matéria, como podemos observar na figura 9, é “Duas obras humanizadoras”. É estarrecedora a construção discursiva da Prefeitura de Campina Grande que intitula as obras como “humanizadoras” ao mesmo tempo em que exclui 324 habitantes da Rua São Joaquim e 255 dos Coqueiros de José Rodrigues.

[...] no espaço nobre gerado pelo Açude Novo e ofertado pela erradicação da Favela São Joaquim, surge a implantação do centro cívico, conjunto arquitetônico ladeado por vasta área arborizada e tendo à sua frente o majestoso espaço da bacia urbanizada¹³⁹

É difícil se pensar *o porquê* do surgimento de comunidades pobres nas cercanias de açudes como o Açude Novo? É evidente que o suprimento de água é levado em consideração na escolha do ambiente. É a água do açude que as pessoas vão utilizar para o cotidiano (beber, cozinhar, higienizar, ...), também na possibilidade de fonte de renda, como podemos mencionar a lavagem de roupa, de veículos, banhos de animais, etc. e mesmo na provisão alimentícia, seus alagados são ótimos para o plantio e a manutenção de víveres (galinha d’Angola, caipira, patos, etc.).

É nesse contexto que a Rua São Joaquim vai ser vista como favela, compreendida como um problema a ser resolvido. Para a compreensão de que favela é essa, vamos buscar aporte na geografia de dois entendimentos que se complementam e nos darão a real noção do que entendemos por favela:

A favela caracteriza-se por ser uma ocupação individual e cotidiana, ou seja, aqueles que não têm onde morar, procuram um lugar para instalar-se com sua família. Procuram um lugar, conversam com os moradores já existentes e ao encontrar um pedaço de chão, constroem seu barraco, ou então compram um barraco já pronto. A construção é feita individualmente, ou com a família, ou ainda com a ajuda de amigos. (RODRIGUES, 2001. p. 43)

As favelas apresentam varias características, mas nenhuma delas parece ser tão específica quanto seu status jurídico ilegal, na qualidade de ocupação de terras públicas ou privadas pertencentes a terceiros. A

¹³⁹ O Momento, “Duas obras humanizadoras”, 08 a 14 de janeiro de 1974.

pobreza de sua população é, sem dúvida, uma característica distintiva muito comum, mas o nível de pobreza é bastante variável não só entre favelas (uma favela recente de periferia tende a ser mais pobre, na média, que uma favela antiga e consolidada, localizada próxima a bairros privilegiados), mas também no interior de favelas grandes e consolidadas, especialmente quando situadas em áreas valorizadas. A carência de infra-estrutura assim como a pobreza, é, igualmente, uma característica muito comum, mas, não menos que a pobreza, variável. A esses critérios se poderiam acrescentar a malha viária totalmente irregular e mais alguns outros (SOUZA, 2003. p.173).

Assim, a favela é uma área que se caracteriza por ser fruto de invasão de terrenos, geralmente pertencentes ao poder público sendo, portanto, desprovido de infraestrutura básica, ocupado por moradias que, sem a ligação de água, esgotos, energia, tornam-se por demais precárias. Se não há infraestrutura, a regularização fundiária nem entra em cogitação. A população assentada nestes lugares não é atendida pelo poder público, vivendo literalmente à margem da sociedade, combatida pelos altos índices de violência e por uma crescente marginalização social de sua população.

Ao observarmos o mapa (Figura 14) percebemos como Campina Grande era contornada por comunidades carentes no ano de 1984¹⁴⁰, é como se existisse um cinturão imaginário que blinda a porção central da cidade. E é porque neste mapa não vemos mais comunidades ainda mais centrais como a Rua São Joaquim e a comunidade nos Coqueiros de José Rodrigues que já tinham sido “erradicadas”, segundo o discurso oficial da Prefeitura Municipal de Campina Grande.

Nas cercanias do Açude Velho, percebemos uma permanência de algumas comunidades em certa medida, já que Tamandaré se mantém ali próximo, mesmo sendo um pouco deslocada no momento em que a Federação das Indústrias do Estado da Paraíba – FIEP constrói seu moderno prédio de arquitetura moderna.

Neste cenário, as cercanias do Açude Novo; a criação de uma avenida nos dois lados do riacho das Piabas; a área em volta do edifício sede da FIEP são alguns dos lugares que são diretamente afetados por projetos de urbanismo em que comunidades inteiras são obrigadas a darem espaço ao “progresso”, que neste momento consistia em promover uma “limpeza” no centro da cidade, erradicando favelas e cortiços (ver figura 14), notabilizando a área central afeita para comércio e serviços e criando áreas de

¹⁴⁰ Ano de confecção do referido mapa pela Coordenadoria de Planejamento de Campina Grande.

lazer, divertimento e “bem estar”, expressando uma realidade distinta para uma Campina Grande que deveria ser moderna e bonita, como vemos em uma das justificativas para a criação de um Parque Aquático na cidade:

A criação do Parque Aquático Recreativo de Campina Grande tem uma tríplice finalidade: 1º) – ornamentação urbanística da cidade de Campina Grande, verdadeiro cartão de visita, logo na entrada da cidade, dando a idéia ao visitante que demanda das cidades vizinhas, **de que a nossa cidade é uma joia em matéria de beleza natural (...)** (Projeto de Lei nº23/73, grifo nosso)

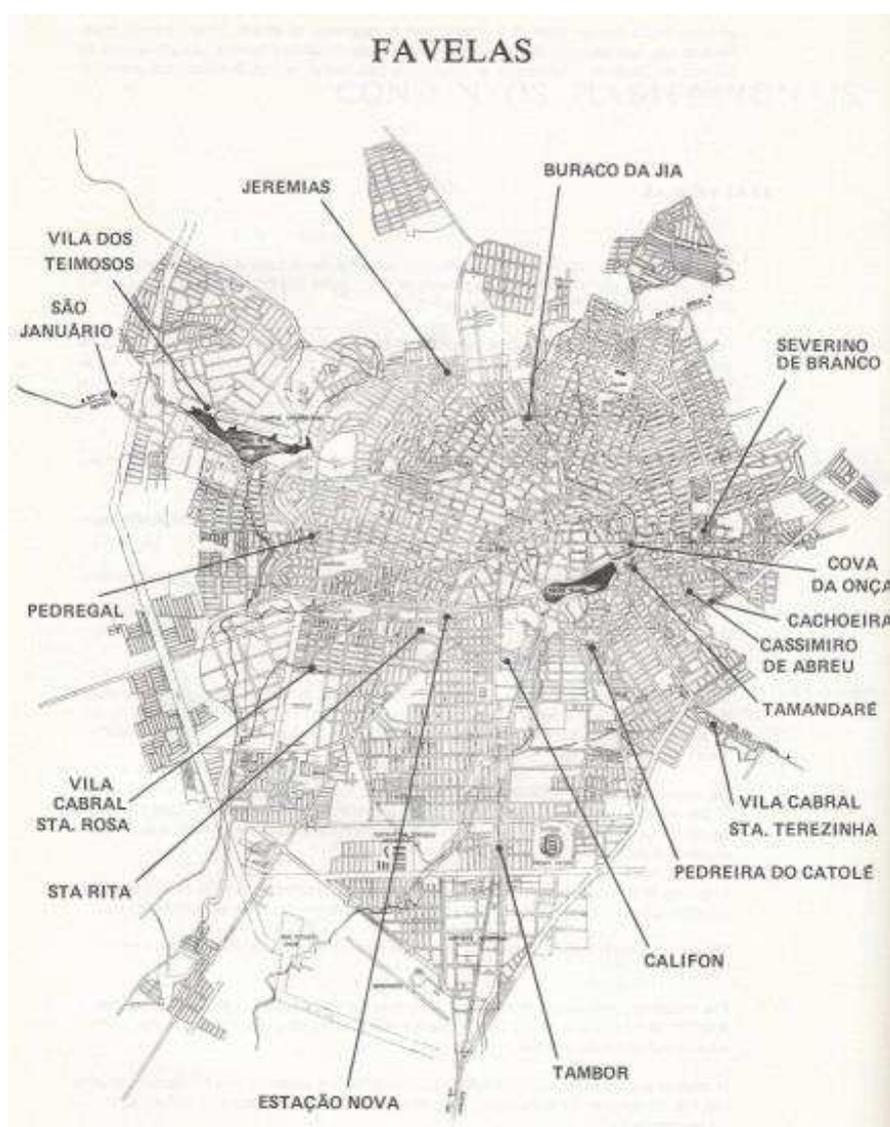


Figura 20 – Mapa das favelas de Campina Grande em 1984.
Fonte: MELO, 1984. p. 21

As águas do Açude Velho deverão ser limpas para tal empreendimento. Além de bonita, a cidade de Campina Grande vai ganhar um novo equipamento de diversão e lazer para os mais abastados. Ora, Campina é “paupérrima em matéria de diversões e pontos turísticos” e por isso merece que este espaço esteja limpo, bonito e desabitado, para o deleite “dos da terra e turistas”¹⁴¹. O entorno do Açude Velho vai ser urbanizado, trabalhos também são realizados na antiga estação, a Estação Velha, que vai ter também a população vivente expulsa daquelas cercanias para uma requalificação espacial e criação de um centro turístico.

Em julho de 1973, o Prefeito Evaldo Cruz – recém empossado – vai buscar de todas as maneiras carrear recursos alegando as mais diversas dificuldades. Uma delas nos chama a atenção, trata-se da “recuperação de áreas alagadas”. O que seria isso? Presume-se que o momento chuvoso teria deixado desabrigados na cidade, que o inverno teria sido rigoroso com a urbe campinense, assim:

Oriundos do Fundo Especial do Ministério do Planejamento, receberá a Prefeitura de Campina Grande, recursos na ordem de seis milhões e quinhentos mil cruzeiros, que serão aplicados pelo prefeito Evaldo Cruz, em **recuperação de áreas alagadas**, construção de meio-fio e linha d’água e formação do Parque da Estação Velha.

Em entrevista concedida coletivamente à imprensa, na manhã de ontem, o Prefeito Evaldo Cruz, enfocou a utilização daquela verba em obras de infra-estrutura, ressaltando a **recuperação** das áreas alagadas através de galerias na Rua do Fogo, Tambor, Estádio Municipal e **Açude Novo**.

Para o Açude Novo, será feito o trabalho de galerias, ficando por conta da Prefeitura, os trabalhos de urbanização, como arborização, construção de um pequeno lago artificial, tendo no centro o marco zero da cidade, play-ground, parque infantil, fonte luminosa, aterro e desapropriação de algumas casas¹⁴² (Grifos nossos)

¹⁴¹ Neste projeto de Lei, se faz menção de que a obra tinha como um dos públicos alvo, visitantes de outras unidades da federação e também de estrangeiros. Neste embelezamento, com “o auxílio da Secretaria de Agricultura ou órgão substituto, fará o plantio de palmeiras imperiais, contornando todo o açude em questão, dando-lhe assim uma verdadeira moldura de vegetais eternamente verdes” (Lei Nº23/73). A Palmeira Imperial ou Palmeira Real é originária das Antilhas e, no Brasil, a “Palma Mater” foi plantada no Jardim Botânico do Rio de Janeiro pelo então Príncipe Regente Dom João VI no ano de 1809.

¹⁴² Jornal da Paraíba, “Prefeito explica urbanização dos alagados”, 17 de Julho de 1973.

Pesquisando os jornais diários circulantes em Campina Grande entre 1972 e 1973, não constam menções acerca de dificuldades da população referentes às áreas alagadas por ação das chuvas. Entretanto, é válido ressaltar que das áreas mencionadas, todas possuem algum tipo de problema com as águas pluviais, a saber: o bairro do Tambor possui um declive para passagem do riacho das Piabas e a área até a atualidade é problemática no que concerne à calha de águas pluviais; o Estádio Municipal foi construído em um aterro de uma lagoa, a Lagoa dos Canários, uma das fontes hídricas das fazendas ali localizadas até final da década de 1930; a Rua do Fogo, que hoje é cortada por canais subterrâneos, à época via as águas correrem com destino ao Piabas violentamente. Mas, e o Açude Novo? Este não se comportava como uma área problemática neste sentido.

Seguindo a matéria jornalística, como que em um passe de mágica, o Prefeito fala do Açude Novo e da urbanização que pretende para o lugar, dando mostras para onde empreenderá realmente o investimento conseguido no Ministério do Planejamento.

De um lado o embelezamento, de outro a viabilização de artérias que sejam elos de ligação deste novo espaço urbano. Ao longo do curso d'água que transpassa o Açude Velho, o riacho das Piabas¹⁴³ que ao passar pelo atual bairro da Conceição, cruzando a Avenida Dr. Vasconcelos (que dá acesso à BR 104) foi transformado em canal e duas largas avenidas foram construídas sob a justificativa de:

A penetração das rodovias na área urbana não apresenta um sistema adequado de interligações que facilitem a continuidade do Tráfego Rodoviário, principalmente entre as BR-230 e 104.

Parte integrante do Sistema Viário Urbano, a AVENIDA CANAL, apresenta-se como a mais importante ligação entre o sistema rodoviário das BR-230 e 104, oferecendo condições para continuidade do tráfego rodoviário e funcionando com importante suporte para o tráfego urbano. (**PLANO DE APLICAÇÃO: URBANIZAÇÃO DA AVENIDA CANAL**, 1975). (Grifos nossos)

Defronte à atual Escola Municipal Lúcia de Fátima Gayoso (transversal com a Rua Napoleão Laureano), próximo ao Ponto de Cem Réis, existiu uma comunidade popular que foi diretamente atingida e excluída de quaisquer planos de urbanização, este

¹⁴³ Nasce na localidade Louzeiro e cruza o noroeste de Campina Grande, é ele que abriga um antigo poço onde foi construído o Açude Velho.

fato ocorreu da mesma maneira nas cercanias do Açude Novo, onde a conhecida Rua São Joaquim foi extinta para a conclusão do projeto de urbanização do Açude Novo, dando lugar ao Shopping Center Campina Grande (com sua movimentada feirinha) e prédios públicos que hoje são: O Museu Vivo da Ciência e Tecnologia Lynaldo Cavalcanti, a Câmara Municipal de Campina Grande, Casa de Félix Araújo e o Shopping Center Campina Grande¹⁴⁴.

No entanto, estas são reestruturações urbanas nascidas sob o prisma de um embelezamento e “modernização” da cidade que acaba por ser totalmente excludente, ocasionando a desapropriação e exclusão de populares destas áreas afetadas por projetos urbanísticos sem uma solução viável para a vida de inúmeras famílias.

2.3.1 – O Plano de Erradicação de Favelas

O termo encontrado nos documentos para se referir à extinção das favelas que tristemente estavam no caminho espacial do projeto de urbanização da cidade nos inquietou por demais. O termo “Erradicação” de favelas soou agressivo e excessivamente violento. Para tanto, lançamos mão a investigarmos o significado deste verbo transitivo direto. **Erradicar**, segundo Evanildo Bechara, é:

Tirar pela raiz; arrancar, desenraizar, desarraigar; *erradicar uma planta; O fazendeiro erradicou três mil mudas doentes de sua fazenda; [...] O prefeito daquela cidade erradicou o trabalho infantil; Debate-se a necessidade de erradicar a fome no mundo*” (BECHARA, 2011)

Ora vejamos, vindo do latim *eradicare*, erradicar é desenraizar, é acabar com o que é doente, há algo mais triste na história da humanidade do que a fome? Que o diga

¹⁴⁴ Primeiro Shopping Center de Campina Grande, construído pelo Prefeito Enivaldo Ribeiro, hoje batizado como Shopping Lindací Medeiros.

nosso grande Josué de Castro, em suas análises e caracterizações sobre a fome endêmica e epidêmica no Brasil, pois bem, a fome (assim como as comunidades pobres) precisa ser erradicada. Buscamos outro renomado dicionário, do Francisco S. Borba, e encontramos: “fazer extinguir-se; extirpar; eliminar: a cidade de Itaju erradicou o analfabetismo”¹⁴⁵ (BORBA, 2011). Nossa! Cada passo dado no caminho do significado de erradicação nos entristecia mais. Amante da leitura, acreditamos que o analfabetismo é uma sentença de morte, como disse Monteiro Lobato: “Quem mal lê, mal ouve, mal fala, mal vê”, era portanto, no exemplo dado por Borba, a pequena cidade de Itaju havia erradicado o analfabetismo. O desejo incontável de ler algo mais ameno nos levou aos acadêmicos mais antigos, e o significado não mudou. Antenor Nascentes: “Do latin *eradicare*, Arrancar” (NASCENTES, 1988) e no Dicionário de Verbos e Regimes, Francisco Fernandes utiliza como exemplo: “Erradicar o mal, o mau hábito” e o que estava ruim, piorou (FERNANDES, 1940).

Na imagem 15, vemos o título do projeto em letras garrafais, a lista das nove áreas a ser erradicadas, enquadradas na proposta de “favela”, a quantidade de habitações que serão atingidas (erradicadas!) e a fotografia de um dos 1315 lares. Na fotografia, observamos uma cozinha, mais precisamente um fogão de barro. Pela organização das panelas, parece-nos que o retrato foi feito bem próximo ao almoço, no término de sua preparação. A panela maior sopra um pouco de fumaça, enquanto uma vazia serve como tampa de outra que deve recolher algum alimento. O abanador de palha pendurado na parede parece testemunhar que não é mais necessário, já se tem fogo e algo na panela “chegando à fervura”. As pernas tortas (feita de angico ou pereiro) sustentam a pouca aparelhagem de cozinha. Um molho de ervas e uma garrafa demonstram que além de fogão, a tosca e prática construção serve de móvel. Mas o que cozia àquela panela? Talvez fosse àquele feijão de corda, simples, “feijão bravo”, cozido com água e alguns temperos. Mas devia estar muito cheiroso, fez até o fotógrafo, que distraído, esqueceu os alinhamentos e horizontes da fotografia, o “terreiro” e a porta ficaram tortas, mas o fogão não! Pena a foto não testemunhar algum animal, uma galinha, um pato, ou um cachorro, que adoram bailar no quintal, onde sempre há algo para comer.

¹⁴⁵ BORBA, 2011.

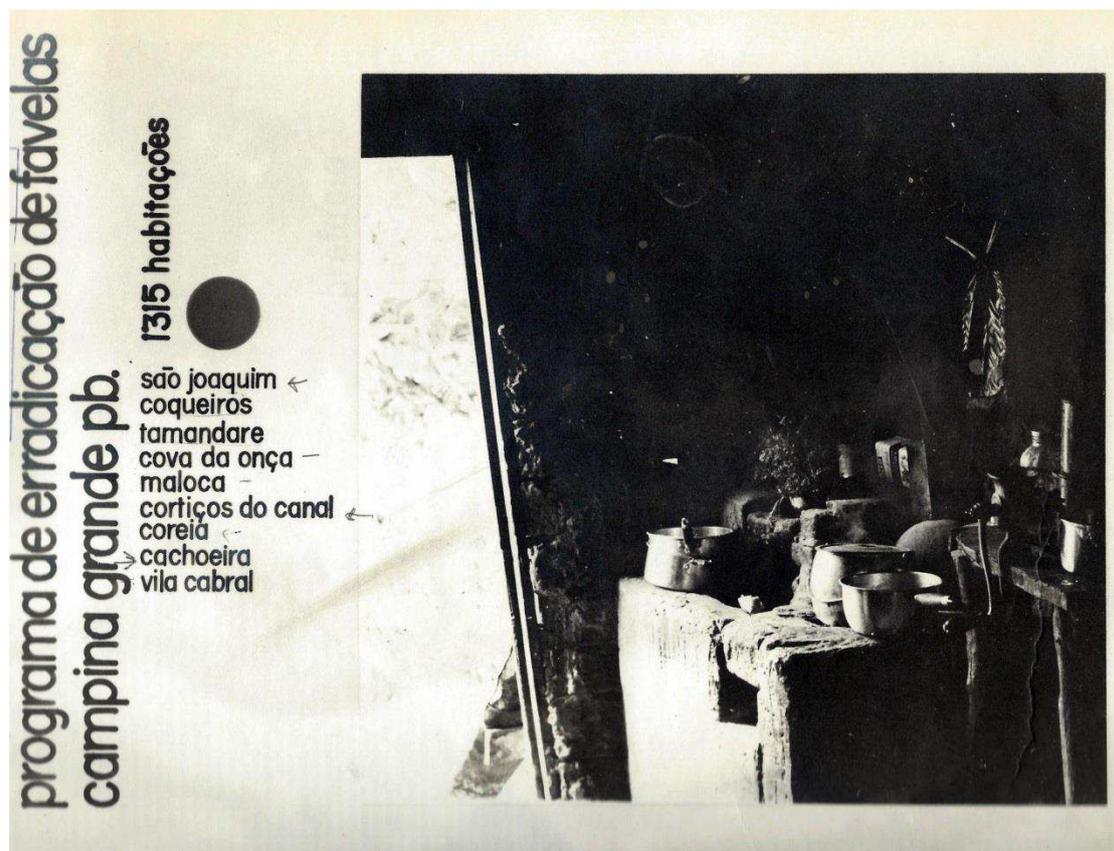


Figura 21 – Folha de rosto do Projeto.
Fonte: COMDECA, 1972.

A imagem de abertura não poderia ser mais emblemática, paredes de taipa, condições paupérrimas, a área da casa que nunca está arrumada. Mas o motivo é erradicar, então demonstra a fotografia uma pobreza que a erradicação não pretendia acabar, e sim, mudar de local.

Como vimos, se erradica o que é ruim, o que é nocivo, é exatamente esta a visão que se sobressai acerca da Rua São Joaquim e de seus moradores para a gestão municipal, a fala institucional vai dizer: “No espaço ofertado pela erradicação da favela São Joaquim, surge o local para a implantação do centro cívico [...]”. O espaço físico surge para implantação do centro cívico, **ofertado** pela erradicação da Rua. Um espaço que foi ofertado sem ao menos os moradores o ofertarem, caracterizando o processo de gentrificação, de enobrecimento a partir da renovação do espaço. Dicotomicamente, vemos duas concepções de cidade: a cidade como abrigo e morada a partir da visão dos moradores da Rua São Joaquim e a cidade como vitrine dos estabelecidos que vislumbram revitalizar aquela área central da cidade, extinguindo os outsiders, o que

convencionalmente se compreendia como pobre, a partir da associação a um grupo perigoso, sujo, desprovido de educação, de beleza, de bens econômicos.

Comumente observamos a junção da imagem dos trabalhadores com adjetivos relacionados à sujeira, à pobreza, periferia, bagunça e toda uma grade de informações deturpadas da imagem destes populares que divergiam da “moral” e decoro estipulado pela elite campinense (OLIVEIRA, 2012. p. 57).

Para tanto, era imprescindível executar a retirada destes populares, daí, a edilidade utiliza-se do Plano de Erradicação de Favelas, que é:

[...] fruto da continuidade dos trabalhos ora em detalhamento do PDLI de Campina Grande, em convênio com o SERFHAU e deste modo, nele está contido como uma das unidades do conjunto de planos setoriais fatíveis e objetivos que compõem a resultante operacional PDLI.¹⁴⁶

Para a produção do Plano, nos diz sua introdução, foi elaborada uma série de ideias e soluções, concebidas durante a elaboração dos “Têrmos de Referência”. Essa elaboração foi fruto de “pesquisas e cuidadosos debates, dentro de uma esfera constituída por técnicos de diversos níveis de formação”¹⁴⁷, ficando denominada de **“Plano de Erradicação de favelas e cortiços e Relocação de Comunidades”**.

O Plano, que foi concluído em 1972 teve como consultor o arquiteto Jairo José Farias e duas divisões de estudos:

No prefácio, o Plano já demonstra suas pretensões:

Vencer a inércia e saltar em curto prazo da administração improvisada para a administração planejada, exige um esforço gigantesco, renúncia à tentação das obras de efeito e impacto popular, vontade e consciência para trocar o fácil e efêmero pelo difícil e duradouro. Enfrentar problemas urbanos sócio-econômicos imune à demagogia, aos chavões e às influências ideológicas de todos os matizes, exige equilíbrio, serenidade, maturidade, político-administrativa e vontade

¹⁴⁶ Programa de erradicação de favelas, PDLI, p. 01 (introdução)

¹⁴⁷ Programa de erradicação de favelas, PDLI, p. 01 (introdução)

de administrar sem se omitir dos problemas psico-sociais gerados por um passado penoso e um presente em transição.¹⁴⁸

Já na abertura, observamos uma harmonia e um hiato entre a equipe de desenvolvimento do projeto e o ideal administrativo. “[...] saltar em curto prazo da administração improvisada para a administração planejada” é o que o já fazia o General Paz de Lima, exaltando a tecnocracia da “revolução” (o regime autoritário militar) que estava permitindo uma administração planejada. Ao mesmo tempo, um hiato pois a ideia de enfrentamento à demagogia e a tentação de “obras de efeito” não perfazem os perfis de uma cultura política que em seu seio pratica exatamente o contrário.

TABELA II

Divisões de estudos da COMDECA para elaboração do Plano de Erradicação de Favelas.

DIVISÃO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS	
Coordenação	Sociólogo Walter José Oliveira da Veiga Pessoa Economista Salomão Barbosa de Menezes
Assistência Social	Luzia Silval Pinto
Estagiários	Sociologia: Maristela T. Caiaffo, Maria de F. Araújo, Auridete G. Loureiro e Ednalva N. Ramalho Economia: Roberto K. Menezes, Eliane G. Boa Ventura, Rosa Lucia de C. Valadares, Francimar Carneiro, Eudezia Vilar
DIVISÃO FÍSICO TERRITORIAL	
Coordenação	Arquiteto Renato Azevedo
Equipe	Paisagista Neide Fernandes Paisagista Almir de Lima Machado Arquiteto Dalvino Troccoli Franca
Estagiários	Engenharia: Maria das Graças Azevedo, Luiz Alberto Leite, Cirano Barbosa, Samuel Aldano, Ronaldo Marques, Ernesto Milanez
Desenhistas	Edmilson N. de Araujo Claudio Fernando Everaldo F. Lima

Dados: COMDECA, 1972

¹⁴⁸ Programa de erradicação de favelas, PDLI, p. 04

É possível visualizar que a ideia de cidade é a mesma já abordada, uma “cidade saudável”:

[...] preservar o futuro da cidade implica em procurar precatá-la contra fatores que possam transformar o meio urbano em ambiente repulsivo, agressivo ou inconveniente às gerações futuras.

Como um organismo vivo, a cidade deve ter todas as suas funções e todos os seus órgãos **saudáveis**”.¹⁴⁹

As justificativas para a existência da erradicação, estarão consubstanciadas em fatores sociais:

A luta pelo abrigo obriga o próprio homem a atitudes imediatistas que preservam a sua subexistência mas que podem abalar a saúde do organismo urbano.

A deterioração do todo ou de partes do tecido urbano pela presença das formações denominadas favelas, mocambos, alagados, etc, em tendo as suas razões fundamentadas em fatores sócio-econômicos escapa ao controle do planejador tanto quanto do administrador municipal”.¹⁵⁰

Em toda esta ideia de uso racional do tecido urbano, de cidade saudável, as (mal)ditas favelas sempre são postas como empecilho, suas populações fazem parte de um problema, que sempre escapa ao planejador e/ou ao administrador. Com o Plano, não se tem ilusões de solucionar definitivamente o fenômeno de formação de favelas em Campina Grande:

Ao contrário, tem-se consciência de que a solução do “status (sic) quo” vigente ora enfrentado poderá, até mesmo, servir de estímulo e atração para o aporte de novos contingentes de rurícolas, em fuga de condições sócio-econômicas ainda sobexistentes no meio rural, que sem dúvida procurarão se abrigar por seus próprios meios gerando novas favelas em Campina Grande.

O presente projeto, entretanto, significa uma atitude consciente de enfrentar a realidade sem medo dos círculos viciosos: erradicar –

¹⁴⁹ Programa de erradicação de favelas, PDLI, p. 05

¹⁵⁰ Programa de erradicação de favelas, PDLI, p. 06

favelas – estimular – novas – favelas ou ignorar as favelas – estimular – novas favelas – e o – crescimento – das – existentes.

Diagnosticou-se um fato, em determinado instante da vida da cidade, quando se fez um “check-up” e se conseguiu detetá-lo (sic). É possível, neste mesmo instante, dar solução às condições vigentes. É esta solução que aqui se propõe.

Outras favelas poderão surgir

Outras soluções deverão surgir¹⁵¹.

Eliete Gurjão (1988) menciona uma entrevista gravada do arquiteto Renato Azevedo constando nos arquivos do SEDHIR/UFCG¹⁵², apesar de publicar textualmente apenas umas frases esporádicas¹⁵³ ela nos permite o entendimento de que a COMDECA (e ele, que foi diretor-presidente), “[...] não entendia o planejamento como um instrumento bruto. Mais importante que o plano é o processo” (GURJÃO, 1998. p. 128), partilhando um pensamento bem diferente que o das gestões para as quais trabalhava: “[...] eu queria que a COMDECA fosse uma máquina de fazer projetos para todo canto, não só pra Campina não, todo o município que precisasse, fazia pela COMDECA. Existe muita verba federal só esperando projeto”.¹⁵⁴

O entusiasmo da equipe da COMDECA nos projetos foi atestado por Gurjão (1998), cujo entendimento era de que a equipe trabalhava “face às possibilidades imbutidas”: “atuando nas brechas do programa do Banco Mundial, procurando esclarecer a comunidade, facilitando a manifestação de suas reivindicações, contribuindo, assim, para seu despertar no sentido de apropriar-se do planejamento em benefício próprio” (Idem).

Percebe-se a existência de divergências. O olhar vertical e oficial: os arquitetos, engenheiros e os gestores não pensam a cidade de forma homogênea possuem concepções de cidade diversas. Estas duas perspectivas de cidade são confrontadas quando do desenvolvimento do Plano. Porém, se tem motivos suficientes para acreditar que a melhor solução para transformação das áreas eram a *urbanização in situ*. No item

¹⁵¹ Programa de erradicação de favelas, PDLI, p. 07

¹⁵² Não tivemos acesso a essa entrevista, sabemos que ela é posterior ao Plano de Erradicação de Favelas, por nos dar a entender que participou de boa parte do Projeto CURA (que surge após o Plano de Erradicação de Favelas).

¹⁵³ Entendemos a dificuldade de publicar no exíguo espaço individual nesta edição da Revista do UNIPE, não permitindo desenvolver o tema com maior extensão.

¹⁵⁴ Entrevista concedida pelo Ex-Prefeito Enivaldo Ribeiro no dia 20 de abril de 2013.

8, denominado de síntese dos principais fatores que impõem a alternativa erradicação sobre a alternativa urbanização “in situ”, o único empecilho que percebemos é no item “situação: Margens de rodovias, canal, **áreas a urbanizar**, Universidade Federal”.



Figura 22 – Programa de Erradicação de Favelas (modificado pelo autor)¹⁵⁵.
 Fonte: COMDECA, 1972.

Urbanizar a área representa uma escolha administrativa: **manter** a comunidade no lugar ou **extingui-la**. A edilidade não vai abrir mão daquele precioso espaço para a construção de um centro cívico e determina a desapropriação das casas e de todo o terreno.

Como ação mitigadora, na elaboração do Plano de erradicação de favelas, a COMDECA, propõe a relocação das comunidades para áreas previamente estabelecidas.

¹⁵⁵ Foi preferível colorizar o documento para o melhor entendimento.

Na pesquisa para os termos de referência, a COMDECA fez uma triagem com a população das áreas a serem relocadas, conforme o exposto:

Uma rápida análise nos gráficos de localização das novas áreas, fornecerá maiores indicações. A única área deslocada em relação às demais – Área Urbanizada 1 [a Rua São Joaquim] – assim o foi pela própria vontade de parte da população, aquela dedicada a atividades agrícolas. Ficará localizada ao nascente da cidade, imediações do bairro denominado Santíssimo, próxima a áreas de atividades agrícolas (Idem, p.7 – novas localizações)

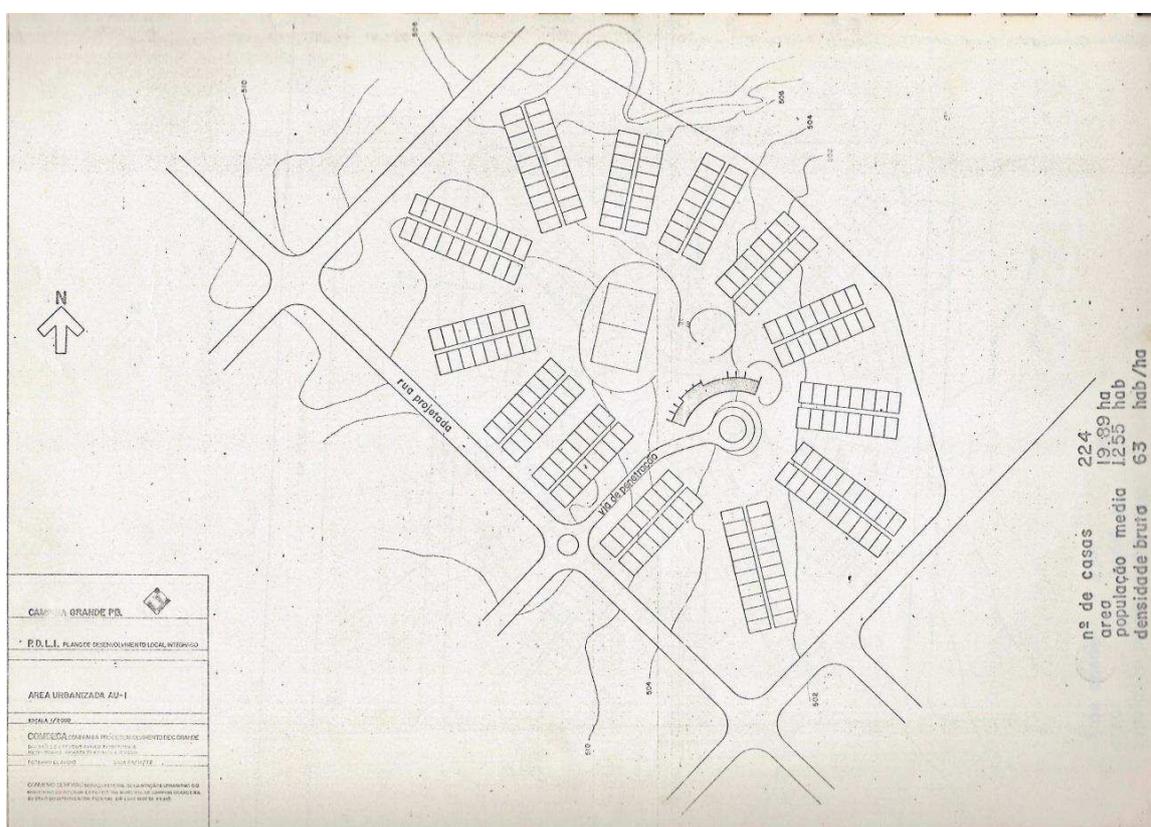


Figura 23 – Área Urbanizada 1, o destino dos moradores da Rua São Joaquim.
Fonte: COMDECA, 1972.

Para as comunidades relocadas (Ver Figura 22), elaborou-se a definição de que as nove comunidades seriam relocadas para 5 áreas distintas, cada uma com aproximadamente 250 casas. “O plano de micro-urbanismo das novas Comunidades Relocadas para as populações erradicadas é resultado do desenvolvimento dos critérios”, aqueles mesmos elaborados nos Termos de referência para o PDLI. Estas

novas áreas ocuparão “vazios urbanos, dentro do perímetro, e partir para o projeto de pequenas comunidades (evitando-se a tendência para “guetos”) próximos a bairros já existentes”.

Tais áreas não se pretende que tenham habitações arrumadas como jogos de dominó, conforme a tendência geral dos conjuntos de habitações populares recém erigidos no País. Pretende-se no que tange ao micro-urbanismo, criar espaços arborizados e ajardinados, dispersando-se nos mesmos, segundo arranjos funcionais e estéticos, as habitações provindas sempre de quintal, varanda e do jardim mínimo à frente, colocando-se no núcleo ou seio do conjunto, os equipamentos comunitários.

O projeto de ocupação dos técnicos da COMDECA assemelha-se ao conceito de cidades-jardim (Ver Figura 23), vemos na planta que o espaço da praça “aparece na concepção de Unwin como um desses lugares marcantes, com forte significado estético e importante elemento de composição urbana” (CALDEIRA, 2007. p. 215). Nota-se a evidência dada aos equipamentos públicos, os lugares de sociabilidade em uma comunidade concêntrica.

No centro, vamos ter o módulo comunitário, contendo em sua programação mínima: “escola, recreio coberto servindo de salão de festa, sala para jogos ou Clube, assistência médica e social, lavanderia e sanitários – foi prevista para atender às necessidades mais elementares, podendo ser modificada de acordo com as necessidades futuras” (COMDECA, p. 9 – Módulo comunitário). Objetivando contribuir com a vigilância da recreação das crianças, há uma continuidade espacial entre a lavanderia e o destinado às crianças. Mediante toda a estrutura proposta por essa “cidade-jardim”, pretende-se que:

[...] o núcleo da Comunidade Relocada se comporte como um centro de interesse sadio, educado e recreando a mente e o corpo, e agregando a população de modo que, a solução micro-urbanística proposta, por si mesma contribua e induza o aprimoramento da solidariedade e o desenvolvimento de atividades comunitárias (Idem, p. 9-10).

O projeto ainda contemplou a produção de uma planta baixa das nove áreas a serem relocadas; mediante os modos de uso das casas, foi montado um perfil para a construção de habitações (com pranchas destas) e aliado à concepção de ocupação de espaço, houve uma larga pesquisa dos aspectos sociais de 1.084 dos 1.315 habitantes.

TABELA III

Número de habitantes pesquisados em cada área a ser erradicada

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	Nº DE HABITAÇÕES EXISTENTES	Nº DE HABITAÇÕES PESQUISADAS
1	São Joaquim	76	76
2	Coqueiros de J. Rodrigues	63	63
3	Tamandaré	78	42
4	Cova da Onça	75	43
5	Maloca	157	95
6	Cortiços do Canal	46	46
7	Coréia	46	46
8	Cachoeira	488	387
9	Vila Cabral	286	286
-		1.315	1.084

COMDECA, 1972.

A pesquisa resultou em um Plano de Ação Comunitária, composto dos sub-programas: Saúde, Educação, Trabalho Social, Aprendizagem e Serviços. Em todos eles estavam previstas a execução de ações, por exemplo:

TABELA IV

Dados do Plano de Ação Comunitária

PLANO DE AÇÃO COMUNITÁRIA	
Saúde:	- Efetivação de programas de imunização;
Educação:	- Ampliar ou instalar postos de ensino supletivo, através do MOBREAL; - Incentivar atividades folclóricas e culturais;
Trabalho Social:	- Construção de um Centro Social que funcione como polarizador das atividades comunitárias;
Aprendizagem e serviços	- Realização de cursos profissionalizantes voltados às necessidades do mercado de trabalho; - Incentivo ao cooperativismo de produção e comercialização - Efetivação de cursos domésticos e ou similares, visando a suplementação da renda alimentar

Elaborado a partir de dados do Plano de Erradicação de Favelas (COMDECA, 1972)

Nas cinco áreas, a ocupação se daria de forma gradativa com um planejamento de habitações de dois tipos. Por fim, há uma planilha de custos para as áreas e individualizado por habitação, em valores de Cruzeiros de novembro de 1972, acompanhado de imagens de maquetes:

A divergência de concepções de cidade existentes entre o Gabinete do Prefeito e a COMDECA se confirma a partir do momento em que, aos poucos, as comunidades vão saindo, outras vão ficar e as áreas para relocação nunca vão ser construídas. A Rua São Joaquim é a primeira afetada, ainda no ano de 1973, através do Decreto Municipal Nº 57 de 26 de setembro de 1973, um a um os moradores foram obrigados a desabitatar o local, outra área que vai dar espaço ao projeto de urbanismo do PDLI é a comunidade dos Coqueiros de Zé Rodrigues. Não por coincidência, as duas estão ligadas geograficamente a área do Açude Novo, o grande alvo e marco representativo desta transformação urbana.

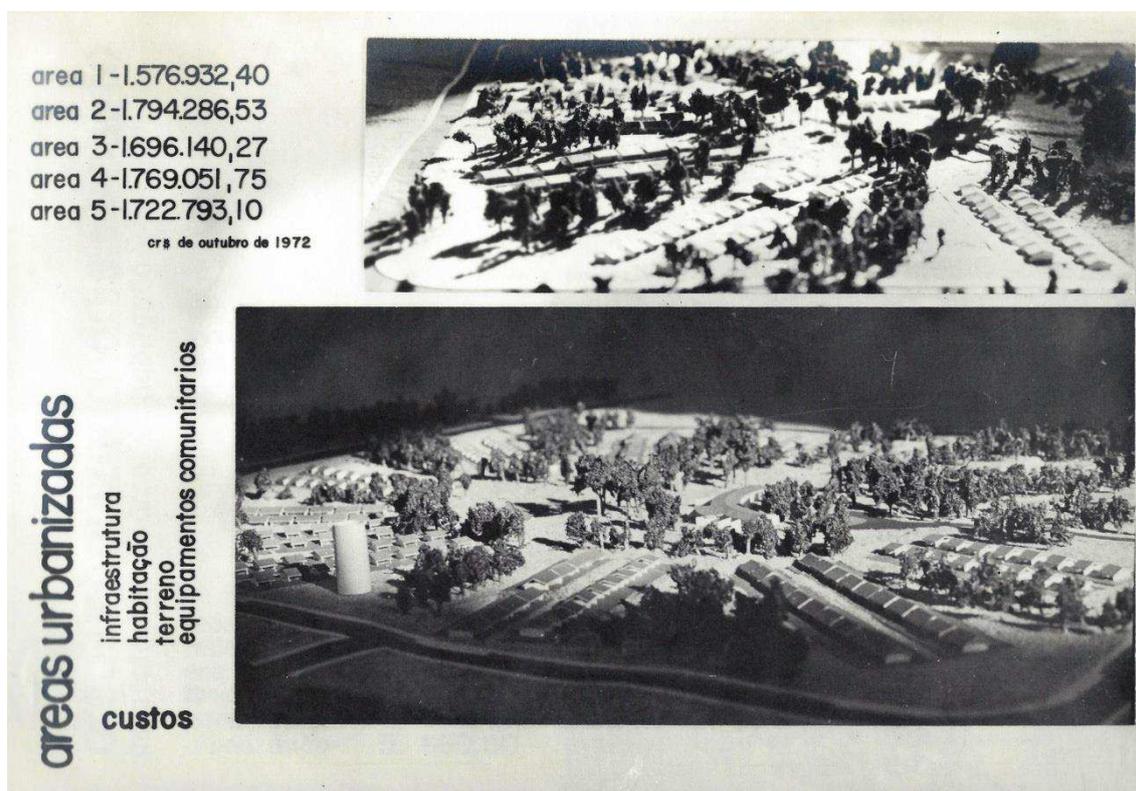


Figura 25 – Módulo Comunitário da Área Urbanizada 1, o destino dos moradores da Rua São Joaquim.
Fonte: COMDECA, 1972.

A maloca do Canal também deu espaço à avenida, as outras, continuaram em seus lugares, a grande área recreativa ficou resumida ao Açude Novo e em seguida o Centro Cultural e Parque do Povo, nas administrações de Enivaldo Ribeiro e Ronaldo Cunha Lima. Aliás, este planejamento andou embaixo do braço destes dois gestores, os últimos a receberem investimentos através do Projeto CURA.

A equipe da COMDECA planejou a retirada dos moradores da São Joaquim e de fato se concretizou, a segunda etapa é que não ocorreu, a retirada não foi humanizante como os planejadores idealizaram, foi drasticamente uma retirada desumanizante e desagregadora.

A cidade é também este lugar de disputa dos populares contra a especulação imobiliária, os conluíus com as gestões públicas, dão privilégio e poder às empreiteiras, se configurando como um cenário, em que de um lado estão os grupos econômicos e do outro a militância pública. Este planejamento direcionado que vitimou dentre outros, os moradores da rua São Joaquim se impõe como a pedra de toque determinando uma definição do zoneamento urbano, no caso de Campina Grande a partir desse olhar vertical, a cidade vai ser enxergada como cidade globular e radial-concêntrica:

[...] as propostas de erradicação de favelas e cortiços, a expansão seletiva do centro pela implantação de equipamentos de recreação e cultura voltados ao incentivo do turismo, a elaboração do plano de hierarquização do sistema viário e a “correção racional de determinados setores” (CARVALHO, 2011. p. 132)

É a ideia de que se tem de cidade racional e ideal, para uns e que não será para a maioria da população e aqueles que vão ser imprensados por aqueles que desenham e esquadrinham a cidade beneficiando os interesses de grupos econômicos e não de seus habitantes.

É nesta perspectiva que percebemos que neste projeto de cidade não cabiam (e não cabem!) as comunidades pobres, as favelas, cortiços, eles deveriam ser eliminados para a passagem do progresso, para a execução de um projeto modernizante e de embelezamento da cidade. Perspectiva de cidade assegurada pelo gestor seguinte a Evaldo Cruz, que é Enivaldo Ribeiro:

A mensagem 04/78 do Gabinete do Prefeito Enivaldo Ribeiro apresentado na Câmara Municipal em 03 de maio de 1978, a finalidade do projeto CURA era “[...] garantir a utilização racional do solo urbano e a melhoria das condições de vida da população urbana [...] procurando assegurar a produtividade adequada aos investimentos em equipamentos urbanos” (GURJÃO, 1998. p.130)

Na realidade, o projeto resulta, em última instância, “na expulsão da população pobre daquelas áreas por ele beneficiadas” (Idem, p. 130) de qualquer das áreas expostas, no que denominamos de gentrificação. Assim sendo, os políticos locais brincam e jogam com as necessidades mais vitais e viscerais dos moradores populares urbanos reproduzindo uma cultura política marcada pela ambivalência e por seus interesses contingenciais.

Esta rua foi diretamente atingida pelo Plano de Urbanização do Açude Novo. Estes indivíduos, estas famílias foram expulsas daquele lugar, a Rua foi pulverizada. Não houve uma preocupação com o bem estar e o futuro destes moradores: “esse povo chegando e imprensando a gente pra sair tá entendendo?” afirmou Miguel Martins dos Santos, um dos últimos moradores a deixarem compulsoriamente sua casa na Rua São Joaquim, após um controverso processo de desapropriação pelo poder municipal. E o “feito” foi delapidado em nome do “belo”.

Como vimos, se erradica o que é ruim, nocivo, é exatamente esta a visão que se sobressai acerca da rua São Joaquim e de seus moradores, a fala institucional vai dizer: “No espaço ofertado pela erradicação da favela São Joaquim, surge o local para a implantação do centro cívico [...]”. O espaço físico surge para implantação do centro cívico, **ofertado** pela erradicação da Rua (que nunca vai ser construído!). Sobre isso, se faz interessante analisar a fala do sr. Miguel Martins dos Santos, que afirmou:

E quando a rua São Joaquim foi começando assim a mudar, mudar, mudar esse povo chegando e imprensando a gente pra sair tá entendendo, foi nessa época [...] Começaram a imprensar a gente, imprensar, imprensar, imprensar... [...]

Uma área que contava com os moradores da Rua São Joaquim e a Rua Siqueira Campos, na extensão do São José, a área foi ocupada pela Rua Américo Braga e suas residências de alto padrão. Aos poucos, o lugar foi valorizando, o feio foi imprensado

até o momento de sua saída. O enobrecimento desta área citadina era a meta, a gentrificação imposta pela Prefeitura. A Rua Américo Braga possuía 10 residências ditas pela edilidade como de alto padrão. Todas foram construídas em terreno próprio e no processo de desapropriação, elas foram vendidas por valor no mínimo compatível, haja vista a ausência de impasses entre àquelas famílias abastadas e a Prefeitura Municipal. Como dissemos, essa transformação do lugar é algo desejado pelas elites, valorizando e qualificando esta área da cidade. Ver a Figura 26.

A rua São Joaquim possuía vida própria e em certa medida, a relação de seus moradores com os de outras localidades era um pouco conflituosa, trazendo como consequência um certo isolamento “eu gostava muito de mulher, gostava muito, mas não queria nada com ninguém dali não, era tudo neguinha, num me atraia sabe?” disse Cari, que morava no José Pinheiro e, devido a uma partida de futebol, foi até a sede do Grêmio Esporte Clube localizada na Rua São Joaquim. Miguel Martins dos Santos, morador da Rua também falou de uma certa reserva existente de pessoas das cercanias com os habitantes da Rua: “aqueles neguim da rua da Lama [...] agente num ligava não, num sabe?”.

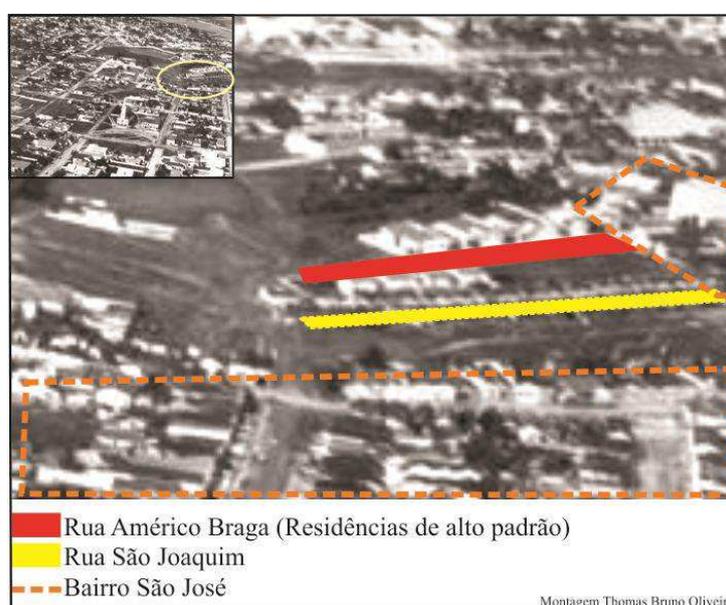


Figura 26 – Montagem feita a partir de uma foto aérea da década de 1960 do bairro da Prata e São José.

Fonte: Acervo de José Edmilson Rodrigues.

Um morador das cercanias da São Joaquim, no bairro da Prata, seu Manoel Ermínio Galda nos relatou o seguinte:

Eu num fui nem lá pra São Joaquim não, via só o povo lá, passava por lá mas num parava não porque eu num gostava muito da São Joaquim porque tinha muita gente ali nego lá e tem um povo lá do São José que era danado pra gostar de coisa pracolá e eu num ia por lá não, passava né, mas não, pra chegar e ficar por lá, passava por outro canto, ia pelo São José ou por aqui Getúlio Vargas [...] e também outra coisa era escuro né rapaz, aí no açude é escuro de noite [...] eu que num tinha muita liberdade com eles não mas eu tinha medo era de briga.¹⁵⁶

É perceptível no relato de seu Manoel como os moradores da Rua São Joaquim eram vistos por uma parcela dos habitantes dos bairros de São José e Prata, exatamente os vizinhos da área. Inclusive, esta segregação se vê de maneira contundente nas palavras de um memorialista morador do bairro do São José, o Jobedis Magno¹⁵⁷, que afirma:

“[...] o São José era um bairro com o **traçado claro**: a Igreja da Guia na Praça do Trabalho delimitava o espaço nobre, moderno, limpo e urbano destinado às famílias de classes mais altas. A área periférica perto do Açude Novo abrigava as classes menos favorecidas e não atraía investimentos públicos na época”¹⁵⁸

A fala de Jobedis Magno traz consigo algo para além de uma simples visão de menosprezo à área da Rua São Joaquim, ela nos confirma uma prática da cultura

¹⁵⁶ Entrevista concedida em 03 de abril de 2013.

¹⁵⁷ Jobedis Magno de Brito Neves é Engenheiro Químico da UFCG, morador do bairro de São José e um memorialista do futebol amador de Campina Grande, autor do blog Museu Virtual do Esporte de Campina Grande. Jobão, como era conhecido, foi contatado por nós para falar sobre a Rua São Joaquim e principalmente sobre o Grêmio Esporte Clube. Levado pela correria e por inúmeros compromissos, não foi possível realizar uma entrevista com “Jobão”, no entanto, algumas perguntas foram-lhe enviadas via e-mail. Preocupado e dedicado que era, primou pelas melhores respostas e no dia 07 de fevereiro de 2014 nos respondeu da seguinte maneira: “Pois bem, no dia seguinte (08) Jobão se despedia da vida terrena. Antes, motivado pelas perguntas feitas, fez questão de postar em seu blog crônicas a respeito do Grêmio e de uma personalidade da Rua São Joaquim, o ‘Nego Roberto’. Nos deixou uma importante contribuição. No dia 08 de maio, na oportunidade de uma sessão especial na Câmara Municipal de Campina Grande para discutir o futebol profissional da Paraíba, nós solicitamos uma homenagem e salva de palmas para Jobão ao secretário da mesa, o edil Bruno Cunha Lima, em reconhecimento aos serviços prestados ao futebol de Campina Grande e da Paraíba.

¹⁵⁸ NEVES, Jobedis Magno de Brito. **A história do futebol do bairro do São José**. Blog Museu Virtual do Esporte de Campina Grande. Disponível em: <http://museudoesportedecampinagrande.blogspot.com.br/search/label/REMINISC%C3%80NCIAS%20-200%20futebol%20do%20bairro%20do%20S%C3%A3o%20Jos%C3%A9>. Acesso em 04 de outubro de 2013.

política local que é o não investimento em áreas populares e o desprezo aos pobres, que são realmente os “menos favorecidos”. E aqui não temos uma ambiguidade, o investimento que foi arrancado dos cofres federais para o embelezamento da área do Açude Novo com a construção de um parque e dos demais equipamentos não favoreceu os moradores da rua. Ao contrário! O investimento visava, segundo o relatório da COMDECA “favorecer o aspecto urbano da urbe, a área verde” (1972, p. 06) e para isso o “tecido deteriorado” da cidade deveria ser remendado, costurado, corrigido, ou melhor, recomposto.

Teinha nos confirma esta separação:

Não, não existia, o pessoal do São José pra lá, o pessoal da São Joaquim pra cá, o pessoal do Real Campina pra cá, cada um na sua, porque **não existia mistura**. Um bairro de elite de lado, um bairro de elite do outro lado, e uma favela no meio, que é que adianta o favelado? Assim, o cabra que tinha mais condição financeira dizia que era favela, não sei os outros [...] Capilé¹⁵⁹ era um que se misturava com agente, tudo jogava no Grêmio, louro o irmão dele e os outros dois.

Relações outras já existiam entre o proprietário do terreno, o Sr. Anísio Timótheo e a Prefeitura Municipal. Desde o ano de 1964, quando o prefeito Newton Vieira Rique teve a intenção de secar o Açude impondo a ideia de melhoria do espaço, já houve uma movimentação do Sr. Anísio:

O dono do terreno já vinha fazendo pressão, queria o terreno e vai na justiça, e vem e vai, agente mal informado na época, vai sair hoje, quem não sair vai derrubar as casas por cima, agente bem pequenim em relação aos... Agente teve que sair, sair porque? (afirma João Bosco: – O progresso Teinha), é claro, o progresso, mas agente tinha que sair, aquele terreno financeiramente era muito dinheiro, no centro da cidade, e eles queriam desocupar, aquela favela não poderia ficar por ali não, nos prédios das casas não. Ali foi venda e vendido caro, tanto ela como a Américo Braga, que era só de elite, morou muito médico, muito doutor, a rua era grande de um lado pro outro e só casa boa.

Financeiramente, ali num era pago imposto, a prefeitura vai pro dono do terreno, o dono do terreno diz o que: eu quero é minha parte, eu quero a minha também. Ali num paga nada, ali é um zero a esquerda pra gente, serve de que pra prefeitura? Energia: gato; água: gato, qual é a finalidade que tinha ali, só servia pro dono e pra prefeitura. Não

¹⁵⁹ Músico famoso em Campina Grande, conhecido nacionalmente.

servia pra gente. Ali era um projeto que tinha shopping, câmara de vereador, o pessoal passou o trator, derrubou, bom, num ficou mais nada do dia pra noite, aquelas casa boa, as casa rica, botaram tudo a baixo, as casas da Américo Braga era de particular, indenizaram lá em cima, negociaram com a prefeitura, ali foi bom demais.

O próprio Newton Rique, em comício, afirmou:

[...] o Prefeito chamado Newton Rique, já ouviu falar ou não? é Newton Rique, ele ia desapropriar e ele foi lá nessa rua que a gente mora fez um comício, me lembro como hoje, botou o caminhão assim na frente, levou feira, levou troços, muito troço pra gente e ele disse assim, “com o peito chorando”, como é que ele dizia? “com o peito chorando de lágrimas – derramando muitas lágrimas – eu vou desapropriar essa rua, mas antes de eu desapropriar essa rua vou fazer uma vila chamada a Vila das Esperanças, a **Vila da Esperança**, vai ser as casas de vocês”, vocês lembram dessa história? Ele disse que ia fazer a Vila da Esperança, me lembro como hoje, eu era molequezinho no canto do caminhão assim e ele falando vou fazer a Vila da Esperança ai foi no tempo que caçaram ele ai caçado pelo Exército [...] Ele disse no comício com a gente tudo da São Joaquim, eu era um moleque novo mas eu me lembro com hoje, eu vou fazer, vou desapropriar essa rua aqui e vou fazer, vai ser feito a Vila da Esperança. Vai ser uma vila de vocês, disse desse jeitinho em cima do comício, me lembro como se fosse hoje, quando eu lembro disso eu me arrepio todinho, oh, essa história dele. E quando ele foi cassado ele foi embora de Campina Grande não voltou mais não.

Percebemos com a fala não só que já havia a intenção em meados da década de 1960 em utilizar aquela área do Açude Novo, demonstrando a possibilidade de transferir a população da Rua São Joaquim, como também a marca da cultura política assistencialista de doação de artigos de primeiras necessidades aos pobres no sentido de arregimentar aqueles habitantes a seu favor, nas urnas, os eleitores. Demonstra também uma possibilidade de relocação, esta Vila da Esperança deveria ser um lugar com infraestrutura para a moradia desses 324 populares que ocupavam 76 residências.

A oposição a esta saída da comunidade teria como um primeiro argumento a ausência de infraestrutura, rapidamente refutado em uma lista existente no P.E.F. denominada de “Síntese dos principais fatores que impõem a alternativa erradicação sôbre a alternativa Urbanização ‘in situ’”, que é um verdadeiro tratado que demonstra o

quanto as camadas pobres são desprezadas, desfavorecidas, órfãs de um governo que possa tratar com igualdade todos os seus habitantes vejamos:

TABELA V

Síntese dos principais fatores que impõem a alternativa erradicação sobre a alternativa Urbanização “In situ”.

O HOMEM	Padrão social, educacional, sanitário, econômico.
TERRENO	Solo rochoso, declividade, umidade.
IMPLANTAÇÃO	Desorganização espacial, uso do solo.
SITUAÇÃO	Margens de rodovias, canal, áreas a urbanizar, Universidade Federal.
POLUIÇÃO	Lixo, canal, alagados.
HABITAÇÃO	Condições de uso – padrão
A CIDADE	Aspecto urbano, área verde, tecido deteriorado.
INFRA-ESTRUTURA	Impossibilidade de implantação (desorganização, terreno e custo).

É evidente a vontade da edilidade em retirar, erradicar essa população. Se houvesse um senso de valorização desses habitantes, a área seria urbanizada e preparada para eles mesmos morarem *in situ* ou mesmo tratá-los com o mínimo de respeito, relocando-os, para uma área estruturada. Afinal, eles também são habitantes desta cidade e merecem o mesmo respeito que todos os outros amealham.

Uma breve análise da área em estudo é suficiente para entender que era plenamente possível dotar de infraestrutura o lugar. A sensibilidade de Miguel é comovente, ao passo que passa a se sentir “imprensado”, expulso, excluído:

Era difícil, só vieram fazer essas casas lá, casa boa lá esse pessoal que veio morando ali pelo São José não é, ai começaram imprensando. Quando começaram a imprensar a rua São Joaquim de um lado e de outro não é, porque do lado de cá era aquela rua que tem lá, do lado de cá era a Siqueira Campos não é, ai a gente ficou no meio da Siqueira Campos e essa outra rua lá. Ai começamos a fazer casa pra cá, pra cá, pra cá, aquele homem da padaria, seu Agenor da padaria tinha uns terrenos, comprou uns terrenos ali ai começou a fazer casa pra vender ali e vamo imprensando a rua São Joaquim, vamo imprensando, imprensando, imprensando que terminou a gente não tendo nem a saída que a gente saia pro São José no meio ali, fechada com uma casa né, a gente tinha que fazer retorno lá em baixo no açude pra subir, terminou assim.

A vontade falou mais alto que a razão e os populares foram expulsos a partir de 1973 com o Programa de Erradicação de Favelas, onde a Rua São Joaquim é a primeira a ser afetada, ainda no ano de 1973, através do Decreto Municipal Nº 57 de 26 de setembro de 1973, um a um os moradores foram obrigados a desabitarem o local.

A regra foi desapropriar todas as 76 casas e realizar o pagamento a seus donos. Só que o Sr. Anízio Timótheo era o dono de todo o terreno e ao longo do tempo negociou algumas casas com inquilinos. Estas passaram a pertencer aos moradores através de uma escritura particular, no entanto, o comprador não detinha a posse do terreno, o documento era bem claro ao explicitar que o valor pago e o objeto do negócio era apenas a edificação. Assim, apenas 22 casas das 76 geraram recursos para os moradores, o restante foi desapropriado em favor ao próprio dono do terreno.

Quem morava na São Joaquim e recebeu indenização, o valor venal da habitação sem o terreno, como atesta a escritura particular de venda¹⁶⁰ do Sr. Anízio Timótheo e sua esposa Maria Arruda de Souza ao comprador Francisco de Assis Firmino de Souza, datado do dia 02 de janeiro de 1973, venda também de uma casa semelhante ao Sr. Raimundo Jovem Araújo (em 27 de junho de 1968). procurou comprar pelo menos um terreno, pois segundo o relato de nossos narradores, o dinheiro não dava pra nada. Hoje a Câmara Municipal, Shopping Center Campina Grande, custam **caro** pois estão ali de pé ao custo do despejo de 324 pessoas, comunidade que foi pulverizada para os bairros para onde a cidade crescia.

Nas desapropriações para os moradores, a área curiosamente variava de preço, encontramos laudos de avaliação como o do Sr. Bento Joaquim da Silva que recebeu o valor de CR\$ 41,66 por m². A Sra. Severina Marcelino do Nascimento recebeu por metro quadrado o valor de CR\$ 58,33. Já o Sr. Anízio Timótheo¹⁶¹, recebeu pelo valor de CR\$ 72,94/m² um valor referente a 31 casas em que era proprietário, além de possuir o terreno. No laudo, só as construções foram analisadas, suspeitamos que houve uma desapropriação geral do terreno, demonstrando um tratamento diferenciado da edificação com relação aos populares e ao proprietário do terreno. Houve, ainda, a cruel cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU em valor descontado das

¹⁶⁰ Escritura particular de venda de uma (1) casa de taipa e têsua sem o terreno como abaixo se declara. In: Livro de despesas e empenhos da Prefeitura Municipal de Campina Grande do dia 05 de novembro de 1973.

¹⁶¹ Há hoje um prédio na Rua Semeão Leal que possui o nome de Anízio Timótheo.

desapropriações. Segundo algumas cobranças, entende-se que havia inscrição das casas no cadastro municipal. A imagem a seguir mostra o boleto de pagamento de IPTU de Maria das Dores Barros, inscrita no setor 08, quadra 003, lote 0482, vila 0121 e ao lado o trecho da planta de Campina Grande de 1956.

Se faz necessário observar que na planta de 1956, da administração de Elpídio de Almeida, não consta a Rua São Joaquim. Na cartografia da cidade, ela nunca vai existir, seu aparecimento vem apenas no Programa de Erradicação de Favelas.

As famílias das 54 habitações que não receberam indenizações nem qualquer tipo de apoio passaram por uma situação vexatória, enquanto os que receberam a indenização começaram a procurar um lugar para uma nova morada, eles estavam de mãos atadas, sem qualquer perspectiva. Algumas casas começaram a ser abandonadas e posteriormente eram ocupadas por esses moradores que foram alijados do processo.



Figura 27 – Boleto de pagamento de IPTU e parte da Planta da cidade de Campina Grande de 1956.

Fonte: Livro de Despesas e empenhos, 1973 e RHCG.

O movimento intenso e alegre de outrora se transformou em tensão. Todos os dias os moradores dormiam e acordavam com aquele pesadelo. Miguel nos dá um panorama daquele momento:

Do dia pra noite. – Nós vamos indenizar vocês ai [foi o secretário da prefeitura], nós vamos indenizar vocês tudo direitinho ai, porque Campina tá crescendo e vai fazer um shopping ai e fazer não sei o que, não sei o que. E eu disse: e pra onde a gente vai dotô? – Agente vai dar dinheiro. Vocês não vão dar uma casa? Um terreno? Ai onde a

gente vai sair daqui e fazer uma casa? Não, a gente não pode, não tem condições. E a gente vai morar no meio da rua?

Como resistência, eles permaneceram enquanto puderam. Fins de 1973 e muita gente ainda não tinha saído da Rua. Inicia o ano de 1974 e parte dos moradores, resistentes, não abdicavam de seus lugares. Uma tática utilizada foi a de ocupar as casas que eram abandonadas. A movimentação era apoiada por parte dos habitantes que já haviam saído. Assis faz uma narrativa reveladora:

Ali é o seguinte, muitos dos que foram embora, um dos que demoraram a sair que eu me lembro como hoje, como a gente já tava morando aqui eu trabalhava no centro mas como a gente tinha uma integração muito grande na rua quando a gente largava lá a gente não vinha pra cá não, ficava pela Rua (São Joaquim). Lá tinha o que? Lá tinha uma cachacinha, tinha um caranguejo não era Bosco? Tinha Luzia de Enedina pra gente dá um cheirinho lá, esse negão ia atrás também esse safado também (Se referindo ao irmão Bosco. Risos!)

Esta visita dos que já tinham saído da Rua possibilita a reflexão de como estes sujeitos resistiram àquela saída. Uma saída material, mas não simbólica. A todo momento, enquanto não foi demolida a última casa, o elo de pertencimento existia. Evidente que não da mesma maneira, a expulsão foi um duro golpe que foi ceifando aos poucos aquelas relações de comunidade (BAUMAN, 2003) e de afetividade.

O ato de visitar os que permaneceram dava um alento aos que ficaram, bem como acalentavam os corações dos que já haviam partido. João Bosco nos conta que:

Vinha do trabalho e passava por lá no sábado assim borá dizer esses aí trabalhavam, ele trabalhava mais não trabalhava direto. Ai vamos dizer que saia do serviço, em vez de ir embora ia pra lá, a gente ia e chegava em casa 12hs da noite, nunca agente se esqueceu de lá.

E o patrimônio cultural (UNESCO, 2006) e afetivo da comunidade iria perdurar até enquanto houvesse fôlego para suportar a pressão do proprietário do terreno – que desejava repassá-lo à Prefeitura – e a própria edilidade que tinha suas intenções. Entendemos estas táticas (CERTEAU, 1994) como ações que desviam os interesses e as

estratégias do poder central, que mediante estas ações de resistência vão reelaborar suas práticas.

Uma dessas “contra-ações” da Prefeitura é a demolição das casas que estão desocupadas, ficando de pé: “umas na parte de baixo, outras no meio, outras na parte de cima”, nos conta Assis.

Miguel dos Santos nos narra que foi o último morador a sair de sua residência. Antes disso, andou por toda a cidade procurando casas, mas “não achava nenhuma no preço [...] não dava pra comprar outra não!” Seus irmãos que se casaram na Rua São Joaquim já haviam saído, para o seu desgosto. Assim ele nos ajuda a entender a diáspora dos integrantes de sua família:

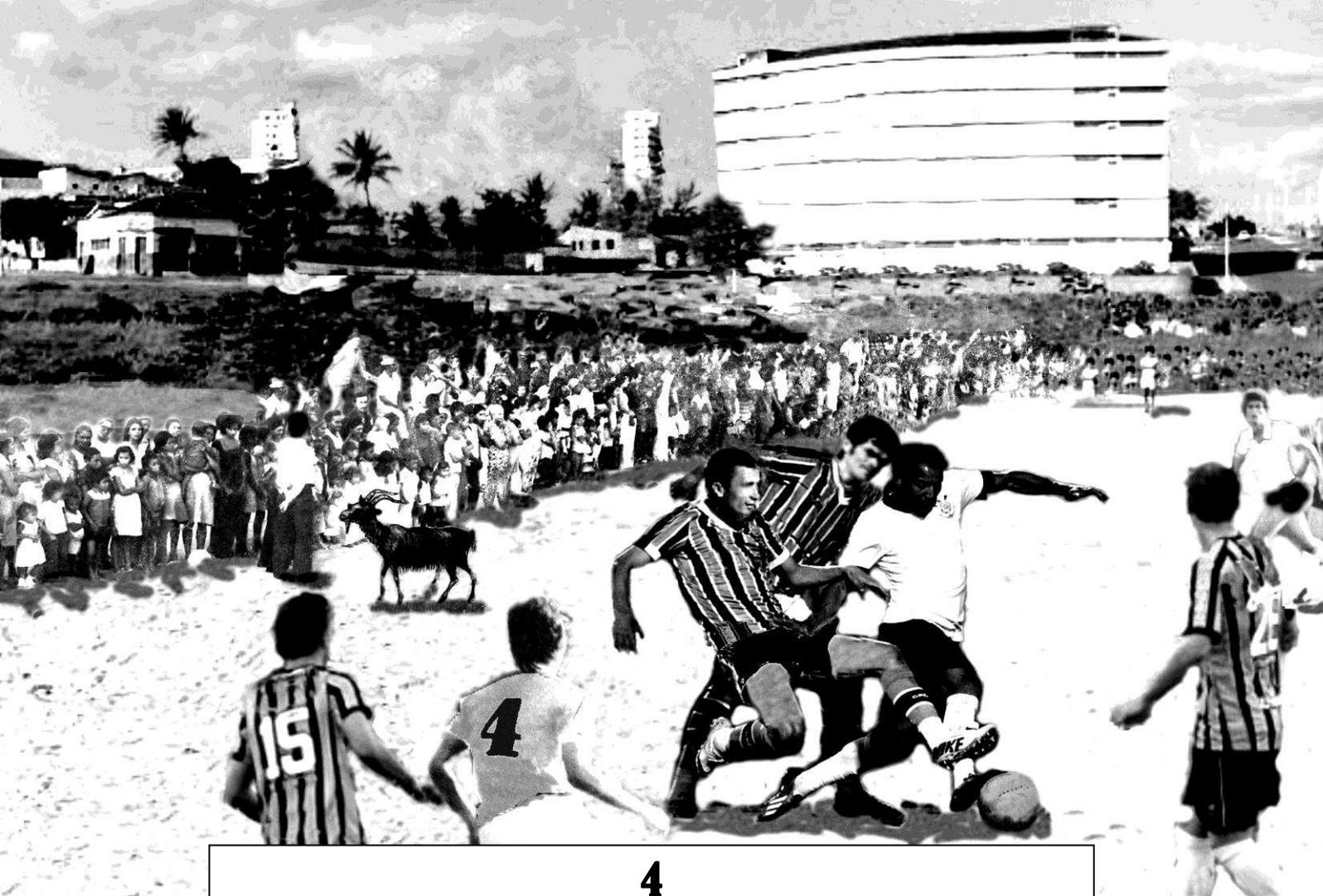
[...] a gente saiu dali desgostoso que era pertinho não era? Morava tudo perto, meus irmãos minhas irmãs, aí veio pra aqui eu fiquei aqui, o outro foi lá pro lado das Malvinas e mora no Catolé e outro foi embora agora, tá morando lá em Bodocongó III. O outro era mais novo a gente morava tudo pertinho [...] Foi de 73 para 74, foi nessa época aí. Foi rápido demais chegou e falou vai fazer um shopping aí e não sei o que e eu disse para aonde a gente vai? Vocês vão dar outra casa? Não, não a gente vai dar o dinheiro para comprar outra casa. Que dinheiro é esse que dava pra comprar o que? Não dava nem pra comprar uma barraca.

Não havia nenhum tipo de negociação e a tensa relação só era suportada pela união dos moradores. A partir da consequente saída dos que ainda resistiam, foi possível a edilidade empreender seu plano de desenvolvimento.

A resistência de Miguel foi até as últimas consequências. Estando na companhia de sua mãe dentro da casa, recebeu ameaças e um tremendo alarido “vamos passar o trator por cima”, após ter demolido várias casinhas de uma só vez:

[...] e a última que tinha era a minha e de minha mãe, o cabra disse eu terminar botar por cima. Eu de cabeça quente, tinha uma espingarda calibre 28, botei um cartucho dentro de fábrica. Oxe, o cabra deu uma carreira meu amigo que até hoje (...) aí chegaram lá: – não, vamos para o acordo, aí vai pra lá e vai pra cá fizemos um acordo lá e me deram 550 contos de réis.

Cada família foi para um lado: “Eu achei injusto, se não tivesse acabado tinha até hoje, tinha passado de geração pra geração. O pessoal se espalhou por Campina Grande, se espalhou, em todo bairro de Campina tem dois ou três” mas não saíram sem antes resistir ao conflito. Campina Grande vai se espraiando em bairros periféricos e, pelo valor mais baixo com relação à moradia, esses habitantes migram para essas áreas novas da cidade, os bairros mais afastados, a periferia.



4

QUANDO A RUA ERA NOSSA: A Rua São Joaquim



A Rua São Joaquim não está presente apenas no espaço (TUAN, 2013) ocupado nas proximidades do Açude Novo com as 76 humildes residências, ela é, sobretudo um lugar afetivo construído com a familiaridade de 324 moradores que antes da sua extinção das malhas centrais da cidade formou uma comunidade (BAUMAN, 2003) pulsante de sujeitos ordinários (CERTAU, 1994) em que os laços de sociabilidade e inventividade constituíram outra representação de patrimônio imaterial.

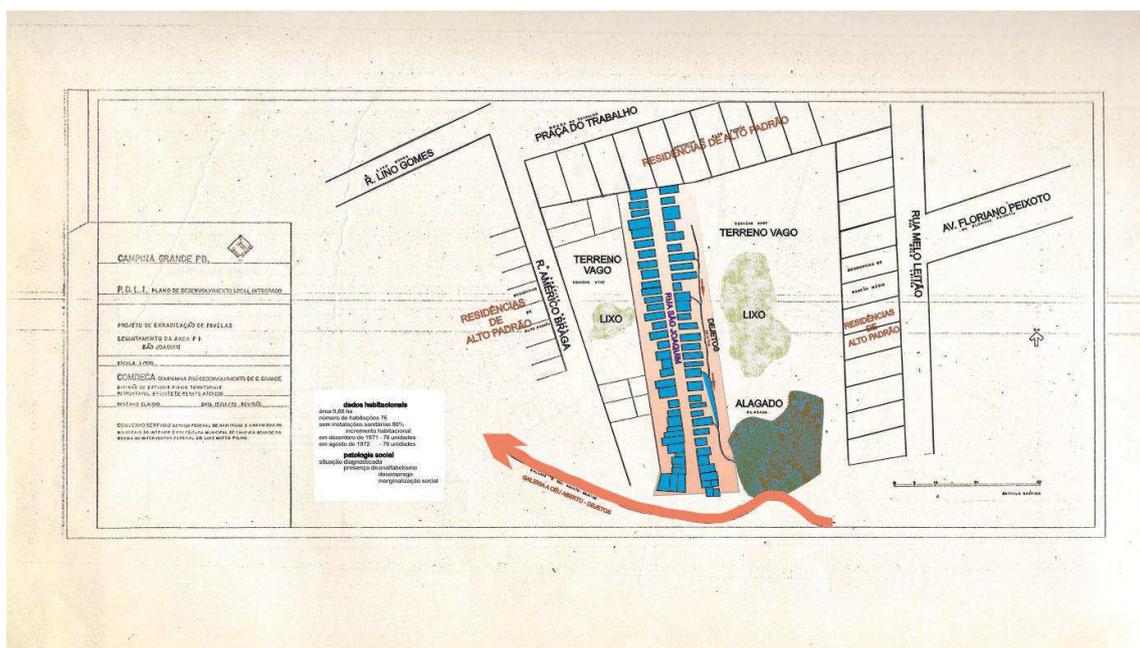


Figura 28 – Planta baixa da Rua São Joaquim (adaptada)¹⁶².

Fonte: COMDECA, 1972.

Este patrimônio é aqui buscado através desses atores sociais pela primazia de uma memória coletiva subterrânea (POLLAK, 1989) em que é possível visualizar uma história à contrapelo (BENJAMIN, 2012) desta segunda grande transformação urbana da cidade, rememorando a experiência de moradores em seus construtos históricos, percebendo essas mudanças cidadinas através do olhar dos “vencidos”. Assim, buscamos as suas vozes para com elas apresentarmos o universo de como eles viviam antes da extinção da Rua e tudo o que eles perderam com a compulsória saída no ano de 1973.

¹⁶² Foi necessário refazer o nome das ruas devido ao tamanho e a qualidade da impressão da planta que está encadernada no Programa de Erradicação de Favelas (1972).

A Rua São Joaquim esteve localizada na superfície de expansão do atual Shopping Center Campina Grande¹⁶³, ocupando também uma porção do que hoje é a Câmara Municipal de Campina Grande, justamente na área que foi alvo de intervenção urbanística pelo Plano de Desenvolvimento Local Integrado – PDLI a partir do ano de 1973, cujo projeto afirma em determinado momento que: “Como resultante de um planejamento profundo e ponderado, este conjunto de áreas **atualmente desocupadas** transformar-se-á num vasto parque densamente arborizado” (COMDECA, 1972. p. 134, Grifo nosso), em seguida, parágrafos depois, o mesmo PDLI descarta qualquer possibilidade de existência do Açude como fonte hídrica, ao mesmo tempo em que supervaloriza o espaço ocupado pela Rua São Joaquim. Assim sendo:

No espaço ofertado pela **erradicação** da favela São Joaquim, surge o local para a implantação do centro cívico, conjunto arquitetônico ladeado por vasta área arborizada e tendo à sua frente o majestoso espaço do Açude Novo. Esta não mais podendo ser espelho d’água será submetido a um plano urbanístico e paisagístico dotando-o de um aspecto **nobre** através da generosidade espacial e da arborização (Idem. p. 135, Grifos nossos).

É evidente a contradição discursiva do PDLI, sugerindo que a área encontrava-se desocupada e em seguida afirma que o empreendimento será possível através da oferta do espaço através da **erradicação** da favela São Joaquim. Evidente também a *gentrification* (MOREIRA, 2012) imposta já que este plano urbanístico busca dotar o lugar com um aspecto **nobre**, em detrimento das famílias que ali moravam, a quem pouco importava o fato de estar ou não em sintonia com este planejamento. Neste enobrecimento citadino, os outsiders (ELIAS, 2010) são estigmatizados, vistos como um empecilho para o desenvolvimento urbano da cidade.

A equipe da COMDECA que estuda estas comunidades e sugere suas relocações compreende a situação da seguinte maneira: “A precariedade de condições da população de renda baixa constitui um dos motivos da fixação desta em locais inadequados,

¹⁶³ Entre as memórias dos que conheceram esse empreendimento, está a feirinha de artesanato que funcionava no terreno ao lado, que anos mais tarde cedeu espaço à antiga Boate Discovery, tendo seu terreno posteriormente transformado no Museu Vivo da Ciência e Tecnologia. O Shopping Campina Grande foi revitalizado e rebatizado de Shopping Lindaci Medeiros em 2004 na gestão da prefeita Cozete Barbosa, em homenagem ao ex-vereador e ex-vice prefeito campinense (RHCG, 2013) Disponível em <http://cgretalhos.blogspot.com.br/2013/02/memoria-fotografica-o-shopping-center.html#.VDXpahZRXII>.

provocando a formação de áreas caracterizadas como deterioradas” (COMDECA, 1972. p. 23).

Neste momento, a partir desta afirmativa, vemos demonstrado o texto que se quer imprimir sobre estes outsiders. No bojo da “deterioração” está a fisionomia urbana burguesa, está explícita a forma com que os poderes públicos elaboraram seus projetos de cidade e de modernidade. Como as elites produziram códigos e uma seleção de valores culturais para o viver no espaço urbano ‘moderno’. Onde “ser civilizado ou culto, é ser abençoado com sentimentos refinados, paixões temperadas, maneiras agradáveis e uma mentalidade aberta” (EAGLETON, 2005, p. 32) e, não morar em uma área deteriorada! Todo o discurso vem a desqualificar os moradores destas áreas e denominá-las de deterioradas, estigmatizando-os (ELIAS e SCOTSON, 2000).

Cara aos seus habitantes e ao projeto que visava erradicá-la, a Rua São Joaquim era composta por um arruado de casas enfileirados em duas linhas, muitas geminadas, organizadas uma defronte a outra, formando uma rua com 76 casas e 324 moradores:

Ela começava dali de baixo aonde fizeram aquele primeiro shopping ali, ela pegava dali até embaixo na beira do açude que chamavam rua da lama, com a rua São Joaquim o pessoal lá de cima do São José dizia esses negos moram ali na rua da lama mas a gente não se importava com isso não, a gente ficou muito conhecido ali fazendo mandado desse povo todim ali.¹⁶⁴

Em sua grande maioria, a população residente na Rua São Joaquim¹⁶⁵ era composta por negros e mestiços, gente muito pobre e humilde, segundo conseguimos identificar com os relatos de memória de antigos moradores da rua e também de seu entorno, quase a totalidade da população tinha esta característica.

Teria alguma relação de descendência entre os populares do final da primeira metade do século XX de Campina Grande com remanescentes do processo de escravidão da região?

¹⁶⁴ Entrevista com Miguel Martins dos Santos em 04 de abril de 2013.

¹⁶⁵ A situação das outras oito áreas denominadas de favelas pelo Programa de erradicação de favelas (COMDECA, 1972) a serem erradicadas não era diferente.

A historiadora Solange Ferreira da Rocha nos traz a informação de que em fins dos Setecentos, os mapas populacionais vão indicar que a maioria da população negra da Paraíba detinha a condição de livre e que:

poderia ser empregada pelos proprietários de terras nos serviços da agricultura, juntamente com as pessoas cativas ou ainda aliar-se aos donos de terras e conseguir um pedaço de terra para trabalhar na condição de agregados ou moradores desses proprietários (ROCHA, 2009. p.110)

No entanto, a cifra de escravos estava entre os 20% da população da Província da Parahyba nos primeiros séculos de colonização e além dos negros, uma parcela desse contingente era de origem indígena, que segundo o historiador Juvandi de Souza Santos (2009) possuía um preço mais acessível no mercado que o escravo negro, incorporando-se ao sistema e a estes, se assemelhando no modo de trabalho e sobrevivência.

É de se concluir que tínhamos uma população não branca significativa, além de um contingente expressivo de escravos que foram responsáveis pela mão-de-obra colonial e que foram empregados em toda sorte de trabalhos nas propriedades de famílias abastadas, detentora de terras oriundas do processo de sesmarias, onde o trabalho escravo foi largamente empregado. No tocante à Campina Grande, não é demais lembrar que a região em que ela está inscrita, durante a segunda metade do século XIX, foi palco de relevante turbulência social e política:

[...] explodiram dois importantes movimentos sociais na região, colocando em cena não só setores das elites, mas também das camadas populares, evidenciando as contradições de uma suposta tranquilidade pública, com a eclosão de revoltas como o Ronco da Abelha (1851/1852) e o Quebra-Quilos (1874/1875) (LIMA, 2008. p. 87).

O historiador Luciano Mendonça de Lima nos faz entender a participação de populares, homens pobres livres e escravos nesta movimentação social e política nas malhas do Império, o que evidencia a existência de grande contingente populacional na região de Campina Grande oriundo dessa camada social:

Em 1851, a população escrava de Campina Grande atingiu o seu ponto limite. Nesse sentido, Campina (juntamente com o município sertanejo de Sousa) era o município que detinha, isoladamente, a maior parcela de cativos da província, com exatos 3.446, representando 12,1% da população escravizada de toda a Paraíba, calculada em 28.546 indivíduos, superando assim a própria capital da província, que contava então com 1.387 indivíduos escravizados” (Ibidem. p. 119).

Este contingente escravo representava 19,3% da população de Campina Grande que possuía a época 17.895 habitantes. Maria Cristina Cortez Wissenbach nos ajuda a refletir sobre o destino dos escravos no pós Abolição, o que não vai ser muito diferente dos homens pobres livres de uma maneira geral:

[...] após a Abolição os negros distribuíram-se por um espaço social comum a outros grupos étnicos da sociedade brasileira. Nas **zonas rurais**, nos amplos espaços da economia de sobrevivência ou gravitando em torno das monoculturas, as populações negras mesclaram-se e se confundiram com largas camadas de populações nacionais já mestiçadas com o elemento índio e com o próprio negro, aderindo ao universo de valores e estilo de vida dos homens livres. A territorialidade negra se manteve em **bairros rurais** originários de doações de parcelas de terras aos libertos, algumas delas anteriores à Abolição, em grupos de **remanescentes de quilombos** ou de simples ocupantes das terras e, principalmente, nos **agrupamentos negros existentes nas cidades** brasileiras (WISSENBACH, 2012. p. 55, Grifos nossos).

Vivendo em bairros rurais, nas periferias dos pequenos burgos (WISSENBACH, 2012) estes homens e mulheres vão originar populações que, fruto da intensa migração, chegam à Campina Grande em busca de sobrevivência.

Várias áreas vão ser ocupadas na cidade por comunidades pobres que se adensam nas proximidades dos açudes, recurso imprescindível para a vida baseada na pequena criação de víveres e nas pequenas roças. Surge em fins da década de 1910 o bairro do Açude Velho: “[...] o bairro começa no oitão da estação da Great Western e termina na estrada do Prado” (CÂMARA, 1998. p. 94) que se transformaria anos depois no bairro José Pinheiro (GURJÃO *et al.*, 1999), reconhecidamente como bairro popular da cidade (OLIVEIRA, 2012) recolhendo uma certa distância da área central da urbe, em expansão após a chegada do trem de ferro em 1907. Seu único acesso a partir da

área central dava-se nas proximidades da feira central¹⁶⁶, através de uma modesta ponte que cruzava o riacho das Piabas. Assim sendo, como única passagem, o lugar virou ponto de serviços, carroças de tração animal e os famosos carros de mão estavam prontos para o transporte de toda sorte de mercadorias e coisas do bairro ao centro e do centro ao bairro.

Assim como o Açude Velho, cujo espelho d'água em certos momentos invernosos ia até a antiga Lagoa dos Canários¹⁶⁷, o Açude Novo possuía significativa atração de pessoas para o usufruto de suas potencialidades. Estando em porção da cidade ainda mais central que o Açude Velho, recolheu em suas cercanias populações pobres que se adensaram em ruas ou comunidades, áreas estas de forte presença verde de natureza espontânea, que é o espaço que compreende o Açude Novo e suas cercanias, os antigos Coqueiros de José Rodrigues¹⁶⁸ e o Açude Velho, em ligação como vimos na Figura 8 do capítulo anterior, área em que o PDLI tinha um ambicioso projeto, pretendendo criar uma grande área verde de lazer e sociabilidade: “Pretende-se, com a erradicação desta área, levar à realidade o plano de urbanização do Açude Novo (onde se localizará o centro cívico), interligando-o ao Açude Velho e ao Estádio Municipal, por meio de uma densa área verde e de lazer” (COMDECA, 1972. p.5).

¹⁶⁶ Defronte a agência do Banco do Brasil da feira central, na esquina da Avenida Canal com a Rua Quebra-Quilos.

¹⁶⁷ Lugar onde foi construído o Estádio Municipal Plínio Lemos, próprio para a prática do futebol mas que continha entre a arquibancada principal e o alambrado uma pista de vaquejada. A construção se deu durante a gestão do Prefeito Plínio Lemos, com inauguração no dia 26 de julho de 1955 em um jogo de portões abertos entre o Treze Futebol Clube e o Sport Club Bahia (MEDEIROS, 2006), o “esquadrão de aço” que, invicto há vários jogos, perdeu para o time local por 1 x 0, dando origem ao chavão: “O Treze quebrou o cabaço da baiana”. O Estádio foi abandonado, entrou em estado de ruína e em 14 de março de 2008 foi entregue à comunidade, após ampla reforma, como a Vila Olímpica pela Prefeitura Municipal na gestão do Prefeito Veneziano Vital do Rego Segundo Neto. É interessante pensar que com essa ocupação do Açude Velho não tínhamos a existência do prédio da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba – FIEP, que para sua construção uma grande área foi aterrada, assim como foi a área da Lagoa dos Canários.

¹⁶⁸ O “Coqueiros de José (Zé) Rodrigues” era uma grande área que compreendia todo o atual Parque do Povo e uma porção da atual Rua Sebastião Donato. Aliás, a antiga comunidade denominada de ‘Coqueiros de José Rodrigues’ pode ser considerada como o passo inicial para o surgimento da rua Sebastião Donato, já que as residências eram alinhadas no mesmo sentido atual da referida rua. Sua denominação tem origem no aspecto natural que era formada a área, composta de uma mata contendo diversos coqueiros, terreno pertencente ao Sr. José Rodrigues. É provável que sua ocupação tenha decorrido de trabalhadores que passaram a construir choças nas proximidades de uma casa de farinha que pertencia ao João Carga D’água, aguadeiro que teve destacada participação na Revolta de Quebra-Quilos em 1871.

4.1. As experiências do trabalho no cotidiano dos moradores de São Joaquim.

A Rua São Joaquim foi formada a partir da chegada de famílias pobres que vieram à Campina Grande, atraídas pelas possibilidades de sobrevivência¹⁶⁹, seguramente sabemos que pelo menos no início da década de 1940 já existiam algumas residências no lugar, mas é possível que a habitação da área configure tempo bem mais remoto, tendo em vista que as primeiras casas daquela região do bairro da Prata foram construídas a partir desta década¹⁷⁰. Assim, os terrenos ermos nos arredores da cidade eram ocupados sem maiores dificuldades, favorecido pela ausência de vizinhos.

O lugar onde senta a Rua São Joaquim era por demais estratégico, ficava a uma pequena distância do açude, resguardando o risco de não ser atingido por uma cheia em período invernos, e estava próximo da principal matéria-prima para a construção dos seus lares: madeira e argila. Através de relatos orais de um antigo morador da Rua, o Sr. Miguel Martins dos Santos, de 69 anos, conseguimos perceber especificidades preciosas para entendermos a ocupação da Rua:

Não, não, não, quando a gente chegou por lá a gente ficou num abrigozinho¹⁷¹ que tinha ai fomos fazendo a casa e taipa naquele tempo era assim, foi arrumando madeira que naquele tempo tinha por todo canto, naquele campo ali onde é as Clarissas¹⁷², num tem as Clarisse? Ali tudo era mato ali aquilo tudim era mato não tinha nada daquilo não quando a gente chegou. Não tinha as Clarisse, nada por ali só tinha umas casinhas uma aqui outra acolá. E esses terrenos era do finado Anízio Timótheo, seu Anízo (Anízio).

¹⁶⁹ Não raro, famílias que ocupavam outros espaços periféricos da cidade, acabavam partindo para a rua São Joaquim por ofertar uma melhor condição de vida e a um custo mais baixo caracterizando uma espécie de migração interna. Foi assim com a família da Sra. Inácia Bezerra de Lima, que depois de morar no José (Zé) Pinheiro, mudou-se para a rua São Joaquim.

¹⁷⁰ Cf. Mapa desenhado a partir de mapa elaborado pelo Serviço Geográfico do Exército do Brasil em 1943. (Queiroz, 2008).

¹⁷¹ Uma casa nas proximidades, que viria a integrar a Rua São Joaquim, possivelmente abandonada por um retirante.

¹⁷² Mosteiro de Santa Clara (Popularmente conhecido por “As Clarissas”), construído em 1950 com sua inauguração em 31 de dezembro “[...] marca uma data de relevo nos Anais desta Diocese, pois, é o Ingresso das Pobres Clarissas no seu Mosteiro construído” (UCHÔA, 1964. p.240).

Miguel nasceu em 12 de outubro de 1945 em Alagoa Nova, chegando à Rua São Joaquim com menos de um ano, logo após ter nascido. Pela informação, sabemos que ele chegou nos braços de sua mãe, no máximo nos primeiros meses de 1946. Segundo informou, já havia casas no lugar, poucas, mas havia.

A Sra. Maria Sabino¹⁷³, moradora da Rua Melo Leitão, chegou ao lugar em 1946 e afirma a já existência da Rua. Informação confirmada pela Sra. Inácia Bezerra de Lima, que ao chegar a São Joaquim por volta dos 33 anos de idade (1947) lembra que havia pouca gente morando lá: “Quando a gente chegou naquela rua não tinha muita gente, não tinha quase ninguém. Sabe o que é que tinha? Gente fazendo tijolo!”.

Muito provavelmente a Sra. Inácia chegou à Rua São Joaquim entre os meses de setembro e dezembro, período de estiagem em nossa região onde o plantio é menos frequente.

Famílias pobres, buscando a sobrevivência e morando nas proximidades de um açude, o habitual era que se plantassem gêneros de primeira necessidade, aproveitando a fertilidade do solo ribeiro e na época de estiagem produzissem tijolo manual (artesanal) e/ou carvão, algo comum nas zonas periféricas da cidade, assim como foi com a comunidade da catingueira composta de moradores que habitavam as áreas baixas da cidade e após fortes chuvas foram deslocadas em 1957 para um terreno de 25ha comprado pela prefeitura na gestão do Prefeito Severino Bezerra Cabral, no lugar Catingueira. Sobre as práticas de trabalho desta população, o memorial descritivo do Projeto de Integração Comunitária Vila da Catingueira¹⁷⁴ afirmou:

Dada a origem dos habitantes, capacitados quase exclusivamente ao trabalho agrícola, a atividade principal da população consistia no cultivo de roçados, na própria área e em terrenos vizinhos. Como o trabalho da roça ocupa a mão-de-obra disponível quase somente durante a época invernos, o verão passou (sic) a ser dedicado à feitura de tijolos manuais (porque feitos à mão, de modo artesanal) face a existência do barro apropriado a este tipo de tijolo e à facilidade de água (COPLAN, 1981. p. 03).

¹⁷³ Maria Sabino, esposa do tradicional comerciante Severino Pereira. Informações colhidas em uma oficina de memória feita com ela e seu filho Francisco Pereira de Sousa no dia 23 de junho de 2014.

¹⁷⁴ Projeto que fez parte do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário – PRODEC executado pela Coordenadoria de Planejamento – COPLAN (COPLAN, 1981).

Em geral, o trabalho se dava em regime de “terça”¹⁷⁵ e a extinção deste tipo de trabalho, segundo o relatório da COPLAN (1981), se dava aos poucos, “porque nestas áreas vêm se implantando alguns loteamentos ou os proprietários cercam os terrenos por medo de invasões” (Idem). Na Rua São Joaquim, Miguel Martins testemunhou as roças: “[...] plantava milho, feijão, algo perto assim, ninguém tirava. *Tá vendo como era?* Hoje você bota um negocio aqui se você bater a vista o cabra já levou...”, havia também a criação de víveres: patos, gansos, galinhas, porcos, etc. além dos animais afeitos ao transporte como burros, mulas e jegues. Há, assim, não uma mera incorporação à vida da cidade, como também as suas táticas vão se conformar em formas de construí-la, constituí-la.

Anos antes, o Hortênsio Ribeiro¹⁷⁶ escrevia em uma coluna no jornal Voz da Borborema, admirado:

“[...] há um gallo cuja clarinada matinal encanta meus ouvidos, nestas manhãs friorentas de fim de inverno parahybano [...] Dos quintaes da vizinhança outros galos respondem, cada um solfejando a sua cavatina conforme às regras da mãe-natureza e às aptidões musicas das suas afinadíssimas gargantas”¹⁷⁷

A criação de víveres era comum entre os pobres e também entre os ricos, criar galinhas e comer ovo-de-capoeira retrata uma prática doméstica existente desde tempos imemoriais. Nicolau Sevcenko, em *História da Vida Privada do Brasil*, revela a criação de galinhas d’angola em meados do século XIX e, em Campina Grande, no Curso de Formação Doméstica do Instituto Pax¹⁷⁸ havia uma disciplina denominada de “Economia Doméstica” (UCHÔA, 1964. p. 393) que compreendia “[...] desde conhecimentos elementares de trabalhos de agulha até os de economia doméstica _ cozinha, manutenção de roupa, cuidados com a **limpeza** da casa, do jardim e do

¹⁷⁵ A terça parte ou um terço do produzido era entregue como imposto ao proprietário de terra, que também, na maioria das vezes, era proprietário das ferramentas, os instrumentos de trabalho.

¹⁷⁶ Escritor, advogado e jornalista, nascido em Campina Grande em 31 de janeiro de 1885.

¹⁷⁷ Nota do dia. Jornal Voz da Borborema, 28 de Agosto de 1937.

¹⁷⁸ O Instituto Pax, foi uma escola religiosa que funcionou no Palácio do Bispo, hoje o Gabinete do Prefeito, dirigida pela ordem das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado que vieram a Campina Grande a pedido do Bispo Dom Otávio Aguiar. O instituto contou com Jardim da Infância, turmas primárias e uma Formação Familiar. Tinha como público famílias abastadas da cidade. Além dos trabalhos educacionais prestava serviços assistenciais com ajuda moral e financeira junto a famílias carentes.

galinheiro [...]” (BASTOS e GARCIA, 1999, Grifos nossos) vê-se na descrição a atividade comum de limpar um galinheiro. Tem-se aqui uma maneira de compassar a importância das criações para as mais diversas camadas sociais. A Figura 29 é reveladora.

O retrato é de 1955 e recolhe testemunhos muito interessantes daquele momento. “Dá-nos conta do que existe e forma um inventário” (SONTAG, 1981. p. 21). Quem será aquele garoto que, só de cueca, se deleita das águas do Açude em dia de muito sol? Vê-se o rastro de galinhas d’água na lâmina do Açude, outras pessoas na outra margem também aproveitam o dia de sol.

Observamos que o açude não possuía sujeira evidente. A empresa de ônibus Luso-Brasileira¹⁷⁹ tinha acabado de se instalar naquelas cercanias há menos de dois anos e as bombas de combustível também não tinham causado tantos danos ao despejar seus óleos nas águas. Aliás, o câncer que vitimou as águas do Açude Novo foi o óleo oriundo da empresa de ônibus e dos postos ou bombas de combustível dos arredores, além da lavagem de veículos no manancial, tornando a água imprestável.

Dois porcos fuçam as areias, buscam alimento também no que é trazido às margens pela brisa, se alimentam livremente, soltos pelos seus donos, que certamente os pastoreiam. Seria o garoto o responsável pela observação dos porcos e nesse mister resolveu se refrescar naquelas águas? Quanto a isso nunca vamos saber, não deixando de ser uma possibilidade. O que se percebe é que alguma garatuja é feita pelo garoto que parece querer ou ter espantado o porco mais próximo de sua direção. O animal segue em uma marcha apressada, com orelhas em riste e certa distância entre suas patas traseiras, o que caracterizaria algo diferente, necessidade de corrida, ao que parece respondendo positivamente ao susto dado pelo garoto. Os porcos estão visivelmente bem nutridos e possuem pouca idade, estavam sendo sevados soltos pela cidade.

Não se vê na fotografia as roças, pelo menos de maneira evidente. Ora, o que é retratado daquele ângulo são as casas de habitantes de uma camada superior (com exceção do casebre cor de rosa, na porção direita da imagem) e não os mais pobres.

¹⁷⁹ A Empresa de ônibus Luso-Brasileira foi criada na década de 1950 por Francisco da Costa Chaves, o "Chiquinho Português", natural da cidade de Braga, Portugal. Chegou ao Brasil em 1950, e três anos depois implanta a Luso com linhas para o bairro do Catolé (444 e 404) sendo estas o embrião da Transnacional, além de linhas intermunicipais e interestadual, Campina Grande x Caicó vendida posteriormente a Jardinense. (Com informações do portal da internet ‘Ônibus Brasil’, disponível em: <http://onibusbrasil.com/foto/1569790/>. Acesso em 20 de julho de 2014).

Estes é que realmente se dedicavam aos pequenos roçados no terreiro das casas. Se o registro fotográfico fosse a partir do sentido oposto, provavelmente veríamos casas mais humildes e, possivelmente, os roçados apareceriam. O verde da imagem está muito mais para jardins do que para roças. Ou seriam os arbustos que faziam sombra para os galinheiros, como ainda hoje se faz?

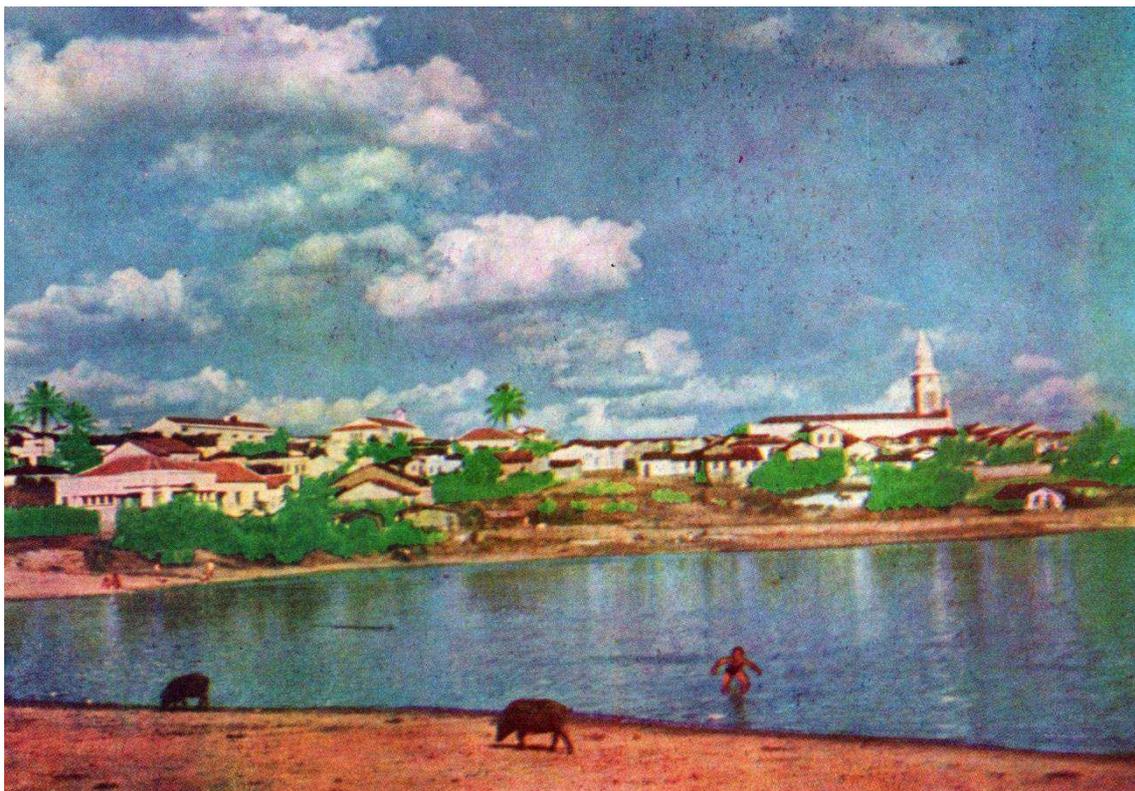


Figura 29 – Açude Novo.

Fonte: LEITE, 1955.

Os moradores populares criavam o ano inteiro, já o plantio, as roças, só em épocas chuvosas. Em períodos de estiagem, a argila das cercanias do Açude Novo propiciava o fabrico de tijolos, momentos que dona Inácia jamais esqueceu: “[...] meio mundo de caieira. Era tijolo que faziam. De noite a gente só via a luz do povo trabalhando no tijolo”.

Imagino o cenário visto por Dona Inácia, as poucas luzes que perfaziam a noite da cidade (ao longe) dividiam espaço com os braseiros das carvoeiras, luzes mais avermelhadas, interrompidas na paisagem por baforadas de fumaça densa, típica da

fabricação de tijolos. Dona Inácia nasceu em Olivedos-PB e, com 12 anos, foi trazida para Campina Grande para trabalhar em uma casa de família, inicialmente como babá e em seguida acumulando a função de doméstica: “criei os filhos de Afonso Agra¹⁸⁰, a Cleidinha, Joana D’arc e depois Afonso [...] eu era babá”.

Era prática comum de pessoas de posse contar com o trabalho semiescravo de meninas trazidas de cidades menores. Estas, ou viviam até o fim da vida com as famílias ou arrumavam um relacionamento conjugal e abandonavam seus patrões, este último foi o caso de Dona Inácia. Cabe destacar que o trabalho no âmbito doméstico a época não era considerado trabalho, ou seja, previsto dentro da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, que remonta a década de 1940. Desta forma, o trabalho doméstico era praticado de forma semiescrava baseada em laços de “solidariedade” beirando ao favor por parte da elite, trabalho predominantemente exercido por mulheres de etnia negra. Torna-se importante destacar que a categoria trabalho é discutida pela historiografia sob diversos ângulos, contudo, para nós cabe enfatizar a compreensão de trabalho inserida em uma perspectiva que compreenda a relação conflituosa existente entre os estabelecidos e os outsiders (ELIAS e SCOTSON, 2000). Assim, percebemos o trabalho contextualizado ao sistema econômico vigente, em que os trabalhadores vendem sua força de trabalho e seu saber-fazer para os possuidores de poder, tanto do ponto de vista econômico, político como no plano simbólico. Pensamento arraigado dentro de uma produção teórica em que predomina as concepções de trabalho, baseada na ideia de conflito social. Assim, Thompson nos ajuda a compreender as tensões sociais e as formas de resistências dos trabalhadores.

Esse contexto aponta os ranços das relações sociais que remontam ao contexto histórico brasileiro do século XX de transição da importância do campo para a cidade, cenário que apresenta o desenvolvimento industrial em curso no Brasil.

Assim, em relação à urbe, o mesmo ocorria em referência aos bairros populares, não raro se buscava uma garota bem jovem e a conduzia para as fazendas e residências de famílias de maior posse.

¹⁸⁰ Provavelmente este cidadão se chamava Afonso Cordeiro Agra, era comerciante e seus filhos foram vítimas no desastre aéreo ocorrido em 1958 onde um avião caiu no bairro de Bodocongó. Um de seus filhos: Afonso Cordeiro Agra Filho faleceu no acidente, seus irmãos Roberto e Feliciano sobreviveram.

Como doméstica, Dona Maria Honorina, que também morava na Rua São Joaquim (hoje falecida), trabalhava na residência do casal Severino Pereira e Maria Sabino. Na pesquisa feita pela COMDECA para a elaboração do Programa de Erradicação de Favelas – PEF, outras 44 mulheres declararam-se como domésticas e mais 24 como lavadeira, engomadeira, arrumadeira e cozinheira (COMDECA, 1972).

O mundo dos trabalhadores da São Joaquim era cheio de peculiaridades. O labutar tinha início já na infância, como foi o caso de algumas meninas, citadas anteriormente. Havia sim espaços para as garatujas, entretanto, a responsabilidade com a sobrevivência da família estava em primeira ordem. Cada membro da família, desde tenra idade, era peça fundamental na busca pela sobrevivência e manutenção da família, aumentando o grau de importância com o passar dos anos. Trabalhar era para os que já tinham idade e possibilidade de emancipar-se no sentido de ir à busca de emprego. Porém, antes disso, as crianças ajudavam os pais ou parentes, gravitando em torno deles, contribuindo com aquele mister exercido pelos maiores, o que não deixa de ser uma atividade, um trabalho, uma ocupação. De toda maneira, após o cumprimento de responsabilidades pontuais, as crianças (quando podiam) se “soltavam no mundo” e buscavam ser inventivos para poder se alimentar e também levar algo para casa.

O ex-morador Francisco de Assis Leite Lima nos ajuda a compreender o mundo infantil sob a ótica do trabalho:

Rapaz a nossa infância ali, quando eu vim me entender de gente, assim com sete, oito anos, minha infância ali dentro era mais ali pra... Era minha mãe trabalhando, lavando roupa, vendendo milho e a gente ia buscar água, entregar roupa, receber o dinheiro dela, ela engomava roupa também...

O trabalho que ocorre em rede familiar é experiência recorrente dos corpos pobres. O trabalho infantil e de filhos menores não vem a ser um desvio de norma para os pais pobres, fazendo parte da própria moral familiar e é encarado como experiência educativa (SILVA, 2008). A essa experiência é creditada, segundo Assis, o não envolvimento dos seus vizinhos com o mundo do crime: “As pessoas que moravam lá, a maioria, eu vou dizer assim, 95% não deram pra marginal porque todos eles quando

eram pequeninhos os pais botavam para trabalhar” responsabilidade sempre dividida com as brincadeiras, como nos narra Miguel:

A brincadeira ali era jogar uma peladinha na beira do açude que tinha um gramadozinho e tomar banho e quando chegar apanhar, que minha mãe conhecia logo: – você tomou banho no açude? Eu dizia tomei não! Mãe, ela passava a unha assim (no braço) e aquela cinza da água aparecia e ficava de castigo até o outro dia. Era bom, a gente vivia ali só fazia mandado do pessoal ali quando mandava chamar o pessoal pedia a mãe e ela deixava eu ir fazer mandado por lá, pronto.

Para a sociedade moderna ocidental essas práticas não vão condizer com o desejado. Sandra Corazza defende que essa infância: “nunca existiu em nossas práticas culturais, sociais e mesmo subjetivas, a tal aurora de nossas vidas, de nossa infância querida...” (apud SILVA, 2008. p. 201).

Percebemos como no trabalho também estava incluso a tarefa de fazer favor para os moradores mais ricos das cercanias: “agente fazia mandado praquele povo todim ali... eles confiavam n agente...” afirmou Miguel, demonstrando um fator caro a muitos habitantes da São Joaquim, a confiança e honestidade. Eram pobres, e eram honestos! Traço evidente na fala de Miguel:

Mainha, olhe, graças a Deus... hoje os filhos chegam em casa com uns troços e a mãe não quer nem saber, não pergunta nada. A gente chegava, trabalhava o dia todinho ai ela dizia: – “você arrumou isso aonde?” – Foi em tal canto; – “eu vou lá saber primeiro”. E ia lá saber se tava lá trabalhando.

A condição não emancipada da criança até confunde a compreensão daquele universo com relação ao trabalho, como vemos na fala de Miguel:

E não tinha condições a gente não trabalhava, quem sustentava a casa era esse meu irmão mais “véi” trabalhando no canto, os outros fazia tudo **até eu desse tamanhinho assim já comecei trabalhar**. Nove anos eu já ia levar almoço lá naquele fim de mundo, na cadeia, do rapaz que tava lá. (Grifo nosso)

Como a criança não detinha poder sobre o dinheiro recebido, esta situação deixava-os indecisos na compreensão se trabalhavam ou não. Seu lugar social no mundo do trabalho não era bem compreendido por aqueles que desempenhavam. No relato de Miguel, notamos que seu irmão mais velho trabalhava e que “nós”, o restante dos irmãos, não trabalhavam, no entanto, faziam os mandados desde muito pequenos. Ir da São Joaquim até o presídio do Monte Santo era uma longa viagem, função que era cumprida diariamente por Miguel, levando o almoço de alguém que estava com sua liberdade privada temporariamente. Não foi possível saber quem era que lá estava e que laço afetivo existia, no entanto, o fato demonstra o papel da criança como mão-de-obra, pronto para qualquer serviço e em todo momento.

É exatamente por essa condição, de trabalho e responsabilidade, que não observamos muitas crianças garatujando no Açude Novo na Figura 21. Com sol a pino, aquele flagrante deveria ser em um dia de semana. Nesses dias, a “molequeira” ganhava o mundo no cair da tarde, muitos após retornar da escola.

Mas não eram só as crianças das camadas mais humildes que eram capituladas para o trabalho. Pessoas de alguma posse também contavam com a ajuda dos filhos para as mais diversas atividades. Seu Severino Pereira (já falecido), que morava à Rua Melo Leitão e era comerciante, possuía uma bodega e foi uma referência naquelas cercanias: “Os leiteiros vinham e deixavam as cargas na calçada, de frente a bodega e iam fazer suas entregas, o pessoal com frutas também, era tipo uma distribuição de horti-fruti-granjeiro, tudo na calçada”, afirmou Francisco Pereira de Sousa, filho de seu Severino Pereira e que ajudou muito na lida da mercearia, como conta:

Eu comecei a trabalhar muito pequeno, com cinco anos. Assim, agente já começava a carregar tijolo. Eu trabalhava um turno e estudava no outro turno. Aqui agente não brincava não. Eu lembro que meu pai acordava a gente era de cinco horas da manhã. Eu ia varrer a venda, ia comprar o pão, que tinha Seu Eufrázio ali tinha, era dono da Panificadora Imperial, ele cedia pão para meu pai mais barato pra que ele vendesse no mermo preço pra que ficassem os dois pontos, ele distribuindo lá pra baixo e meu pai pr'aqui pra cima tudo. Eu ia buscar o pão, então agente começava a trabalhar cedo, não tinha esse negócio de menino ficar brincando nem, lembro muitas vezes que meu pai liberava já era cinco da tarde era assim já, agente ia jogar mais já escurecendo agente não via a bola direito.

A bodega de Seu Severino Pereira, segundo o relato do seu filho, era muito parecida com a réplica de venda do interior que existe atualmente no equipamento cenográfico “Sítio São João”¹⁸¹, bem sortida e cheia de coisa pendurada por todos os lugares. Na bodega se vendia quase tudo e, diferente de hoje em dia, muitos artigos eram vendidos “a granel” como temperos, óleo, querosene, manteiga, etc. Hoje há uma série de embalagens individualizadas, naquela época não. Pesos e medidas antiquíssimos eram praticados nessas bodegas como, por exemplo, a cuia: utilizada como medida para farinha e grãos; o litro: não a hoje convencional medida para líquidos e sim uma forma de medir frutas e outros, em latas de ferro.

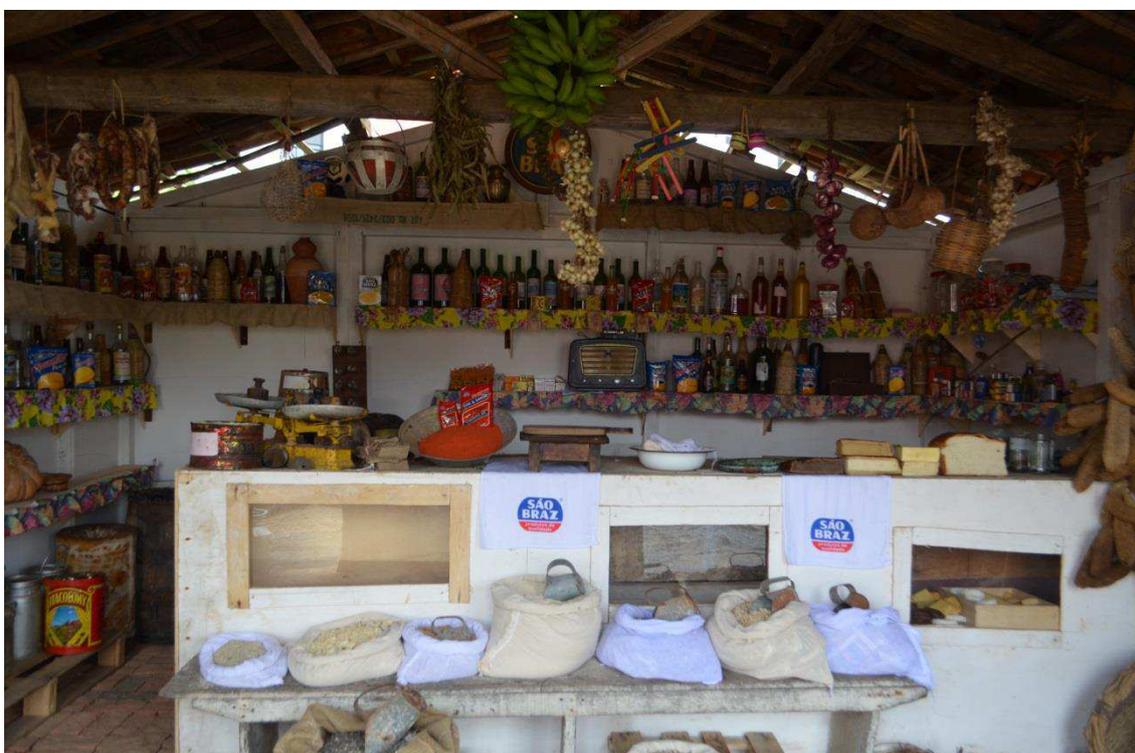


Figura 30 – A bodega do Sítio São João, período junino de 2014.

Fonte: O autor.

¹⁸¹ O Sítio São João é um rico complexo cenográfico da cultura regional nordestina localizado em Campina Grande-PB. Como diz o próprio nome, o lugar reproduz um ambiente rural contendo uma série de elementos como a casa de taipa, com fogão à lenha, curral, milharal, porteiras de madeira, um engenho com mais de 200 anos, e mais dois com tração animal, além de um banguê. Também compõe o cenário uma casa de farinha, a capela, **bodega**, depósito de mangaios, difusora, foto-mochila, tipografia, um carro-de-boi, salão de festas e muito mais. A criação, cenografia e direção técnica ficam a cargo do ativista cultural, poeta, ator e pesquisador do cangaço João Dantas.

As bodegas são miniaturas das feiras e dos mercados, carne defumada, fumo de rolo, piaba nos cordões, banha de porco, brilhantina, toda sorte de bolos, doces (como o quebra-queixo) e queijos. Feijão de corda, feijão guandu, fava, farinha, carnes e linguiça pendurados em varais, etc. A soma de todos esses artigos davam às bodegas um aroma peculiar, um cheiro diferente, a fusão desses aromas são dispositivos de memória interessantíssimos, ao visitar a réplica de bodega do Sítio São João, notávamos o saudosismo e o gosto daquelas pessoas mais longevas que sabiam da importância deste espaço comercial que também era o lugar de sociabilidade da rua. Muitas pessoas chegavam em tom de brincadeira e perguntavam: Aí tem bucha pra lavar o espinhaço? Tem pedra pra lavar os pés? Tem moringa? Uma senhora moradora de Recife-PE pediu e levou do acervo da bodega uma semente de Jatobá¹⁸². Tudo isso dá uma ideia geral da relevância existente da bodega para toda uma geração.

Na bodega nunca faltava boa conversa e também nunca faltava bebida. Aguardente de toda ordem que vinha do brejo em lombos de burro, garrafas expostas em prateleiras. Na Rua São Joaquim existia duas bodegas, não tão sortidas como essa da fotografia, eram mais modestas. A primeira era a bodega de Seu Atarriel¹⁸³, que vendia: “[...] pão, refresco, banana, essas coisas, era pequenininha mesmo, era uma quitanda mesmo, não era uma mercearia de ter muita coisa não”. E tinha a mercearia do pai de Atarriel, um senhor chamado seu Sátiro¹⁸⁴, vendia coisas de primeira necessidade, mas muito pouca coisa. Além dessas, existia a kitanda de Manoel Felipe, que vendia frutas. Entretanto, esses comércios eram modestos e pequenos, não possuindo um grau aglutinador de moradores, não possibilitando uma sociabilidade maior dos habitantes da São Joaquim, assim como ocorre em outros lugares e como ocorreu com a mercearia de Seu Severino Pereira, na Rua Melo Leitão. Tanto que onde havia as reuniões, o lugar de sociabilidade da São Joaquim era a sede do Grêmio Esporte Clube.

A experiência do trabalho era visceral no cotidiano de todas as gerações das famílias pobres da Rua São Joaquim. Os jovens, assim como as crianças, também

¹⁸² *Hymenaea courbaril*. O jatobá é uma árvore nativa do Brasil, conhecida também como jataí. Ela é encontrada em vários estados do país, da Amazônia ao Paraná e possui poderes medicinais diversos. Com informações do portal G1/Globo Rural.

¹⁸³ Todos os entrevistados narraram-no como Tarrié, Atarrié, Tarriel, imaginamos que o nome correto deva ser Atarriel (não se sabe o sobrenome).

¹⁸⁴ Assim como o nome Atarriel, os entrevistados denominaram o seu pai de seu Sátí, Sátó, imaginamos ser seu Sátiro.

trabalhavam, alguns estudavam, e bem cedo ocupavam alguns cargos. Foi assim com a Sra. Maria das Neves Leite que após perder o pai e ter nove irmãos para criar, conseguiu um emprego informal no Hospital Dom Pedro I e com doze anos de idade teve sua primeira experiência:

[...] nesse tempo eu já trabalhava no Pedro I, comecei lá com doze anos de idade, sabe como eu trabalhei lá? Tinha um compadre de mãe que trabalhava lá e viu a situação dela e depois que ela ficou viúva a mais velha era eu que tinha 12 anos de idade. Comecei a trabalhar lá, quando chegava a fiscalização ele me escondia.

Maria das Neves foi uma das poucas mulheres que não se tornaram domésticas e no senso realizado pela COMDECA (1972) está inscrita com a profissão de “Serviço de Enfermagem”. Em sua maioria, as mulheres trabalhavam como domésticas, assim como Dona Inácia, Dona Honorina e tantas outras mães que lutavam pelo seu sustento, muitas vezes criando os filhos alheios para conseguir a proeza de alimentar os seus próprios filhos em casa. Trajetórias indigestas para mulheres fortes que viviam para o trabalho e para os filhos. Dona Inácia¹⁸⁵ nos narrou o seguinte: “O pai de vocês morreu eu fui criar nove filhos, lavando nas casas, trabalhava de noite, chegava em casa não podia ir dormir, ia lavar roupa, engomar e entregar”. Lavar e engomar “de ganho” era a prática da maioria daquelas mães de família, moradoras da São Joaquim. Luiz Gonzaga da Silva¹⁸⁶, de 65 anos, nos faz compreender melhor:

[...] as mulheres trabalhavam em casa de família, não tinha esse negócio de dizer que era diarista. As que não trabalhavam em casa de família, era lavadeira de roupa, engomava de ganho, feito Luzia de Peba, Maria Preta, Maria de Eurico trabalhou de empregada, criou quase todos os filhos de Zélia Cunha Lima, num sabe, foi ela quem criou quase todos os seus filhos trabalhando como doméstica.

Já os homens, Luiz Gonzaga fala um pouco sobre seus ofícios:

¹⁸⁵ Em uma oficina de memória em sua residência, em Catolé de Boa Vista, com a presença de seus filhos João Bosco Leite, Francisco de Assis Leite Lima e Maria das Neves Leite no dia 21 de setembro de 2013.

¹⁸⁶ Entrevista concedida em 15 de fevereiro de 2014.

Servente de pedreiro, pedreiro, tinha seu Antônio que tinha sua carrocinha de burro que pegava frete de madeira para o pessoal que trabalhava lá. [...] Tinha pessoas que trabalhavam de motorista de taxi, tinha Edmundo que era mecânico, tinha Djalma que trabalhou de porteiro na AABB [...] Chimba trabalhou no banco, esse ainda vende pneu na João Suassuna esquina com o posto Presidente, Sabará é jogador, Raimundo era garçon, Pedro Pascoal hoje é professor... Netinho hoje tem oficina no distrito, negócio de soldar roda de alumínio...

Havia as pessoas que trabalhavam nas várias casas do comércio, os trabalhadores que tinham ofício definido e aqueles que faziam todo tipo de serviço, sobretudo no trabalho como carregador. Miguel Martins dos Santos nos ajuda a compreender: “Uma maior parte trabalhava por conta, outros trabalhavam de empregados, outras trabalhavam lavando roupas em casa, trabalhavam em casa de família a maior parte de lá era assim”.

Sobre sua vida e de seu irmão, Miguel nos narrou o seguinte:

Em parte, pelo menos a gente tinha uma relação boa, todo mundo confiava na gente bem e mal o mais velho saiu foi trabalhar com um senhor protético seu João Morais terminou aprendendo a profissão ensinou a outro irmão que eu tenho. Terminou indo pra Sousa chamado pra trabalhar porque ele trabalhava muito bem em prótese. Terminou indo pra Sousa trabalhar com dentista de lá passou um bocado de tempo lá até falecer lá em Sousa. A convivência ali na São Joaquim era boa demais. A gente mesmo não tinha o que dizer da rua São Joaquim e do pessoal que convivia com eles lá esse pessoal rico que não tinha esse negocio, que confiava na gente que a gente fazia tudo pra eles. Eu e esse meu irmão mais velho. Graças a Deus nós fomos criados ali tinha uns caba meio errado que fumava maconha e de vez em quando chamava a gente e eu dizia não quero não e dizia pega “neguim” pra tu ver como é bom, e eu dizia não, quero não.

O consumo de entorpecentes existia e segundo Assis, Miguel, João Bosco e Gonzaga, era mais frequente no São José e na Rua das Imbiras. “Agente nunca usou essas coisas” afirmou categoricamente João Bosco. Havia um cidadão que vendia maconha, vez por outra ele ia a São Joaquim. Gonzaga narra que: “ele era filho do

jornalista Fulano¹⁸⁷, fumava que só ele e quando ele chegava todo mundo sabia, porque ele chamava Nego Roberto de Cuquita: – Cuquíta... A gente já sabia que era ele”.

Seu Manoel Ermínio Galda¹⁸⁸, que mora nas proximidades da São Joaquim, já no bairro da Prata, lembra de alguns desses trabalhadores: “Tinha Tião, que trabalhava fabricando chave, abria cofre, abria fechadura, abria tudo, era chaveiro” esse, segundo Luiz Gonzaga da Silva, teve onze filhos: “hoje onde você encontrar um chaveiro em Campina Grande, pode perguntar que é filho de Tião”. “Mariano carregava feira, só queria saber de carregar feira e beber cachaça. Palito já botava água, botava água nas casa tudo daqui e num dava vencimento não, botava água na casa de muita gente” nos explicou Seu Manoel Ermínio.

Francisco de Assis¹⁸⁹ fala sobre o trabalho disponível para os moradores da Rua São Joaquim:

Basicamente? Rapaz agente trabalhava na rua João Pessoa, outros eram pedreiros outros trabalhavam na rua João Pessoa, outros trabalhavam na Maciel Pinheiro. E ali a gente trabalhava arredor meu filho tinha muito canto pra trabalhar, a cidade desenvolvendo os serviços de lá do pessoal muitos eram de servente de pedreiro e de pedreiro não tinha outros serviços bom ali não visse. Outros eram sapateiros outros trabalhavam de eletricista, ajudante de bodegueiro, muita coisa, muita coisa.

E José de Arimatéia Lima comenta:

Uns trabalhavam de carro de mão, outro trabalhava na feira, outro carregava caminhão, outros carregavam saco de açúcar, cada um tinha que dá nó cego naquele tempo, tinha a praça de táxi de carro de mão, ali mermo na Rua João Pessoa, ali descendo da rua João Pessoa para a Índios Cariri, ali era só carro de mão, não existia taxi, ia trazer a feira, era só carro de mão, quer dizer ainda existia taxi: vemag, decavê, godine, voksvago, sei lá como é, decavê já era moderno.

¹⁸⁷ O referido jornalista é bem conhecido em Campina Grande, optamos por omitir o seu nome.

¹⁸⁸ Entrevista concedida em 03 de Abril de 2013.

¹⁸⁹ Francisco de Assis Leite Lima, o ‘Nêgo Assis’, em uma oficina de memória feita na residência de seu irmão João Bosco Leite Lima, o ‘Nêgo Bosco’ e de sua cunhada Neusa Silva no dia 07 de abril de 2013.

Nas primeiras horas da manhã, quem tinha seu carro de mão ou o jumento com as cangalhas, preparado para carga, seguia para a feira ou para a Rua João Pessoa, onde existiam os armazéns mais conhecidos da cidade. Seu Manoel nos narra algumas dessas casas comerciais: “B. Martins, Armazém Poty, Meireles, Sadi Ramos, Marcelino Irmão, dentre outras” onde uma parte dos moradores da São Joaquim eram empregados ou mesmo partiam dali com as cargas de clientes.

Podemos perceber que o trabalho informal compunha a realidade dos populares da cidade de Campina Grande, que na retórica oficial era a “Cidade do Trabalho”. Contudo, verificamos que a malha trabalhadora compunha a informalidade não se inserindo no trabalho formal nas indústrias que surgiam no contexto citadino nem no comércio, salvo algumas exceções. Os pobres frequentavam pouco a escola onde raramente concluíam as primeiras letras. Suas realidades sociais os conduziam ao mundo do trabalho precocemente o que requisitava o acesso e aprendizado das atividades ordeneiras de necessidade da base social da econômica. Desta forma, o aprendizado e repasse de atividades se dava pela prática e observação, como por exemplo, a manobra e condução do carro de mão com as feiras, o ofício de pedreiro que começava pelo ajudante de pedreiro, carpinteiro, jardineiro, chaveiro, dentre outros.

A fotografia a seguir (Figura 31) mostra uma das ruas comerciais mais intensas da cidade, a Rua João Pessoa. O flagrante foi feito na esquina com a Rua Siqueira Campos. Vemos na imagem a presença maciça de homens, nenhuma figura feminina sequer é visível, caminhões e caminhonetas carregam e descarregam produtos, não há calma, também não há um movimento frenético. Homens na esquina esquerda estão vestidos da mesma maneira, como uma espécie de farda, todos com chapéus. No momento discutiam algo, planejavam a próxima ação. Os gestos corporais sugerem estar recebendo instrução.



Figura 31 – Rua João Pessoa e seus armazéns no ano de 1957.

Fonte: Blog Retalhos Históricos de Campina Grande. Disponível em: <http://cgetalhos.blogspot.com.br/2010/01/ontem-e-hoje-rua-joao-pessoa.html#.VD13WRab0UF>. Acesso em 20 de maio de 2014.

Na esquina oposta, no lado direito da imagem, bem na calçada, homens já se comportam de maneira mais dispersa. Um fita o horizonte, outro encostado junto ao poste baixa a cabeça, outro caminha faceiro, com as mãos no bolso da calça, está pronto para atravessar a rua. Ambos recolhem atitude de repouso, de descanso. No alto, afixado na parede, uma placa em formato circular do refrigerante Coca Cola denuncia que aquele lugar deveria ser uma cantina. É possível ver alguém sentado à mesa em meio à escuridão da imagem.

Na sequência da calçada da cantina, defronte ao primeiro veículo, vê-se um carro de mão¹⁹⁰ estacionado a espera de uma carga. Frete mais acessível que as caminhonetas. É possível que seu dono seja o moço de boina, o baixinho de pele escura, repousando no meio-fio meio próximo ao carro de mão, observando atentamente a rua.

¹⁹⁰ Atualmente é comum denominar como carro de mão a carroça com um só pneu. Nesse período, o carro de mão é este veículo de madeira, com quatro rodas de madeira, uma direção e freio no pé.

Na sequência da calçada da cantina, no terceiro veículo, veem-se três trabalhadores descarregando um caminhão. O sujeito que está em cima do veículo, possivelmente o motorista e proprietário, o chofer¹⁹¹, está separando a carga e preparando-a. Possui pele clara, os dois que estão embaixo, dispostos ao carregamento, esperam ansiosos os pacotes, ambos possuem pele escura. Próximo à calçada esquerda, um caminhão recebe um reparo do lado do motorista, possivelmente pelo seu proprietário. Tratado de maneira zelosa, nem o preto e branco da fotografia é capaz de disfarçar o seu brilho, que é admirado por um passeante, imóvel diante daquela cena, repousando um dos braços para trás, deixando encostado junto ao corpo o que parece ser um blazer, ou seria um guarda-chuva? Sem pressa, atenciosamente observa. Pela distância entre ambos, talvez nenhuma palavra tenha sido trocada. Admirador e admirado permanecem mudos, concentrados cada um em seu mister.

Em primeiro plano, mais próximo da objetiva, um senhor conduz um carrinho de mão em forma de caixa. Certamente é um carro térmico, onde envolta a grossas camadas de isopor repousam dúzias e mais dúzias de picolé ou gelada, prontos para saciar a sede e o calor de mais um dia ensolarado. Com vestimenta grossa, o vendedor está preparado para o passeio em dia de sol. Sua caminhada não é intimidada pelo ato fotográfico, de fisionomia fechada e caminhada firme, desenvolve seu ofício. Algo digno de nota é a limpeza visível na imagem. Não se vê sujeira nas ruas, apesar de seu intenso comércio, contrapondo as sucessivas reclamações acerca de sujeira pela cidade existente nos jornais da época.

A presente fotografia teve a intenção de mostrar toda a largura da rua, porém não flagrou seus metros mais movimentados, com que intencionalidade? Onde estão os inúmeros trabalhadores anônimos que carregam e descarregam, que atravessam a cidade a pé ou mesmo empurrando uma carro de mão? Onde estão os operários narrados por nossos entrevistados?

Certa vez, Diane Arbus inferiu: “Sempre pensei em fotografia como uma maldade – e esse era um de seus pontos prediletos, para mim”(SONTAG, 2004. p. 23). Neste sentido, explica a autora, a maldade pode estar na busca de temas indecorosos, tabus, marginais; em nosso sentido, há uma maldade no falseamento do cenário desta

¹⁹¹ Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de Sousa em sua tese de doutoramento dedica um tópico aos choferes de Campina Grande dos idos de 1910 a 1920 (SOUSA, 2001).

Rua. Porque não retratar seus metros mais movimentados? Talvez entendamos a partir do lugar que a cidade almejava para si à época.

Dinâmica, pujante, a Campina Grande da década de 1950 buscava industrializar-se, vimos que seus intelectuais a discutiam e os jornais traziam um só caminho para seu desenvolvimento: a industrialização. Assim, mostrar uma cidade limpa, trabalhadeira, porém organizada, ordeira, era o grande objetivo. Lamentamos não saber quem é o fotógrafo, esta informação nos responderia algumas questões. A esquina da Rua João Pessoa com a Índios Cariris certamente é muito mais movimentada, ali está “a praça de táxi de carro de mão”¹⁹² e, provavelmente, a presença maior de populares. Dos carregadores, dos ajudantes, daqueles sujeitos que estavam pronto para todo tipo de serviço. Nesta seara, estariam trabalhadores da Rua São Joaquim e de outras áreas pobres da cidade.

Teria o fotógrafo a intenção de não mostrar estes trabalhadores? Suados, vestidos em desalinho, estes sujeitos ordinários (CERTEAU, 1994) demonstravam a pobreza que assolava grande parcela da população citadina. Há a intenção de demonstrar que Campina Grande é uma cidade dinâmica no trabalho, mas também que suas ruas são limpas e seus trabalhadores disciplinados. As lojas que vemos de imediato são especializadas em artigos não populares. Os pneus Firestone e Goodyear só interessavam aos proprietários de veículos ou a quem tinha seu trabalho associado ao uso de veículos, obviamente que em sua calçada, ainda sendo de esquina, não possui a mesma movimentação que outras de lojas com gêneros mais populares.

Parte dos trabalhadores eram carregadores de cargas de todas as formas, a fotografia seguinte (Figura 32) é emblemática. Está retratando a Rua Lino Gomes que compõe o balde do Açude Novo, entre as águas do Açude (não perceptíveis na imagem, porém no lado esquerdo) e os inúmeros Coqueiros de José (Zé) Rodrigues. Passagem entre o bairro do São José e o cento da cidade. Nela vemos várias pessoas no seu ir e vir, no cuidar de suas vidas, de suas coisas, dentre elas trabalhadores, carregadores em três modalidades distintas. No canto direito, em primeiro plano, vemos um clássico

¹⁹² Em sua infundável criatividade, os populares resignificam os valores sociais e imprimem suas próprias marcas. Ir a uma Praça de Taxi e consumir aquele serviço não era pra muitos. A própria condição imposta pela posse de um veículo já distingue socialmente aqueles trabalhadores. Vemos aqui a gestão de um espaço próprio (CERTEAU, 1994) onde os carregadores com seus carros de mão intitulam-se como taxistas. A praça de taxi de carro de mão é uma genialidade discursiva que inscreve e distingue esses trabalhadores dos demais carregadores. Informação dada por Teinha.

carro de mão, feito de madeira, montado em quatro rodas também de madeira, com uma corrente de ferro sendo responsável pelo tracionamento e uma direção que podia ser de madeira ou uma de algum veículo conseguido em uma sucata. O carregador está acompanhado de uma criança, que apoia sua mão esquerda no carrinho, podendo ser inclusive o seu filho, aprendendo os mistérios de como guiar aquele transporte. No sentido contrário a sua caminhada, três jumentos vem em sua direção, todos eles carregando uma quantidade de carga, sendo guiados pelo seu tangerino, o cidadão que está no último animal. Esta é outra prática recorrente no carregamento de bagagem.



Figura 32 – Paisagem, Rua Lino Gomes, o balde do Açude Novo em direção à Rua Treze de Maio.

Fonte: Álbum Recordação de Campina Grande – Paraíba – Brasil. Studio Carvalho.

No lado esquerdo da imagem vemos um senhor com um balaio na cabeça carregado de produtos, pronto para atravessar a via, com sentido aos Coqueiros de José Rodrigues. Ele, parado, observa algo que está próximo à objetiva, ou mesmo o ato fotográfico o freou. Neste caso, não poderia ser um veículo ou algo do tipo para que se tivesse que esperar, já que, mais à frente temos uma senhora que carrega um pacote

encostado ao seu ombro. Temos uma senhora amparando-se do sol com sua sombrinha e outros caminhantes.

Ocultos em várias das casas comerciais, operários da Rua São Joaquim tiveram certa rotatividade. Francisco de Assis afirma ter trabalhado:

Eu trabalhei ali com JP Soares ali na Rua João Pessoa ele vendia couro, negócio de sapato, broca essas coisas. Eu trabalhei ali na Venâncio Neiva em conserto de televisão, eu trabalhava com antena comum essas coisas. A gente vivia no centro, era muito bom visse.

Miguel Martins dos Santos e seu irmão Ruca trabalhavam na instalação e conserto de antena, como afirma Luiz Gonzaga:

Tinha Miguel que botava antena nas casas, naquela época existia o sinal da TV Tupi, aí você se localizava pela Pedra de Santo Antônio, quando era num canto baixo botava 6m, quando não era botava 9m, era uma mão de obra danada. Só pegava a TV Tupi mais pegava.

Já José de Arimatéia teve uma trajetória diferente, ele e outros cidadãos tinham suas astúcias para conseguir emprego. Teinha, como é mais conhecido, nos narra que sua habilidade no futebol lhe credenciou para ser empregado por muito tempo em uma empresa de venda de eletrodomésticos, a Socic:

Eu trabalhei na Socic um bocado de tempo, jogava no time da Socic e trabalhava na Socic, loja de eletrodomésticos, na rua João Pessoa. Tinha em João Pessoa, tinha em Caruaru e tinha em Recife, eu sei que trabalhei lá porque eu jogava uma bolinha naquele tempo aí a Socic tinha um time da Socic bom, aí tinha que ir pra Recife jogar no time, **aí arrumei um emprego pra não fazer nada**, arrumei um emprego pra não fazer nada visse? As vezes pra ajudar, pra treinar e jogar. Era Simonal, era eu, era Lulu, era um bocado de cara pra jogar lá, **era um emprego que tinha só por causa do futebol**, aí assinava a carteira.

Há como imaginar nos dias atuais uma empresa contratar um funcionário e assinar sua carteira só por suas habilidades com o futebol? Foi exatamente o que ocorreu com Teinha, jogador destacado do Grêmio Esporte Clube – que era o time e um

dos orgulhos da Rua São Joaquim do qual vamos falar posteriormente – que andou por outros clubes. Essa prática era relativamente comum até o início da década de 1990. Segundo informações de Paulo Roberto de Oliveira, 55 anos, no comércio de Campina Grande havia várias lojas que tinha em seus quadros dois ou três funcionários que eram dedicados só aos times de futebol e futsal da empresa, recebendo salário e com carteira assinada só para jogar.

O irmão de Teinha, o Francisco de Assis, também jogador, jogou em outros times, inclusive fazendo parte do quadro reserva do Campinense Clube no ano de seu tetracampeonato paraibano (em 1963), jogando também em times do interior de Pernambuco e de cidades paraibanas como Solânea. Apesar do sucesso, o futebol da época não possuía boa remuneração, um gerente de uma loja como a Socic ganhava muito mais que um jogador de time profissional. Quem se deu bem nesse momento foi Teinha, que além de ser contratado como funcionário (mas só para jogar!), ainda tinha sua carteira assinada, o que não ocorria com jogadores de times profissionais.

TABELA VI

Moradores da Rua São Joaquim sem profissão e emprego

PROFISSÃO	Número de moradores
Não tem	171
Biscateiro	07
Braçal	04
Prostituta	04
Pedinte	01
TOTAL	183

Baseado em informações do Quadro IX do Plano de erradicação de favelas (COMDECA, 1972).

Socic é a Sociedade Comercial Irmãs Claudino S/A que surgiu em 1929 e administra as lojas com a chancela Armazém Paraíba nos estados do Amazonas, Pará, Tocantins e São Luís (MA) e arredores¹⁹³ e em seu portal na internet, tivemos conhecimento que a empresa organizou recentemente a Copa Paraíba (uma alusão ao nome da loja Armazém Paraíba e à Copa do Mundo no Brasil de 2014) com torneio

¹⁹³ Com informações do portal Socic, disponível em <http://socic.com.br/2012/o-sucesso-do-empendedorismo.9.22>. Acesso em: 10 de setembro de 2014.

feminino e masculino. Segundo Teinha, ele jogou pelo time da Socic em várias cidades, como na capital pernambucana e no senso da COMDECA (1972), há inscrito na Rua São Joaquim uma pessoa com a profissão de jogador, este era exatamente o Teinha.

O futebol usado como tática (CERTEAU, 1994) para a conquista de um emprego, realidade que não pode ser compreendida para os demais habitantes da Rua São Joaquim, principalmente os muitos habitantes que não possuíam um ofício definido e também não tinham formação para tal, como mais de 50% dos habitantes da São Joaquim que assumiram não ter profissão, como podemos observar na tabela anterior (Tabela I)

Dos 324 moradores, a grande maioria não possuía emprego e sequer se enquadrava em uma profissão. A quem não se enquadrava, é comum que informe ser da categoria Biscateiro ou Braçal, mas no referido caso os que não possuem profissão ocupam a maioria da população da São Joaquim. Chamamos atenção a existência de quatro prostitutas no senso, que segundo Assis: “deve ser as neguinhas dos corrimboque essas que tá falando aí”, que saciavam os prazeres de muitos jovens da rua e moravam nas proximidades da sede do Grêmio: “Tinha mulher pra gente sair pra gente tomar, pra ir pra ‘casa do poico’, mas pra gente sair pra gente dizer que tinha casa de recurso, (na São Joaquim) tinha não”, afirmou Assis, ao mesmo tempo em que cartografou as principais áreas de cabarés da cidade:

Tinha a Índios Cariris, as Boninas, tinha pra o mêi da feira, o cabaré da feira (na Manoel Pereira de Araújo) [...] Nas Boninas tinha as moreninhas tinha muita coisa na rua das Buninas [...] tinha umas moreninhas que a gente saía [...] O Eldorado eu não convivi muito com o Eldorado não visse. Se eu fui no Eldorado foi uma vez só, e agente era novo né?

Seu Manoel Galda entende que a falta de emprego para essas pessoas advinha da falta de instrução: “Esse povo que não tinha emprego vivia de prestar atenção a um carro, levar pacote de fulano, dar um recado, qualquer coisa. Você dava um real a ele e pronto!”. Percebe-se o valor de um favor como esse. Francisco Pereira tem a mesma linha de raciocínio: “A ausência do letramento era o que mais dificultava o ingresso em empregos melhores, por isso ocupavam assim, o subemprego”.

4.2. Divertimento, Sociabilidades e religiosidades dos moradores da Rua São Joaquim.



Figura 33 – Altar e parede de casa com imagens de santos.

Fonte: COMDECA, 1972.

A religiosidade dos moradores da Rua São Joaquim estava estruturada em torno dos santos de devoção. Apesar de se ter como patrono o São Joaquim, não resgatamos nenhuma festividade específica em torno deste santo que segundo o catolicismo é o pai da virgem Maria. Os altares nas casas eram raros, muitas vezes o que serviam de altares particulares, mediante as condições existentes, era consubstanciado em uma das paredes da sala, quase sempre a principal, através dos quadros de santos e personalidades religiosas, que se misturavam com as imagens (únicas) da família. A fotografia anterior (Figura 33) evidencia um altar em uma das residências a serem erradicadas¹⁹⁴.

¹⁹⁴ Ao ilustrar o Relatório, a COMDECA não denominou onde seriam essas imagens. De característica semelhante, elas podem ser de qualquer uma das 9 áreas a serem erradicadas.

É perceptível que a parede foi recoberta com uma espécie de plástico, para evitar a umidade nos quadros e embelezar a parede. No pequeno altar, uma estátua do Padre Cícero Romão Batista junto à fotografia de Frei Damião de Bozzano e mais outro santo que não é possível enxergar. Dois jarros com flores que aí estão há pelo menos 2 dias, estão murchando, uma caixa de creme dental Colgate é utilizada como candelabro, ao seu lado, uma concha de algum caramujo, recolhida em algum lugar, como curiosidade, enfeita o cenário. Na parede, diversos quadros exibindo Jesus Cristo, Frei Damião e uma série de altares de igreja. Nos quadros ovais, provavelmente, estão as imagens da família, colorizadas artificialmente, que não nos é possível distinguir pela sombra produzida no ato fotográfico.

Os habitantes da Rua São Joaquim frequentavam a Igreja da Guia e também a Igreja do Rosário, além do Mosteiro das Clarissas. Mas a igreja com maior assiduidade era a do Rosário, que possuía um caráter mais popular. “Na Igreja da Guia, o povo vivia mais alinhado, e você sabe que o pobre ele mermo se afasta não é?”, afirmou Luiz Gonzaga.

O cotidiano da infância na São Joaquim é também possível de se entender a partir da questão religiosa. Segundo Assis:

E a infância da gente ali foi essa ai pra trabalhar e estudar, né. Depois que a gente saiu, a gente estudou ali naquele grupo do Rosário, como era o nome daquele Padre Bosco? Ô Padre escroto! ele pegava na orelha da gente demais visse velho. Era, ele pagava demais na orelha da gente. A gente estudou ali naquele grupo do Rosário. Muita gente saiu pra estudar fora, muitos estudaram no Estadual.

Muitos conseguiram estudar, no entanto, esse estudo não tinha vida longa. A necessidade do trabalho impunha uma vida mais dura, onde o estudo não era valorizado.

Outro templo visitado era o Mosteiro das Clarissas:

[...] e a gente ia pro Rosário e a gente convivia também nas Clarissas também com as irmãs, sabe. Mas a gente vivia mais, a gente vivia mais... já visse falar no Instituto Pax? não? que é o Palácio do Bispo, a gente viveu muito ali porque as irmãs ali dava muita aula de catecismo a gente, essas coisas sabe? A gente conviveu mais no Instituto Pax do que nas Clarissa lá em cima. Nas Clarissa a gente ia mais atrás de hóstia (risos), ia atrás de hóstia ou não? (risos) e que ela é feita de

massa, né, e não corta né e fica aqueles retalhos dela tudim, a gente ia buscar aquilo pra comer, a gente gostava muito daquilo dos retalhos de hóstia.

Ir buscar retalhos de óstia para matar a fome era também uma prática corriqueira para as crianças da São Joaquim. João Bosco confirmou e ainda afirmou: “Quando era molhada, a gente torrava no óleo; Assis: – aquilo ali dava um rango não era? Era, era difícil meu filho...”. A Igreja do Rosário era a preferida para as missas, o Mosteiro das Clarissas para pegar os retalhos de óstia, ofertado pelas irmãs e o Instituto Pax para as aulas de catecismo.

Esse aproveitamento marginal, residual, demonstra as contradições existentes na Campina Grande que se industrializava no início da década de 1960. A fala a seguir, de Francisco de Assis é representativa nesse sentido: “Campina Grande era o seguinte: quem era rico comia bem e quem era pobre comia mal. Pronto, a história é essa!” é perceptível a existência de várias cidades dentro da mesma urbe, uma cidade sonhadora e que se estruturava buscando um futuro e uma cidade esquecida pelos poderes públicos.

A maneira pode até ser grosseira, mas Assis nos faz compreender a falta de infraestrutura em zonas que não são tão periféricas assim. Antes, chamavam a Rua Melo Leitão de “Rua da Lama”, porque não era calçada, como ela passou a ser uma via importante de passagem entre bairros, recebeu infraestrutura e a Rua da Lama virou a São Joaquim, para onde carreava desejos e toda sorte de esgotos, passando defronte à Rua em riacho, seguindo com destino o Açude Novo:

Meu amigo, aquela rua de Seu Eufrasio, eu me lembro como hoje, era terra, barro vermelho. No canto passava os “toletão” assim, não sabe? Os toletão desciam assim (gestos) os carros passavam por cima assim e “apragatava” aquele negócio no meio da rua. Era uma fedentina, uma catinga... Depois quando calçou, ai que fizeram o meio fio, ai foi que “o bicho” corria no meio fiozinho, ai que foi melhorando.

Nessa época, na ótica de Assis, Campina Grande não possuía estrutura nenhuma, pelo menos na área que ele morava. Falando ainda sobre as contradições existentes na cidade, Assis nos narra:

[...] os ricos, os ricos que eram ricos, viviam bem. Bosco tinha uma amizade com o filho daquele cara.... Arakem. Esse Arakem era um dos caras muito rico aqui em Campina Grande, tinha aqueles carro bonito... seu Arakem era um cara que tinha umas “possesinhas” e a família dele era rica e ele era rico na época e a gente vivia mal. Ele chegava em casa de meio dia, onze oras, pro almoço, eles almoçava. Eles almoçava, que quando ele almoçava que eles iam embora, os ratos faziam a festa não é véi? os ratos eram a gente que invadia a casa dele pra comer não era? A gente era criado com os filhos dele e não podia dizer nada que a gente entrava pra comer... eu me lembro como hoje, quando ele almoçava que ia pra feira com aqueles balaietes (Sic) e aqueles troços dizia: ei fila da puta vem ajudar a colocar esses troços que não é pra vocês comer mermo [risos] não é pra vocês comer mesmo. Na frente das Clarisses, na frente mesmo, hoje tem uma igreja de evangélicos, na frente das Clarisse ali, que tem aquela igreja, aquele troço lá dos mormos, lá tinha uma fazenda chamada Alvino Pimentel, tinha uma fazenda chamada de Alvino Pimentel e essa fazenda tinha um bueira que saia no Açude Novo que dava pra dentro da fazenda dele onde a água corria por dentro do bueiro e ele lá tinha coco, cana de açúcar, tinha goiaba, banana, laranja dentro desse sitio dele. Tinha vaca lambida muito grande que os peitos chegavam no chão e tinha dois cachorros na época, não era pastor alemão a gente chamava de cachorro policial aqueles bem peludos. A gente saia de dentro do açude, pulava dentro do açude e passava dentro da bueira pra sair por debaixo, saia lá dentro da fazenda dele que lá era descoberta uma parte, não era? Quando chegava lá tava os cachorros com a boca assim e a gente ia fazer o que? A gente ia atrás de comer, chupar cana de açúcar, coco, coco seco a gente levava peixe, esses peixezinhos que a gente pegava no açude a gente sacudia e os cachorros: “chêgue”. Ai uma vez o véi chegou, o pai dele tava ai não sei se o pai desse rapaz tava, tava eu Bosco, Teinha, tava a turma da porra tudo comendo coco lá, chupando cana de açúcar lá, tomando água de coco, os cachorros no colo da gente a gente alisando os cachorros dele ele chegou perto da gente e disse: olhe não quero mais, a fazenda é com vocês. Deu pra gente, deu de mãos dadas a gente. Ai a gente fez a festa ele não ia mais a trás da gente tava comendo a piaba com sal não ia mais atrás ai a gente ficou na fazenda (Questionei: enganaram esses cachorros com piabas meladas no sal?), sim, peixe sequinho com sal dava a eles, pros cachorros. E eles não deixavam a gente entrar não, os cachorros não deixavam a gente entrar não meu amigo. Deixa Bosco? Ai depois que os cachorros ficaram amigos da gente que a gente acabou com a valentia dos cachorros ai pronto. Era três cachorros que ele tinha agora é com vocês a fazenda a gente levava açúcar meu amigo a gente tomava leite do peito da vaca assim nos canecos. Era desse jeitinho meu filho.

Neste cenário de negação da dignidade humana, no qual a fome e o fedor se misturavam, os moradores da São Joaquim buscavam com voracidade e criatividade a sua sobrevivência mediante toda a ausência de infraestrutura urbana. A própria disposição da Rua é reflexo da inventividade, pois a São Joaquim foi concebida

respeitando a topografia do ambiente, não buscando as curvas de nível, mas sim crescendo considerando o declive topográfico de uma das calhas naturais que deságua no Açude Novo, portanto, a rua era levemente ondulada, em ladeira. Não está enquadrada a nenhuma quadra ou lote, ela é solta na área de expansão do Açude¹⁹⁵. Transpassava os atuais Shopping Center Campina Grande e a Câmara Municipal de Campina Grande, se avizinhandando com a Rua Lino Gomes da Silva e com a Rua Siqueira Campos.

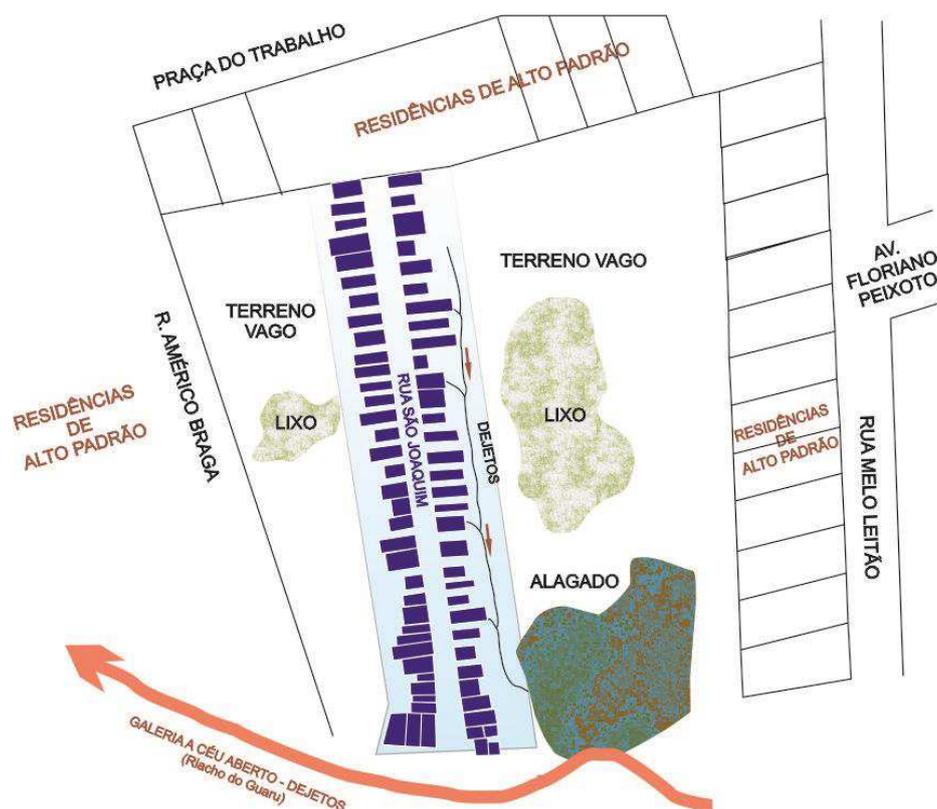


Figura 34 – Desenho esquemático a partir da planta da Rua São Joaquim e arredores (feito pelo autor).

Fonte: COMDECA, 1972.

A Rua tinha um escoamento de dejetos correndo a céu aberto por trás das casas, até chegar em um riacho (o Riacho do Guarú) que cruzava a entrada da Rua e desembocava no Açude Novo. Das 76 casas, só 13 possuíam fossa comum, todas as demais o despejo era ao ar livre. A quantidade de banheiros era equivalente a 0,19 por residência (COMDECA, 1972).

¹⁹⁵ De maneira controversa, veremos adiante que no processo de desapropriação, a fim de receber impostos cobrados aos despejados, a PMCG atribuiu ao lugar um determinado lote, mesmo que ele não faça parte da malha urbana descrita em mapas e plantas da cidade na época.

TABELA VII
Condição de construção das paredes de casas na Rua São Joaquim

MATERIAL DAS PAREDES	Área 1 – São Joaquim
Alvenaria	04
Taipa	72
Madeira	-
TOTAL	76

Baseado em informações do Quadro XIV do Plano de erradicação de favelas (COMDECA, 1972).

As casas eram em sua maioria de taipa. Na memória dos antigos moradores, não havia casas de alvenaria, no entanto, segundo a pesquisa feita pela COMDECA existia sim, conforme podemos observar na Tabela II.

Indagados com relação ao exposto, os antigos moradores foram enfáticos ao negar a existência de casas de alvenaria. Entretanto, fizeram considerações interessantes sobre suas construções, perceptível na fala de Assis¹⁹⁶:

As casa de taipa da gente era assim, cada inverno ela se enfiava dentro do chão e elas iam baixando mesmo [...] Vou dizer uma história a você, a casa de taipa bem baixinha você pegava no telhado com a mão, a gente rebocava a parede pintava todinho, não era Bosco? Dava um calzinho e tudo, vou contar uma história pra tu visse véi, não caía uma gota d'água dentro não, caía Bosco? Não caía uma gota d'água dentro não [...] chão de barro...

A fala era confirmada por seu irmão, João Bosco, que respondia: “Era bom demais! [...] o chão de barro batido. Hoje é de alvenaria e tudo e cai água em todo canto!”. Apesar da simplicidade de tais residências, elas proporcionavam conforto. É neste território onde se desdobram e se repetem dia a dia os gestos elementares das “artes de fazer” (CERTEAU, 1994). A casa é o lugar em que se sente em paz, lugar próprio por definição, o seu lugar e que não é o lugar de outrem (idem).

Ser confeccionada em taipa acelera o processo do “habite-se”, em algumas horas a residência já está com sua coberta pronta. Matéria prima para sua construção existia

¹⁹⁶ Francisco de Assis Leite Lima, o ‘Nêgo Assis’, em uma oficina de memória feita na residência de seu irmão João Bosco Leite Lima, o ‘Nêgo Bosco’ e de sua cunhada Neusa Silva no dia 07 de abril de 2013.

aos montes naquelas cercanias do Açude Novo, era recolher a madeira e a argila existente nas cercanias e contar com a colaboração de todos, uma mão de obra coletiva que exigia inteligência e perspicácia.

Para a construção da armação de madeira, se fazia necessário analisar o terreno e prever o quanto o inverno poderia trazer e levar os enxurros, não calculando corretamente, principalmente se o terreno era rico em argila e vulnerável, no primeiro inverno a casa pode afundar entre 30 e 50cm. Para tanto, havia os artífices que eram os engenheiros das casas de taipa que colhiam informações dos mais antigos a respeito da intensidade do inverno e do comportamento das águas.



Figura 35 – Fundos de uma casa de taipa em uma das áreas a serem erradicadas.

Fonte: COMDECA, 1972.

Em uma espécie de gaiola feita de madeira, as paredes são preenchidas com o barro, formando a estrutura dessas residências. As especificidades das casas de taipa e a altura das casas tinham sentido prático: todos da casa (inclusive as crianças) poderiam

ajudar nos reparos das paredes, recompondo o barro quando necessário, o telhado baixo servia de depósito para os mais diversos fins, no espaço entre telhas, eram guardados cigarro, fósforo, papéis de natureza diversa, inclusive dinheiro. Além do mais, sendo a casa mais baixa, gastava-se menos matéria prima.

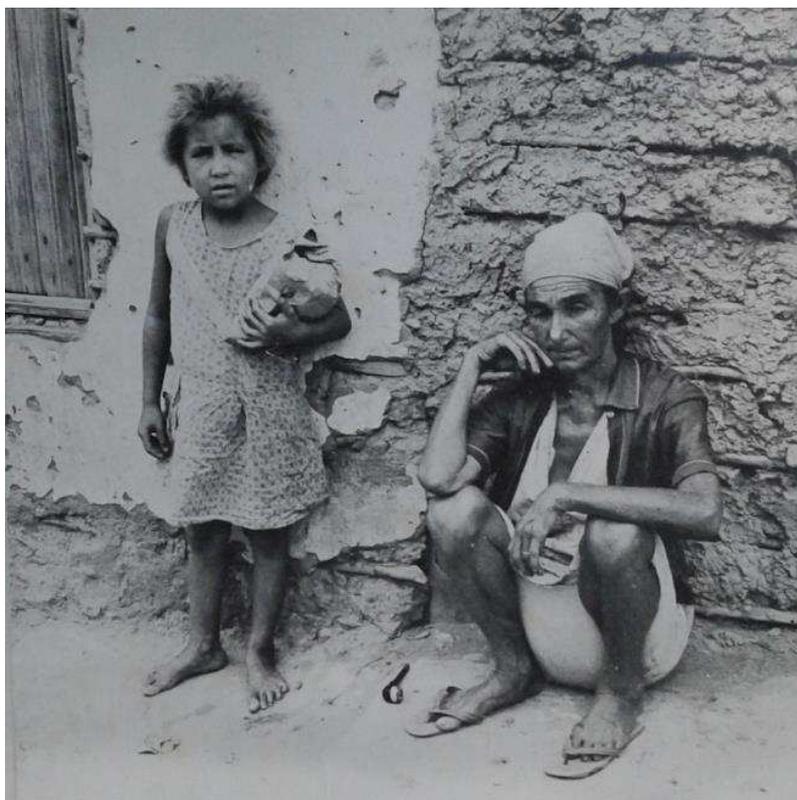


Figura 36 – Menina e senhora na frente de uma casa de taipa.

Fonte: COMDECA, 1972.

Na fotografia (Figura 36) observa-se provavelmente duas moradoras da residência em que estão à frente, a criança meio confusa, parece não saber o que está ocorrendo ou o motivo de ser fotografada, carrega no braço esquerdo algo enrolado em um pano. Seu rosto, braços, pernas e pés atestam a sujeira de talvez dias sem tomar banho, seu vestidinho de algodão talvez tenha sido de alguma irmã, pois é visível a tosca diminuição feita na costura da cintura, uma “pinça”. A senhora ao lado abandona o cachimbo em seu lado direito para a fotografia, estava fumando até ser incomodada pela equipe da COMDECA que fazia a pesquisa das áreas denominadas por eles de favelas. Sua fisionomia não é das melhores, faz pouco caso da fotografia. Segura

alguma coisa à mão, momento em que é visível uma aliança, demonstrando o compromisso existente com um companheiro. A frente da casa não foi reparada recentemente, seu reboco alisado está a cair, ficando evidente uma radiografia da estrutura da casa. A janela de madeira está fechada. A presente imagem ilustra a página do PEF em que traz dados das nove áreas a serem erradicadas a respeito da baixa existência de latrinas. O retrato parece querer evidenciar a sujeira e a falta de higiene, maximizando alguns aspectos.

Seriam esses embrulhos segurados por essas duas personagens algo dado de agrado pela equipe da COMDECA para a facilitação de dados para a pesquisa social?

Os 324 habitantes da Rua São Joaquim viviam em sintonia e harmonia, longe da estigmatização imposta pela vizinhança e até pelos jornais, ao denominá-la de “Ilha do Diabo”, nela, seus moradores se entendiam e se organizavam.

Os cidadãos da Rua São Joaquim teciam em seu cotidiano espacial a concepção de bairro, que para Mayol (2011, p. 39) é o lugar onde se manifesta um “engajamento” social ou, noutros termos: uma arte de conviver com parceiros (vizinhos, comerciantes) que estão ligados a você pelo fato concreto, mas essencial, da proximidade e da repetição. Ou mesmo concebiam a rua sob a concepção de *Comunidade* do Zygmunt Bauman: “Para começar, a comunidade é um lugar “cálido”, um lugar confortável e aconchegante. É como um teto sob o qual nos abrigamos da chuva pesada, como uma lareira diante da qual esquentamos as mãos num dia gelado”. (2003, p. 7). Percebe-se isso na fala do morador Miguel¹⁹⁷, quando, ao falar sobre a Rua São Joaquim, afirma: [...] eram umas cinquenta casas, vinte e cinco de um lado e vinte e cinco do outro e tudo conhecido rapaz não tinha ninguém de fora [...]. Ou como afirmou Assis¹⁹⁸: “Mais rapaz a Rua São Joaquim pra gente ali eu vou dizer viu foi tudo visse, foi nossa infância nossa vida [...] a gente aprendeu tudo o que tinha na vida ali”. “Uma rua pequena mas que criou muita coisa bacana [...] ali era mil maravilhas...”, afirmou José de Arimatéia¹⁹⁹.

¹⁹⁷ Miguel Martins dos Santos, jogador do Grêmio e conhecido também como “Guel”. Entrevista concedida em 04 de abril de 2013.

¹⁹⁸ Francisco de Assis Leite Lima, também jogador do Grêmio. Entrevista concedida em 07 de abril de 2013.

¹⁹⁹ José de Arimatéia Lima, conhecido como “Téinha”. Também jogou no Grêmio. Entrevista concedida no dia 12 de maio de 2013.

Nessa comunidade: “podemos relaxar – estamos seguros, não há perigos ocultos em cantos escuros [...] nunca somos estranhos entre nós” (Op. Cit. p.7-8) pois a rua, segundo Assis: “[...] ela entrava em baixo e não saía em cima não, não tinha saída não [...] era um beco sem saída, era sim senhor não tinha saída não, com um tempo depois a gente fez um beco²⁰⁰ pra a gente sair lá na Américo Braga, mas não tinha saída não”. Esse aspecto atendia ao conforto e aconchego da comunidade, pois: “lá fora, na rua, toda sorte de perigo está à espreita; temos que estar alertas quando saímos, prestar atenção com quem falamos e a quem nos fala, estar de prontidão a cada minuto”, nos faz compreender Bauman sobre o conceito de Comunidade (2003, p. 7).

Eram muitos os moradores:

[...] Tinha muita gente que morava ali. Na esquina morava dona Luzia de Peba que era uma senhora que engomava e lavava, certo. Era muito conhecida ali na Rua São Joaquim. Depois veio seu, deixa eu ver se lembro, o nome dele, que era o dono da Bodega, seu Sato [sic], pronto foi quem primeiro colocou uma mercearia lá na São Joaquim. Ai depois vem os filhos dele Atarriel [sic] que botou a outra merceariuzinha pequena também botou. Com o tempo mais pra lá um pouquinho veio seu Eufrazio que já mudou a padaria já era na Siqueira Campos na esquina, tinha a São Joaquim e tinha a Siqueira Campos e seu Eufrazio botou a padaria ali.

As crianças eram um capítulo a parte e, afora os compromissos impostos, elas sempre estavam a garatujar:

A vida era uma maravilha, agente o dia todim dentro daquele Açude Novo, fazendo aqueles negócio que, juntava aquela pasta que tinha, juntava na outra aí fazia aquelas coisa com plástico aquele barco com o pau dentro, ia lá no meio pescar, aí levava, de vez enquanto levava um supapo da tartaruga, mas agente era muleque não tinha medo dela, uma tartaruga grande uma bichona grande com cento e poucos quilos, era pescar, jogar bola, atrás de banana nas cerca pulando os cercados que tinham por lá, banana, laranja, pulava os cercado pra tirar imbu, era mil maravilha, era jogar bola e ir pro campo do Treze “colar”, naquele esgoto que tinha no campo do Treze pq tinha aqueles

²⁰⁰ Chamado de “curral das éguas”, ficava ao lado da residência da mãe de “Galego Fuliado”, ela não gostava do codinome do beco.

esgoto pq quando a água vinha a tromba d'água... Pequenemim, passava no esgoto pra lá e pra cá, pra assistir o jogo do Treze.

A infância era um negócio muito filé. Hoje não pode andar, não pode dar um passo, é bala é tiro é facada, antigamente não existia isso, eu botava a bolsa a tira colo pra ir pro Forró da braúna, lá em Santa Rosa, ia de pé, ia voltava a pé, você não via nada. Hoje em dia é tudo na bala. Hoje não tem sossego.

Vemos com essa fala de Teinha, as astúcias das crianças, que ganhavam o mundo sempre atentos a levar algo para casa, mas aproveitando o ensejo para as brincadeiras, assegurando assim, a vivência do lúdico. Outra informação interessante é a existência de uma tartaruga no Açude Novo, pelo que Dona Inácia narrou, era grande: “o açude foi onde eu dava banho nos meus filhos lá. Tinha um cágado, um jabuti bem grande. Cágado é pequeno, era uma tartaruga. Ele (João Bosco) subia em cima e ia simbora com a tartaruga. Eu ia gritando com um cipó ai ele soltava ela (risos)”.

É interessante perceber as relações de poder impostas pelas crianças da São Joaquim com relação aos seus contemporâneos, os vizinhos do São José, etc, como percebemos na fala de Assis:

O açude foi minha infância todinha. Até 9 anos aprendi a nadar ali dentro a pescar ali dentro vivia ali dentro, minha mãe ia lavar roupa ali dentro do Açude Novo. A infância da gente era essa. E vamos dizer que quando os cabras do São José, filho de papai que chegava ali pra tomar um banho tinha que pagar a gente, não podia ir assim e invadir o açude da gente não. Era ali tinha uns gringos ali que chamavam que os meninos da Américo Braga, nera, esse cara que foi superintendente, delegado Dr. Paulo Feitosa aquele pessoal tudo foi dali de dentro dali [...] Varciles e Arquiteres eram dois irmãos que tinham ali. Eram alemães. Eles chegaram pra lá o pai deles era desses galegão brigão, sabe, e moravam naquele prédio ali no Açude Novo, no São José, num tem o prédio da esquina que tem a loteria em baixo (Edifício São Miguel, na Rua Lino Gomes) não era, ele morava naquele prédio. E pra eles tomar banho lá tinha que levar banana, laranja, manga, graviola e levava rapadura, pão, leite pra gente ou levava ou não tomava banho.

Vemos as táticas e as astúcias (CERTEAU, 1994) destes meninos que sobreviviam explorando seu ambiente e as possibilidades que estavam mais próximos, exercendo forte sentimento de pertencimento e também de apropriação do Açude Novo. Dona Neusa, esposa de João Bosco, comenta: “eram nove pra sustentar esse povo

todinho sem ter profissão. O pai dele (Assis) era cabeçeiro, sabe o que é? Era o cara que pegava em peso, descarregava carga na rua João Pessoa. Ai era tanto assim o salário”. Trabalhando muito e ganhando pouco, a pobreza era evidente pela dificuldade de manter um lar com nove filhos. Com a cabeça colaborando com o progresso da cidade do trabalho e não recebendo o suficiente para o sustento de sua família. Dona Neusa ainda nos diz:

João Bosco conta uma história, eles todos com fome. Aqueles calçãozinho começa a lavar e quando era daqui a pouco ele tava aqui, bem curto, ai ele com fome ia pra porta da padaria chegava assim ai os balconista soltava os pães por debaixo do balcão e dava com os pés. Ai eles entrava debaixo do balcão e pegava os pães.

“Esses pão de boia era muito filé”, afirma Teinha, completando a ideia, Assis informa: “Aí a coisa melhorou, o seguinte, a gente foi crescendo, não é? Fomos ser bolacheiro da padaria, trabalhando pra entregar pão na padaria Imperial ali no São José também a gente trabalhou ali também na entrega de pão”. O que significava para essas pessoas, receber o pão jogado com os pés... A inferioridade destes populares era confirmada diariamente pelos gestos desumanizantes e preconceitos dos moradores de classe média e alta da cidade. Situações recorrentes de humilhação eram experienciadas pelos campinenses chamados de favelados.

Eram várias as padarias nessa época, mais próximo da Rua São Joaquim existia a padaria Imperial, de Seu Eufrázio – que nutre “boa relação” com os moradores da Rua – Padaria do Gordo (Padaria Aliança, no São José); a padaria Potiguar, na Venâncio Neiva, próximo ao posto de saúde; a padaria Confiança, na Maciel Pinheiro; a padaria das Neves, na Praça da Bandeira, vizinho ao Alfredo Dantas. Para comprar pão:

As coisas era tão de confiança, como eu tava dizendo, de que não tinha gente ruim e, borá dizer, você tinha uma situação melhor ... eram uns sacos feitos de tecido bem alvinho com o nome da pessoa dentro do balaio, a gente chegava nas portas assim e ia pendurando ia deixando pendurando nas portas assim quando o cara se acordava pegava o pão e levava para dentro de casa. De madrugada a gente deixa nos portão.

Que contraste! A situação de entrega aos populares era pelos pés e a entrega aos bem sucedidos pelos próprios moradores envolvia um ritual diário bem convidativo, ao acordar o cliente já encontrava o seu saco de pão pendurado na porta. Que Campina é essa, que chuta pães para uns e entrega na porta de casa a outros?

Uma Campina de outrora, de práticas e algumas relações de confiança, de pouquíssimos roubos, onde um delegado era o suficiente para as práticas criminosas na cidade. Este aspecto é evidenciado por nossos narradores, que entendem a época como tranquila. Assis evidencia o fato de por o pão nos sacos de pano e ninguém ter a ousadia de levar, apesar de termos um sem número de habitantes que tinham fome mas não se utilizavam do expediente do roubo para saciar-se. Outras práticas foram também comuns a essa época, como a relação entre o proprietário do terreno em que estava a Rua São Joaquim e os moradores, alheio ao poder municipal.

O terreno ocupado pela rua pertencia a um senhor conhecido como Anízio Timótheo, que estabelecia determinados acordos financeiros com os moradores mais antigos, cobrando destes uma determinada quantia sem os auspícios da Prefeitura Municipal, que estava completamente alheia a estes acordos em solo urbano. Ou melhor, não seria esse aspecto mais um elemento para concluirmos que o Açude não era percebido como porção integrante da cidade? Tecnicamente era tratado como uma zona rural.

A Rua São Joaquim foi compreendida por seus moradores como um lugar confortável e aconchegante, uma *comunidade* (MAYOL, 2011) ou mesmo como um lugar de engajamento social, de sociabilidade com parceiros como um *bairro* (BAUMAM, 2003). Embora, para alguns moradores das cercanias enxergavam-na como um *beco*. Ao fazer uma abordagem sobre os becos de Porto Alegre, Sandra Pesavento caracteriza-os da seguinte maneira:

Nesse momento de fim de século, o beco foi identificado como o reduto das sociabilidades condenadas, era um espaço maldito da cidade, frequentado pelos “turbulentos” da urbe. A situação se definia tanto mais grave que tais espaços estigmatizados se achavam encravados no centro da cidade, que se encontrava em processo de renovação e saneamento, tanto técnico quanto moral (2001. p. 98)

O nosso estudo não permeia este corte temporal de início de século, porém, esta caracterização nos permite refletir sobre as aproximações, as permanências existentes entre a primeira grande transformação urbana (1930-45) e a segunda (1970-80), extinguir o beco foi algo intrínseco a estes movimentos urbanos, que transformou além dos becos, os cortiços e as ruas sinuosas em gigantescas avenidas (SOUSA, 2003).

Com a construção de todas as casas, a Rua São Joaquim tornou-se uma rua sem saída, tendo a sua abertura na porção onde hoje é o Saloon Bar e o seu fim na parede das casas que ficam de costas para a Rua Santa Clara. A imagem a seguir nos ajuda a compreender a área da São Joaquim nos dias atuais:



Figura 37 – Montagem da planta da Rua São Joaquim na imagem de satélite de seu lugar aproximado.

Fonte: Desenho da Planta (COMDECA, 1972) e imagem de satélite do Google Maps.

Francisco de Assis e João Bosco explicam:

[Assis] Era um beco sem saída, era sim senhor não tinha saída não. Com um tempo depois a gente fez um beco pra a gente sair lá na Américo Braga (o curral das éguas), mas não tinha saída não. E não faziam presepada lá não, [Bosco] É, não faziam não porque não tinha saída não [Assis] É porque não tinha por onde sair. [Bosco] É, e não tinha briga, nera Bosco? na rua.

Percebemos na fala dos irmãos Bosco e Assis que a condição da Rua ser fechada na parte de cima – encostada no muro de trás das casas que estavam com a frente para a Praça do Trabalho – os garantia a sensação de segurança, reforçando a ideia da comunidade. “Era conhecida como a rua do Peido arrojado”, nos narrou João Bosco. Esta Rua marcou a vida de inúmeras famílias de maneira direta ou indireta, Teinha faz o seguinte relato:

O que é que eu lembro, o que foi mais importante, era da convivência. O rico com o seu dinheiro, o pobre com o seu trocado, mais todo mundo vivia feliz. Na Rua São Joaquim era uma família, tinha uns bate boca, mais não existia: o cara tinha um revolver atirou no vizinho, o cara tinha uma faca furou o vizinho, não existia isso! Existia uns bebo que enchia a cara e fazia zuada aí o cara: hõmi ‘vá dormir’...

Miguel também fala sobre o princípio de confusão, exclamando como era bom morar naquele lugar:

a sensação de morar ali era bom porque era perto de tudo. Parecia uma família, o que eu lhe digo é isso. O pessoal da rua São Joaquim não existia briga, não existia isso, tinha de vez em quando, chegava pra lá apaziguava, não deixa isso pra lá ta querendo brigar por causa de menino isso não adianta eles brigam daqui a pouco tão juntos de novo. Era mesmo assim. Chegava lá no estante resolvia.

O clima de paz e tranquilidade era interrompido por alguns acontecimentos, como o caso do operário Odilon Gonçalves da Silva, de 30 anos, que surrou Salete Ferreira do Nascimento e foi preso na Delegacia de Costumes no dia 04 de fevereiro de 1973. A agressão se deveu a:

Afirma Odilon que chegou em casa para almoçar e antes de iniciar sua refeição ficou conversando com uma senhora sua vizinha. Isso fez com que Salete ficasse irritada e passasse a dizer coisa que “não devia”. Confessa que se viu obrigado a fazer a mulher calar, dando-lhe alguns murros e pontapés. Foi detido sem negar o que aconteceu. Bateu na mulher porque mereceu, assim diz Odilon. “Eu nunca pensei

em ter qualquer coisa com a minha vizinha. Salete veio gritar dizendo que eu estava namorando com a vizinha aí eu entrei de sola²⁰¹.

Casos como este são entendidos por nossos entrevistados como ocasiões isoladas, afirmam categoricamente que não havia confusão por lá. De fato, nos últimos anos de existência da rua, são raros os casos envolvendo moradores da Rua São Joaquim nas páginas policiais dos jornais da cidade. E é preciso entender que neste momento a atuação da polícia era mais abrangente e efetiva, já que um insulto contra a honra e moral de uma menina era motivo de prisão, os inúmeros casos de sedução também eram passíveis de prisão por não cumprimento da “Lei do casamento”²⁰²

Viver na Rua São Joaquim permitia estar nas fraldas do centro da cidade, lugar que recolhia os principais recantos de lazer e divertimento, explorava-se tudo que era possível. Além das condições naturais que já vimos relacionadas ao Açude Novo que propiciava a pesca e o banho, a Rua estava próxima de alguns equipamentos de lazer. A Praça do Trabalho, no oitão da Igreja da Guia, não era frequentada pela maioria dos moradores da São Joaquim, era um território da “elite”, como nos fez assim entender Neves (2011). No entanto, havia a convivência naquele lugar, principalmente antes e após as celebrações da Igreja da Guia. Dona Inácia, em dias mais movimentados, vendia milho assado nas proximidades da Praça do Trabalho, com um fogareiro. Ali, estava acompanhado de seus filhos que muitas vezes só eram autorizados a fitar o cinema e a movimentação da Rua Lino Gomes, tudo ali, pertinho dela.

O Cine São José era ainda mais próximo, destino certo para os jovens da São Joaquim:

Costumava ir, assistia as séries ali, era nas quintas-feiras. Era cheio que não cabia gente e a gente sentava pelo chão. Era, o Cine São José era cheio demais. A gente trabalhava a semana todinha juntando dinheiro, botando água pra uma mulher, pra gente assistir a série na quinta-feira. Chegava lá as vezes meio tarde, porque tava trabalhando, e não tinha nem onde sentar, sentava pelo chão, uns cabra ruim que

²⁰¹ “Operário surrou Salete no domingo e agora está no buque da Delegacia”. Jornal da Paraíba, 06 de Fevereiro de 1973.

²⁰² Sobre o assunto, ver o Jornal da Paraíba do dia 07 de junho de 1972 em que Dona Esmerina Alves Diniz denuncia na polícia José Barbosa dos Santos por ter seduzido sua filha menor M. C. A. e se negar a casar com ela, recorrendo ao delegado coronel Sinfrônio. Além de tantos outros casos no período mencionado.

nem terra quente, daqui a pouco tava todo mundo atrás e os cabra mijava de cima pra baixo (no chão) aí saia molhando as bundas dos cabra todinha. Era uma mão de obra danada. Chagava em casa aí pronto: “você não tava no cinema não? Tá todo melado, tava bem brigando...” Eu dizia que tava não, tinha jeito não.

O Cine, inaugurado em 1945, era um espaço categoricamente destinado aos mais pobres. Enquanto o Cine Capitólio e o Cine Babilônia, no centro, exibiam os lançamentos a um preço elevado, os Cines São José e Avenida – considerados cinemas de bairro (MACEDO, 2011) – exibiam os mesmos filmes com a diferença de dias ou semanas depois.

Enquanto o Capitólio e o Babilônia eram mais freqüentados pelas elites, os cines Avenida e São José, também nas proximidades do centro, recebiam os pobres, trabalhadores, vadios, desocupados e estudantes viciados em cinema, que compareciam às suas salas quase todos os dias (SOUZA, 2002. p. 283)

Além do cinema, dois tipos de festas são marcantes nas memórias de nossos narradores da cidade: a festa nas casas, chamadas de assustados, e os bailes em clubes: Luiz Gonzaga assim nos informa como eram os assustados: “você tinha a radiola, outra pessoa tinha o elepê e o outro levava a caipirinha... aí começava tudo”. Assis nos traz mais detalhes:

a gente fazia muito nas casas assustado [...] era uns vinil desse tamanho assim com musica dos Incríveis, The Fevers, Renato e Seus Blue Caps, Paulo Sérgio, era tudo. Era, a gente sempre fazia um assustadozinho no domingo que no sábado a gente saia pra outro canto, né, mas os assustados era sempre no domingo a tarde.

Podemos formar um roteiro no cotidiano do lazer desses populares: a quinta-feira era o dia dedicado às séries que eram exibidas no Cine São José, a ida em outros dias da semana dependia dos recursos existentes. Na sexta e no sábado os bailes eram frequentados e no domingo o futebol. Um dos lugares mais concorridos era o clube do Flamengo do José Pinheiro: “[...] a gente saia da Rua São Joaquim pro Flamengo de José Pinheiro, de pé, na sexta e no sábado.” Disse Teinha. Outros clubes eram também frequentados. Com mais assiduidade temos o Clube Paulistano, localizado na Rua

Major Belmiro e o Ypiranga Clube, na Avenida Canal, que eram mais populares, diferente do Campinense Clube, do Trabalhador e da AABB, considerados como “de elite”. Assis fala sobre o Paulistano:

Naquela época no Paulistano ali, apesar de ser um clube pouco conhecido, aquele Paulistano era do Paulistano esporte clube mesmo, futebol do Paulistano que tinha um clube de futebol [...] Ali foi muito cantor, muito cantor bom ali véi! Aquele Agnaldo Timóteo, Nelson Gonçalves, veio muitos cantores bons ali. Ali a gente trabalhava a semana todinha e o sábado, ali era a festa, ali era da gente nera? Ia muita gente, ia que a gente naquela época era rapaz era solteiro e a gente ia nera? Mais ia muita gente de outros cantos, nera? **Mas a gente dali era os líderes**, ali era pertinho da gente! (Grifo nosso)

A diversão no Paulistano era motivada pelo pertencimento, era “o lugar da gente”, “ali agente era Rei”. Esse reinado da diversão e do prazer compõe brilhantemente a história do lazer da cidade, recheada de distanciamentos e aproximações entre o divertimento de pobres e ricos. Recorremos ao relato de Jobedis Magno Neves sobre um grupo denominado de “os vadios do São José”, para percebermos alguns distanciamentos entre jovens de famílias mais abastadas e os populares:

Nós fazíamos muita atividade com a sociedade [...] Às vezes, fazíamos alguns eventos mais elaborados no salão da AABB, em que tinha o Jobedis como Diretor Social. Certa vez fizemos o “Baile de Carnaval”, e decoramos o clube e as mesas. Nós costumávamos fazer excursões para diversas localidades. Fomos para: Cabedelo brincar carnaval, Baía da Traição para veranear, representamos a Universidade da URNE com uma seleção Universitária na cidade de Itaporanga, íamos para diversas cidades do estado brincar o São João e o São Pedro, entre outras²⁰³.

Os outsiders (ELIAS, 200) frequentavam alguns dos espaços da cidade, aqueles mais acessíveis, enquanto outro grupo de jovens desfrutava dos melhores clubes da cidade além de ter a condição de viajar em excursão. O que não impedia algumas amizades experienciadas em outros territórios, como podemos observar em uma

²⁰³ NEVES, Jobedis Magno de Brito. **Conte sua história – Os vadios do São José**. Blog Museu Virtual do Esporte de Campina Grande. Disponível em: <http://museudoesportedecampinagrande.blogspot.com.br/2011/10/conte-sua-historia-os-vadios-do-sao.html> acesso em: 21 de agosto de 2014.

fotografia de uma farra dos “vadios do São José” contando com a presença de “Nego Luca” (também chamado de “Nego Ruca”):



Figura 38 – Festa de confraternização na casa de “Seu Miranda”.

Fonte: NEVES, Jobedis Magno de Brito. Conte sua história – Os vadios do São José. Blog Museu Virtual do Esporte de Campina Grande. Disponível em: <http://museudoesportedecampinagrande.blogspot.com.br/2011/10/conte-sua-historia-os-vadios-do-sao.html> acesso em: 21 de agosto de 2014.

Sobre os clubes de elite, trazemos uma fala muito representativa de Assis:

Agora vou contar uma história a tu: Ronaldo, dos políticos aqui o mais popular foi ele visse véi. Ele era querido. Porque Ronaldo tanto fazia tá com um cabra rico como não tá. Olha teve um cabra aqui, que meus irmão não conhecem muito não, teve convívio pouco. Mais o maior político da Paraíba, de Campina Grande que eu achei foi Dr. Raimundo Asfora. O maior cachaceiro daqui foi ele com a gente. E poeta. Cabra bom ele, cabra direito, tomador de cachaça e raparigueiro ele. Uma vez a gente tava no brejo, eu me lembro como hoje, parece que era em 1966 quando o Treze tinha sido campeão e a festa foi no Gresse e a gente ia pro Gresse e eu disse: mas dotô, a gente vai pro

Gresse assim? **E a gente é preto, será que vão deixar entrar?** – Deixa sim que a gente tá pagando com o dinheiro da gente, se não deixar a gente bagunça. Mas a gente foi pro Gresse e deixaram a gente entrar. Mas recolheram duas negas que iam com ele: Dotô, essas mulheres são suspeitas de entrar aqui. Suspeita o que? As suspeitas estão lá dentro. Elas são puta mesmo! Pronto ele tava com a gente. Ele tomava cana com a gente, de cabeça, de furar couro.

“A gente é preto, será que vão deixar a gente entrar?” essa narrativa demonstra a exclusão social (COSTA, 1998) circunscrita na Campina Grande das décadas de 1960 e 1970 que se consubstancia na exclusão urbanística e territorial (MARICATTO, 2011). A herança existente do preconceito advindo da escravidão, que dividia as pessoas, que excluía, que garantia dispositivos de distinção a partir de sua origem, de sua etnia. O senso de preconceito é tamanho que se admira um cidadão pelo fato dele não demonstrá-lo em sua prática cotidiana, ato que deveria ser encarado com naturalidade.

Um dos grandes divertimentos da cidade a partir da segunda metade do século XX foi o futebol. Esporte que era espaço demarcado das elites no início do século XX, em seu nascedouro no Brasil, mas que passa a ser praticado também por populares com o passar dos anos. Chegando à Campina Grande em 1910 através do Antônio Fernandes Bióca (MEDEIROS, 2006) anos depois virou sensação, a partir da criação de clubes. Até a década de 1940 era difícil se falar em futebol profissional na Paraíba e em muitos rincões do Brasil, assim, América e Palestra fundados em 1916, Campinense Clube em 1918-19, Treze Futebol Clube fundado em 1925, Ypiranga Clube fundado em 1926, Paulistano Esporte Clube fundado em 1929 e C.A.C fundado em 1932 funcionam inicialmente de maneira amadora, profissionalizando-se nos anos que se seguiram.

Paralelo à existência dos times profissionais, temos o nascimento dos clubes denominados de amadores. Esses foram criados aos montes por toda a cidade e reuniram muitos apaixonados e abnegados pelo esporte.

Conseguimos detectar duas modalidades de criação desses times amadores em Campina Grande: **a)** os times que são criados em fábricas, instituições ou lojas de comércio, cujo elo é a permanência nestas instituições e que recebem o nome destas, como: Ipelsa, Textil, Socic, Sesc, Alpargatas, etc; e **b)** os times que foram criados pela afinidade de grupos de amigos. Neste segundo grupo, a denominação do time é escolhida com o nome do bairro, da rua ou mesmo torna-se homônimo de um time

consagrado no cenário nacional. Assim, temos em Campina Grande o Botafogo da Liberdade, o Figueirense de Santa Rosa, Palmeiras, Santa Cruz, Flamengo do José Pinheiro, São Paulo, Corinthians, Independência (da rua da Independência), o Imbirense (da rua das Imbiras), XV de Novembro (da rua homônima), Leonel, Oriente, 11 da Vila, Tamborzão, Santos da Estação, Leão, São Luiz, para citar como exemplo. Há aqueles ainda que, nesta modalidade, criam um nome em especial como o Leonel, Estrela, Santa Adélia, Real Campina, Ewerton, dentro outros. É nesta modalidade que no início da década de 1960 é criado – na Rua São Joaquim – o Grêmio Esporte Clube, posteriormente conhecido como o Grêmio do Bacião.

Surge nos começos da década de 1960 “uma das mais tradicionais equipes de futebol amador de nossa cidade” (NEVES, 2011)²⁰⁴, o Grêmio Esporte Clube. Seu nome foi uma alusão ao Grêmio de Foot-Ball Porto Alegrense, do Rio Grande do Sul, prova disso é o escudo ou emblema do time que foi espelhado no homônimo sulista (ver Figura 39).



Figura 39 – Escudo do Gremio Esporte Clube e do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense.

Fonte: Redesenhado em CorelDraw a partir de camisa em fotografia e site oficial do Grêmio.

Foi fundado por Paulo Roberto²⁰⁵, conhecido tradicionalmente por “Nego Roberto”, sapateiro e segundo informações de Francisco de Assis, morava no bairro da Palmeira, até se estabelecer em uma barraca onde consertava sapatos e por ali ficou, exatamente nas proximidades da sede do Real Campina, localizada na esquina da

²⁰⁴ NEVES, Jobedis Magno de Brito. **A história do Grêmio do São José**. Blog Museu Virtual do Esporte de Campina Grande. Disponível em: <http://museudoesportedecampinagrande.blogspot.com.br/2011/10/historia-do-gremio-do-sao-jose.html> acesso em: 20 de agosto de 2014.

²⁰⁵ Sabemos seguramente que o nome de Nego Roberto era Paulo Roberto, no entanto, tomamos emprestado o sobrenome do irmão, Manoel Amaro de Lima, que não sabe do sobrenome do irmão. Sugerimos que o nome seja Paulo Roberto de Lima.

Avenida Mal. Floriano Peixoto com a Mal. Deodoro da Fonseca, na Prata, distante 130m da Rua São Joaquim. Ali, Nego Roberto jogou por algum tempo em alguns times como o Atlético da Prata e Real Campina. Após desavenças, foi “de mala e cuia” para a São Joaquim, onde passou a exercer seu ofício. Morava só. Mas porque ir para a São Joaquim?

Sua amizade com moradores desta Rua surgiu na participação em uma escola de samba, a XV de Novembro, agremiação do bairro da Palmeira, exatamente onde Nego Roberto morava, na rua Conde Bonfim. A escola de samba foi fundada por Nego Roberto, por um Sargento do Exército chamado Damião e por um mecânico de nome Djalma. Teinha teve participação nos primeiros momentos da Escola como passista, Zezé²⁰⁶ também participou, ele tinha a batuta de ritmista.

Após alguns desfiles, parte destes fundadores se dispersaram: Nego Teinha morava na São Joaquim, Nego Roberto já consertava sapatos nas redondezas da São Joaquim, Zezé foi morar em Recife-PE em 1963, onde fundou o conjunto musical “The Seven Boys”; Damião era Sargento do Exército e na Palmeira ficou, assim como Djalma. A escola continuou sua existência, segundo Teinha, sem o mesmo brilho.

Na Rua São Joaquim, Nego Roberto acabara de criar um time, o Gremio Esporte Clube. De início, a dificuldade era tamanha que até para conseguir o padrão foi missão quase que impossível. Não teve reunião de fundação com livro de atas, assim como foi em outro clube amador, o Everton Esporte Clube, fundado em 18 de junho de 1966 por um grupo de amigos – time este, tido por Teinha, como “time da elite” – a ideia partiu e foi executada pelo próprio Roberto. Sua formação era basicamente de moradores da própria São Joaquim.

O time jogou algumas partidas como visitante em outros bairros e não tinha campo próprio. Naquelas cercanias não existia campos de pelada devido ao adensamento populacional, o único existente era em um terreno baldio pertencente a uma senhora de nome desconhecido, Jobedis Magno afirma que “[...] o campo era muito simples. Dividia-se o espaço com bois e cavalos da região. Após retirá-los, dava-se

²⁰⁶ José Severino de Oliveira, morava na Palmeira com pai, mãe e irmãos e tocava vários instrumentos. Já esteve preso em uma oportunidade por estar fazendo seresta altas horas da noite. Segundo familiares, quem o soltou foi o advogado e futuro político Ronaldo José da Cunha Lima. Teria sido para ele o belíssimo poema ‘*Habeas Pinho*’?

início aos jogos” que ocorriam aos sábados e domingos. A existência desse campo foi efêmera, em meados de 1965 o terreno foi vendido.

Já vimos que houve um ensaio de planejamento urbano no ano de 1960 pelo Prefeito Severino Bezerra Cabral, criando inclusive um Plano Diretor Físico, mas foi a partir de 1963 que Newton Rique “tendo trazido de fora um arquiteto e urbanista para projetar o que deveria ser feito com o local até então ocupado pelo Açude Novo, esvaziou o local que beirava o muro do Mosteiro Santa Clara, e chegava a tornar intransitável, quando acumulava mais água a rua D. Pedro II” (OLIVEIRA e RODRIGUES, 2012). Com a possibilidade do Açude Novo ser esvaziado, aí estava a chance de se criar um campo para o Gremio.

Mas foi Williams Arruda que empreendeu algum trabalho no Açude: “Quando o Prefeito Williams Arruda assumiu a prefeitura encontrou aquele terreno, que era o balde do Açude Novo, cheio de mato e resíduos de esgotos domésticos. Ele fez construir um valado circular” (Idem). A construção dessa vala rasa foi flagrada pela câmera de José Cacho, que filmou uma parte dos trabalhos, produzindo uma filmagem panorâmica a partir do Teatro Municipal e nos possibilita ter uma ideia exata do que era esse valado circular e da quantidade de água ainda existente no Açude Novo. Captamos alguns frames do vídeo para uma melhor compreensão:



Figura 40 – Captura do frame do segundo 0:49 do vídeo ‘Obras do Açude Novo nos anos 60’ filmado por José Cacho.

Fonte: Acervo William Cacho. Disponível em: <http://cgretalhos.blogspot.com.br/2010/01/video-imagens-da-construcao-do-parque.html>. Acesso em 29 de maio de 2014.

A Figura 40 mostra o valado circular, o que seria a futura arquibancada do campo Bacião. Ao fundo, vemos uma série de árvores envoltas em um muro, este é o Mosteiro das Clarissas.

A imagem seguinte traz os trabalhadores nos trabalhos de contenção, um disciplinamento das águas para evitar o incômodo ao Mosteiro. No primeiro plano vemos um adulto, de calção e camiseta branca, franzino, não é tão compatível com o duro trabalho com a picareta. Aliás, todos os trabalhadores são franzinos, há até dois adolescentes, trabalho infantil que, apesar de já ser proibido na época, não havia fiscalização eficiente. Nenhum de nossos narradores admitiu ter trabalhado nesta obra, o que está vivo na memória é exatamente como eles conseguiram sangrar e secar o Açude.



Figura 41 – Captura do frame do segundo 0:32 do vídeo ‘Obras do Açude Novo nos anos 60’ filmado por José Cacho.

Fonte: Acervo William Cacho. Disponível em: <http://cgretalhos.blogspot.com.br/2010/01/video-imagens-da-construcao-do-parque.html>. Acesso em 29 de maio de 2014.

Logo após a construção desse valado circular, moradores da Rua São Joaquim se mobilizaram no sentido de pedir às autoridades que o Açude pudesse ser secado, foi o que nos narrou Teinha:

Falemos com o Prefeito. O que você vai dar pra agente aqui pegar e arrombar o açude, arrombar esse açude? [...] agente pediu ao Prefeito, pra gente fazer um campo, fizemos um abaixo-assinado, fomos de

casa em casa, o pessoal assinou e tal e tal, o Prefeito disse não, esse açude novo é um negócio folclórico e que não pode essa água sair daí não.

Não sabemos exatamente qual foi o prefeito que conversou com esses populares, é provável que tenha sido com Williams Arruda, o mesmo que tentou resolver o alagadiço que se transformava a vizinhança do Mosteiro das Clarissas. Se o Açude secasse, era possível fazer o campo em seu lugar: “então vamo tramar pra furar o açude, ninguém abre a boca” disse Teinha:

[...] eu digo nós vamo é derrubar, vamo abrir. Se juntemo um bocado de cabra de madrugada, botaram uma corda aqui (na cintura), começou a furar, cada um vinha cuma pá, tinha que trabalhar, num tinha boquinha não, era todos eles, quando disse: tá chorando lá embaixo, vou entrar no cano do lado de cá, vá não! se for morre! tem que ser por lá, porque se pegar aquela tromba d’água morre. Foi sangrando, sangrando, e o açude secou. Quem secou? Oxe, ninguém sabe de nada não, a água foi embora, a água sumiu.

Miguel exalta os feitos de Nego Roberto, nos contando dessa maneira:

O véi Joaquim, cabra bom danado, quando agente tava errado ele chamava “ei não dá certo não faça isso mais não”. Naquele tempo a gente não tomava conselho a gente era menino, né? “pronto, pronto vão jogar a bola de vocês pra lá.” Ai a gente foi fazendo nas beiras do açude, começamos a jogar pra lá dentro da lama ai foi melhorando, melhorando, ai na época juntou Nêgo Roberto juntou os outros tudo, ai disse: rapaz vamos fazer um campo ali dentro, rapaz isso não dá certo não. Dá! Ele disse eu arrombo ali, vocês me amarram e seguram que eu arrombo. Nisso juntou uns oito ai foram pra lá, peguemos uma corda grossa amarramos na cintura do nêgo, o nêgo desceu. O nêgo tinha um fôlego que parecia um... mais demorava dentro d’água, rapaz mais só tu vendo ai o nêgo ficava só com a cabeça dentro de fora de vez em quando colocava assim. O pessoal passava e perguntava o que que tá fazendo ai? Procurando uma bola que caiu, aí [risos] dentro do açude, e o cabra: e bola afunda? [risos] deixemos pra lá, mais daqui a pouco vai lá o nêgo descendo de mundo a cima, segura!! Mais menino ele ainda entrou uns dois metros assim pra dentro da bueira aranhou-se mais quando voltou ficou com os olhos deste tamanho...

Segundo Luiz Gonzaga, foram duas vezes que quebraram a bueira, da segunda vez amarraram umas madeiras verticalmente nas costas de Nego Roberto: “ele só

passava se fosse apumado assim, entendeu? (risos) [...] porque você sabe que quando você abre, a pressão faz um funil, afunila e *broooooom* aí teve outro período que amarrou-se ele com um pau e foi assim que conseguimos secar aquilo ali”.

Está claro que a vontade da edilidade era poder secar o Açude Novo para empreender um projeto de urbanização, retirando o que se compreendia como um vazio urbano. Se havia a vontade dos populares da São Joaquim de também secar o açude para construir um campo, o procedimento adotado da Prefeitura foi algo nada convencional: fazer vista grossa para a ação dos populares: “Houve aquele: – vão, que agente faz vista grossa... A intenção mermo do prefeito era acabar com o açude pra deixar uma obra definitiva. A cidade tava crescendo...” exclamou Luiz Gonzaga, que pelo decorrer dos acontecimentos, teve essa leitura do comportamento municipal.

A água dali não prestava, caía óleo dos posto de gasolina, da empresa luso-brasileira com sua frota de ônibus e os carros que eram lavados lá, além dos “bicho”. A fala de Luiz Gonzaga é interessante porque percebemos as táticas utilizadas pelos populares para justificar o esgotamento do Açude.

E o empreendimento dos moradores da São Joaquim, chefiados por Nego Roberto, foi posto em prática. “[...] desceu pras bandas das Imbiras ali água em banda de lata ali. Mas ai o pessoa correram lá disseram o açude tá sangrando? Ai tudo calado quem danado ia dizer que arrombaram o açude. Oxe, é o açude parece que o balde rompeu ai tá vazando aí”, disse Miguel, demonstrando a intenção de disfarçar o feito o tempo suficiente para que as ações em prol da construção do campo pudessem ser desenvolvidas. “Ali nego suou e fez calo na mão pra quebrar a manilha, aumentou a água nos Coqueiros, foi uma queda d’água aí o pessoal dos Coqueiros, eu ví a hora levar as casas dos Coqueiros tudim”, exclamou Teinha.

Estando sem água, restava agora fazer o campo. Eurgia que se fizesse rápido, caso contrário o Everton, Real Campina ou o Atlético da Prata (e até o Imbireense) poderiam se apropriar e fazer o campo para eles antes que o Gremio.

Para a construção do campo se fazia necessária uma limpeza geral do terreno. A área alagadiça deveria secar e a lama ser recolhida em um canto, de preferência nas proximidades da sangria, onde o bueiro foi rompido, evitando assim que a água empossasse em uma vasta extensão. Assim, Nego Roberto arregimentou o trabalho dos

moradores da rua, principalmente os que tinham ligação com o time. “Todo dia, a galera que trabalhava estava de 5 horas da tarde pra ajudar a limpar o campo”.

A área não mais inundou, Miguel Martins nos explica o porquê:

Não, não encheu mais não sabe por que? A gente fez uma espécie de caminho para quando a água que vinha da coisa pegasse a avenida direto, a gente foi botando pedra ali botando coisa e o açude secando a gente tirando aquela lama botando do lado de cá terminou minando bem pouquinho não é? E a água não entrava mais pra dentro do campo.

Após essas melhorias, o Gremio passou a ter um lugar pra jogar, um campo que devido a uma estrutura de cimento que o arroteava foi denominado por Nego Roberto de “O Bacião”. Estabelecia-se o mando de campo do Gremio Esporte Clube, não era mais um time sem casa. Foi o pontapé inicial, como diz o chavão futebolístico, para o reconhecimento do time que teve atuação destacada dentre os times amadores de Campina Grande. Segundo nos contou Assis, o time jogou em outros municípios como Serra Branca, no Cariri da Paraíba.

“O Bacião era uma festa”, afirmou com entusiasmo Luiz Gonzaga, um dos vários jogadores que vestiram a camisa do Gremio. “[...] o bacião tinha uma estrutura de cimento arroteando ele todim, que era a bacia do açude, certo, ali todo mundo se sentava pra assistir”. Esta arquibancada improvisada de uma só linha de assento era outro diferencial deste campo. O memorialista Jobedis Neves afirma: “Os mais vividos vão se lembrar que o campo era no leito seco do antigo Açude Novo, era pouco gramado [...] e com tamanho oficial”.

Naturalmente, nasceu uma rivalidade entre o Gremio e vários dos times das cercanias. É muito nítido na fala de Teinha:

[...] o Real Campina era um clássico quando jogava com agente, o Bacião enchia. Quando era o Everton – que o Everton era o time da elite – quando jogava com o Everton, o Everton nunca levou uma praga, mas enchia também. Agora tinha o Independência que era mais fraco... Jogamos contra o Treze, várias vezes agente jogou. Não jogou contra p campinense, mas com o Treze agente jogou [...] Os time mais despeitado com agente era os time da Bela Vista, mas mermo assim não jogava, que era o time de leleco, o time de Zé Preto

que é o oriente, os time da Bela Vista que era os time bacana, divergência aconteceu, as vezes acontecia que jogava contra o Real Campina

Essas divergências muitas vezes acabavam em brigas, nos ajuda a compreender o assunto o memorialista Neves: “[...] as torcidas dos times mais populares aproveitavam para instigar o rival e provocar confusões. O time que tinha muita torcida não admitia perder o jogo e, por isso, partia para briga”. Era algo recorrente nos campos de pelada.

As partidas jogadas no Bacião atraíam públicos cada vez maiores, gerando um conflito com os interesses do já tradicional time profissional Treze Futebol Clube:

[...] então tinha domingo que o Treze ia jogar, o Presidente chegava na época, o presidente chegava lá e mandava oferecer dinheiro pramente não jogar no domingo porque atrapalhava a renda do PV²⁰⁷, porque o pessoal não ia! O jogo era tão bom e divertido que o pessoal não ia e ficava assistindo lá”.

Vejamos a que status chegou o Gremio, rivalizar com o Treze? Entrar em acordo financeiro para não jogar no mesmo horário? É interessante perceber que havia uma certa reclamação com relação ao que era cobrado como ingresso para o acesso às partidas de Treze Futebol Clube e do Campinense Clube entre os anos 1960 e 1970. A época, o Campinense já estava terminando a sua série de títulos seguidos (hexa campeonato em 1965) no Campeonato Paraibano: “Só entrava de graça no Municipal se tivesse com a batucada, eu entrava com a Noel Rosa”, afirmou Cari. A batucada era na verdade a bateria da escola de samba Noel Rosa, do José Pinheiro. Como reclamação corrente, trazemos um trecho do Jornal da Paraíba:

A torcida trezeana não gostou dos preços cobrados pelos ingressos no jogo de quinta-feira passada, quando muita gente voltou das bilheterias, por notar o absurdo dos preços que estavam sendo cobrados. Um verdadeiro assalto à boa vontade do torcedor que vai a

²⁰⁷ Estádio Presidente Getúlio Vargas, no São José, inaugurado em 1940, a casa do Treze Futebol Clube.

campo para ajudar e, no fim das contas, é miseravelmente explorado para assistir a uma “pelada”²⁰⁸.

A reclamação é de pouco tempo depois que o Bacião acabou. No entanto, demonstra a insatisfação corrente destes torcedores na época, imagina tendo uma atração afamada como os jogos no Bacião? É digno de nota o jogo que terminou às escuras e vários carros posicionaram seus faróis para dentro do Bacião, viabilizando a continuação da partida, nos informa Teinha.

Sentados ou em pé em volta do Bacião, muitos homens, mulheres, crianças admiradores do futebol assistiam os embates, estavam também presentes os trabalhadores, vendendo toda sorte de coisas. Quase sempre era Gremio *versus* time visitante. Naquela grande área que compreendia o Bacião e arredores, o divertimento era garantido, qualquer que fosse o placar. Francisco Pereira nos relata um pouco do que mais marcava as idas ao Bacião em sua infância, sentado em volta do campo, via vendedores ofertando picolé, sorvete, pipoca, rolete de cana, cavaco chinês:

ah como eu gostava de cavaco chinês, um camarada com um cilindro de metal nas costas, vendendo. Tinha quebra-queixo, chegava com um retângulo e cortava o pedaço de quebra-queixo, botava num papel, tinha uma tabuleta que se fechava, quando ia se deslocar as pernas fechavam, botava na cabeça e ia embora.

Divertimento garantido em fins de semana. Espaço concorrido e como vemos possibilitava uma interação diferente, o dinheiro no bolso naquele momento não valia, o que era mais importante era bola na rede. Em seu campo, o Gremio já chegou a ficar 118 partidas sem perder, assim nos narrou Teinha e Assis: “Já chegamos a ficar invicto 118 partidas, 118 partidas agente passou ali, no dia que perdemos choremo de tristeza, de 1x0 pro Santos, acostumado a nunca perder...”

A Figura 42 é uma das inúmeras formações do Gremio Esporte Clube. Tradicionalmente as fotografias dos times são feitas antes do início da partida. Alguns aspectos da imagem confirmam. Vemos padrões arrumados e limpos, rostos serenos, cabelos devidamente arrumados e uma fisionomia imponente. Quanto à pose,

²⁰⁸ “Galo joga cm Ferroviário: galera quer preços menores”. Jornal da Paraíba, 18 de Fevereiro de 1976.

destacamos o segundo agachado da direita para esquerda, esse é um dos nossos entrevistados, o Francisco de Assis Leite Lima, que aproveita o ensejo para fitar o horizonte, fazendo charme. Além do mais, ele está com a bola. Ser fotografado com a bola traz valores implícitos, sugere que é o manda-chuva do time, o líder. A pose é tradicional, no entanto, os braços cruzados enrijecem os músculos, numa demonstração de força. Outros dois entrevistados nossos também compõem o time e estão no retrato: Luiz Gonzaga da Silva (o primeiro em pé da esquerda para direita) e o José de Arimatéia Lima (o terceiro no mesmo sentido). Da esquerda para direita, em pé, temos: Nego Gonzaga, Ronaldo, Teinha, Zé de Guia, Bolivar e Deda. Agachados: Mulequim, Fuba, Aluísio, Calafate²⁰⁹ e Vivi.



Figura 42 – O time do Gremio Esporte Clube no Bacião.

Fonte: Acervo de Luiz Gonzaga da Silva.

²⁰⁹ Um certo dia, uma pessoa botou esse apelido em Nego Assis: “Ele chegou de um lugar ai e disse: esse nego parece um Calafate. Eu já pelejei para saber o que é um Calafate. Calafate é um cara que tampa aqueles buracos do navio. Já procurei no dicionário o que é a palavra já”.

No mesmo momento em que o Gremio construiu o Bacião, o time ganhou a sede. Jobedis Neves nos ajuda a compreender as dificuldades dos times de pelada e a existência de suas sedes:

Os clubes de futebol de pelada, em sua grande maioria, eram muito pobres. Sobreviviam da paixão de seus colaboradores que contribuíam com o pouco que podiam - o que, geralmente, fazia falta no orçamento doméstico. A sede, quando não era o bar da esquina, era uma pequena casa, onde os quartos foram transformados em depósito (onde eram guardados os fardamentos, a rede, a bola, a bomba e bico). Na sala dos troféus, onde a diretoria exibia com orgulho as marcas de suas conquistas e era também realizadas as reuniões. Quase todas as sedes possuíam um lugar de segurança, o único local trancado a chave: a secretaria. É lá na secretaria que ficava, a mesa e a cadeira do presidente e de sua diretoria. Sim, do presidente, pois todo clube tem um. Normalmente o presidente era um dos fundadores do clube, ou um torcedor daqueles fanáticos e abnegado, pois, em todos os casos que conheci, estes presidentes não ganhavam nada; ao contrário, cobriam o buraco do orçamento no final do mês e acabavam indo a falência pessoal por amor ao clube. Normalmente, os clubes possuíam um tesoureiro para controlar as finanças, cujo balancete era muito simples: de um lado, a entrada do dinheiro que era obtido por meio do recebimento das mensalidades dos jogadores, lucro no bar e, eventualmente, de um bingo ou rifa que eram feitos para completar o que faltava para pagar as despesas. As despesas, basicamente, eram o aluguel da sede, lavagem do fardamento, compra de material esportivo ou compra de uma bola. Um ou outro jogador mais abonado ou simpatizante contribui com um pouco a mais²¹⁰

A realidade do Gremio era um pouco diferente. Não possuía livro de atas, não tinha sala de troféus ou mesmo secretaria, a sede era simples. Seu Eufrázio, proprietário da Panificadora Imperial tinha uma boa relação com a comunidade, era afeito às amizades: “Tinha esse seu Eufrázio, tinha Dona Zefinha, que era esposa dele, ele era uma pessoa de uma condição financeira boa, sabe? Mas sempre ele tava do lado da gente, tava ali pra ajudar [...] ajudava a comprar o material”. Havia ajuda de outras pessoas, mas seu Eufrázio marcou o coração e as mentes deles.

²¹⁰ NEVES, Jobedis Magno de Brito. **Memória Esportiva: Futebol Pelada de Campina Grande – Um tempo que deixou saudade! – PARTE 2.** Blog Retalhos Históricos de Campina Grande. Disponível em: <http://cgretalhos.blogspot.com.br/search?q=futebol+de+pelada&submit=Pesquisar#.VD-dScmb0UG> acesso em: 30 de agosto de 2014.

Inclusive, foi seu Eufrázio que em meio a essas ajudas, doou um bode para que Nego Roberto fizesse uma rifa, de pronto esse bode foi batizado com o nome de “Armando” e passou a conviver na Rua São Joaquim, participando da vida coletiva da comunidade.

Os recursos do time eram arrecadados no Bacião. Assis nos ajuda a compreender:

[...] aquele pessoal que assistia o jogo do Grêmio ali naquela parte de baixo, ali tinha, ali tinha como uma muralha de cimento que o povo assistia sentado e quando terminava o 1º tempo, o Grêmio tinha uma bandeira muito grande, a bandeira era grande como daqui naquela porta tinha quatro menino de um lado e do outro.

O bode Armando era incorporado nessa atividade, “ele ia pro campo com as mulhé pra juntar dinheiro, antes de terminar o jogo vinham as meninas com a bandeira cheia de dinheiro, aí o que é? Separa o dinheiro para lavar o material, separa o dinheiro da biritá e o dinheiro do tira-gosto” assim falou Teinha, que juntamente com o time e amigos, além de algumas vezes com o time adversário, iam para a sede onde começava a farra. Segundo Assis:

[...] o bode na frente e passava aquela bandeira pelo pessoal pedindo dinheiro e botando dentro da bandeira e o dinheiro dava pra comprar comida fazia feira ali pra sede lá do Grêmio tinha muita gente que ficava ali, comprava roupa, calção, e outras coisas e o Treze ajudava, porque o Treze ajudava? Com dinheiro e com o padrão de coisa porque quando tinha jogo do Treze importante ele não queria que a gente jogasse de tarde, pedia pra gente jogar pela parte da manhã porque na parte da tarde dava gente de mais e atrapalhava a renda do Treze. Atrapalhou muitas vezes a renda mesmo a gente entrou de graça no campo do treze por causa disso mesmo.

A Figura 43 mostra mais uma formação do time, destacamos atrás o placar. Ele é imperativo, demarca território, impõe respeito perante os outros times e exhibe seus apoios: “Nós tivemos o apoio da Panificadora Imperial, apoio do dono do Posto de Gasolina (Posto Shell), tivemos apoio da Serraria Arakem, aí nós tocamos o barco” nos contou Gonzaga. Serraria Arakem informa o placar: Grêmio 3x1 visitantes. Miguel lembra com saudosismo: “Mais rapaz ficou organizado. Ficou, tinha dois lugarzinhos de

colocar as tabuletas assim, era experiente que era danado naquele tempo [...] tinha o placar zero a zero dos dois lados e quando um fazia o gol ai botava lá”.

Há muita gente no campo, muitos populares. A bandeira empunhada pela garota é exatamente a que “recolhia o mereré” nos intervalos, ela era a recolhedora e a mesa de partilha. É uma pena que o bode não esteja na foto, seguramente por ainda não existir para o time. Esse é o primeiro padrão do Gremio, a camisa e o calção eram feitos – segundo Gonzaga – com uma lona que quando suava “dava trabalho pra sair do canto”.

O Gremio ganhou um padrão listrado em preto, branco e azul, aos moldes do Grêmio porto-alegrense. Esse foi conseguido por um amigo de Seu Eufrázio que veio passar férias em Campina Grande: “ele viu, gostou demais do time e voltou pra onde mora, mandando depois de um tempo esse padrão”. Além do listrado, o Gremio tinha um padrão branco.



Figura 43 – O time do Gremio Esporte Clube no Bacião com o placar ao fundo.

Fonte: Acervo de Luiz Gonzaga da Silva.



Figura 44 – O time do Gremio Esporte Clube no Bacião.

Fonte: Acervo de Luiz Gonzaga da Silva.

A Figura 44 foi escolhida para mostrar o entorno do Bacião. Logo atrás vemos o Teatro Municipal Severino Cabral e parte da Avenida Floriano Peixoto. Está presente na fotografia mais um entrevistado, o primeiro agachado da esquerda pra direita, Miguel Martins dos Santos e o segundo em pé no mesmo sentido é o Nego Roberto. A escalação é a seguinte: Tanda, Nego Roberto, Netinho, Pedro Pascoal e Raimundo Garçon e Banana. Agachados: Miguel, Lídio, Zé Soares, Sabará e Jairo.

A sede do Gremio era um salão relativamente estreito, com 4,5m de largura com uma grande mesa retangular e bancos: “Agente tinha uma sede estreitinha como se fosse essa área de Bôsko, daqui prali, grande, agora estreitinha, cheia de banco, só via os nego caindo nos banco e nos banco mermo ficava”. A sede funcionava como uma espécie de Sociedade de Amigos de Bairro, era o lugar de encontro, de reunião, de farra, de jogos, de divertimento. Nas palavras de Assis: “A sede era boa demais. A sede agente fazia o São João da gente” e Teinha completa:

Ali a sede, escola de samba, festa, o São João começava na sede subia na rua são Joaquim, entrava na sede de novo e a cachorrada continua a

noite toda, era praticamente uma SAB, estreita mas compridona, sede do time mas tinha forró, o são joão, tinha sanfoneiro na rua (era fole), nesse tempo era fole de 8 baixo, tinha um sanfoneiro que de madrugada tocava e agente seguia atrás, subia e descia a rua...

A movimentação festiva na Rua era ditada pelo movimento da sede, deveria ser mesmo muito divertido. Segundo Assis, o bode Armando bebia cachaça (dada por Nego Roberto) e quando alguém alisava a cabeça de Roberto, bastava ele chamar: “– Armando...”, lá vinha o bode pra dar cabeçada em quem mexesse com seu dono. Há também uma história de que o bode Armando falava. Em meio à bebedeira, o bode berrava: “quem bebeu bebeu, quem não bebeu não bebe mais”.

Na sede tinha:

um birô desse tamanho pramente tocar samba e bater no birô, até de madrugada, aí era nêgo ficando bebo e tirano, ficando bebo e tirando... risos. Agente tinha uma sede estreitinha como se fosse essa área de Bôsko, daqui prali, grande, agora estreitinha, cheia de banco, só via os nego caindo nos banco e nos banco mermo ficava. Na sexta-feira de noite era o tife, sueca, valendo, era baralho, nas nove, tinha que amanhecer o sábado pegava uma jaca, ia pra feira da prata, já tinha a feira da prata, pobrezinha mas tinha.

Por falar em samba, Nego Roberto não criou só o time na Rua São Joaquim. No período momesco ele havia criado um boi de carnaval e em seguida criou uma escola de samba denominada de “Gremistas Futebol e Samba”. Atendia a onda do momento, a partir do início da década de 1960 se disseminou em Campina Grande as escolas de samba. Para Antônio Clarindo Souza (2002), uma linha divisória é estabelecida entre os atores e expectadores do carnaval:

Se o Corso impedia a participação popular pela exigência de um transporte motorizado, o desfile das Escolas de Samba, mesmo que gerado e gestado dentro de moldes institucionais, permitia uma participação mais efetiva e menos “espectadora” das camadas populares [...] ao passarem pelas ruas, elas atraíam curiosos, apreciadores e simpatizantes que vinham dos bairros ou para lá seguiam-nas, incorporando-se espontaneamente ao cortejo (p. 160).

Assim, os carnavais de Campina Grande vão contar com uma participação mais ativa de seus populares. Escolas de Samba são criadas aos quatro cantos, praticamente todo bairro vai ter a sua. Para contar um pouco a história desses festejos em Campina Grande, vamos recorrer a experiência de vida de Teinha, uma pessoa que marcou a história dos festejos carnavalescos na cidade a partir de sua astúcia e inventividade nos bairros que atuou.

Teinha participou da fundação da Escola de Samba XV de Novembro, como afirmamos anteriormente. “Aí nós botamos na cabeça de criar uma escola de Samba lá na rua São Joaquim, criemo, e ela ficou famosa: Gremistas Futebol e Samba” com a inspiração no time de futebol:

foi um pouco de dificuldade mas fomos trabalhando, trabalhando... terminando uma escola de samba... aí “fechou” a Maciel Pinheiro, mas ficou famoso demais, mas tinha muito apoio, seu Heleno Sabino, que mora naquela esquina, onde ainda mora, tem aquela casa grande da esquina ali né? Que o filho foi presidente do Treze, Evandro Sabino, dava muito apoio [...]

A Gremistas Futebol e Samba desfilava com as escolas de samba oficiais organizadas por uma federação que era ligada à Prefeitura, a Federação Carnavalesca de Campina Grande. Havia uma tentativa de disciplinamento desses grupos populares. O carnaval é do povo mas as ruas são administradas pela edilidade. Assim, uma verba anual era garantida para a manutenção das escolas nesta federação e era motivo de polêmica.

Um forte motivo para a criação da Gremistas foi a ausência de uma escola de samba no São José e naquela porção central da cidade:

[...] mas rapaz a São Joaquim no centro da cidade e aqueles pessoal ali, no São José ali com dona Ivete aquele velho ali que é do Treze daquela casa ali na esquina, junto ali de Severino Pereira como é o nome dele ali... é Pedro Sabino, [...] eles gostavam de ver demais a escola de samba passar por lá e vê que a escola de samba passava muito enfeitada demais sabe? O pessoal gostava mesmo.

Havia a necessidade, Nego Roberto tomou a iniciativa, sempre acompanhado de Teinha, Assis, e outros. Sobre o sucesso da escola de samba, Assis narra:

Rapaz ela era formada pelos componentes de lá mesmo da São Joaquim e tinha os cara de fora né? Borá dizer que tinha gente de outras escolas de samba..pense num negocio que nasceu e no ano segundo ano foi campeã de Campina Grande das Escolas de Samba. Muita gente que de outras escola de samba correu pra lá pra sair por lá

Voltamos para a trajetória de Teinha, homem festeiro que para onde se mudava criava uma escola de samba:

[...] se mudei de lá e vim pra Liberdade, saimo de lá, a rua foi extinta, a tivemos que sair, a rua foi indenizada, outros ficaram pra lá, ai viemos pra Liberdade. Aí na Liberdade comecei jogando no São Cristóvão, aqueles times por ali, Comércio, aí fundamos a escola de samba aqui na liberdade, não que agente quer, vamo fundar: **Unidos da Liberdade**, que ainda hoje existe, na Unidos da Liberdade o “coro comeu”, na Liberdade, o bairro maior, tinha muito apoio, muita ajuda financeira, aí fundamos a Unidos da Liberdade, aí sucesso. Primeiro ano 3º lugar, no meio de 15 escolas. Aí começemo, aí fumo campeão, bi, tri, tréta. Aí eu sai da Liberdade, aí me casei...

Após o casamento, Teinha foi morar no bairro das Malvinas, lugar que teve um sério problema de regularização fundiária e que uma horda de pessoas invadiram as casas do futuro conjunto Álvaro Gaudêncio. Morando nas Malvinas:

[...] aí lá, fizemos um boi de carnaval, aí eu digo desse boi vamo fundar uma escola de samba. E qual é o nome da escola de samba? Olha, vamo fazer **Invasores do Samba**, Invasores do samba, invasores do samba, aí fizemos o Invasores do Samba, aí precisava de um apoio financeiro, aí na época Robson Dutra era deputado, no tempo de Wilson Braga, Lúcia Braga, aí ele foi pra “Tamborim de Ouro”, fumo em São Paulo, foi pra São Paulo, veio de avião um bocado de instrumento e por aí nós começou, agora maior do que tudim foi essa, a invasores do samba, a maior que teve foi essa, pq uma bateria com 250 componente, a mesma bateria que tinha no sul tem ela e 1750 componente. Essa aí foi a maior, foi a maior, na Paraíba não teve maior que essa não. Saiu ainda 5 anos, ou foi 6 anos aí foi chegando a idade, o cara vai se afastando...

José de Arimatéia Lima é um dos 324 personagens que estiveram ocultos na história de Campina Grande. Sua trajetória notabilizou e deu sentido a várias facetas da história da cidade. Sua inventividade nas denominações de escolas de samba ainda está presente hoje nas que subsistem. As escolas XV de Novembro, Gremistas Futebol e Samba, Unidos da Liberdade e Invasores do Samba perfizeram o deleite de muitos habitantes da cidade, construíram identidades entre times de futebol de pelada, escolas de samba e seus bairros, criaram elos afetivos em muitos dos habitantes, movimentaram vidas, desejos, sonhos, amores.

A pujança do Grêmio Esporte Clube causava como efeito um deslocamento de diferentes sujeitos, desterritorializava membros das elites, balançando-os de seus pilares fixos e estabelecidos, trazia por muitas ocasiões populares como Nego Roberto, Nego Teinha, Nego Bosco e Nego Assis para um lugar de destaque e de respeito.

A Rua São Joaquim, ao ser extinta, destruiu sociabilidades, destruiu sonhos, destruiu laços, destruiu vidas: “Foram todo mundo se afastando, um pro canto outro pra outro e o bode saiu também mais eu não sei pra onde é que ele foi”, nos narrou João Bosco com tristeza.

Todas as suas casas foram desapropriadas e com a demolição, os tratores reduziram à escombros e pó todas aquelas referências de amizade, de sociabilidade, destruiu o que era mais caro àqueles habitantes, o seu lugar, seu refúgio. As pedras que rolaram com a passagem dos tratores serviram de alicerce para a construção de outros lares no bairro do São José. Francisco Pereira testemunhou esta movimentação e ajudou seu pai a recolher as pedras:

Peguei muita pedra, os tratores passando e fazendo terraplanagem, e agente recolhia as pedras para fazer alicerce, rapaz, usamos muito nessas casas aqui as pedras [...] eles saíram abrindo a avenida, eu me lembro muito bem porque meu pai mandava eu buscar, eu com o carrinho de mão, pegando as pedras porque quando ele (o trator) passava, as pedras ficavam assim nos cantos onde eles iam cortando e abrindo.

Os tratores que destruíam a Rua São Joaquim foram os mesmos que iniciaram a abertura da Avenida Mal. Floriano Peixoto, que junto com o Parque do Açude Novo é um marco desta transformação urbana. Hoje o seu asfalto sepulta trajetórias e relegam

memórias ao subterrâneo da cidade. Não existindo mais habitantes da rua para o testemunho das demolições, restou-nos recolher narrativas dos vizinhos de outras ruas, que tiveram em seu benefício com o processo urbanizador a valorização de suas próprias casas, observadores mudos do processo de extinção da São Joaquim, que ficou na memória destes através do bom time do Gremio (que nunca perdeu para o Everton do São José, “que nunca levou uma pra gente”) e a animada escola de samba, que trazia o deleite da vizinhança nos dias de momo.

A extinção daqueles laços também destruiu o time. Segundo Gonzaga, ainda jogaram algumas partidas no Estadual da Prata, mas os encontros foram cada vez mais raros, os jogadores se acomodaram em outras equipes e o Gremio Esporte Clube teve fim²¹¹, assim como a escola de samba, os animados passistas e ritmistas da Gremistas do Samba recolhem na memória a felicidade que foi aquele tempo.

A escola e o time são patrimônios culturais da rua, motivos de orgulho dos moradores. A Rua São Joaquim que ao ser extinta destruiu sociabilidades, destruiu sonhos, destruiu vidas. Os encontros destes vizinhos, desses amigos, dessa família foram se tornando cada vez mais escassos. Alguns encontros foram fomentados e reuniram parte dos antigos moradores, as muitas histórias da Rua sempre são relembradas. Veremos a seguir duas fotografias que demonstram a felicidade desses reencontros onde a vida feliz da São Joaquim é celebrada e – como não poderia deixar de ser – com muito samba:

²¹¹ Fato semelhante ocorre atualmente. A extinção de campos acabam com times. Muitos eram os campos de pelada em Campina Grande, muitos eram os terrenos nas cercanias da cidade que não eram ocupados. Isso até meados da década de 1990. A partir de então, os campos passaram a ser um empecilho aos interesses imobiliários de construtoras e empresas que supervalorizaram os lotes de terra em especulação.



Figura 45 – Samba entre amigos.

Fonte: Acervo de Luiz Gonzaga da Silva.

Ao mergulhar nessas narrativas, vemos como a felicidade é pulsante, como os problemas existentes nunca se colocaram como empecilho para que essa vontade de viver os tornassem felizes. A vida da Rua São Joaquim foi vibrante, viva, expressiva. Se assim não fosse, dificilmente reuniríamos condições de trazê-los para viver esse mundo novamente, contando uma história da cidade de Campina Grande à moda bejaminiana, a contrapelo do discurso oficial e celebrativo, buscando uma tradição desses sujeitos cujas trajetórias de vida foram marcadas por estigmas, injustiças, mas muita força, sociabilidade e inventividade.



Figura 46 – Confraternização.

Fonte: Acervo de Luiz Gonzaga da Silva.

Outro lado desses reencontros, desta vez de maneira casual, são impactantes, pois representam a desfiguração de trajetórias, todos tiveram que refazer suas vidas, cada um foi obrigado a “dar seus pulos” como bem disse Teinha. Miguel Martins dos Santos, que foi o último morador a deixar a Rua, jogador titular do Grêmio e integrante da Escola de Samba nos narrou:

Hoje de vez em quando a gente encontra um, a gente encontra outro, na rua, na feira. Mais a gente dali rapaz, **só se fala se acabando de chorar**, o pessoal mais véi né? Que aquilo ali era uma família o pessoal todim quando precisava de uma coisa a gente ajeitava fazia...

Assim são até hoje os encontros dos antigos moradores da Rua São Joaquim, marcados pela delícia de viver e lembrar de sua memória coletiva e pertencimento a esta e a dor da tristeza de sua morte identitária.



5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos caminhos da pesquisa, seguimos inúmeras pistas, caminhamos por rastros (GINZBURG, 2011) muitas vezes tortuosos, fios que vão nos conduzir ao achado de outras fontes e outras conclusões. Por vezes, estes fios são de linho, de algodão e, de tão macios que são, não nos sentimos à vontade em soltá-los, em abandoná-los, em deixá-los de lado. Em outras ocasiões, estes condutores são tão ásperos e espinhosos que se faz necessário um esforço extra para esmoê-lo. Assim é a pesquisa histórica, são os “ossos e ofícios” do historiador, uma caminhada nem sempre tranquila, nem sempre tumultuada, porém, uma caminhada ansiosa.

Iniciamos nossa pesquisa com alguns receios e o maior deles foi o de não encontrar ex-moradores da Rua São Joaquim. Buscar pessoas longevas que pudessem narrar a Campina Grande dos “alvissareiros” anos de 1970 era, para mim, fácil. Entretanto, encontrar narradores do período que tivessem morado à Rua São Joaquim era onde residia a grande dificuldade.

Demoramos alguns meses para o intento e este tempo se arrastava longamente, ampliando uma ansiedade que parecia não chegar ao fim. Neste ínterim, intensificamos nossa pesquisa em alguns arquivos e cumprimos a grade curricular. Contamos com a colaboração de alguns amigos até encontrar o Senhor Miguel Martins dos Santos, um ex morador da Rua São Joaquim com sua família e o último a abandonar a casa junto com sua mãe. Através dele não foi possível conhecer outros ex-moradores, o que nos fez retornar à velha angustia. Um mês se passou e, em uma busca de campo, chegamos à residência do simpático casal João Bosco e Dona Neusa, onde fomos muito bem recebidos, apesar do inconveniente da hora, eram quase 21h de uma quinta-feira.

O segredo para abrir as portas da residência foi falar na Rua São Joaquim e, sem dizer mais nada, tirei bons sorrisos dos rostos deles. “Mas porque você quer saber da Rua São Joaquim?”, perguntava João Bosco, e explicávamos a nossa trajetória de pesquisa até encontrar a Rua São Joaquim em meio a relatos que mencionavam sua exclusão social e urbanística e buscamos entender porque a Rua não foi contemplada no projeto de urbanização da época. Ao trocar algumas palavras, ele se entusiasmou pelo fato de já conhecermos algumas minúcias do cotidiano de sua ex-rua. A partir de então, tive a oportunidade de conhecer três de seus irmãos (mais velhos) e sua mãe, no auge de seus 98 anos, todos ex-moradores da São Joaquim.

Que preciosidade estava diante de nós! Buscamos então nos esmerar ainda mais nos métodos de abordagem da história oral para poder fazer proveitosas entrevistas, entendendo que “a memória é essencial a um grupo porque está atrelada à construção de sua identidade” (ALBERTI, 2011) e o pertencimento àquele lugar extinto há mais de quatro décadas era preciosamente forte no âmago de toda àquela família, sentimento caro aos outros ex-moradores que também conhecemos.

Nossa responsabilidade aumentou demais. É emocionante nos darmos conta de que não estamos lidando com fontes frias mas sim com desejos, com pertencimentos, com histórias marcantes de vida, com algo pulsante que foi exatamente o que motivou esses moradores a compor uma singular trajetória no seio da cidade, que a memória coletiva institucional (BOSI, 2004) tratou de relegá-las ao subterrâneo.

Permeado por um olhar de um historiador social e cultural, sempre nos perguntamos os porquês da Rua São Joaquim ter deixado de existir e o que teria motivado a edilidade a extinguí-la dali. Chegamos aos projetos de urbanização que foram gestados àquela época e percebemos as estratégias (CERTEAU, 1994) utilizadas para que a São Joaquim desse lugar àquele projeto urbanizador e fomos através dos fios e dos rastros entendendo como todo este processo de gentrificação (MOREIRA, 2012) ocorreu.

Desta maneira, começamos a visualizar outra história do planejamento urbano de Campina Grande, uma história sob a ótica dos vencidos, uma história vista de baixo e enxergamos a relevância de OUVIRMOS esses sujeitos, relocando suas memórias do subterrâneo da cidade, da margem para o epicentro do prisma de análise, afim de escovar uma história da segunda transformação urbana à contrapelo, possibilitando compreender as contradições de uma cidade que é considerada a Capital do Trabalho e no entanto, relega a vida de seus trabalhadores ao esquecimento.

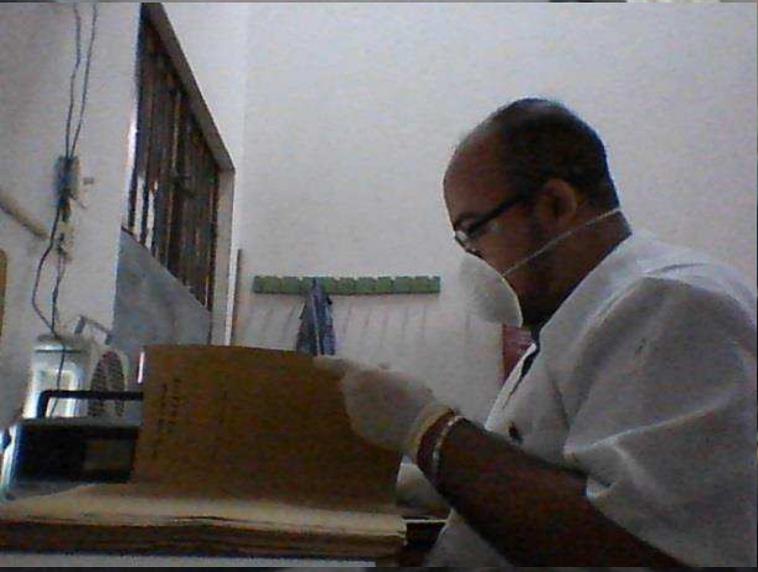
Os relatos de nossos narradores são valiosos. Eles nos possibilitaram compreender minúcias, enxergar além dos gélidos planejamentos que perfaziam o ideal tecnocrático de uma época marcada pelo autoritarismo de um governo militar. Os narradores, através de suas histórias de vida, permitiram descortinar uma nova cidade, uma nova possibilidade de entender este território de conflitos materiais e simbólicos. Permitiram-nos entender que o Plano de Desenvolvimento Local Integrado foi extremamente desumanizante e conduziu a uma desapropriação injusta e insuficiente.

Pensar a Rua São Joaquim, é entender uma história de uma grande parcela da população de Campina Grande que era alijada de todas as benfeitorias da edilidade. É ir de encontro a uma memória coletiva institucionalizada que massifica a ideia de um progresso citadino que é sempre marcado por ser à custa dos menos favorecidos. É buscar a memória dos vencidos para poder contar outra história a partir das suas experiências de cidade. Não deixando de trazer à luz comportamentos e sensibilidades da época a partir das narrativas, cuja riqueza é poder dar conta das paixões individuais que se escondem por trás dos episódios (BOSI, 2004).

A pesquisa chega a uma vírgula, mas de maneira nenhuma ao ponto final, pois as possibilidades de abordagem da substância social da memória e as experiências de 324 indivíduos pulsantes e dinâmicos que se constituíam em uma grande família, em uma comunidade (BAUMAN, 2003) são infindáveis. Felizmente a maneira como se deu a exclusão da Rua São Joaquim não impediu que até nós, chegassem narrativas preciosas e outros documentos imprescindíveis para a compreensão daquele processo, dando-nos a oportunidade de historicizar a experiência de populares da cidade e a escrita criativa e resistente do texto citadino em seu cotidiano em parte da segunda metade do século xx em campina grande. outras campinas dos populares foram e ainda serão descortinadas, uma vez que a nossa trajetória de pesquisa seguirá e outras estão acenando na direção da história a contrapelo no cenário campinense.



6
REFERÊNCIAS



AGRA DO Ó, Alarcon. **Da cidade de pedra à cidade de papel: projetos de educação, projetos de Cidades – Campina Grande (1959)**. EDUFCEG, 2006.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALMEIDA, Elpídio de. **História de Campina Grande**. Campina Grande: Livraria Pedrosa, 1962.

AMORIM, Léa. Recortes da modernidade: a sedução do progresso recria a memória na demolição de patrimônio histórico. In: GURJÃO, Eliete de Queiroz (org). **Imagens multifacetadas da história de Campina Grande**. Campina Grande: Prefeitura Municipal de Campina Grande / Secretaria da Educação, 2000.

ARANHA, Gervácio Batista. **Trem e imaginário na Paraíba e região: Tramas político-econômicas (1880 – 1925)**. Campina Grande: EDUFCEG, 2006. Coleção Outras Histórias Nº02.

BASSUL, José Roberto. **Estatuto da Cidade: quem ganhou? Quem perdeu?** Brasília: Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal, 2005. (Gabinete do Senador José Targino Maranhão).

BASTOS, Maria Helena Camara; GARCIA, Tania Elisa Morales. Leituras de formação - Noções De Vida Doméstica (1879): Félix Ferreira Traduzindo Madame Hippeau Para A Educação Das Mulheres Brasileiras. **História da Educação**. Pelotas: ASPHE/FaE/UFPel, 1999. 77 – 92.

BATISTA, Vera Malaguti Batista. **O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 8ª Ed. revista – São Paulo: Brasiliense, 2012. (Obras Escolhidas v.1).

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998

BORBA, Francisco S. **Dicionário Unesp do português contemporâneo**. Curitiba: Piá, 2011.

BOSI, E. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

BRESCIANNI, Maria Stella Martins. Metrôpoles: as faces do monstro urbano: as cidades do século XIX. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.5, nº8/9, 1984-1985. p. 35-68.

_____. História e historiografia das cidades, um percurso. In: **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998. P. 237-258.

_____. **Palavras da cidade**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001

CALDEIRA, Junia Marques. **A Praça Brasileira**: trajetória de espaço urbano – origem e modernidade. Tese de Doutorado. 2007.

CÂMARA, Epaminondas. **Os alicerces de Campina Grande**: esboço histórico-social do povoado e da vila – 1697 e 1864. C. Grande: Of. Gráficas da Livraria Moderna. 1943.

_____. **Datas Campinenses**. Campina Grande: Ed. Caravela, 1998.

CABRAL FILHO, Severino. **A cidade através de suas imagens**: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950). Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Sociologia). UFPB, 2007.

CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. **Diretrizes para Campina Grande: Diagnóstico e Proposições**. Campina Grande: PMCG/COPLAN, 1983

CARDOSO, Maria Francisca Thereza C. Campina Grande e sua função como Capital Regional. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Nº 4; Ano XXV; Outubro – Dezembro de 1963.

CARVALHO, Maria Jackeline Feitosa. **Discursos e imagens da cidade: o processo de requalificação urbana de Campina Grande-PB (1970-2000)**. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba), 2011.

CASAL, Manuel Aires de. (1818) **Corografia Brasília ou Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil**. Itatiaia/Edusp, 1976.

CASTRO, Amaro Muniz. **Centro Histórico de João Pessoa: ações, revitalização e habitação**. Dissertação de Mestrado em Engenharia Urbana. UFPB, 2006

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994

CHAFFUN, Nelson. Dinâmica global e desafio urbano. In: BONDUKI, Nabil (Org). **Habitat – as práticas bem sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

COMDECA, **Programa de erradicação de favelas**. Plano de Desenvolvimento Local Integrado PDLI, 1972.

COSTA, A. Bruto. **Exclusão Social**. Lisboa: Grávida, 1998.

DINOÁ, Ronaldo. **Memórias de Campina Grande**. Campina Grande: Gráfica e Editora Marcone, 1993, 2v.

_____. **Campina Grande: ontem e hoje.** Campina Grande: Gráfica Marcone, 2004.

EAGLETON, Terry. **A idéia de cultura.** São Paulo: Editora da UNESP, 2005.

ELIAS, N. e SCOTSON, J. **Os estabelecidos e os outsiders:** sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FERNANDES, Silvana Torquato. **Uma outra representação da modernização em Campina Grande:** a cidade nas páginas do Diário da Borborema (1960/1980). Dissertação de Mestrado na Universidade Federal de Campina Grande, 2011.

FERNANDES, Francisco. **Dicionário de Verbos e Regimes.** Rio de Janeiro: Editora Glôbo, 1940.

FEST, Fausto D. C. **PROJETO CURA:** complementação urbana e mudanças espaciais. Dissertação de Mestrado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

FUTUAN, YI-FU

GINZBURG, C. **Mitos, Emblemas, Sinais.** 3.ed Companhia das Letras, 2011.

GPI, 1969

GUIMARÃES, Luiz Hugo. **O Caminho das Águas de Campina Grande.** João Pessoa: A União, 2001. Coleção Um Novo Tempo. Vol.4.

GURJÃO, Eliete de Queiroz *et all.* **O Bairro de José Pinheiro:** ontem e hoje. João Pessoa: Dep. de Produção Gráfica – Secretaria de Educação, 1999.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. Para onde o poder vai, a feira vai atrás: estratégias de poder da elite campinense, da Monarquia à República Nova. In: GURJAO, Eliete de

Queiroz. (org.) **Imagens Multifacetadas de Campina Grande**. Campina Grande: Secretaria de Educação, 2000.

_____. Planejamento urbano em Campina Grande: alcance e limitações. In: **Revista da Unipê**. V.2, N.3. João Pessoa: Unipê, 1998.

JOFFILY, Irineo. (1892) **Notas sobre a Parahyba**. Brasília: Thesaurus Editora, 1977.

LAVIERI, J. R.; LAVIERI, M. B. F. Evolução urbana de João Pessoa pós-60. In: GONÇALVES, Regina C. et al. **A questão urbana na Paraíba**. João Pessoa: Ed. Ufpb, 1999, p.39-65.

LE CORBUSIER. **Planejamento urbano**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

LE GOFF, J. História. In: **História e memória**. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003 p. 17-172.

LEITE, Ascendino. Porta do Sertão. In: **Revista Coletânea**. Ano IV. Nº45, Junho de 1955.

LIMA, Damião de. **Campina Grande sob intervenção**: a ditadura de 1964 e o fim do sonho regional / desenvolvimentista. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012.

LIMA, Luciano Mendonça de. Cativos da “Rainha da Borborema”: uma história social da escravidão em Campina Grande – século XIX. Tese de doutorado na Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2008.

MACEDO, José Emerson Tavares de. O Cine São José como espaço de lazer, diversão e sociabilidade. In: Revista **Revista Eletrônica Tarairiú**. Vol.1, Nº02. Campina Grande: EDUFCEG, 2011. p. 47-65.

MAIA, Doralice Sátyro. A periferização e a fragmentação da cidade: loteamentos fechados, conjuntos habitacionais populares e loteamentos irregulares na cidade de Campina Grande-PB, Brasil. In: **Actas del XI Coloquio Internacional de Geocrítica**

Buenos Aires-ARG: Universidad de Buenos Aires, 2010. Disponível em: <http://www.filo.uba.ar/contenidos/investigacion/institutos/geo/geocritica2010/162.htm>

MAYOL, Pierre. O Bairro. In: CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano 2: morar, cozinhar**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MEDEIROS, Coriolano de. **Diccionario Chorographico do Estado da Parahyba**. Parahyba: Imprensa Oficial, 1914.

_____, **Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950.

MEDEIROS, Mário Vinícius Carneiro. **Treze Futebol Clube: 80 anos de história**. João Pessoa: A União, 2006

MELO, Mário Lacerda de. **Os Agrestes Nordestinos**. Série Estudos Regionais, Recife: SUDENE, 1980.

MELO, Luis Gonzaga de. **Perfil do Município: 120 anos de emancipação política de Campina Grande – Estado da Paraíba – Brasil**. Coordenadoria de Planejamento do Município. Campina Grande: Grafset, 1984.

_____. **Habitação Popular em Campina Grande**. Campina Grande: COPLAN, 1985.

MENDES, Luís. Gentrificação e a Cidade Revanchista: que lugar para os Movimentos Sociais Urbanos de Resistência? In: **Forum Sociológico**, 18 | 2008, 21-28.

MOREIRA, Diego. **Geografia: conceitos e temas**. 2012. Disponível em: <http://conceitosetemas.blogspot.com.br/2012/01/gentrificacao-conceito-e-o-exemplo-da.html>. Acesso em 20 de julho de 2014.

_____, **Habitação Popular em Campina Grande**. Campina Grande: Coordenadoria de Planejamento do Município, 1985.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário da Língua Portuguesa** da Academia de Letras. Rio de Janeiro: Bloch Editora. 1988.

OLIVEIRA, Liélia Barbosa. **Movimento comunitário em Campina Grande**: trajetória e memória da União Campinense das Equipes Sociais (1950/1970). Dissertação de mestrado em História – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades: Campina Grande, 2012.

OLIVEIRA, Maria José da Silva. **Do discurso dos planos ao plano discurso**: PDLI – Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Campina Grande 1970-1976. Dissertação de Mestrado (Pós graduação em Desenvolvimento Urbano) UFPE, 2005.

OLIVEIRA, Thomas Bruno. SANTOS, Juvandi de Souza. Centro Histórico de Campina Grande: a cartografia de uma destruição. In: **Revista Eletrônica Tarairiú**. Vol.1, Nº01. Campina Grande: EDUFCEG, 2010. p 7-18.

OLIVEIRA, Thomas Bruno; RODRIGUES, José Edmilson. Planejamento e urbanização em Campina Grande: notas históricas. In: **portal Ancomarcio.com**, disponível em <http://www.ancomarcio.com/colunas/thomas/1246> . Acesso em 12 de setembro de 2012.

PAZ, Rosangela Dias Oliveira da. TABOADA, Kleyd Junqueira. **Diagnóstico Social**. In: **Trabalho social em habitação de interesse social**. Curso à distância. Trabalho social em programas e projetos de habitação de interesse social. Ministério das Cidades. 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Era uma vez o beco: origens de um mau lugar. In:

_____. **História e História Cultural**. Belo Horizonte. Autêntica, 2005.

_____. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. In: **Revista Brasileira de História**. ANPUH. São Paulo, vol.27, nº 53, jan.-jun, 2007. P.11-23.

PESAVENTO, 2002 ou 2000...

PINTO, Irineu Ferreira. (1908) **Datas e notas para a História da Paraíba**. (2 volumes)
João Pessoa: Ed. Universitária/UFPb. 1977.

PONTES, Beatriz Maria Soares. " As mudanças no processo produtivo capitalista e suas repercussões nas cidades médias nordestinas".In:SPOSITO;SPOSITO;SOBARZO(Orgs.).2006.pp.327-347.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. IN: **Estudos Históricos. Memória 3**.
Rio de Janeiro: Edições Vértice, 1989. p.13

PROST, Antoine. Social e Cultural indissociavelmente. In: Rioux, Jean Pierre e Serinelli, Jean François. Para uma História Cultural. Lisboa, Ed Estampa. 1998 p123-137.

QUEIROZ, M. V. D. de. **Quem te vê não te conhece mais**: arquitetura e cidade de Campina Grande em transformação (1930-1950). Dissertação (Mestrado-Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – Escola de Engenharia de São Carlos da USP). USP, 2008.

RODRIGUES, José Edmilson. RIBEIRO, Noaldo. **Campina Grande – Paraíba – Brasil**. Campina Grande: Gráfica Agenda, 2011. (Calendário atemporal. Textos de Campina Grande).

RODRIGUES, 2001.

ROLNIK, 2012

ROSSI, Lia Mônica. SOUZA, José Marconi Bezerra de. Origens do estilo Art-Déco. In: **Site Art Déco Sertanejo**. Disponível em: <http://www.art-deco-sertanejo.com/index.html>. Acesso em 10 de julho de 2012.

SÁ, Marisa Braga de. A paisagem recriada: um olhar sobre a cidade de Campina Grande. In: GURJAO, Eliete de Queiroz. (org.) **Imagens Multifacetadas de Campina Grande**. Campina Grande: Secretaria de Educação, 2000.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SERRA, Geraldo. **Urbanização e centralismo autoritário**. São Paulo: Edusp / Nobel, 1991.

SILVA, Iranise A. da. **A crise da moradia, a política habitacional para as classes de baixa renda de Campina Grande - PB**. Rio de Janeiro: Agir Editora; João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 1987.

SILVA FILHO, Lino Gomes da. **Síntese Histórica de Campina Grande: 1670-1963**. João Pessoa: Editora Grafset, 2005.

SILVA JÚNIOR, Geraldo Francisco da. Campina Grande: desenvolvimento histórico no século XX. In: OLIVEIRA, Roberto Vêras de. **Campina Grande em debate: a condição urbana da periferia pela lente do trabalho e das políticas públicas**. Campina Grande: EDUEP; EDUFCG, 2009.

SYLVESTRE, Josué. **Da Revolução de 30 à queda do Estado Novo: fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba (1930 – 1945)**. Brasília: Senado Federal – Centro Gráfico, 1993.

SITTE, Camillo. **A construção de cidades segundo princípios artísticos**. São Paulo: Ática, 1992.

SOIEHT, 1999.

SONTAG, Susan. **Ensaio sobre a fotografia**. Rio de Janeiro: Arbor, 1981.

SOUSA, Fábio G.R.B. de. **Cartografias e Imagens da Cidade: Campina Grande – 1920-1945**. Tese de doutoramento. 2001

_____. **Campina Grande: Cartografias de uma reforma urbana no nordeste do Brasil (1930-1945)**. Revista Brasileira de História. São Paulo, 2003, v. 23, nº 46. P: 61-92

_____. **Territórios de confrontos: Campina Grande 1920-1945**. Campina Grande: EDUFCEG, 2006.

SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de. A CINEMATOGRAFIZAÇÃO DO COTIDIANO: O Cinema e o Cotidiano dos Campinenses. In: _____. **Lazeres Permitidos, Prazeres Proibidos: Sociedade, Cultura e Lazer em Campina Grande (1945-1965)**. Tese de doutorado em História do Brasil, Recife: UFPE, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

TAVARES, João de Lyra. (1909) **Apontamentos para a história territorial da Parahyba**. Edição fac-similar. (2 volumes) Coleção Mossoroense, Vol. CCXLV. Mossoró, 1982.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Londrina: Eduel, 2013.

UCHÔA, Boulanger de A. **História Eclesiástica de Campina Grande**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1964

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEAK, Csaba; SCHIFFER, Sueli R. **O Processo de urbanização do Brasil**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1999.

WILHEIM, Jorge. **Cidades**: o substantivo e o adjetivo. São Paulo: Perspectiva, 2003.

WISSEMBACH, Maria Cristina Cortez. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In: SEVCENKO, Nicolau. **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. Vol.03.

PROJETO CURA II, APMCG **PLANO DE APLICAÇÃO**: URBANIZAÇÃO DA AVENIDA CANAL, 1975

Sites:

http://www.diariosassociados.com.br/home/veiculos.php?co_veiculo=30

http://www.dnocs.gov.br/~dnocs/doc/canais/barragens/Barragem%20da%20Paraiba/boqueirao_de_cabaceiras.htm